

AperTO - Archivio Istituzionale Open Access dell'Università di Torino

Em defesa da pesquisa qualitativa. Desenho, análise de dados e textualização

This is the author's manuscript

Original Citation:

Availability:

This version is available <http://hdl.handle.net/2318/2035037> since 2024-12-09T08:48:12Z

Publisher:

Editora Unimontes

Terms of use:

Open Access

Anyone can freely access the full text of works made available as "Open Access". Works made available under a Creative Commons license can be used according to the terms and conditions of said license. Use of all other works requires consent of the right holder (author or publisher) if not exempted from copyright protection by the applicable law.

(Article begins on next page)

EM DEFESA DA PESQUISA QUALITATIVA

**Desenho, análise de
dados e textualização**

Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Wagner de Paulo Santiago
Reitor

Dalton Caldeira Rocha
Vice-Reitor

Ivana Ferrante Rebello
Pró-Reitora de Ensino

Rogério Othon Teixeira Alves
Pró-Reitor de Extensão

Maria das Dores Magalhães Veloso
Pró-Reitora de Pesquisa

Cláudia Luciana Tolentino Santos
Pró-Reitora de Planejamento, Gestão e Finanças

Marlon Cristian Toledo Pereira
Pró-Reitora De Pós-Graduação

©Editora Unimontes

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Editora Chefe

Conselho Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Ivana Ferrante Rebello

Leandro Luciano Silva Ravnjak

Luiz Henrique Carvalho Penido

Maria da Penha Brandim de Lima

Patrícia Takaki Neves

Tânia Marta Maia Fialho

Vanessa De Andrade Royo

EM DEFESA DA PESQUISA QUALITATIVA

Desenho, análise de
dados e textualização

Mario Cardano



Laura Silveira Fahel
Capa

Laura Silveira Fahel
Diagramação

Welber Nobre dos Santos
Maria da Penha Brandim de Lima
Revisão linguística

Obra submetida a parecer duplo cego

First published 2020 by Routledge
2 Park Square, Milton Park, Abingdon, Oxon OX14 4RN
and by Routledge
52 Vanderbilt Avenue, New York, NY 10017
Routledge is an imprint of the Taylor & Francis Group, an informa business
© 2020 Mario Cardano

©Editora Unimontes

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil
CEP 39401-089 - CAIXA POSTAL 126
www.editora.unimontes.br
editora@unimontes.br

Filiada à



*Dedico este livro à minha neta
recém-chegada, Luna.*

Figuras

Figura 1.1 Associação do conjunto de adultos na lógica bimodal

Figura 1.2 Associação do conjunto de adultos na lógica multimodal ou fuzzy

Figura 2.1 Ilhas no arquipélago: um mapa dos métodos qualitativos

Figura 4.1 Relevância de uma pergunta de pesquisa para a sociologia e a sociedade

Figura 4.2 Adaptações recíprocas entre a pergunta de pesquisa, o contexto empírico e o método

Figura 4.3 Partição do espaço de propriedade dos enfermeiros que trabalham em uma enfermaria psiquiátrica aguda

Figura 4.4 Quatro estratégias para obter casos ricos em informações

Figura 4.5 Suposição de linearidade entre os mais diferentes modelos de sistema

Figura 4.6 Perfil dos três casos comparados no estudo de Kuhn sobre Mobilização étnica contra a extração de recursos

Figura 4.7 Projeto de amostra para um estudo sobre NMRs. Um exemplo de aplicação de argumentação proléptica

Figura 5.1 A comparação entre duas versões estilizadas de fazer perguntas está relacionada a três propriedades, em pesquisas quantitativas e qualitativas

Figura 5.2 Impacto da agência do pesquisador na ação observada e em sua representação

Figura 5.3 Matriz hipotética nas entrevistas clínicas psiquiátricas de doutor Bruno

Figura 6.1 Descrição dupla por meio da representação geométrica do quadrado binomial

Agradecimentos

Ao escrever este livro, assumi inúmeras dívidas intelectuais que não posso pagar, mesmo com estas palavras de agradecimento. Muitas das ideias propostas neste livro germinaram durante minha atividade docente nas aulas de Métodos Qualitativos no mestrado em sociologia da minha universidade e nos seminários que realizo com os alunos do doutorado em Sociologia e Metodologia da Pesquisa Social (SOMET), mantida em parceria pela Universidade de Turim e pela Universidade de Milão. Testei muitas ideias apresentadas aqui com esses alunos, recebendo feedbacks valiosos para melhor defini-las. Nos últimos anos, discuti minha obsessão com o casamento entre a pesquisa qualitativa e a teoria da argumentação com colegas que, comigo, compõem o Laboratório de Pesquisa Qualitativa, sediado na minha universidade. Durante a escrita da edição em inglês deste livro, pedi a alguns colegas que lessem meu trabalho, recebendo comentários e sugestões relevantes. Obrigado, Mariano Longo e Martyn Hammersley. Pedi a alguns colegas que lessem a primeira versão de alguns dos capítulos, recebendo dicas preciosas. Não sei se conseguiria destacar todos os comentários, mas gostaria de agradecer a Fabrizio Macagno, Iddo Tavory e Luigi Gariglio.

Este é meu segundo livro em português, e essa nova conquista foi possível graças à estrita colaboração de alguns colegas e amigos brasileiros com seus alunos na Universidade Federal de Pelotas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e na Universidade Federal de São Paulo - Ribeirão Preto. Recentemente, ampliei o portfólio de meus relacionamentos brasileiros com outras instituições como a Universidade de Brasília (UnB), e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), em Minas Gerais¹. A gentileza e a generosidade desses colegas não têm preço. Ainda assim, de qualquer forma, preciso agradecer nominalmente a Luciane Prado Kantorski, Roberta Machado Beta, Vanessa Pucci, Maria de Nazareth Rodrigues Malcher de Oliveira Silva, Jacqueline de Souza, Agnes Olschowsky, Cristina Sampaio. Tenho um vínculo especial com a Universidade de Pelotas: Por alguns anos, sou professor adjunto (Professor Colaborador) nas disciplinas de Sociologia da saúde mental e Metodologia qualitativa na Faculdade de Enfermagem, e Luciane Prado Kantorski, professora da UFPel e amiga, me auxiliou em todos os meus projetos editoriais brasileiros, a começar pelo meu primeiro livro publicado no país, o Manual de pesquisa qualitativa (Cardano, 2017). A professora Kantorsky listou os referenciais qualitativos mais relevantes e alguns dos estudos etnográficos que mais citaram. Dentre essa rica lista, escolhi alguns textos listados nas referências deste livro e citados nas páginas a seguir. A leitura desse rico material me permite - até o limite de meu domínio do português - relacionar meu trabalho com as publicações brasileiras mais influentes e reconhecer semelhanças e diferenças, mantendo, dessa forma, uma conversa (Minayo 2014: 392) com os leitores estrangeiros (além-mar). Nesta versão em português do meu livro, desenvolvi essa comparação com a literatura brasileira tanto nas notas de rodapé quanto no texto para criar uma ponte virtual entre minhas reflexões e as reflexões consolidadas de meus colegas brasileiros. Como de costume, omissões e erros de interpretação de texto são de minha inteira responsabilidade. Também sou muito grato à Cristina Sampaio, que me orientou na realização desse projeto editorial com a Editora Unimontes. Por último, mas não menos importante, agradeço aos colegas do Departamento de Letras da Universidade Unimontes pelo apoio, e ao colega Leonardo Neves Correa que traduziu o livro do inglês para o português.

¹Eu sou professor colaborador da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Estadual de Montes Claros.

Prefácio

O livro *Defending Qualitative Research: Design, Analysis, and Textualization*, do Professor Mario Cardano, foi publicado originalmente em inglês, em 2020, por uma importante editora britânica, a Routledge. O livro centra-se nas fases da investigação qualitativa, trazendo discussões teóricas que delimitam seu rigor e criatividade. Traduzido agora para o português, o livro intitula-se “Em defesa da pesquisa qualitativa: Desenho, análise de dados e textualização” e constitui um trabalho delicado de tradução de professores do departamento de Letras e da direção da editora da Universidade Estadual de Montes Claros. A obra nos apresenta uma produção de importância inequívoca para o ensino, a reflexão e a produção de posicionamentos em defesa da pesquisa qualitativa.

Ao ler o livro, podemos perceber os movimentos de um autor que, por meio de um texto fluido, esclarecedor, baseado em uma longa investigação metodológica e em suas incursões acadêmicas, posiciona-se crítica e teoricamente sobre a pesquisa qualitativa.

A contribuição indelével e contínua do Professor Mario Cardano ao campo qualitativo se apresenta com as publicações do livro *La ricerca qualitativa*, em italiano, no ano de 2011, pela edi-

tora Mulino, e sua versão em português, no Brasil, o Manual de Pesquisa Qualitativa, publicado pela editora Vozes, em 2017.

Mario Cardano propõe uma abordagem inovadora, que reconhece a importância do rigor na pesquisa qualitativa, mas também valoriza a criatividade inerente ao processo. Ao incorporar a teoria da argumentação, oferece uma estrutura para garantir a solidez dos resultados, ao mesmo tempo em que permite uma exploração mais profunda e rica dos fenômenos estudados. Essa combinação de rigor e criatividade enobrece o campo e ajuda a superar algumas das críticas comuns enfrentadas por esse tipo de perspectiva.

A pesquisa qualitativa é uma das abordagens mais difundidas no campo científico social e, até por esse motivo, sofre constantemente com duras críticas sobre seu desenho, confiabilidade e generalização de seus resultados. No entanto, Mario Cardano nos apresenta a teoria da argumentação, inspirada na obra de Douglas Walton, da Escola Canadense, que pode produzir os efeitos na pesquisa qualitativa, tais e quais a teoria da probabilidade para as pesquisas quantitativas.

Como campo interdisciplinar, a teoria da argumentação estuda como os argumentos são construídos, avaliados e utilizados para influenciar o pensamento e a tomada de decisão. Ela aborda questões como a estrutura lógica dos argumentos, a persuasão, a validade e a falácia. Essa teoria oferece ferramentas para analisar e avaliar argumentos de maneira crítica, buscando compreender não apenas sua forma superficial, mas também sua substância e eficácia.

O livro, em seus seis capítulos, combina a discussão analítica com exemplos de pesquisa. O primeiro capítulo estabelece uma base sólida para a defesa da pesquisa qualitativa, destacando sua capacidade de lidar com o que está escondido na superfície das práticas sociais. A ideia da invisibilidade aponta para o desafio de observar e compreender aspectos intangíveis, como valores, crenças e atitudes, que são essenciais para entender o comportamento humano. Ao abordar esse desafio, o capítulo sugere que a pesquisa qualitativa possui uma vantagem, pois oferece aos pesquisadores uma maneira mais profunda de acessar e compreender essas nuances. A empatia entre participantes e pesquisadores

pode proporcionar *insights* mais ricos e detalhados, o que contribui para a validade e a solidez dos resultados qualitativos. Essa abordagem parece reconhecer a complexidade da experiência humana e a importância de métodos de pesquisa que possam capturar fenômenos de maneira significativa. Ao destacar a cooperação dos participantes como um aspecto fundamental da pesquisa qualitativa, o capítulo ressalta uma abordagem colaborativa e sensível aos contextos sociais e culturais em que a pesquisa é realizada.

O segundo capítulo oferece uma visão geral sucinta da pesquisa qualitativa, destacando três características comuns que permeiam sua diversidade: sensibilidade ao contexto, focalização detalhada e multivocalidade da escrita:

Sensibilidade ao contexto dos procedimentos de recolha de dados: esse aspecto sugere que os pesquisadores qualitativos devam reconhecer a importância do contexto em que os dados são coletados, levando em consideração as influências ambientais, culturais e sociais que podem afetar os participantes e seus comportamentos.

Focalização detalhada: a pesquisa qualitativa muitas vezes se concentra em aspectos específicos e detalhados de um fenômeno, buscando uma compreensão profunda e abrangente em vez de uma visão superficial.

Multivocalidade da escrita: indica que a pesquisa qualitativa valoriza a diversidade de perspectivas e vozes, reconhecendo que diferentes narrativas e interpretações podem enriquecer a compreensão de um tema ou fenômeno.

O terceiro capítulo apresenta um "kit de sobrevivência" da teoria da argumentação, fornecendo aos leitores as ferramentas essenciais necessárias para compreender e aplicar essa teoria na pesquisa qualitativa. Ao destacar as noções essenciais desse conceito, o capítulo visa capacitar os pesquisadores a reconhecer o valor dessa proposição para a pesquisa qualitativa. Isso sugere que a teoria da argumentação pode oferecer uma estrutura conceitual sólida e aplicável para analisar e interpretar argumentos e narrativas presentes nos dados qualitativos.

O quarto capítulo, crucial ao abordar a elaboração do desenho de pesquisa qualitativa, adota a metáfora de um "juízo judicial virtual" e propõe uma abordagem que destaca a importância

da defesa de diferentes aspectos do desenho da pesquisa. São eles:

Relevância da pesquisa em questionar: sugere que o capítulo defende a importância de formular questões de pesquisa significativas e relevantes, que abordem de maneira eficaz os objetivos e interesses do estudo. Essas perguntas devem ser fundamentadas e evidenciadas de modo nítido, a fim de orientar todo o processo de pesquisa.

Eloquência dos casos selecionados para o estudo: aqui, o capítulo enfatiza a importância da seleção cuidadosa dos casos ou exemplos que serão estudados na pesquisa. Esses casos devem ser representativos e significativos, capazes de fornecer insights valiosos para responder às questões de pesquisa propostas.

Adequação do caminho metodológico planejado: aborda a importância de escolher e justificar adequadamente as abordagens metodológicas utilizadas na pesquisa. Essa adequação é fundamental para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados qualitativos. Ao organizar o capítulo como um "juízo judicial virtual" e defender esses três pontos, o autor objetiva a garantia de que o desenho da pesquisa qualitativa seja cuidadosamente elaborado e fundamentado, contribuindo, assim, para a solidez e a robustez do estudo como um todo.

O quinto capítulo parece ser uma etapa crucial da jornada da pesquisa qualitativa, pois aborda a análise dos dados coletados. Ele começa discutindo a natureza dos dados qualitativos, distinguindo os diferentes tipos de materiais empíricos, como textos e artefatos. Uma seção crítica do capítulo focaliza a estrutura da análise de dados qualitativos, começando com a ideia de categorização desenvolvida por Douglas Hofstadter e Emmanuel Sander. Essa abordagem parece estar alinhada com a ideia de "conceitos sensibilizantes" proposta por Herbert Blumer, destacando a importância de criar categorias significativas que capturem a complexidade dos dados qualitativos. Além disso, o capítulo introduz a "Análise de Modelo", elaborada por Nigel King, que combina teoria e dados para organizar e analisar tematicamente dados qualitativos de maneira eficaz.

O capítulo é concluído com uma reflexão sobre as ferramentas conceituais que podem representar adequadamente a relação entre os dados, destacando o tipo ideal weberiano como um

instrumento conceitual especialmente útil para esse fim. Isso sugere uma abordagem reflexiva e cuidadosa para interpretar os dados qualitativos e extrair insights significativos deles. No geral, o quinto capítulo oferece uma estrutura abrangente e rigorosa para a análise de dados qualitativos, destacando a importância de abordagens sistemáticas e teoricamente informadas para interpretar os dados de maneira significativa.

O sexto e último capítulo conclui, de maneira importante, a abordagem presente em seus capítulos antecedentes, pois aborda o processo de textualização na pesquisa qualitativa. Ele começa explorando as funções e usos da multivocalidade da escrita, uma característica distintiva da pesquisa qualitativa. Essa ênfase na multivocalidade sugere a importância de reconhecer e incorporar uma variedade de vozes e perspectivas na narrativa resultante da pesquisa qualitativa. Isso pode incluir não apenas as vozes dos participantes, mas também as reflexões e interpretações do pesquisador, criando uma colcha de retalhos rica e complexa de entendimento.

Além disso, o capítulo apresenta o papel do relato reflexivo na textualização, sugerindo que os pesquisadores devam se engajar em uma reflexão crítica sobre seu próprio papel e posicionamento na pesquisa. Isso pode incluir uma análise cuidadosa dos pré-conceitos e suposições do pesquisador, bem como uma reflexão sobre o impacto de sua própria presença na coleta e interpretação dos dados. Ele destaca a importância de uma abordagem sensível e reflexiva na textualização da pesquisa qualitativa, garantindo que as vozes dos participantes sejam respeitadas e que o processo de pesquisa seja transparente e honesto.

O encontro com o autor

Em meu percurso acadêmico, de mais de 20 anos lecionando, pesquisando e defendendo a pesquisa qualitativa no campo da saúde, tenho sido atuante na participação e engajamento na defesa das abordagens das teorias compreensivas. Tenho buscado defender a riqueza dos significados que as pessoas dão às suas experiências e vivências, levando em conta a singularidade do indivíduo, na manifestação no âmbito da história coletiva, contextualizada e

envolvida pela cultura do grupo em que ela se insere. As diferentes formas de fazer pesquisa qualitativa caracterizam-se por uma real amplitude de possibilidades. Fazer pesquisa qualitativa se constitui num desafio, como diz a professora Cecília Minayo.

O encontro com Mario Cardano se deu após um congresso na área da pesquisa qualitativa, que me permitiu estreitar laços de admiração e amizade. O Manual de Pesquisa Qualitativa já se constituía como referência obrigatória em minhas aulas na Universidade. Os percursos metodológicos e as técnicas de pesquisa delineadas no livro têm sido fonte valiosa de orientação para os pós-graduandos do Laboratório de Pesquisa Qualitativa Interdisciplinar em Saúde, o LabQuali. Isso mostra como a pesquisa qualitativa pode oferecer uma estrutura sólida e flexível para a condução de estudos interdisciplinares, permitindo aos pesquisadores explorar questões complexas e contextos variados de maneira significativa.

A vinda do Mario como professor visitante na Unimontes e o lançamento do seu livro, que apresento, são exemplos concretos desse compromisso compartilhado com a excelência na pesquisa qualitativa. Essas iniciativas não apenas enriquecem o ambiente acadêmico e científico locorregional, mas também têm um impacto global, ao promoverem a disseminação de conhecimento e práticas de alta qualidade no campo da pesquisa qualitativa.

O livro do Mario contribui para avanços significativos no campo qualitativo e se insere no cenário mundial na produção da pesquisa qualitativa naturalista, compreensiva, contextualizada e interpretativa, e como importante recurso na formação de pesquisadores cuidadosos e alicerçados em conhecimento que dão visibilidade ao mundo.

Cristina Sampaio

Abril de 2024

Sumário

Introdução

pág. 19

01

Uma premissa sobre
duas questões cruciais

Invisibilidade e método

pág. 27

02

Pesquisa qualitativa

Um retrato

pág. 53

03

Kit de sobrevivência da
teoria da argumentação

pág. 77

04

O desenho da pesquisa
qualitativa

pág. 103

05

Sobre a análise de dados
qualitativos

pág. 169

06

A textualização

pág. 213

Referências

pág. 237

Introdução

A pesquisa qualitativa é uma das abordagens mais difundidas na pesquisa social, especialmente entre a geração mais jovem de acadêmicos. No entanto, essa forma de fazer ciência ainda recebe críticas contundentes sobre a robustez de seus resultados e, ainda mais severas, são as críticas sobre a possibilidade de sua generalização. O eco do anátema de Stouffer (1931) sobre a pesquisa qualitativa como um “jornalismo obscuro e aborrecido”, produzindo resultados não generalizáveis, ainda ressoa em muitas discussões formais e informais (para uma visão crítica, consulte Minayo 2014: 61; Taquette e Borges 2020: 46). Todas essas repreensões são frequentemente enquadradas em uma crítica mais geral que se refere à falta de rigor da pesquisa qualitativa, partindo da ideia tácita de que a única forma possível de rigor é aquela da pesquisa quantitativa, baseada, de acordo com John Goldthorpe, na “lógica da inferência” (Goldthorpe 2000: 67, 88).

A premissa central desse livro é bastante simples: a pesquisa qualitativa deve ser rigorosa, mas seguindo uma ideia de rigor diferente daquela que inspira a pesquisa quantitativa, uma ideia de rigor que promova a criatividade intrínseca do “experimento da experiência” (Piasere 2002: 27) com o qual nos comprometemos ao fazer pesquisa qualitativa². A estrutura lógica proposta para esse fim é a da teoria da argumentação, principalmente na versão da Escola Canadense, inspirada no trabalho de Douglas Walton³. A

²A tensão em direção a uma combinação de rigor e criatividade também caracteriza os manuais de Minayo (2014) e Turato (2018), com o qual compartilho muitas ideias gerais. Na defesa de uma possibilidade de rigor na pesquisa qualitativa, o ponto expresso por Stella Taquette e Luciane Borges é cristalino: “Vale ressaltar que o rigor científico no uso do método em pesquisas quantitativas está igualmente presente nos estudos qualitativos” (2020: 46).

³Em português, sobre o pensamento de Douglas Walton, o leitor pode consultar Walton (2012).

ideia geral é que a teoria da argumentação pode desempenhar, na pesquisa qualitativa, a mesma função que a teoria da probabilidade desempenha na pesquisa quantitativa. O livro se concentra no que acontece antes e depois do trabalho de campo. Há tantos bons referenciais sobre trabalho de campo e coleta de dados que é difícil escrever algo novo (veja Gil 2002; Turato 2018, Minayo 2014, Taquette e Borges 2020). Portanto, neste livro, é dada atenção especial ao desenho da pesquisa qualitativa, à estrutura lógica da análise de dados e ao processo de textualização. Todas essas fases estão enquadradas no processo geral de produção de um argumento persuasivo sobre a robustez dos resultados de nossa pesquisa e as condições em que seu escopo pode ser ampliado, as condições sob as quais os resultados emergentes dos casos observados podem ser estendidos a casos (análogos) não observados. Para esse último aspecto, o livro propõe a noção de “plausibilidade condicional”, considerada como o equivalente analógico, na área de raciocínio argumentativo, da probabilidade condicional própria da inferência estatística. Para desenvolver meus argumentos, combino diferentes referenciais analíticos com a teoria da argumentação, o “paradigma evidencial” (Ginzburg 1978, tradução portuguesa de 1989), a teoria dos conjuntos difusos (Zadeh, 1965), a noção de “dupla descrição” de Gregory Bateson (Bateson, 1979, tradução portuguesa de 1986), com alguns elementos das reflexões teóricas dos meus filósofos contemporâneos favoritos Charles Sanders Peirce, Ludwig Wittgenstein e Hans Gadamer. Espero que esses ingredientes em um único prato possam agradar os leitores.

O livro está organizado em seis capítulos, escritos, combinando discussões analíticas com exemplos de pesquisa. O primeiro capítulo apresenta algumas premissas gerais para o argumento principal do livro - a defesa da robustez dos resultados da pesquisa qualitativa - concentrando-se em um aspecto de nosso trabalho oculto, como a carta furtada de Poe, na superfície de nossas práticas. O capítulo aborda a questão da invisibilidade, a situação paradoxal que nos impõe observar o inobservável (Cardano, 2018a), ler, por meio do paradigma evidencial, os sinais visíveis de, por exemplo, valores, crenças, representações e atitudes, cruzando - em muitas ocasiões - a fronteira da “região interior” na acepção de Berreman (1975). Esse desafio envolve tanto a pesquisa quantita-

tiva quanto a qualitativa, mas essa última forma de fazer pesquisa social pode contar com uma vantagem competitiva específica. Para ler a mente das pessoas, precisamos de sua cooperação, e a pesquisa qualitativa oferece aos acadêmicos as informações mais ricas sobre o grau de cooperação dos participantes e, portanto, as informações mais ricas sobre a validade - tomando emprestado o jargão quantitativo - de nossas informações⁴. Partindo dessa comparação entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa, o Capítulo 1 continua com uma espécie de leitura sinóptica das semelhanças e diferenças entre o que chamei de as duas musas da pesquisa social. O primeiro capítulo se encerra com uma reflexão sobre a noção de método que parece mais apropriada para uma justaposição epistemológica do pós-guerra entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa. A noção proposta é emprestada das reflexões de Gary Brent Madison. Madison oferece uma definição de método como um conjunto de princípios que recebem uma interpretação diferente de acordo com o contexto em que são aplicados, em vez de uma coleção de regras que funcionam como ordens (Madison 1988: 28-29). Esses princípios, que orientam o método, são mais parecidos com as normas éticas ou jurídicas da jurisprudência do que com as leis da física; princípios para os quais não há uma única aplicação correta, mas mais de uma, dependendo do contexto; princípios cuja aplicação, não muito diferente de uma sentença proferida em um tribunal, deve ser defendida com argumentos apropriados.

O segundo capítulo apresenta um retrato conciso da pesquisa qualitativa, reconhecendo três “semelhanças de família” (Wittgenstein, 1953) que atravessam esse arquipélago heterogêneo. Essas semelhanças são: i) a sensibilidade ao contexto dos procedimentos de coleta de dados, ii) o foco nos detalhes, iii) a multivocalidade da escrita. O capítulo prossegue com o esboço de um mapa desse território, levando em conta a afirmação de Jorge Luis Borges de que o mapa não é o território, e termina com uma apresentação crítica dos pontos fortes e dos supostos pontos fracos da pesquisa qualitativa. O terceiro capítulo oferece, por assim dizer, um kit de sobrevivência da teoria da argumentação. Nele, são ainda apresentadas as noções essenciais da teoria da argumentação, necessárias para reconhecer seu valor para a pesquisa qualitativa,

⁴Para uma reformulação da noção de validade no campo qualitativo, consulte Kirk e Miller (1986). A proposta metodológica de Kirk e Miller é apresentada brevemente em Minayo (2017: 378-379).

e uma visão geral desse campo multidisciplinar. Em seguida, introduz a abordagem de esquemas argumentativos elaborada por Douglas Walton, Chris Reed e Fabrizio Macagno (2008). Dentre a rica coleção de esquemas propostos por Walton e seus colegas, um conjunto foi selecionado e adaptado para os fins metodológicos do livro. Assim, o leitor encontrará o argumento da analogia, dos sinais, da posição para saber, o esquema de argumentação abductiva - o próprio motor da pesquisa qualitativa (Tavory e Timmermans, 2014) - e, novamente, o argumento da dupla hierarquia, o da diferença irrelevante, o da diferença relevante e, finalmente, o argumento da alteridade radical. Cada um desses argumentos é equipado com perguntas críticas específicas que servem como “ferramentas pedagógicas” (Godden e Walton 2007: 280) para melhorar a robustez do raciocínio. A dimensão dialética dos esquemas de argumentação ainda está presente na última ferramenta proposta, a argumentação proléptica, que é muito útil para qualquer etapa da pesquisa qualitativa. A argumentação proléptica (Walton, 2009) é um tipo de argumentação em que as sequências de movimentos dialéticos constitutivos de um diálogo persuasivo foram avançadas por apenas um interlocutor, que faz uma afirmação, considera as possíveis objeções a ela e reformula seu raciocínio para neutralizar as objeções consideradas. Os capítulos restantes propõem um conjunto de ferramentas para persuadir a comunidade científica sobre a robustez dos resultados obtidos por meio da pesquisa qualitativa. A clássica distinção aristotélica entre os meios de persuasão é um bom guia para meus propósitos. Na Retórica de Aristóteles, podemos ler:

Fica claro, portanto, que o estudo metódico da retórica tange aos modos de persuasão. Há três tipos de meios de persuasão supridos pela palavra falada. O primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar. (Aristotle Book I 1355b – 1356a, versão em português 2017).

De acordo com Ricca Edmondson, essas três funções principais do argumento persuasivo - ethos, pathos e logos - combinadas, oferecem a robustez necessária aos nossos argumentos

(Edmondson 1984: Capítulo 1). Em seu fascinante livro, *Rhetoric in Sociology* (Retórica na Sociologia), Edmondson propõe uma redefinição convincente das três funções aristotélicas que as torna mais adequadas para a pesquisa e a escrita na pesquisa social. Edmondson redefine a função *ethos*, aquela que Aristóteles atribuía ao caráter pessoal do orador, como “autoapresentação” (Ibidem: 16). Isso implica consciência de que qualquer argumento deve ser considerado como “argumento de alguém” (Ibidem: 17) e que as características pessoais do pesquisador-autor, seu modo de ser no campo e no mundo, contribuem para a validação do argumento proposto. O segundo modo aristotélico de persuasão, *pathos*, torna-se, na reflexão de Edmondson, “sensibilização”, ou seja, “colocar o público em um determinado estado de espírito para a consideração apropriada de um determinado argumento” (Ibidem: 17-18). Algumas linhas depois, a autora confere a essa dimensão da persuasão a capacidade de possibilitar ao leitor a ressonância (no sentido de Wikan, 1992) da experiência enfocada no argumento. A terceira dimensão, a do *logos*, refere-se ao tema da discussão e aos aspectos cognitivos da construção de um argumento persuasivo. Os capítulos 4 e 5 abordam a dimensão *logos* da argumentação. O Capítulo 6 aborda as duas outras dimensões da persuasão: “sensibilização”, enfocando a multivocalidade da escrita, e “auto-apresentação”, iluminando o relato reflexivo. O conteúdo dos três últimos capítulos do livro será descrito em detalhes mais adiante.

O quarto capítulo, o mais denso, é dedicado à elaboração do projeto de pesquisa qualitativa. O capítulo é organizado como um julgamento virtual, no qual ofereço alguns argumentos para defender, primeiro, a relevância da pergunta da pesquisa; segundo, a eloquência dos casos selecionados para o estudo e, terceiro, a adequação, principalmente do ponto de vista epistêmico, do caminho metodológico planejado. No quinto capítulo, abordamos a análise de dados qualitativos. O capítulo começa com uma discussão sobre a natureza, por assim dizer, dos dados qualitativos, distinguindo entre os textos e os artefatos com os quais geralmente analisamos diferentes tipos de material empírico (representações, reproduções e dados naturalísticos), cada um com uma “área de autenticidade” específica (Topolski 1977: 434, edição original de 1973), com uma capacidade diferenciada de responder às

nossas perguntas de pesquisa⁵. A seção a seguir ilustra de forma crítica a estrutura lógica da análise de dados qualitativos, partindo da noção de “categorização” elaborada por Douglas Hofstadter e Emmanuel Sander, entendida como uma “tentativa de vinculação gradativa e em tons de cinza de uma entidade ou situação a uma categoria anterior na mente de alguém” (Hofstadter e Sander 2013: 14). Esse tipo de categorização, sintônico com a ideia de Blumer de “conceitos sensibilizadores” (Blumer 1969), é enquadrado em uma versão enxuta da Análise de Modelos elaborada por Nigel King (2012), uma abordagem para análise de dados qualitativos que combina procedimentos orientados por teoria e orientados por dados. O Capítulo 5 termina com uma reflexão sobre as ferramentas conceituais que podem representar adequadamente a relação detectada entre nossos dados. Identifiquei o tipo ideal Weberiano como o melhor instrumento conceitual para essa finalidade. Com alguma liberdade filológica, afirmo o caráter metafórico do tipo ideal Weberiano. Essa qualificação está ligada a uma ideia mais geral de pesquisa qualitativa para a qual as metáforas desempenham o mesmo papel que os modelos na pesquisa quantitativa.

O sexto e último capítulo discute o processo de textualização, primeiro elaborando sobre as funções e o uso de uma das características específicas da pesquisa qualitativa, a multivocalidade da escrita, e em seguida, o relato reflexivo. Com pouquíssimas exceções, a grande maioria dos textos que apresentam os resultados da pesquisa qualitativa é escrita por meio da orquestração da voz do pesquisador com as dos participantes. As vozes dos participantes entram no texto principalmente por meio das citações que os pesquisadores escolhem de seu *corpus* textual. Esse tipo de escrita serve a quatro objetivos diversos: i) convencer a comunidade científica da robustez dos resultados da pesquisa; ii) evocar no leitor as cores, as emoções do campo, pintando-as com palavras; iii) dar voz aos participantes; e iv) expandir as fontes do “relato reflexivo”. A seção 6.1 trata de todos esses aspectos, enquadrando as práticas de multivocalidade na noção de “dupla descrição” de Gregory Bateson (Bateson 1979, tradução portuguesa 1986). A última seção do livro aborda o tópico controverso da reflexividade (consulte

⁵O historiador Jerzy Topolski define a área de autenticidade de um documento histórico como “a soma das perguntas (problemas) para as quais uma determinada fonte pode fornecer respostas verdadeiras”. A recepção desse conceito em meu arcabouço teórico exigiu a substituição da noção de verdade (referente à resposta) por outra menos exigente em termos de plausibilidade.

Lumsden, 2019). Essa questão é discutida com um perfil deliberadamente baixo, concentrando-se principalmente em aspectos de textualização sem qualquer pretensão de completude. O relato reflexivo é definido como uma responsabilidade ética (Altheide e Johnson 1994: 489) do pesquisador-autor em relação ao público de sua comunidade científica. O conteúdo dessa responsabilidade ética surge de forma convincente na definição de reflexividade proposta por Mats Alvesson e Kaj Sköldberg da seguinte forma:

Reflexividade significa pensar sobre as condições pelas quais se está pesquisando, observando a maneira pela qual o contexto teórico, cultural e político do ambiente individual e intelectual afeta a interação com o que está sendo pesquisado, muitas vezes de formas inconscientes (Alvesson e Sköldberg 2000: 245).

Desde meu primeiro esforço sério de escrita acadêmica, minha dissertação de mestrado, aprendi que a introdução de um livro deve ser escrita por último, e foi isso que fiz. Escrevi as últimas frases da minha versão em inglês em um dia especial no qual nós - com exceção dos teóricos da conspiração - comemoramos o pouso na Lua da Apollo 11. Esse empreendimento, com todas as suas implicações, começou alguns anos antes com um discurso memorável do presidente John Fitzgerald Kennedy na Rice University. Naquela ocasião, Kennedy disse: "Escolhemos ir à Lua nesta década e fazer as outras coisas, não porque são fáceis, mas porque são difíceis". Acredito que essa abordagem mental pode ser aplicada à prática da pesquisa qualitativa, com todos os desafios teóricos e metodológicos que isso implica. Temos que fazer pesquisa qualitativa não porque é fácil, porque não precisa de nenhuma competência teórica ou estatística (um motivo para fazer uma tese qualitativa que orienta alguns alunos descuidados), mas porque é exigente e porque, por meio dela, podemos organizar e medir o melhor de nossas habilidades - tanto teóricas quanto metodológicas. Devemos aceitar esse intrigante "desafio do conhecimento".

01. Uma premissa sobre duas questões cruciais

Invisibilidade e método

A questão da invisibilidade, ou melhor, a ideia paradoxal de observar o inobservável, parece, pelo menos à primeira vista, bastante inadequada para uma ciência empírica como a sociologia. No entanto, o que sabemos sobre a sociedade se baseia em fenômenos observáveis, enquanto a maioria dos nossos dados se refere a fenômenos não observáveis (consulte Cardano, 2018b). Reconhecer uma atitude autoritária em um líder político ou associar seus apoiadores a uma classe social específica implica a referência a objetos invisíveis (embora com um tipo diferente de invisibilidade). O autoritarismo, como um traço da personalidade individual, não pode ser observado diretamente, mas apenas atribuído por meio de “sintomas” coletados de comportamentos de fala - on-line e off-line -, decisões políticas (se o líder fizer parte do governo) e outros sinais. De forma similar, ninguém pode observar diretamente uma classe social, pois as classes sociais são uma construção teórica. A forma como obtemos informações sobre entidades invisíveis parece particularmente relevante. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa pode fazer uma contribuição específica para a credibilidade das representações dessas entidades elusivas.

A necessidade de lidar com a questão da invisibilidade não é específica apenas da pesquisa qualitativa. Ela também está associada à outra musa das ciências sociais, a pesquisa quantitativa. Antes de abordar detalhadamente as características da pesquisa

qualitativa, parece apropriado fazer uma breve discussão sobre as semelhanças e diferenças entre essas duas abordagens da pesquisa social. Essa comparação exige a reformulação de duas noções cruciais. A primeira diz respeito a como uma distinção entre elas pode ser marcada: usando a lógica bimodal ou multimodal. A segunda refere-se à ideia de método: qual noção de método parece mais adequada para comparar a pesquisa qualitativa e a quantitativa e - seguindo a nova agenda - como combiná-las?

1.1 O VISÍVEL E O INVISÍVEL

Desde suas origens, a ciência teve de enfrentar o intrigante paradoxo de observar o inobservável, com a necessidade de entidades invisíveis investidas da responsabilidade de descrever e/ou explicar os fenômenos observáveis. Começando pela força da gravidade, no centro do *Principia* de Sir Isaac Newton, até o éter luminífero pensado por James Clerk Maxwell como o meio pelo qual as ondas eletromagnéticas se propagam, para mencionar duas das figuras mais proeminentes da história da física. Mas, do ponto de vista cultural, a expressão de entidades teóricas invisíveis menos célebres também é interessante; em primeiro lugar, o misterioso flogisto, o princípio da inflamabilidade definido pelo médico e alquimista Johann Joachim Becher, e depois destituído de seu *status* ontológico pelo pai da química moderna, Antoine-Laurent de Lavoisier, que substituiu o poético flogisto pelo mais prosaico oxigênio.

No amplo campo das ciências humanas, o paradoxo da observação do inobservável parece ser uma constante, com a interessante exceção da psicologia, onde podemos observar uma oscilação distinta entre duas orientações diferentes. A principal expressão da invisibilidade na psicologia é a mente ou, para ser mais preciso, os processos cognitivos e emotivos que - silenciosamente - ocorrem na cabeça dos indivíduos. O primeiro movimento do pêndulo vai no sentido de erradicar a relevância dos processos mentais. Essa última foi a solução proposta pela Escola Comportamentalista, animada por nomes como John Broadus Watson, Edward Lee Thorndike e Burrhus Frederic Skinner. De acordo com esses estudiosos americanos, os objetos de um estudo científico do comportamento humano devem se concentrar apenas nas pro-

priedades observáveis, sendo os processos mentais irrelevantes (veja o “manifesto” da psicologia comportamentalista, publicado por Watson em 1913). A longo prazo, a abordagem de estímulo-resposta mostrou uma limitação significativa, e os estudiosos da psicologia orientaram sua atenção para o hífen que conecta estímulo e resposta, ou seja, as mediações cognitivas e emotivas entre as propriedades observáveis. Assim, os psicólogos, especialmente os psicólogos sociais, investiram (e ainda investem) muito tempo e recursos de mensuração de atitudes e processos cognitivos, desenvolvendo uma grande quantidade de escalas validadas dedicadas a medir - por meio de um caminho probatório (veja o que vem a seguir) - os aspectos invisíveis da mente.

A partir da década de 1980, uma nova onda de pesquisas contribuiu para a reformulação da questão da invisibilidade de uma forma desafiadora, embora controversa. Por meio do uso de tecnologias sofisticadas, os processos mentais - ou suas sombras (Abend, 2017) - tornam-se visíveis, retratados em imagens coloridas do cérebro, que mostram quais de suas áreas são ativadas quando, por exemplo, um indivíduo enfrenta um dilema moral (por exemplo, o dilema do bonde, Abend, 2011: 148-149), vivencia a espiritualidade, toma uma decisão econômica ou expressa um julgamento estético (Guillermo Del Pinal e Nathan 2013; Abend, 2017). A área de ativação neural do cérebro é localizada por uma máquina de ressonância magnética funcional (fMRI). O funcionamento dessa máquina se beneficia da associação entre o que nosso cérebro nos permite fazer - sentir, pensar, perceber e agir - e o consumo de oxigênio e o fluxo sanguíneo regional em uma área específica do cérebro. Essas informações, associadas a um mapa do cérebro que localiza as funções mentais, nos permitem, por exemplo, decidir se a solução de um dilema ético se baseia no raciocínio cognitivo ou emocional (consulte Guillermo Del Pinal e Nathan, 2013: 237). Essa nova ferramenta gera tanto respostas entusiásticas quanto extremamente céticas. Os acadêmicos entusiastas veem nessa tecnologia a ferramenta que pode garantir uma base neural do comportamento humano e, ao fazê-lo, explicar tudo. Os acadêmicos céticos (veja, por exemplo, Uttal 2001; Abend, 2011, 2012; Satel e Lilienfeld 2013) afirmam que saber qual área do cérebro é ativada durante uma atividade específica está muito longe de reconhecer

seu significado⁶.

Além da sofisticação tecnológica da “máquina” que fornece uma imagem colorida do cérebro, sugerindo os correlatos neurais das atividades cognitivas, o projeto metodológico desses estudos é bastante elementar. A maioria das pesquisas nessa área baseia-se em experimentos de laboratório nos quais um indivíduo - isolado de seu mundo social - é interrogado sobre a adequação ou inadequação, ou sobre a aceitabilidade ou inaceitabilidade moral de determinados comportamentos, como: “comer pessoas”, “colocar fogo em um gato”, “trapacear em seus impostos” (Abend, 2011: 149, 152). Assim, a complexidade do mecanismo que sustenta o mito da transparência de nossas mentes está associada a uma simplificação radical do projeto de pesquisa e da estrutura teórica. O estudo de indivíduos em perfeito isolamento coloca entre parênteses o que aprendemos com a Escola do Interacionismo Simbólico. A adoção de uma versão simplificada dos processos cognitivos com base no “ok-ness” (tudo bem) ou “not-okay-ness” (nem tudo bem) (150) não permite inferências sobre os correlatos neurais de processos cognitivos mais complexos que são institucional ou culturalmente dependentes⁷.

Na sociologia, o campo em que me sinto mais confortável, a questão da invisibilidade foi abordada - pelo menos até agora - sem nenhuma tecnologia específica. A tentação da solução comportamentalista abriu, entre os sociólogos, mais de uma brecha, mas sempre evitando a suposição heróica da irrelevância dos processos mentais. O que aconteceu nesse sentido foi a escolha de se concentrar apenas nos “fenômenos trans-subjetivos” observá-

⁶Até onde entendo, em relação aos procedimentos de neuroimagem, minha opinião está mais próxima dos céticos do que dos estudiosos entusiastas.

⁷Sobre esse último ponto, a contribuição de Gabriel Abend é particularmente relevante. Abend se concentra em uma área específica de estudo de correlatos neurais, a da moralidade, no centro da teoria sociológica, a partir dos estudos de Émile Durkheim. Abend sustenta que o estudo da moralidade, por meio da busca de correlatos neurais, pode oferecer apenas uma contribuição parcial para a explicação dos julgamentos morais devido à sua estrutura teórica baseada em conceitos “finos” em vez de “grossos” de moralidade (Abend, 2011: 151). A distinção entre essas duas categorias de conceitos é desenvolvida com base nas reflexões de Bernard Williams (Williams, 1985), que nos levam a uma direção diferente em relação à de Geertz. Nas palavras de Abend: “Conceitos finos - por exemplo, certo, bom e permissível - avaliam um objeto. Mas eles não o descrevem. Se você diz: ‘Essa ação foi errada’, não está transmitindo nenhuma informação adicional sobre ela, além do fato de ser errada em sua opinião. Conceitual e semanticamente, você é livre para dizer que qualquer ação é errada. Por outro lado, conceitos grossos - por exemplo, dignidade, fanatismo ou moderação - fazem um trabalho duplo. Eles avaliam e descrevem um objeto simultaneamente. Tomemos, como exemplo, as frases “Essa foi uma ação brutal” e “Essa foi uma ação materialista”. Há restrições semânticas sobre o que você pode chamar de ‘brutal’ e ‘materialista’, porque essas palavras estão descrevendo essa ação além de avaliá-la negativamente” (Abend 2012: 179-180). Devido a essa simplificação teórica, essa ciência do invisível, “independentemente de outros méritos e falhas que possa ter (...) é uma ciência de apenas uma parte da moralidade” (Abend 2011: 162). Gostaria de agradecer a Iddo Tavory por ter me indicado os estudos de Gabriel Abend.

veis (Sorokin, 1928: 619) com duas opções diferentes. A primeira é caracterizada pela renúncia explícita a qualquer interpretação da associação detectada entre as variáveis observáveis. Esse é o modo da sociografia que fornece informações superficiais, em muitos casos muito úteis, pelo menos para orientar um estudo mais aprofundado. Em minha experiência de pesquisa, encontrei essa abordagem em vários estudos sobre a relação entre posição social e saúde, que documentam de forma convincente a redução observável da expectativa de vida ao passar das classes altas para a classe trabalhadora. O que frequentemente falta aqui é uma explicação para essa correlação socialmente e eticamente relevante. A segunda opção parte da análise de fenômenos trans-subjetivos, acrescentando uma interpretação ou explicação conjectural à associação detectada entre as variáveis, nem sempre adequadamente sustentada por evidências empíricas. Podemos reconhecer esse *modus operandi* no clássico estudo de Émile Durkheim sobre o suicídio, pelo menos quando o sociólogo francês passa ao largo do nível individual do comportamento suicida, tentando interpretá-lo (Durkheim 1897, tradução portuguesa 2013).

Além desse caminho comportamentalista, presente principalmente entre os pesquisadores quantitativos, embora não apenas entre eles, há uma tendência generalizada de entrar - por assim dizer - na mente dos indivíduos para estudar seus estados internos, como crenças, atitudes, valores e o significado que atribuem às suas ações⁸. Esse esforço une a pesquisa quantitativa e qualitativa, mas, como direi a seguir, a pesquisa qualitativa tem uma vantagem especial no estudo do invisível. A relevância de entrar na mente das pessoas é solidamente defendida em um marco da teoria sociológica, *The Polish Peasant in Europe and America*, publicado há mais de 100 anos por William Thomas e Florian Znaniecki (1918). Esse livro seminal introduz a noção de “definição da situação”, uma categoria cognitiva (definida como uma atitude pelos autores) que orienta as ações dos indivíduos. Ao decidir o curso a ser impresso em suas ações, os indivíduos não reagem mecanicamente ao ambiente do qual fazem parte (ao estímulo, no jargão behaviorista), mas sim à sua representação mental do ambiente. Essa ideia é expressa com

⁸Um foco exclusivo em comportamentos, especificamente comportamentos de fala, caracteriza a Análise de Conversação (Sacks 1992). A atenção variada dada à dimensão interpretativa das práticas de pesquisa qualitativa é tematizada no excelente livro de Peregrine Schwartz-Shea e Dvora Yanow, que distinguem entre “métodos positivistas qualitativos” e “métodos interpretativos qualitativos” (2012: 5-6).

clareza cristalina no famoso “Teorema de Thomas”, que afirma que “se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas conseqüências”⁹. Se, durante uma visita a um castelo escocês, eu me convencer de que um fantasma cruel habita o local e que, por razões desnecessárias de explicar, ele odeia turistas italianos e quer matá-los, um terror mortal me invadirá. O susto faz com que eu saia correndo do castelo, correndo a uma velocidade vertiginosa por algumas escadas íngremes, caindo e quebrando a perna. Assim, independentemente da minha sólida convicção, suas conseqüências - o terror mortal, a velocidade vertiginosa da corrida e a perna quebrada - tornam-se reais. Se assumirmos que pelo menos um dos objetivos da sociologia (não necessariamente o principal) é a “compreensão interpretativa da ação social” (Weber 1922, tradução portuguesa 2012), a reconstrução da definição individual da situação e, de forma mais ampla, dos estados internos individuais que determinam sua maneira de estar no mundo parece crucial¹⁰. A centralidade desses estados internos é claramente expressa pelo antropólogo francês Dan Sperber:

O projeto de antropologia científica encontra uma grande dificuldade: é impossível descrever um fenômeno cultural, uma eleição, uma missa ou um jogo de futebol, por exemplo, sem levar em conta as ideias dos participantes. Entretanto, as ideias não podem ser observadas, mas apenas compreendidas intuitivamente; elas não podem ser descritas, mas apenas interpretadas (Sperber 1982, tradução inglesa 1985: 9).

O caminho pelo qual a jornada em direção aos territórios invisíveis, ou - de forma menos poética - em direção aos estados mentais internos dos indivíduos, mostra uma estreita analogia com o *modus operandi* do médico do século XIX. Desprovidos dos instrumentos da tecnologia médica contemporânea que permitem a observação dos órgãos internos, os médicos do século XIX chegavam a diagnósticos por meio da observação meticulosa dos sinais da doença acessíveis aos seus olhos e dos sintomas relatados pelos

¹⁰Max Weber define o objetivo da Sociologia da seguinte forma: “Sociologia (no sentido aqui entendido desta palavra empregada com tantos significados diversos) significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e, assim, explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos. Por “ação” entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação “social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto ao sentido visado pelo agente ou agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso.” (Weber 1922, tradução portuguesa 2012: 3).

pacientes em seus discursos. Os médicos observavam, por exemplo, a condição da pele e das membranas mucosas, a postura e o modo de andar do paciente. Em seguida, com a ajuda de um relógio, o médico media a frequência cardíaca e, com um estetoscópio, auscultava o tórax para ouvir o funcionamento da respiração. Esses sinais eram geralmente integrados à reconstrução dos sintomas por meio dos discursos dos pacientes oportunamente solicitados para esse fim. Na leitura desses discursos, uma versão das “narrativas da doença” (Kleinmann 1988; Bury 2001) que emerge em um “contexto institucional” (Hydén, 1997: 62), o médico, além de superar o ceticismo em relação às versões dos pacientes sobre sua experiência de sofrimento (48), tem de enfrentar alguns obstáculos, familiares a qualquer pesquisador social. Os pacientes podem ter algumas dificuldades para expressar suas experiências em palavras, principalmente se não tiverem instrução ou, em termos mais amplos, se não compartilharem o código de comunicação do médico. A memória pode ser outra fonte de dificuldade: os pacientes podem esquecer alguns detalhes relevantes de suas experiências corporais ou reformulá-los de forma confusa. As emoções podem interferir na lembrança das experiências de sofrimento e na expressão delas em um discurso. Por fim, os aspectos psicodinâmicos devem ser lembrados: um paciente pode negar ou modificar aspectos de sua experiência de doença para proteger o **Self**¹¹.

De qualquer forma, por meio da combinação dessas informações, o médico do século XIX chega a um diagnóstico baseado em uma representação conjectural das condições dos órgãos internos que permite o reconhecimento de uma síndrome específica e prescreve uma terapia. Auxiliado apenas por um conjunto de instrumentos decididamente rudimentares, o médico acessa o invisível seguindo o modelo da semiótica médica, com base no que Carlo Ginzburg (1978, tradução do inglês 2013) define como “paradigma evidencial”. Ginzburg reconhece as raízes ancestrais desse modelo de conhecimento na prática da caça. Foi por meio desse modelo de conhecimento que o homem primitivo aprendeu “a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados” (Ginzburg, 1978, tradução para o português 1989: 151). Era o mesmo estilo cognitivo que orientava a

¹¹Para uma comparação entre relações clínicas e pesquisa social, ver Turato (2018: 308 e seguintes).

arte mesopotâmica da adivinhação e a escola médica hipocrática, o acesso ao invisível por meio de rastros, sinais, pistas. No final do século XIX, o paradigma evidencial surgiu com mais força por meio das obras de três intelectuais diferentes: Giovanni Morelli, Conan Doyle e Sigmund Freud. Giovanni Morelli foi o inventor de um método singular de atribuição de obras de arte pictóricas, por meio do qual era possível distinguir entre obras de arte autênticas e falsas. Morelli concentrou sua atenção em detalhes insignificantes que teriam sido menos influenciados pela escola do artista. Especificamente, ele se concentrou nos lóbulos das orelhas, nas unhas e nas formas dos dedos das mãos e dos pés, procurando a personalidade do pintor “onde o esforço pessoal é menos intenso” (Ginzburg, 1978, tradução portuguesa 1989: 146). O detetive Sherlock Holmes - o protagonista dos romances de Conan Doyle - age da mesma forma: ele é celebrado por sua capacidade de reconhecer um culpado a partir de pistas marginais e aparentemente irrelevantes. Holmes aqui também é o verdadeiro herói da inferência abduativa (ver Eco e Sebock 1988), típica da pesquisa qualitativa (Schwartz-Shea, Yanow 2012: 26-34). Tanto em Morelli quanto em Sherlock Holmes, emerge uma atitude relevante para o estudo qualitativo de fenômenos sociais, a sensibilidade investigativa, desenvolvida com eficácia por Jack Douglas por meio do cultivo sistemático da “suspeita pensada” (Douglas, 1976: 147)¹². Da mesma forma, a leitura de sintomas, em vez de sinais ou pistas pictóricas, é o trabalho do pai da psicanálise Sigmund Freud, que reconheceu - embora não tão abertamente - sua dívida intelectual com Morelli (Ginzburg 1978, tradução em português 1989: 147-148)¹³.

Quando um sociólogo quantitativo “mede” o nível de autoritarismo de um indivíduo por meio da escala de atitude de Theodor Adorno, ele, na realidade, usa pistas, sinais dessa “síndrome” expressos pela resposta estruturada aos itens que compõem a escala. Essa maneira de fazer isso não parece muito distante daquela do médico do século XIX que pergunta ao paciente sobre seu apetite ou cansaço ao subir escadas. Da mesma forma, quando um etnógrafo tenta interpretar os significados subjetivos dos rituais religiosos, ele obser-

¹²O adjetivo “investigativo” não se refere às conotações policiais ou disciplinares da pesquisa social, mas ao jornalismo investigativo, que Douglas vê emblematicamente representado por Lincoln Steffens, autor de importantes reportagens sobre a corrupção política e econômica dos Estados Unidos no início do século passado. O que Douglas incentiva é, antes de tudo, a adoção de uma disposição crítica, de ceticismo sistemático sobre o que observamos e ouvimos em campo.

¹³Para uma leitura da contribuição de Freud no quadro da pesquisa qualitativa, ver (Turato 2018: 104-105, 217-218).

va as interações entre os participantes nos espaços litúrgicos e, em seguida, tenta acessar os significados que os participantes têm dessa experiência por meio do diálogo com eles. Novamente, essa mistura de observação e diálogo não parece tão distante da prática de um médico do século XIX de observar a postura e os movimentos dos pacientes e depois perguntar a eles sobre suas experiências da doença. Além dessas analogias palpáveis - a invisibilidade do que acontece sob a pele do observador e a opacidade de suas experiências para o observado - surge uma diferença relevante. Em um exame médico, é razoável supor que o paciente forneça ao médico toda a cooperação que puder devido à urgência que o levou a decidir ir ao médico. Desse ponto de vista, o caso dos encontros de pesquisa social é completamente diferente. O grau de cooperação da conformidade está longe de ser garantido no contexto da pesquisa social. É difícil acreditar que as pessoas interrogadas sobre como veem o mundo, seus ideais ou - sendo impossível observá-las diretamente - seus comportamentos habituais respondam com o mesmo grau de cooperação que teriam durante um exame médico. O sociólogo canadense Erving Goffman, que fez da interação na vida cotidiana um de seus principais objetos de estudo, documentou de forma eloquente que o que mais importa para as pessoas nas interações sociais - e, portanto, na interação constituída por uma pesquisa específica - é “salvar a própria face”, evitar o constrangimento ou criar uma má impressão, mesmo que seja necessário fazer alguns ajustes nas respostas dadas a um entrevistador ou polir, sob o olhar indiscreto de um observador, os aspectos mais nítidos do comportamento (Goffman, 1956). As reflexões de Maria Cecília Minayo estão na mesma página, evocando a noção de invisibilidade por meio da intangibilidade.

A inatingibilidade do objeto se explica pelo fato de que as ideias que se fazem sobre os fatos são sempre mediadas pelo sujeito (sua história, formação, ideias) e, portanto, são imprecisas, parciais e mais imperfeitas que a totalidade em observação (Minayo, 2014: 172)¹⁴.

Está bastante claro que nossos dados não são apenas “car-

¹⁴Adotando a estrutura teórica do antropólogo Gerald Berreman, Minayo enriquece a noção de bastidores de Goffman com o conceito de “região interior”, definido como: “à parte íntima da vivência de uma comunidade. Essa região pode ser mais ampla ou mais restrita, diz ele, mas qualquer grupo guarda seus segredos, seu lado oficial e tem sua estratégia comportamental no dia a dia (Minayo, 2014: 214). Minayo, em seu manual, acrescenta algumas sugestões para arrancar as paredes internas da região, como tirar proveito das situações de conflito e ganhar a confiança de sujeitos liminares ou indivíduos que não pertencem totalmente ao grupo estudado ou estão em conflito com ele (ibidem: 215-216).

regados de teoria” (Hanson, 1958), mas também “carregados de confiança”. A qualidade das informações que coletamos sobre os participantes depende profundamente do nível de confiança que adquirimos, que, segundo Minayo, não pode ser total: “é importante que todo investigador social saiba que nenhum grupo falará totalmente a verdade sobre sua realidade social” (Minayo, 2014: 214). Em suma, pode-se dizer que, no estudo de fenômenos sociais, a cooperação dos participantes é ao mesmo tempo indispensável - embora não resolutiva (pensando na questão da opacidade) - e incerta. E é nesse terreno escorregadio que a pesquisa qualitativa oferece uma contribuição importante.

A maneira pela qual os dados são coletados na pesquisa qualitativa, de forma intensiva, flexível e interativa, fornece ao pesquisador não apenas informações sobre os traços culturais analisados, mas também o grau de cooperação oferecido pelos participantes¹⁵. Devido ao tipo de relacionamento que é estabelecido na pesquisa qualitativa entre os participantes e o pesquisador, este último pode contar com um grande número de pistas sobre o grau de cooperação dos participantes e sobre como isso muda (para melhor ou pior) durante seu relacionamento com eles. Em uma entrevista aberta ou livre, os participantes precisam se expressar com suas próprias palavras, combinando-as com uma coloração emotiva específica (e tematizada pelo pesquisador) e, possivelmente, com alguma metacomunicação sobre o relacionamento com o entrevistador: “Estou lhe dizendo isso porque você pode me entender”. Uma situação mais favorável surge com os métodos de pesquisa baseados na participação do pesquisador em suas vidas. A dimensão longitudinal desses métodos (observação naturalista e participante, experimento de campo e *shadowing*¹⁶) tem um duplo impacto sobre a cooperação dos participantes. De um ponto de vista, o tempo passado juntos permite que o pesquisador coloque em prática as virtudes investigativas, destacadas por Jack Douglas, que podem ajudar a superar as barreiras que os participantes levantam para proteger as fronteiras de seu mundo interior. Independentemente de essa descoberta ser obtida ou não, a observação repeti-

¹⁵Esses aspectos da coleta de dados qualitativos serão mais detalhados no Capítulo 2.

¹⁶A palavra inglesa *shadowing* é difícil traduzir para o português (assim como é difícil traduzir para o italiano). O *shadowing* é uma técnica de observação *sui generis* que envolve, como sugere o termo inglês - shadow, sombra - sugerindo que a pessoa que conduz o estudo observa uma outra pessoa como uma sombra, seguindo-a durante um certo número de horas por dia durante um período de tempo geralmente bastante curto, da ordem de algumas semanas. Sobre o *shadowing* ver McDonald, Simpson (2014).

da das interações dos participantes, entre eles e com o pesquisador - e esse é o segundo ponto - fornece mais informações sobre o grau de cooperação dos participantes. As respostas rápidas a um questionário ou os comportamentos controlados por scripts dos indivíduos envolvidos em um experimento sociológico de laboratório não fornecem a mesma quantidade de informações.

Para concluir, a relevância do invisível, do mundo interior dos indivíduos, parece inquestionável e, da mesma forma, é inquestionável a necessidade da cooperação dos participantes para compreender algo desse mundo. Devido à sua capacidade especial de harmonizar os procedimentos de coleta de dados com o contexto de seu uso, a pesquisa qualitativa tem uma vantagem única na avaliação do grau de cooperação dos participantes com o qual o pesquisador pode contar.

1.2 AS DUAS MUSAS DA PESQUISA SOCIAL: QUALIDADE E QUANTIDADE

Nesta seção, as duas musas da pesquisa social, as abordagens quantitativa e qualitativa, são colocadas lado a lado, principalmente para permitir que a especificidade da última venha à tona. Com esse objetivo, minha descrição das características da pesquisa quantitativa será incompleta e, provavelmente, um pouco tendenciosa. Comecei minha carreira de pesquisador como coletor de dados quantitativos (*data-cruncher*), e meu primeiro curso - como professor contratado - foi sobre estatística. Com a minha tese de doutorado, passei para a área de pesquisa qualitativa, na qual continuo a trabalhar com acadêmicos quantitativos, fazendo, com eles, minha parte da pesquisa qualitativa¹⁷. Sem dúvida, meu coração bate pela pesquisa qualitativa, e é por isso que minha discussão tem possíveis vieses. Nesse sentido, o primeiro aspecto que merece atenção é a semelhança entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa. A seção anterior concentrou-se na primeira semelhança, a necessidade comum de lidar com a questão da invisibilidade, embora com um tipo diferente de envolvimento. Se, no caso da pesquisa qualitativa, é difícil pensar em um estudo que não tematize o significado que os participantes atribuem às suas

¹⁷Na minha opinião, a combinação de solicitações de dados qualitativos e quantitativos é um assunto coletivo, ou seja, uma equipe em que as duas musas da pesquisa científica são homenageadas com acadêmicos competentes. Sobre esse ponto, consulte, também, a nota 35 deste capítulo.

ações, boa parte dos estudos quantitativos, seguindo o conselho de Durkheim, considera apenas fatos sociais, como taxas de mortalidade, duração de casamentos e diferenças salariais entre subpopulações relevantes. Quando a questão da invisibilidade é enfrentada, as estratégias quantitativas e qualitativas diferem muito. Em ambos os casos, a principal ferramenta lógica é o **argumento do sinal** (Walton, Reed ; Macagno, 2008: 329), que pressupõe sinais observáveis como sintomas ou efeitos da propriedade não observável. Se a propriedade for o autoritarismo, um sintoma quantitativo pode ser a resposta “concordo totalmente” a um item da escala F de autoritarismo da Califórnia, como: “A obediência e o respeito à autoridade são as virtudes mais importantes que as crianças devem aprender”. O mesmo tópico estudado em uma pesquisa qualitativa, por exemplo, a etnografia de um partido populista na Europa ou no Brasil, consideraria como sinais de autoritarismo os processos de decisão observados durante os primeiros seis meses do período de governo, o espaço dado aos partidos oponentes e as políticas executadas em relação às pessoas mais pobres e às minorias culturais, além de muitos outros aspectos do clima político que podem surgir por acaso durante o trabalho de campo. Além dos aspectos da duração do trabalho de campo e das práticas observáveis tematizadas, as principais diferenças lógicas entre as duas abordagens consideradas são que, na pesquisa quantitativa, a definição do argumento do sinal, a escolha de pistas que podem sugerir a disposição autoritária, precede os procedimentos de coleta de dados; na pesquisa qualitativa, por outro lado, é contemporânea ou sucessiva a ela¹⁸. Na pesquisa quantitativa, o argumento do sinal está incorporado na definição operacional das variáveis. Na pesquisa qualitativa, o argumento do signo é delineado em “conceitos sensibilizadores” (Blumer, 1969: 147-148) que orientam o olhar do pesquisador no campo e é completado durante o trabalho de campo ou no último estágio da análise de dados¹⁹.

O segundo ponto em comum relevante entre a pesquisa

¹⁸No texto, estou me referindo à maioria dos procedimentos empíricos na pesquisa quantitativa. Há, como se pode imaginar, algumas exceções a essa regra. Por exemplo, na análise fatorial exploratória, o argumento do sinal surge durante a leitura do resultado, interpretando *osfactor loading*, as correlações entre as variáveis observadas e latentes, para dar um nome (um procedimento muito interpretativo) aos fatores extraídos.

¹⁹“Enquanto os conceitos definitivos fornecem prescrições sobre o que deve ser visto, os conceitos sensibilizadores apenas sugerem direções ao longo das quais se deve olhar” (Blumer 1969: 148).

qualitativa e a quantitativa refere-se à sua vocação compartilhada para a generalidade. Essa ideia é solidamente expressa por Raymond Boudon e François Bourricaud em seu *Dicionário Crítico de Sociologia*:

Mesmo quando o sociólogo analisa um fenômeno específico (seja uma gangue de delinquentes, um episódio histórico ou uma característica particular de uma determinada sociedade), seu objetivo raramente é explicar esse objeto em sua particularidade, mas sim interpretá-lo como a realização particular de estruturas mais gerais (Boudon e Bourricaud 1982, tradução portuguesa 2006: 206).

A vocação para a generalidade adotada pela pesquisa quantitativa é evidente. Em uma pesquisa, a amostra afirma falar pela população de onde veio. Em um experimento de laboratório, os resultados são considerados gerais, frequentemente sustentando essa afirmação por uma ideia de homogeneidade ontológica dos sujeitos estudados (típica dos experimentos enquadrados na teoria da escolha racional, que pressupõe a universalidade das características próprias do *homo oeconomicus*) ou invocando um tipo de “inferência teórica” (Gomm; Hammersley ; Foster, 2000: 103).

Há uma divergência considerável sobre essa questão no arquipélago mais heterogêneo da pesquisa qualitativa (consulte o Capítulo 2). Em primeiro lugar, há uma discussão acalorada sobre a viabilidade e a adequação da “generalização” para resultados qualitativos. Alguns estudiosos afirmam que a extensão do escopo das unidades estudadas para unidades análogas não estudadas é totalmente inadmissível. Há uma espécie de aversão profunda, às vezes repugnância, em relação a essa operação lógica vista como sinônimo de uma generalização semelhante a uma lei nomológica, com uma pretensa aplicabilidade transcultural (Lincoln ; Guba, 1985: 110)²⁰. Para evitar esse pecado mortal, recomenda-se o foco exclusivo nos casos estudados, com um forte compromisso com uma descrição rica ou espessa dos casos analisados (Denzin e Lincoln 2005a: 12), que deve ser “exclusivamente adequada” (Denzin e Lincoln 2005b: 379). Essa posição ecoa a advertência de Clifford Geertz que, em *The Interpretation of Cultures*, escreve: “a tarefa essen-

²⁰Estranhamente, o mantra da não generalização, geralmente recitado por pesquisadores quantitativos para menosprezar os qualitativos, torna-se motivo de orgulho entre os acadêmicos pós-modernistas.

cial da construção teórica não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições minuciosas; não generalizar através dos casos, mas generalizar dentro deles.” (Geertz 1973, tradução portuguesa 1989: 18). A demanda por uma generalização do tipo lei nomológica parece estar fundamentada em um otimismo exagerado sobre o que as ciências sociais podem realmente aspirar. O limite ontológico das afirmações universais é, a esta altura, bastante óbvio. O que aprendemos com os estudos antropológicos é que aquilo a que podemos legitimamente aspirar só pode ser o “conhecimento local” limitado pelo tempo e pelo espaço (Geertz, 1983; 1986); ou, passando da antropologia para a sociologia, algumas “teorias de médio alcance” com foco em questões específicas²¹.

Relacionada a essa postura radical está a posição de quem admite a possibilidade de estender o alcance dos resultados da pesquisa qualitativa, mas se sente desconfortável com o jargão estatístico comumente usado para denotar isso, por exemplo, generalização, amostra e população²². Nessa área, temos muitas posições diferentes que propõem termos alternativos e uma estrutura teórica alternativa para a extensão dos resultados adquiridos de casos/casos estudados para os análogos não estudados. A versão mais simples desse processo é a chamada “generalização natu-

²¹Robert Merton define as teorias de médio alcance como “teorias que se situam entre as hipóteses de trabalho menores, mas necessárias, que se desenvolvem em abundância durante a pesquisa cotidiana e os esforços sistemáticos e abrangentes para desenvolver uma teoria unificada que explique todas as uniformidades observadas no comportamento social, na organização social e na mudança social” (Merton 1968: 39). Merton ilustra essa noção por meio de um conjunto de teorias que ele define como de médio alcance, entre as quais a mais clara (e provavelmente a mais conhecida) é a teoria dos grupos de referência (40-41). A teoria dos grupos de referência explica a sensação de privação relativa de um indivíduo como consequência do grupo de referência comparativo adotado (se, ao avaliar meu salário, eu me comparar com os outros membros do meu departamento, posso estar bastante satisfeito; se, por outro lado, eu eleger como meu grupo de referência comparativo os professores titulares de Harvard, é possível sentir uma profunda privação relativa). Em um ensaio dedicado à análise do direito em uma perspectiva comparativa, Clifford Geertz define a noção de conhecimento local nestes termos: “Como a navegação, a jardinagem, a política e a poesia, o direito e a etnografia são ofícios do lugar: eles funcionam à luz do conhecimento local” (Geertz 1983: 167; tradução portuguesa 2014). O que Geertz relaciona à etnografia pode ser legitimamente estendido a todas as pesquisas qualitativas: os antropólogos rotulam como etnografia todas as práticas de pesquisa que os sociólogos distinguem em observação participante, entrevistas em profundidade, análise documental, observação naturalista, sombreamento e assim por diante. A análise elaborada por Geertz se concentra em uma questão específica, a lei, desenvolvida em uma perspectiva comparativa. Combinando - com alguma liberdade filológica - as ideias expressas por Merton e Geertz, é possível sustentar que as áreas nas quais é possível reconhecer algumas regularidades e aplicar o procedimento lógico de extensão de escopo - essas áreas são limitadas pelo espaço e pelo tempo.

²²Em um livro sobre amostragem na pesquisa qualitativa, o autor Nick Emmel, distante da perspectiva pós-modernista que sustenta a rejeição radical da generalização, abre sua Introdução com o que segue: “Realmente não tenho certeza de que o verbo ‘amostragem’ faça justiça ao ato de escolher casos na pesquisa qualitativa. Amostragem, no sentido mais usado em pesquisas, refere-se a duas atividades: primeiro, definir uma população da qual será retirada uma amostra e da qual a amostra será representativa; e, segundo, garantir que cada pessoa ou coisa dessa população predefinida tenha uma chance de inclusão maior que zero e possa ser medida. Nenhuma dessas regras (...) se aplica à escolha de casos na pesquisa qualitativa” (Emmel 2013: 1). Sobre o processo de amostragem na pesquisa qualitativa, ver Turato (2018: capítulo 8, em especial páginas 356-358).

ralista” (Lincoln e Guba 1985: 119-120) que, em poucas palavras, pode ser definida como uma espécie de reconhecimento de que o que emerge do estudo de um caso pode ser aplicado a outros casos. O ônus da prova, por assim dizer, nesse caso, recai sobre o leitor que, ao receber a descrição do(s) caso(s) estudado(s), reconhece em suas características algo que pode ser aplicado a outros contextos. Essa ideia é desenvolvida na noção de transferibilidade elaborada por Lincoln e Guba (1985). A noção elabora a ideia de generalização naturalista para encaixá-la no processo de extensão analógica. Os autores definem a extensão dos resultados de (um) caso(s) estudado(s) para outro(s) caso(s) análogo(s) por meio da metáfora da comunicação. Portanto, temos um contexto emissor, o estudado, e um contexto receptor, o alvo da extensão analógica. A “descrição espessa” (Geertz 1973: tradução portuguesa 1989: capítulo 1) de ambos autoriza a passagem do contexto de envio para o contexto de recepção. A descrição espessa do contexto emissor é dever do autor da pesquisa, e a descrição espessa do contexto receptor é responsabilidade do leitor ou, em um sentido mais amplo, da comunidade científica, que identifica semelhanças entre os dois objetos do argumento da analogia²³. Passando da abordagem que podemos chamar de “baseada no leitor” para outras mais convencionais, duas estratégias principais podem ser brevemente ilustradas aqui. A primeira está enraizada em todas as diferentes versões da teoria fundamentada, recorrendo ao procedimento de “saturação teórica”²⁴. Todas as escolas da teoria fundamentada reconhecem plenamente a legitimidade da operação lógica da sinédoque, pela qual é possível dizer algo sobre o todo, partindo da ob-

²³O argumento da analogia será explicado no Capítulo 3.

²⁴É comum distinguir três gerações de estudiosos da teoria fundamentada, indicadas por três livros importantes. A primeira é a dos fundadores, Barney Glaser e Anselm Strauss, com *The Discovery of Grounded Theory* (1967). A segunda geração é a que se originou de uma pequena cisma; o livro que inspirou essa geração é o de Anselm Strauss e Juliet Corbin, *Basics of Qualitative Research* (1990). A terceira geração é a de Kathy Charmaz, que defendeu uma versão construtivista da teoria fundamentada no livro *Constructing Grounded Theory* (2006). A interpretação da evolução da *grounded theory* pode ser identificada no papel desempenhado pela pré-compreensão: excluída pelos fundadores, tolerada pela segunda geração e totalmente aceita pela terceira. Na literatura brasileira que consultei, encontrei referências explícitas à saturação teórica no sentido original de Glaser e Strauss no livro de Egberto Ribeiro Turato (2018: 363-364) que apresenta esse procedimento como uma das formas possíveis (o autor ilustra três) de construção da amostra em pesquisas clínico-qualitativas. O conceito de saturação teórica também é ilustrado no manual mais recente de Taquette e Borges, onde lemos: “Na pesquisa qualitativa, em geral, interrompe-se a coleta de dados quando se percebe que o leque de características sobre o tema pesquisado já foi apresentado e as informações começam a se repetir. A partir do momento em que isso acontece, a coleta de dados pode ser finalizada” (2020: 79). Alguns autores, em algumas páginas antes, também se referem a um procedimento que, neste livro, é definido como extensão analógica: “A pesquisa qualitativa não permite a generalização do conhecimento produzido, mas ele pode ser transferido para situações e contextos semelhantes.” (Ibidem: 46).

servação de uma de suas partes²⁵. A ideia principal da abordagem da teoria fundamentada é que o tamanho e o perfil da amostra não podem ser definidos antecipadamente. O tamanho da amostra só pode ser definido no campo por meio da análise sistemática do material empírico adquirido progressivamente. Por meio dessa análise de dados, o pesquisador define (apenas indutivamente para a primeira geração, e abduktivamente para as outras) algumas categorias (códigos) empiricamente fundamentadas. Enquanto o crescimento do conjunto de unidades de informação produzir um enriquecimento da categoria, o tamanho da amostra deverá ser aumentado. Quando, no jargão econômico, a utilidade marginal da última unidade de informação adicionada à amostra é zero, o processo de amostragem pode ser interrompido: a saturação teórica foi atingida²⁶.

A segunda estratégia substitui a ideia de representatividade da parte como um requisito necessário para a extensão do que é observado ao todo, típica da pesquisa quantitativa, pelo requisito da eloquência. Essa ideia é expressa de forma clara e eficaz por Janice Morse, que defende que, para obter “dados excelentes”, é necessário localizar “participantes ‘excelentes’” ou, em um sentido mais amplo, unidades de observação excelentes que possam funcionar como “os melhores exemplos” dos fenômenos estudados (Morse 2007: 231, 234)²⁷. Nessa perspectiva, a ideia de adquirir - por meio da amostra - uma *miniatura* do todo, para ser autorizado a dizer algo sobre ele (implicitamente evocada também pela abordagem da teoria fundamentada), é descartada. O que se busca é garantir alguns “casos ricos em informações” (Patton 2015: 264-265) por meio de uma seleção intencional de unidades de observação²⁸. Nessa perspectiva - desenvolvida no Capítulo

²⁵O uso do tropo clássico da sinédoque para definir o procedimento de amostragem se deve a Howard Becker: “Precisamos da amostra para convencer as pessoas de que sabemos alguma coisa sobre toda a classe. Esta é uma versão do tropo clássico da sinédoque, uma figura de retórica em que usamos uma parte de algo para remeter o ouvinte ou leitor a tudo a que ela pertence” (Becker 1998, tradução portuguesa 2007: 85-86). Na Seção 4.2, será discutida uma versão específica e reduzida da sinédoque, mais adequada à pesquisa qualitativa.

²⁶Uma das principais críticas feitas à saturação teórica diz respeito à arbitrariedade da decisão tomada por quem conduz a pesquisa. O tema é abordado por Turato, que insere uma ferramenta interessante para reduzir a arbitrariedade: avaliação de pares: “seus pares [da pessoa comprometida na pesquisa] - colegas de atividades de pesquisa - poderão apreciar a situação e dar o aval acadêmico” (Turato 2018: 363). Não tenho certeza se isso funcionará, mas é interessante para se pensar.

²⁷Janis Morse incorpora essa noção - que eu enquadrei como eloquência - em um ensaio dedicado à elaboração do procedimento de amostragem da teoria fundamentada, orientado pelas metas de saturação teórica. O ensaio apresenta dois conjuntos de princípios destinados a orientar os procedimentos de amostragem: princípios gerais para a pesquisa qualitativa e princípios específicos pensados para a teoria fundamentada. O princípio - em minhas palavras - da eloquência (localizar participantes excelentes) pertence ao primeiro conjunto de princípios (Morse 2007: 229).

4 - a extensão dos resultados obtidos por meio da observação de um punhado de casos (às vezes apenas um ou dois) é orientada por pressupostos teóricos que definem os limites ou a condição da extensão. Mais corretamente, podemos falar de *extensão condicional*, cientes tanto dos limites ontológicos que investem os fenômenos sociais (veja anteriormente a questão do conhecimento local) quanto da dependência de nosso conhecimento de um conjunto de suposições consideradas certas para nossos propósitos (Wittgenstein 1969: §205; Hammersley 1999: 582)²⁹.

Voltando à comparação entre a pesquisa quantitativa e a qualitativa, verifica-se que nesta última há uma grande heterogeneidade na maneira como a extensão do alcance dos resultados da pesquisa é buscada (incluindo a ideia de sua impossibilidade ou inoportunidade). Outra diferença importante está relacionada ao uso da sinédoque. Na pesquisa quantitativa, o procedimento de amostragem (que pode ser definido como a definição operacional de casos) é planejado em todos os seus detalhes antes do procedimento de coleta de dados. A dimensão da amostra é calculada considerando-se a diversidade das variáveis relevantes e as estratégias de amostragem (por exemplo, amostragem simples, estratificada, em vários estágios e por conglomerados) adotadas. Quando as operações de amostragem são concluídas, não é possível fazer alterações no plano de amostragem; tudo o que pode ser feito nesse estágio é estimar o viés da amostra devido ao atrito ou a erros sistemáticos. Na pesquisa qualitativa, os procedimentos de seleção de casos prosseguem junto com a coleta de dados e são orientados especificamente por seus resultados em andamento. A seleção de casos não termina com o fim da coleta de dados. Durante a análise dos dados, ainda é possível remodelar o conjunto de unidades de observação, excluindo da análise aquelas que não satisfazem os requisitos dos critérios de eloquência³⁰. O primeiro movimento na direção do ajuste da amostra é o que Rosaline Barbour define como “amostragem de segundo estágio” (Barbour 2007: 73). Prin-

²⁸Na literatura sobre metodologia qualitativa, o adjetivo “proposital” é normalmente preferido ao “intencional” adotado aqui. Michael Quinn Patton oferece dois bons motivos, com os quais concordo (Patton 2015: 265). Primeiro, o significado de intencional (*purposeful*) é mais claro do que proposital (*purposive*) entre os participantes leigos. Segundo, o termo intencional, relacionado a um tipo de amostra, é usado por estatísticos para definir um tipo de amostra de cota destinada a representar - embora não probabilisticamente - a população.

²⁹Na Seção 3.2, essas ideias serão enquadradas na noção de plausibilidade condicional.

³⁰Todas essas operações precisam ser contabilizadas e defendidas quanto à sua adequação para evitar o viés de escolha seletiva ou, mais formalmente, a seleção ad hoc de casos que possam corroborar as declarações que defendemos.

principalmente nos métodos focados em indivíduos, como entrevistas, ou em pequenos grupos, como grupos de foco (consulte o Capítulo 2), bem como em todos os outros métodos de pesquisa qualitativa, selecionamos casos, esperando sua eloquência, guiados por pistas (principalmente informações de fácil acesso), como papel social (por exemplo, mães solteiras), condição corporal ou de saúde (pessoas surdas ou sobreviventes de ataques cardíacos), gênero, educação, convicção política ou orientação religiosa (membros atuais ou ex-membros de um partido ou de uma organização religiosa)³¹. Às vezes, acontece que as pistas que escolhemos não são apropriadas e não há heterogeneidade suficiente entre nossos casos, discursos ou experiências. Quando isso acontece, parece ser necessário um tipo de “recarga”. A partir das informações adquiridas em campo, novos critérios (pistas) para a seleção de casos - talvez mais fundamentados teoricamente - serão adotados e novos casos serão acrescentados. O segundo passo é “retirar” dos casos coletados aqueles que não são suficientemente eloquentes para nossos propósitos. O motivo dessa exclusão (“seleção secundária”) é que, na análise qualitativa, uma grande quantidade de dados irrelevantes para as perguntas da pesquisa é um verdadeiro impedimento para a análise (consulte Morse 2007: 233). Portanto, para lidar melhor com a dificuldade da análise aprofundada dos dados, podemos reduzir o tamanho da amostra (sobre esse ponto, consulte a nota 30 sobre o risco de viés de seleção seletiva).

A terceira e última semelhança relevante entre a pesquisa qualitativa e quantitativa que merece ser examinada é a obrigação comum de responsabilidade de todos os procedimentos de pesquisa. Na pesquisa quantitativa, essa obrigação é honrada por meio da exibição das definições empíricas que orientaram a coleta de dados e por meio da ilustração dos modelos estatísticos aplicados, fornecidos com as medidas apropriadas de adequação e significância estatística. A mesma obrigação insiste em que a pesquisa qualitativa mostre como se chegou à representação dos fenômenos estudados. Os pesquisadores qualitativos não podem exibir as definições operacionais com as quais eles “mediram” o(s) contexto(s) estudado(s) nem medir o “grau de incerteza” (King, Keohane e Verba 1994: 31-33) com o qual as afirmações ou a equivalência dos

³¹Turato define este procedimento como composição da amostra por variedade de tipos (Turato 2018: 367-368).

modelos quantitativos, as metáforas desenvolvidas em sua pesquisa se ajustam aos dados ou podem ser estendidas com confiança a contextos análogos. O que pode e deve ser feito na pesquisa qualitativa é descrever todas as etapas relevantes da pesquisa em um relato reflexivo (no sentido de Altheide e Johnson, 1994) para permitir que a comunidade científica avalie a plausibilidade dos resultados propostos (consulte a Seção 6.2).

Depois de definir os pontos em comum entre a pesquisa quantitativa e a qualitativa e indicar algumas diferenças, agora parece possível uma síntese integrada das diferenças. Por esse motivo, e para o restante do meu discurso sobre a pesquisa qualitativa, é necessária uma reflexão sobre como a distinção pode ser elaborada. Há duas maneiras de fazer isso: pela lógica binária ou multimodal. A lógica binária é a maneira usual de definir uma distinção, com base no princípio aristotélico do meio excluído, segundo o qual um sujeito pode ser A ou não-A, mas não ambos. As limitações dessa maneira de fazer distinções foram sentidas por todos nós, tanto na experiência cotidiana quanto em nossa atividade científica. O desconforto com a lei do meio excluído, a lógica binária “impecável”, foi recentemente expresso por Yvonna Lincoln e Egon Guba, que invocaram diferentes “regras informais de lógica”, uma “lógica difusa”, que permite distinções menos rígidas (Lincoln e Guba 2013: 28-29). O que esses autores estão buscando, a lógica difusa, foi formalizada pelo engenheiro Loftly Askar Zadeh em 1965 e, para nossos propósitos, podemos nos beneficiar de sua contribuição, embora ela esteja distante da natureza informal da pesquisa qualitativa. Com Zadeh (1965), aprendemos que, na lógica difusa (fuzzy), a pertença do elemento genérico x ao conjunto fuzzy A é expressa por uma função de pertinência contínua cujos valores estão incluídos no continuum entre 0 e 1. Para o elemento genérico x , um valor de pertença a A igual a 0 indica que x não tem nenhuma das propriedades que definem A ; um valor de associação de 1 indica que x possui totalmente essas propriedades. Valores intermediários de pertencimento indicam a intensidade da afinidade entre x e A . A especificidade desses dois tipos de lógicas pode ser ilustrada por um exemplo expresso por meio da Teoria dos Conjuntos.

Já disse que, na lógica binária clássica, um elemento genérico x pode pertencer ou não ao conjunto A . Por exemplo, João

pode ou não pertencer ao conjunto de adultos, de acordo com a definição de idade adulta. Se o limite for 18, e o aniversário de 18 anos de João foi ontem, ele definitivamente pertence ao conjunto de adultos. Agora vamos considerar três outras pessoas: Clara, Ricardo e Eveline. Clara é um bebê de 3 anos, Ricardo é um adolescente que comemorou seu 17º aniversário há seis meses e Eveline é uma mãe de 25 anos. Na lógica binária, como 18 anos é o limite da idade adulta, Clara e Ricardo também não são adultos, independentemente das diferenças de idade. John e Eveline são igualmente adultos. Entre Ricardo, de 17 anos e meio, e João, de 18 anos, há diferenças drásticas na idade adulta ou é mais uma questão de grau? Clara e Ricardo são, de fato, semelhantes por não serem adultos? As diferenças entre os quatro casos considerados podem ser representadas de forma mais adequada por meio da lógica difusa. Com base nisso, poderíamos dizer que Clara, o bebê de 3 anos, pertence ao conjunto de adultos com um valor de associação muito baixo, por exemplo, 0,1. A medida de pertencimento de Ricardo, de 17 anos e meio, ao conjunto de adultos sobe para 0,7, um valor que seria de 0,75 para João, de 18 anos, e 0,89 para Eveline, de 25 anos. As duas maneiras de fazer uma distinção podem ser ilustradas por duas figuras que expressam o pertencimento ao conjunto de adultos de acordo, respectivamente, com a lógica binária (Figura 1.1) e a lógica difusa (Figura 1.2)³². As distinções feitas pela adoção da lógica bimodal têm o mérito da parcimônia, mas não o da adequação (consulte Kosko 1993: 21).

Para delinear a distinção - de forma binária ou difusa - entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa, os três *loci* clássicos

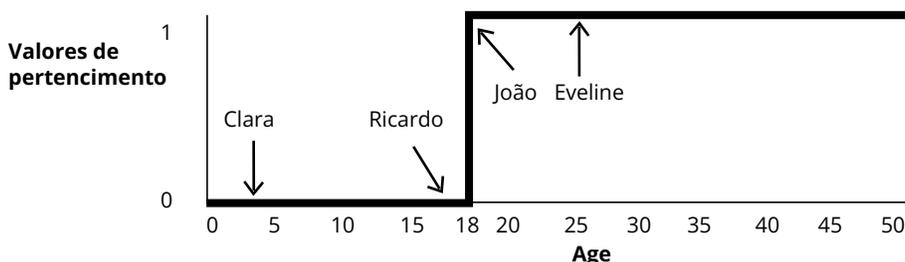


Figura 1.1 Associação do conjunto de adultos na lógica bimodal

³²As duas figuras são uma adaptação das apresentadas por Bart Kosko em sua intrigante introdução ao "pensamento difuso" (Kosko 1993: 35).

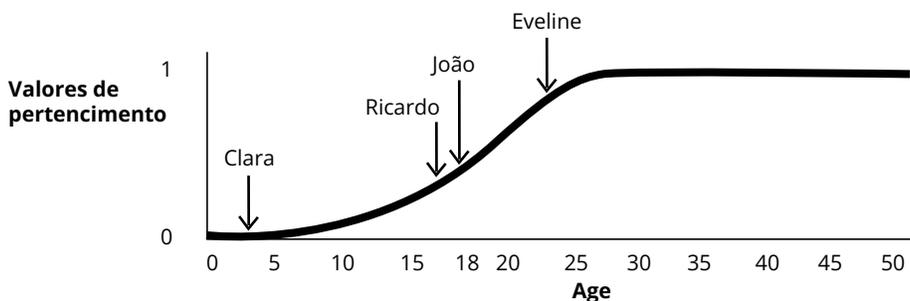


Figura 1.2 Associação do conjunto de adultos na lógica multimodal ou fuzzy

de ontologia, epistemologia e metodologia parecem apropriados (consulte Lincoln e Guba 2013: 28, 37)³³. Com relação à ontologia, a questão é simples: não há diferenças entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa. Em ambas as áreas, os seres humanos e as relações sociais são os objetos de estudo. Do segundo ponto de vista, a epistemologia, é difícil delinear uma distinção binária e clara entre os dois tipos de pesquisa. A epistemologia construtivista parece ser a corrente principal da pesquisa qualitativa, enquanto uma abordagem realista parece ser dominante na pesquisa quantitativa (cf. Minayo 2014: 56). Mas ainda temos, nas fileiras da pesquisa qualitativa, figuras escolásticas proeminentes com epistemologia realista bem defendida, não a corrente ingênua, mas a crítica. Em minha leitura, que não se concentra em listar os estudiosos realistas, encontrei o trabalho de Martin Hammersley (1992), Matthew Miles e Michael Huberman (1984), Ray Pawson e Nicholas Tilley (1987), Cleve Seale (1999), Joseph Maxwell (2012) e Nick Emmel (2013). Entre a maioria dos estudiosos construtivistas, a equipe citada anteriormente é uma minoria cuja mera existência não autoriza o estabelecimento de uma distinção clara entre estudiosos qualitativos e quantitativos com base no antigo contraste acriticamente aceito entre positivistas e construtivistas. Além disso, a distinção entre as duas persuasões epistemológicas também é relevante para o arquipélago da pesquisa qualitativa, com alguns argumentos

³³Lincoln e Guba apresentam outra dimensão importante, a axiológica, que acredito não ser relevante aqui.

sólidos apresentados por Peregrine Schwartz-Shea e Dvora Yanow (2012: 5-6). Para concluir, do ponto de vista epistemológico, a distinção entre pesquisa qualitativa e quantitativa só pode ser definida como difusa.

A dimensão para a qual é possível delinear uma distinção clara (dentro ou fora) entre pesquisa qualitativa e quantitativa é a metodológica. Entretanto, essa distinção clara não deve ser lida como uma oposição. Aqui podemos ver claramente uma distinção entre uma abordagem baseada em estratégias uniformes de coleta de dados, a quantitativa, e outra, baseada em uma abordagem flexível e sensível ao contexto para a coleta de dados, a qualitativa. Do ponto de vista metodológico, surgem duas outras diferenças difusas. Em primeiro lugar, a preferência na pesquisa qualitativa por estudos de grupos pequenos, compartilhados com experimentos de laboratório, mas sem pesquisa de levantamento ou análise de dados secundários. Em segundo lugar, a monovocalidade dos textos que apresentam resultados de pesquisas quantitativas, contrariando a tendência de multivocalidade dos textos qualitativos, nos quais - com poucas exceções - podemos observar uma "orquestração" (no sentido de Bakhtin 1981: 430-431) entre a voz do(s) autor(es) e a dos participantes que se juntam ao drama por meio de citações³⁴. Além de suas características comuns, há algumas diferenças relevantes entre as duas musas da pesquisa social. Esse fato, a presença de diferenças relevantes, tem sido frequentemente contestado por vários motivos. Uma delas, não muito técnica, enfatiza a necessidade de superar a chamada guerra de paradigmas, em uma espécie de ecumenismo metodológico. Outra, mais recente, encontra sua justificativa na oportunidade de misturar métodos qualitativos e quantitativos, a fim de obter uma representação completa dos fenômenos sociais. Recentemente, a pressão no sentido de misturar os dois métodos atingiu um nível crescente, tornando-se uma demanda específica para propostas de pesquisa que concorrem a fundos nacionais e internacionais³⁵.

³⁴A multivocalidade da escrita é uma das características distintivas da pesquisa qualitativa (consulte a Seção 2.1). Uma exceção importante à regra da multivocalidade é representada pelo livro *Asylums* (Manicômios, prisões e conventos, na tradução portuguesa) de Erving Goffman. Um volume pesado, de quase 400 páginas, que contém muitas citações tiradas de diários, autobiografias, romances, roteiros de filmes e, obviamente, da literatura científica, mas apenas algumas páginas contêm a voz dos internos e dos funcionários. Em uma releitura deliberada da versão original, publicada em 1961, encontrei apenas oito páginas nas quais as vozes dos participantes são relatadas (Goffman 1961: 152, 153, 154, 161, 292, 293, 302, 311).

Em 1959, Carl Wright Mills, em seu livro seminal, *The Sociological Imagination*, introduziu a noção de “inibição metodológica”, para contestar a pesquisa convencional que, naquela época e nos EUA, era realizada. Vale a pena citar a definição de Mills:

Esse modelo de pesquisa é em grande parte uma construção epistemológica. Dentro da Ciências Sociais, seu resultado mais decisivo foi uma espécie de inibição metodológica. Entendendo, por isso, que os tipos de problemas a serem estudados e a forma pela qual são formulados sofrem severas limitações pelo Método Científico. A metodologia, em suma, parece determinar os problemas. (Mills 1959, tradução portuguesa 1982: 66-67)

Às vezes tenho a impressão de que, se substituirmos a frase “O Método Científico” por “O Método Misto”, a crítica de Mills parece reconquistar seu frescor original (e seu ponto de vista polêmico). Uma posição semelhante foi expressa por Schwartz-Shea e Yannow, que definem os métodos mistos como um “novo dogma, que os pesquisadores *devem*, ou *idealmente deveriam* incorporar” (Schwartz-Shea e Yanow 2012: 133, *italico no original*). Uma interpretação mais polêmica - se é que isso é possível - do discurso dos métodos mistos foi a leitura de Dawn Freshwater (2007). Partindo de uma posição pós-modernista (qual não é a minha praia), Freshwater afirma que o discurso de métodos mistos se tornou um “mantra sem mente” (135) que defende a ideia de que “não há espaço para indecidibilidade nem no texto, nem no método” (141). A ideia subjacente que seduz a maioria dos pesquisadores, continua Freshwater, “é que nenhum método único pode capturar a realidade completa e complexa” (145). Essa ideia também orientou os primeiros defensores dos métodos mistos, para os quais, nas palavras de John Creswell: “Todos os métodos tinham vieses e pontos fracos, e a coleta de dados quantitativos e qualitativos neutralizava os pontos fracos de cada forma de dados” (Creswell

³⁵Na literatura brasileira que consultei, a combinação de pesquisa qualitativa e quantitativa é frequentemente expressa por meio da noção de triangulação de métodos ou de técnicas (consulte, por exemplo, Minayo 2014: Capítulo 12). Minha posição sobre esse ponto é diferente da expressa por Minayo, mas em um ponto concordo plenamente com ela. O tema de uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos deve ser plural. Portanto, é uma equipe de pesquisa que pode realizar a triangulação ou a mistura de métodos. Minayo descreve de forma convincente as condições para essa cooperação, listadas a seguir. “A proposta de triangulação depende de duas condições imprescindíveis. A primeira é de ordem prática. Consiste na exigência de uma equipe formada por profissionais de várias áreas que desejam trabalhar cooperativamente. (...) A segunda condição para o êxito de um trabalho cooperativo é, paradoxalmente, a competência disciplinar de cada componente do grupo” (Minayo 2014: 364-66). O trabalho para o qual tive a oportunidade de realizar esse tipo de triangulação é um estudo sobre migração interna e saúde mental, que, embora seja um dos menos citados em minha produção intelectual, continuo apreciando mais do que outros (Cardano, Scarinzi, Costa d’Errico 2018).

2014: 14-15). A ideia de métodos mistos como uma ferramenta que pode assegurar uma espécie de garantia epistemológica contra a incerteza é o que mais me incomoda, mas, além disso, há outra questão metodológica importante sobre as condições em que os métodos qualitativos e quantitativos são misturados. Essa questão exige uma reflexão crítica sobre a noção de método com a qual concluirei este capítulo.

1.3 MÉTODO: PRINCÍPIOS VERSUS ORDENS

A ideia do método que melhor se adapta à pesquisa qualitativa e qualquer forma possível de combinação entre essa forma de fazer pesquisa social e as adotadas pelo campo vizinho da pesquisa quantitativa emerge da reflexão de Gary Brent Madison, introduzida em um ensaio de Thomas Schwandt, parte da primeira edição do *Sage Handbook of Qualitative Research* (Schwandt 1994: 121-122). Em um capítulo dedicado à questão dos métodos mais apropriados para a hermenêutica fenomenológica, que contrasta os pontos de vista de Hirsch e Gadamer, Madison propõe uma definição de método como um *conjunto de princípios* que recebem uma interpretação diferente de acordo com o contexto em que são aplicados, em vez de uma *coleção de regras* que funcionam como ordens (1988: 28-29)³⁶. Esses princípios, que orientam o método, são mais parecidos com as normas éticas ou jurídicas da jurisprudência do que com as leis da física; princípios para os quais não há uma única aplicação correta, mas mais de uma que depende do contexto; princípios cuja aplicação, não muito diferente de uma sentença proferida em um tribunal, deve ser defendida com argumentos apropriados. Pensar no método dessa forma implica, por exemplo, que o princípio da responsabilidade que informa qualquer pesquisa científica será honrado de forma diferente na pesquisa qualitativa e quantitativa, mas - e esse é o ponto mais relevante - os dois procedimentos muito diferentes devem ser considerados equivalentes. Com base nessa ideia de método, acredito que é possível se beneficiar da combinação de métodos qualitativos e quantitativos,

³⁶Minayo expressa uma visão semelhante em sua discussão sobre a especificidade da pesquisa social. "Entrar no campo da Pesquisa Social é penetrar num mundo polêmico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo. O tema mais problemático é o da sua própria cientificidade que deve ser pensado como uma ideia reguladora de alta abstração e não como *sinônimo de modelos e normas a serem seguidos*" (Minayo 2014: 46, *italico meu*).

aceitando que cada “jogo” (no sentido de Wittgenstein) segue suas próprias regras, ambas consideradas expressões legítimas de princípios mais gerais (para ser pomposo, os princípios que regem o jogo da pesquisa científica). A mesma ideia de método, entendida como uma arte com a qual se define a melhor maneira de harmonizar nossas práticas com contextos mutáveis, inspirará o restante do livro³⁷.

³⁷A noção de Madison sobre o método adotado neste livro ressoa, de alguma forma, com a abordagem cartográfica, que é popular entre os acadêmicos brasileiros. Em um dos livros mais citados dessa corrente de pesquisa, *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, os autores - não sem alguma licença etimológica - propõem uma noção de métodos que não significam regras fixas a serem seguidas, mas sim caminhos (pistas) que orientam a definição do método. “A metodologia, quando se impõe como palavra de ordem, define-se por regras previamente estabelecidas. Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: metá-hódos. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (hódos) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o metá-hódos em hódos-metá. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento - um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. (...) O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método - não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas (metá-hódos), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas.” (Passos, Kastrup, de Escossia 2009: 10-11, 17). O problema - a meu ver - com essa abordagem interessante é o conjunto de compromissos ontológicos que a acompanham. A ideia de Deleuze de “rizoma”, a de linhas segmentares, moleculares e de fuga, significadas como constitutivas da realidade. A substituição da lógica da atribuição pela lógica da concatenação: “isto é”, como “isto e aquilo”, dificultou muito a apreciação da interessante proposta apresentada pelos cartógrafos.

02. Pesquisa qualitativa

Um retrato

A pesquisa qualitativa é tudo, menos um monólito, um conjunto sólido de práticas de pesquisa esculpidas a partir da mesma matéria teórica e epistemológica. Essa heterogeneidade foi orgulhosamente defendida no que pode ser definido como o “manifesto” da última geração de pesquisadores qualitativos, a primeira edição do *Handbook of Qualitative Research*, em que os editores usam a metáfora bourdieusiana do campo para destacar as “tensões essenciais” que caracterizam essa comunidade de práticas.

Não demorou muito para descobrirmos que o “campo” da pesquisa qualitativa está longe de ser um conjunto unificado de princípios promulgados por grupos de acadêmicos em rede. De fato, descobrimos que o campo da pesquisa qualitativa é definido principalmente por uma série de tensões, contradições e hesitações essenciais. Essas tensões vão e voltam entre as definições e concepções concorrentes do campo (Denzin e Lincoln 1994: ix)³⁸.

Norman Denzin e Yvonna Lincoln também acrescentam que a pesquisa qualitativa “não tem uma teoria ou paradigma que seja distintamente seu” (3). Uma rápida leitura da literatura qualitativa recente e uma análise mais detalhada dos referenciais metodológicos mais citados confirmam essa conclusão. As

³⁸A tradução parcial do livro em português não inclui esse excerto.

raízes teóricas da pesquisa qualitativa incluem, com algumas tradições históricas, como o interacionismo simbólico, a fenomenologia e a Escola de Frankfurt de teoria crítica (consulte Kincheloe e McLaren, 1994), e algumas perspectivas mais recentes, como a etnometodologia, a teoria feminista, as teorias raciais e étnicas, as teorias *queer* e as teorias pós-coloniais. A tudo isso, é necessário acrescentar as versões mais recentes da teoria crítica, inspiradas por filósofos franceses como Michel Foucault, Jacques Derrida, Félix Guattari e Gilles Deleuze³⁹. Além disso, para algumas das abordagens teóricas mencionadas anteriormente, além da versão cognitiva, orientada para a descrição dos fenômenos sociais estudados, há uma versão de intervenção, que significa transformar a sociedade ou contextos sociais específicos, geralmente com a cooperação dos participantes - tecnicamente uma pesquisa de ação participativa que envolve referências teóricas adicionais (Lewin 1946; Reason 1994)⁴⁰.

Uma heterogeneidade análoga pode ser reconhecida entre as posturas epistemológicas (Pernecky 2016: 183). Se o *mainstream* epistemológico pode ser identificado na postura construtivista, esse espaço é habitado por diversas persuasões, por exemplo, pragmatismo, hermenêutica, fenomenologia, filosofia analítica e todo o espectro do construtivismo, desde as versões radicais até as moderadas. Essa última versão - com a qual me sinto mais confortável - reconhece o direito dos fenômenos sociais de “responder” às nossas representações (Blumer 1969: 22); a capacidade de se levantar contra o projeto interpretativo do leitor, que “implica, pois, o reconhe-

⁴⁰No contexto brasileiro, a raiz dessa abordagem pode ser encontrada no trabalho de Paulo Freire (Brandão 2011; Minayo 2014: 161-164).

⁴¹Essas duas instâncias do construtivismo orientadas para uma *mensuratio ad rem*, para o reconhecimento das razões dos fenômenos estudados, são - pelo menos na minha leitura - expressas nessas duas passagens, respectivamente elaboradas pelo *Interacionismo Simbólico* de Blumer e *Verdade e Método* de Gadamer. “Erramos se pensarmos que, como o mundo empírico pode existir para os seres humanos apenas em termos de imagens ou concepções dele, portanto a realidade deve ser buscada em imagens ou concepções independentes de um mundo empírico. Essa posição solipsista é insustentável e tornaria a ciência empírica impossível. A posição é insustentável devido ao fato de que o mundo empírico pode ‘responder’ às nossas imagens ou afirmações sobre ele - responder no sentido de desafiar e resistir, ou não se curvar, às nossas imagens ou concepções dele” (Blumer 1969: 22). “No comportamento dos homens entre si o que importa é, como já vimos, experimentar o tu realmente como um tu, isto é, não passar por alto sua pretensão e deixar-se falar algo por ele. A isso pertence a abertura. Mas, por fim, esta abertura não se dá apenas para aquele por quem queremos nos deixar falar; antes, aquele que em geral se deixa dizer algo está aberto de maneira fundamental (...).)A abertura para o outro implica, pois, o reconhecimento de que devo estar disposto a deixar valer em mim algo contra mim, ainda que não haja nenhum outro que o vá fazer valer contra mim.” (Gadamer 1960, tradução portuguesa 1999: 532).

cimento de que devo estar disposto a deixar valer em mim algo contra mim, ainda que não haja nenhum outro que o vá fazer valer contra mim". (Gadamer 1960, tradução em português 1999: 532)⁴¹. As versões radicais do construtivismo são eloquentemente expressas pela posição pós-modernista para a qual não há realidade alguma⁴². Com a postura construtivista coabita a perspectiva realista crítica caracterizada por uma epistemologia construtivista, mas também por uma ontologia realista (Maxwell 2012).

Entre essas diversas posturas teóricas e epistemológicas, há algumas "tensões", mas nada que possa ser comparado à guerra de paradigmas entre a pesquisa quantitativa e a qualitativa que caracterizou as últimas décadas. Esse clima pode ser creditado apenas parcialmente à ética compartilhada de liberdade teórica e epistemológica, mas mais ao fato de que as posturas epistemológicas e, em menor medida, as posturas teóricas geralmente fazem parte do "conhecimento tácito" (Polanyi 1958, tradução portuguesa 2013), não tematizado reflexivamente, que marca toda comunidade científica⁴³. Considerando o nível das práticas, a heterogeneidade na pesquisa qualitativa é maior (ver Pernecky 2016: 196): movendo-se da análise documental não intrusiva, como o estudo das cartas e dos materiais de arquivo dos camponeses poloneses nos Estados Unidos (Thomas e Znaniecki, 1918), para o excessivamente intrusivo *shadowing* de algumas mulheres engenheiras em uma empresa (Fletcher, 1999)⁴⁴; ou da coleta de narrativas de doenças com um número específico de sujeitos envolvidos em entrevistas em profundidade (Ferreira e Favoreto, 2011), ou ainda o estudo da interação entre gangues nos Estados Unidos (Jankowski, 1991). Por todas essas razões, a pesquisa qualitativa, mais do que um continente que - coerente e unido - vê com desconfiança a fronteira que o separa da terra da pesquisa quantitativa, é

⁴²Para um exemplo conciso das possíveis versões da postura construtivista, consulte Lincoln e Guba (1985: 83-87). Algumas nuances dessa disposição podem ser reconhecidas na abordagem cartográfica, por exemplo, na celebração do ditado automático de André Breton (Passos, Kastrup, da Escóssia 2009: 118-120) e no projeto - não tão convincente - da dissolução do observador (*idib.*: 120 e segs.).

⁴³As observações de Peregrine Schwartz-Shea e Dvora Yanow (2012: 5) apontam na mesma direção.

⁴⁴O *shadowing* é uma técnica de observação que envolve, como sugere o termo inglês - shadow, sombra - que a pessoa que conduz o estudo observa uma outra pessoa como uma sombra, seguindo-a durante um certo número de horas por dia durante um período de tempo geralmente bastante curto, da ordem de algumas semanas.

um arquipélago formado por ilhas distintas, ligadas entre si por - ora tênues, ora mais intensas - “semelhanças de família” (Wittgenstein, 1953, tradução portuguesa 1994: § 66-67). Ludwig Wittgenstein usou a noção de “semelhanças de família” para definir o que os jogos, como os jogos de tabuleiro, de cartas, de bola, os Jogos Olímpicos e assim por diante, têm em comum. O filósofo vienense reconheceu entre eles algumas semelhanças do mesmo tipo das que caracterizam os membros de uma família, em que o último a nascer tem o nariz do avô, o corpo da mãe, os olhos com o mesmo azul intenso do pai e, talvez, o andar do irmão mais velho. Esses membros da família não compartilham um conjunto de traços *uniformemente*; eles, por assim dizer, não são feitos do mesmo tecido, mas entre eles reconhecemos semelhanças familiares⁴⁵. Em alguns deles, o “ar” da família é mais facilmente reconhecível; em outros, é preciso olhar com mais cuidado para detectá-lo. Continuando com a metáfora de Wittgenstein, podemos imaginar algumas “formas de vida”, algumas atividades sociais que compartilham apenas alguns elementos com o jogo. Vamos pensar na simulação de uma briga ou agressão entre garotos - um jogo - que pode se tornar um ato de bullying - não um jogo, pelo menos não para todas as pessoas envolvidas. Para lidar com esse problema de distinção, que ecoa o paradoxo de Sorites, podemos usar as

⁴⁵Ludwig Wittgenstein definiu da seguinte forma a noção de semelhanças familiares: “ §66 Observe, p. ex., os processos a que chamamos ‘jogos’. Tenho em mente os jogos de tabuleiro, os jogos de cartas, o jogo de bola, os jogos de combate, etc. O que é comum a todos esses jogos? - Não diga: ‘Tem que haver algo que lhes seja comum, do contrário não se chamariam ‘jogos’ - mas olhe se há algo que seja comum a todos. - Porque, quando olhá-los, você não verá algo que seria comum a todos, mas verá semelhanças, parentescos, aliás, uma boa quantidade deles. Como foi dito: não pense, mas olhe! - Olhe, p. ex., os jogos de tabuleiro com seus variados parentescos. Passe agora para os jogos de cartas: aqui você encontra muitas correspondências com aquela primeira classe, mas muitos traços comuns desaparecem, outros se apresentam. Se passarmos agora para os jogos de bola, veremos que certas coisas comuns são mantidas, ao passo que muitas se perdem. - Prestam-se todos eles ao ‘entretenimento’? Compare o xadrez com o ludo. Ou há, por toda parte, ganhar e perder, ou uma concorrência dos jogadores? Pense nas paciências. Nos jogos de bola há ganhar e perder; mas, se uma criança atira a bola contra a parede e a agarra novamente, neste caso este traço desapareceu. Veja que os papéis desempenham habilidade e sorte. E quão diferente é habilidade no jogo de xadrez e habilidade no jogo de tênis. Pense agora nas brincadeiras de roda: aqui se encontra o elemento de entretenimento, mas quantos dos outros traços característicos desapareceram! E assim podemos percorrer os muitos, muitos outros grupos de jogos, ver as semelhanças aparecerem e desaparecerem. E o resultado dessa observação é: vemos uma complicada rede de semelhanças que se sobrepõem umas às outras e se entrecruzam. Semelhanças em grande e em pequena escala.

§67 Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que por meio das palavras “semelhanças familiares”; pois assim se sobrepõem e se entrecruzam as várias semelhanças que existem entre os membros de uma família: estatura, traços fisionômicos, cor dos olhos, andar, temperamento, etc., etc. - E eu direi: os ‘jogos’ formam uma família.” (Wittgenstein 1953, tradução portuguesa 1994: § 66-67). Para a aplicação desse conceito para definir o que os métodos qualitativos têm em comum, consulte Schwartz-Shea e Yanow (2012: 13).

ferramentas da lógica multimodal (consulte a Seção 1.2)⁴⁶. Para cada método de pesquisa, o pertencimento ao “jogo” da pesquisa qualitativa pode ser expresso por meio de uma função contínua de 0 a 1⁴⁷. Dessa forma, o método qualitativo por excelência, a observação participante, pertence ao jogo qualitativo com um valor muito próximo de 1 e, por exemplo, a análise de conteúdo aplicada a dados de redes sociais, pertence ao mesmo jogo com um valor, digamos, de 0,2 ou menos. Dentro dessa estrutura lógica, é possível identificar as características que definem o ar de família compartilhado pela pesquisa qualitativa.

2.1 TRÊS CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA PESQUISA QUALITATIVA

Na minha opinião, há três características que identificam a semelhança familiar da pesquisa qualitativa: i) a sensibilidade ao contexto dos procedimentos de coleta de dados; ii) o foco nos detalhes; iii) a multivocalidade da escrita. Ao mesmo tempo em que contribuem para esboçar o retrato da pesquisa qualitativa, esses três traços também marcam (às vezes de forma clara, baseada sobre a lógica binária, às vezes de forma confusa, baseada sobre a lógica de conjuntos difusos) a distinção que separa a pesquisa qualitativa da quantitativa. Vejamos a que essas dimensões se referem.

Sensibilidade ao contexto dos procedimentos de coleta de dados

A sensibilidade ao contexto dos procedimentos de coleta de dados, a harmonização do método com o contexto no qual ele

⁴⁶O paradoxo de Sorites (cf. Oms e Zardini 2019) é geralmente creditado ao filósofo megariano Eubulides (século IV a.C.). A ilustração mais comum do Paradoxo de Sorites é a do homem careca. Vamos considerar um homem sem nenhum cabelo; sem dúvida, ele pode ser considerado careca. Mas o que dizer de um homem com apenas um fio de cabelo na cabeça? Ele também pode ser considerado careca? Provavelmente sim. E quanto a acrescentar outro cabelo (o segundo) na cabeça de um homem careca? Continuando nessa linha, fica difícil detectar o número exato de fios de cabelo que permitem distinguir um homem careca de um não careca, porque - para qualquer número de fios de cabelo em sua cabeça - adicionamos apenas um fio de cabelo na cabeça de um homem careca. De uma maneira quase formal, o paradoxo de Sorites pode ser expresso da seguinte forma: “Para todo n (n representa um número), se um homem com n fios de cabelo é careca, o mesmo ocorre com um homem com $n+1$ fios de cabelo”. (adaptado de Oms e Zardini, 2019: 7). Na literatura filosófica, existem muitas tentativas de resolver o problema da vagueza expresso pelo Paradoxo de Sorites. A que considero mais convincente refere-se à chamada “Teoria do Grau”, para a qual - em poucas palavras - a propriedade nos argumentos suscetíveis de Sorites, a calvície ou qualquer outra, pode ser mais bem expressa por meio da lógica difusa, portanto, como uma questão de medida.

⁴⁷O mesmo assunto é expresso de maneira informal em Turato: “nem todas as investigações qualitativas exhibe todos os traços característicos em graus equitativos” (2018: 245).

é aplicado constitui a única característica compartilhada por todos os membros da família da pesquisa qualitativa. Esse ponto é claramente expresso por Barbara Czarniawska, que escreve: “Se há uma regra da pesquisa de campo, é que todas as técnicas devem ser sensíveis ao contexto” (2004: 44). Essa característica expressa com clareza a vocação naturalista da pesquisa qualitativa, ou seja, sua orientação para a *mensuratio ad rem* (Gadamer 1960, tradução portuguesa 1999: 395), a vontade de adaptar as estratégias de leitura do texto que constitui a ação social (no sentido de Ricoeur 1971), reconhecendo a prioridade do texto sobre o intérprete⁴⁸. Na pesquisa qualitativa, não são os participantes que - para nos permitir representar seu modo de ser no mundo - devem adaptar suas expressões (palavras ou ações) ao método proposto a eles, mas é o método que deve ser harmonizado com os participante⁴⁹. A necessidade de respeitar a natureza do mundo empírico em estudo é claramente expressa em um dos marcos da teoria e dos métodos da pesquisa qualitativa, o *Interacionismo Simbólico* de Herbert Blumer (1969: vii, 27-28). Essa peculiaridade emerge claramente se compararmos as duas principais versões de coleta de dados baseadas na interlocução entre o pesquisador e os participantes, o questionário, na pesquisa quantitativa, e a entrevista em profundidade (entrevista aberta), na pesquisa qualitativa. Em uma pesquisa de opinião, todas as pessoas entrevistadas recebem as mesmas solicitações verbais, com o mesmo texto, na mesma ordem fixa (organizada em um questionário) e, para responder, precisam adaptar seus pontos de vista às possíveis respostas predefinidas (parte das definições operacionais das variáveis medidas) pensadas pelo pesquisador. A situação é totalmente diferente em uma entrevista em profundidade, descrita de forma eloquente pelo conselho de Tim Rapley para o iniciante na entrevista.

Você não deve apresentar a mesma pergunta da mesma forma em cada interação. Os temas do seu estudo são abrangidos em entrevistas diferentes, quer porque são os entrevistados a enfrentá-los, quer porque é você mesmo a fazer disso o objeto da conversa. Esse é um aspecto fundamental da realização de entrevistas qualitativas - *que permite obter conversações comple-*

⁴⁸Sobre esse ponto, a abertura e a flexibilidade da pesquisa qualitativa, consulte também Minayo (2014: 181).

⁴⁹Na mesma linha, Taquette e Borges que sustentam: “A partir da definição dos objetivos da pesquisa a serem alcançados, deve-se propor o método que mais se adequa à pergunta de pesquisa, ou seja, que seja capaz de respondê-la.” (2020: 40).

mentares e contrastantes sobre o mesmo tema ou sobre a mesma questão (Rapley 2004: 18, *itálico no original*)⁵⁰.

Essa disposição de respeitar a natureza dos fenômenos estudados tem um valor cognitivo evidente. De acordo com Yvonna Lincoln e Egon Guba, os fenômenos sociais “tiram seu significado tanto dos contextos quanto de si mesmos” (Lincoln e Guba 1985: 189). Portanto, é a consciência da dependência do contexto dos fenômenos sociais que sustenta o esforço para moldar os métodos de coleta de dados ao contexto em que a ação ocorre. Essa orientação garante a riqueza das informações coletadas, tanto em relação aos fenômenos sociais estudados quanto ao grau de cooperação dos participantes com nossos esforços cognitivos. A partir dessas duas fontes, flui a precisão da representação dos fenômenos estudados.

De um ponto de vista prático, a sensibilidade ao contexto dos procedimentos de coleta de dados implica uma abertura e flexibilidade peculiares do caminho da pesquisa. As ferramentas conceituais empregadas para orientar a pesquisa devem ser flexíveis para se adaptarem aos contextos mutáveis da pesquisa qualitativa. Ao invés de definições operacionais, o que se pede são “conceito sensibilizante” (Blumer, 1969: 147-148) adequados para implementar as sugestões derivadas da interação com os participantes e do estudo de seus contextos de vida.

Na pesquisa quantitativa, a regra de ouro é a invariância das definições operacionais: “medir todas as propriedades sociais nas quais você está interessado, sempre da mesma maneira”. Na pesquisa qualitativa, a regra de ouro é: “encontre, momento a momento, a medida certa para sua medição” e aprenda com cada uma de suas imersões no contexto estudado a melhor maneira de representá-lo. Ao fazer isso, os procedimentos de coleta de dados evoluem dia a dia, caso a caso, ampliando sua “validade”, para adiar a questão da “confiabilidade” (Kirk e Miller, 1986) no final da pesquisa quando, no relato reflexivo (Altheide e Johnson, 1994), a história dos procedimentos variáveis de coleta de dados será eventualmente contada⁵¹.

⁵⁰Para uma descrição mais detalhada da prática de entrevistas em profundidade, consulte meu texto em português, Cardano (2017: capítulo 4).

⁵¹No livro clássico, que poderíamos considerar superado, de Jerome Kirk e Marc Miller, *Reliability and Validity in Qualitative Research* (Confiabilidade e validade na pesquisa qualitativa), eles definem esses dois conceitos da seguinte forma: “Em termos gerais, ‘confiabilidade’ é o grau em que um procedimento de medição produz a mesma resposta, seja como for e sempre que for realizado; ‘validade’ é o grau em que ele fornece a resposta correta. Esses conceitos se aplicam igualmente bem à observação qualitativa” (Kirk e Miller 1986: 19). Na declaração que encerra o livro, eles escrevem: “A essência fundamental deste livro é que o problema da validade é tratado pela pesquisa de campo e o problema da confiabilidade é tratado pela tomada de decisões etnográficas documentadas” (73).

A flexibilidade e a abertura dos procedimentos de coleta de dados na pesquisa qualitativa podem ser comparadas com a experiência hermenêutica da leitura de um texto, na qual, de acordo com Gadamer, é possível ter a experiência do “choque” com o texto” (Gadamer, 1960, tradução portuguesa 2004: 403); a experiência de encontrar algo surpreendente, que exige interpretação ou explicação. Esse tipo de experiência, possibilitada pela abertura, é o que desencadeia o raciocínio abduutivo típico da pesquisa qualitativa (consulte Schwartz-Shea e Yanow, 2012: 27 e seguintes; Tavory e Timmermans, 2014). A primeira definição clara de inferência abduitiva foi elaborada por Charles Sanders Peirce da seguinte forma (consulte o Capítulo 3).

*O fato surpreendente, C, é observado;
Mas se A fosse verdadeira, C seria uma questão natural. Portanto,
há motivos para suspeitar que A é verdadeira.
(Peirce, 1935-1966: § 5.189)*

A abertura dos procedimentos de coleta de dados prepara os pesquisadores para enfrentar o inesperado e, muitas vezes, os coloca frente a frente com fatos surpreendentes, que estimulam a criatividade e a invenção da pesquisa qualitativa por meio de um diálogo entre a teoria e os dados⁵³.

Foco-em-detahes

A segunda característica da pesquisa qualitativa identifica seu principal objetivo cognitivo, claramente expresso por Jennifer Mason: compreender “*como as coisas funcionam em contextos específicos*” (Mason, 2002: 1, itálico no original). Para essa finalidade, para compreender todos os pequenos detalhes, todas as nuances que definem o “como” do fenômeno estudado, a atenção é concentrada em um punhado de casos, às vezes apenas um, reconhecido como particularmente eloquente⁵⁴. Na pesquisa qualitativa, os estudos intensivos são preferidos aos estudos extensivos em grandes

⁵²A esse respeito, em *Verdade e Método* lemos: “Em geral, temos de dizer que é somente a experiência do choque com um texto - seja porque ele não oferece nenhum sentido, seja porque seu sentido não concorda com nossas expectativas - o que nos faz parar e perceber um possível ser-diverso do uso da linguagem” (Gadamer 1960, tradução portuguesa 2004: 403).

⁵³No texto, dei a entender a máxima heraclitiana: “Se você não esperar o inesperado, não o encontrará”. É a abertura da pesquisa qualitativa que torna possível o encontro, às vezes o choque, com o inesperado.

⁵⁴O foco em um único caso eloquente caracteriza o projeto de caso crítico que será elaborado em detalhes na Seção 4.2.1.

populações ou amostras, típicos da pesquisa quantitativa. A referência à outra musa da pesquisa social, a quantitativa, permite especificar a natureza lógica dessa distinção. Embora todos os estudos qualitativos sejam realizados com foco em um pequeno número de casos, nem todas as pesquisas quantitativas são realizadas em grandes amostras ou populações. Os experimentos de laboratório, normalmente, são realizados em um pequeno número de casos, dos quais um conjunto restrito de variáveis é considerado e medido por meio de um procedimento uniforme. Em experimentos de laboratório - em sociologia, psicologia e economia - a atenção aos detalhes, às nuances que distinguem o comportamento dos participantes, geralmente é sacrificada em nome da homogeneidade dos procedimentos de medição e do controle de terceiras variáveis⁵⁵. Portanto, a segunda característica da pesquisa qualitativa aqui considerada permite apenas uma distinção difusa entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa. Essa característica da pesquisa qualitativa frequentemente se torna alvo de uma crítica que enfatiza o caráter anedótico desse tipo de pesquisa. Michael Quinn Patton relata essa crítica, citando as palavras de uma autora americana, Ophelia Benson, que não é propriamente uma metodologista, mas que conseguiu expressar esse ponto em um estilo lapidar: “O plural de anedota não é evidência” (Benson 2013, citado em Patton 2015: 31). Acho que, em um livro empenhado em defender o rigor da pesquisa qualitativa, esse argumento merece atenção. Antes de abordá-lo, considerarei a crítica especular apresentada por William Bruce Cameron contra a pesquisa quantitativa em um estilo igualmente lapidar: “Nem tudo que pode ser contado conta, e nem tudo que conta pode ser contado” (Cameron 1966: 13). O ponto aqui é que o número de observações não pode - sozinho - determinar a qualidade de um argumento, seja esse número um ou mil. Partindo dessa premissa, em vez de contestar a alegação de anedotismo, eu a celebrarei seguindo uma das “ruminações” de Michael Quinn Patton, em seu texto sobre avaliação qualitativa (Patton 2015: 31-33). A tese de Patton, que eu adoto, é que um evento individual, uma *pequena coisa* (consulte Cardano 2018b) sobre a qual se decide concentrar a atenção, pode ser particularmente eloquente, pode lançar luz sobre um conjunto de as-

⁵⁵Sobre pesquisa experimental, veja Gil (2017: capítulo 7).

pectos sociais e culturais extremamente relevantes. Patton me convence ao contar uma história que nos leva à Índia colonial e que pode ter ressonância com o passado colonial brasileiro. A história é sobre o que aconteceu com a Sra. Montgomery que, certa noite, ao voltar para casa por um longo caminho, precedida, como de costume, por seu criado, deparou-se com uma das cobras mais venenosas da Índia.

O servo, que havia visto aquilo, ordenou que a senhora parasse; ela não o ouviu, e o servo foi obrigado a violar a regra que impedia os servos de tocar o corpo de seus senhores: ele empurrou Lady Montgomery para trás, colocando a mão em seus ombros. Mesmo sabendo que devia sua vida ao criado, a Sra. Montgomery estava determinada a demiti-lo, pois ele havia desrespeitado a regra sagrada que impedia o contato físico entre o criado e o patrão. Embora a anedota da Sra. Montgomery ofereça uma pequena introdução à questão, ela é emblemática no que diz respeito aos colonizadores ingleses daquela época e de sua representação pela população indígena. Portanto, a questão não é a abordagem anedótica, como Alan Bryman reclamou (1988: 77), mas a eloquência dos detalhes selecionados para apoiar o argumento proposto⁵⁶. Espelhando a citação de Cameron, “nem toda anedota conta, mas algumas são muito eloquentes”. A eloquência de uma descrição de um único caso é sustentada pela posição desse caso em seu campo (no sentido de Bourdieu) e pela riqueza dos detalhes apresentados. Portanto, ao combinar uma seleção criteriosa de casos com sua descrição detalhada, é possível garantir a eloquência de nossas afirmações. A preferência pelo estudo intensivo é justificada pela consciência dos limites ontológicos do nosso conhecimento dos fenômenos sociais. O que pode ser solidamente sustentado por nossos dados é apenas “conhecimento local” limitado por tempo e espaço (Geertz 1983; tradução para o português 2014), dentro do escopo da pesquisa focada em detalhes e nuances (consulte a Seção 1.2).

Multivocalidade da escrita

⁵⁶No livro de Bryan, dedicado a mapear o debate sobre métodos qualitativos e quantitativos, podemos ler: “Há uma tendência a uma abordagem anedótica para o uso de ‘dados’ em relação a conclusões ou explicações na pesquisa qualitativa. Conversas breves, trechos de entrevistas não estruturadas ou exemplos de uma determinada atividade são usados para fornecer evidências para uma determinada argumentação. Há motivos para inquietação, pois a representatividade ou generalidade desses fragmentos raramente é abordada” (Bryman 1988: 77).

O terceiro traço que caracteriza a pesquisa qualitativa emerge da última etapa de nossa atividade, a textualização dos resultados da pesquisa e a organização do diálogo - que se espera seja rico - entre os materiais empíricos e a teoria⁵⁷. A grande maioria dos textos que apresentam os resultados da pesquisa qualitativa é escrita por meio de uma combinação da voz do pesquisador-autor e das vozes dos participantes. As vozes dos participantes entram no texto principalmente por meio das citações que os pesquisadores escolhem de seu material empírico: transcrições de entrevistas ou grupos focais, notas de campo, textos coletados ou solicitados no campo, e qualquer outro material textual adquirido. Esse estilo de redação atende a quatro objetivos diversos, buscados de várias formas por cada autor ou pelo mesmo autor em situações diferentes. O objetivo mais importante da orquestração entre a voz do autor e a dos participantes é convencer o leitor da robustez da interpretação proposta. A segunda função da multivocalidade é evocar no leitor as cores do campo, pintando-as com palavras. É por meio da combinação de nossa voz acadêmica, cortês e às vezes elegante com as vozes indisciplinadas, informais e às vezes rudes dos participantes que podemos escrever textos que evocam emoções fortes no leitor. A terceira função desempenhada pela multivocalidade dos textos qualitativos está relacionada à possibilidade, dada aos participantes, de expressar - embora com diferentes graus de autonomia - suas vozes (sobre esse tema, falarei mais detalhadamente no capítulo 6). O quarto e último objetivo da multivocalidade da redação é o de um tipo especial de reflexividade que, de acordo com Enzo Colombo (comunicação pessoal com o autor), pode ser rotulado como uma versão ampliada. No capítulo anterior, insisti em caracterizar a pesquisa qualitativa como uma forma de produzir uma representação sólida dos fenômenos sociais por meio de procedimentos de coleta e análise de dados que evoluem, crescem por meio de suas aplicações. Essa grande flexibilidade não nos isenta de nossa obrigação de prestar contas de decisões tomadas no percurso da pesquisa (consulte Mason 2002: 7)⁵⁸. Os pesquisadores são livres para definir sua maneira de coletar

⁵⁷A importância de um diálogo rico entre a teoria e o material empírico é destacada no livro seminal de Maria Cecília de Souza Minayo (2014). Minayo insiste na necessidade de uma base teórica para os resultados da pesquisa qualitativa e em sua natureza conjectural, adotando a tese de Bachelard do “primado do erro” (Minayo 2014: 376).

⁵⁸Em seu livro seminal, *The Manufacturing of Knowledge - A produção do conhecimento - em uma tradução livre* - (1981), Karin Knorr-Cetina introduz a noção de “*decision-ladenness*” (carga de decisões), ecoando a noção de “*theory-ladenness*” (carga de teoria) de Norwood Russel Hanson (Hanson 1958). Knorr-Cetina afirma que a construção de fatos científicos passa por um conjunto de decisões que, acrescento, precisam ser levadas em conta.

e analisar dados, mas ao defender a robustez dos resultados da pesquisa, eles precisam descrever - *ex-post* - como adquiriram as evidências que sustentam suas conclusões. A maneira usual pela qual a obrigação de responsabilidade é honrada baseia-se apenas no olhar e na voz do pesquisador comprometido com a produção de um relato reflexivo de sua experiência, o que obviamente implica uma relação com os participantes. As vozes dos participantes podem expandir a área de reflexividade quando o autor decide se beneficiar da descrição que eles fazem do relacionamento mantido com o pesquisador. Esse tipo de voz dos participantes pode ser promovido por meio de procedimentos bem conhecido de *member-check procedures* (procedimentos de verificação de participantes), mais adequadamente compreendidas como uma ferramenta para fornecer novas informações e não como um teste da validade de nossa interpretação. Além desse tipo de *feedback* solicitado, é possível obter informações sobre nosso relacionamento com os participantes por meio de suas comunicações espontâneas. Até mesmo pequenas metacomunicações entre o entrevistador e o entrevistado podem ser úteis, como por exemplo: “Estou dizendo isso a você porque sinto que posso confiar em você”. Para concluir, uma combinação do relato reflexivo simples e direto do pesquisador com alguns comentários sobre a relação de observação dos participantes pode dar ao leitor uma representação mais profunda da experiência de campo. Todos esses aspectos da multivocalidade da escrita serão desenvolvidos em mais detalhes no último capítulo do livro (Seção 6.2).

As três características que acabamos de apresentar - sensibilidade ao contexto, foco nos detalhes e multivocalidade - definem a semelhança familiar que os métodos qualitativos compartilham e, ao mesmo tempo, marcam sua distância da pesquisa quantitativa. Essas características são, às vezes, mais e, às vezes, menos pronunciadas nas ilhas do arquipélago da pesquisa qualitativa, cuja geografia pode ser traçada considerando-se, por meio de uma observação mais atenta, como os dados são coletados. Para fazer isso e delinear um mapa do arquipélago, considerarei três aspectos importantes da coleta de dados: i) o grau de perturbação induzido; ii) o foco principal; indivíduos versus interações sociais; iii) o contexto natural versus artificial, onde ocorre a relação observacional. Essas três di-

mensões serão combinadas em uma taxonomia que permite distinguir cinco ilhas diferentes no arquipélago da pesquisa qualitativa.

O primeiro critério, o grau de perturbação induzido pelos procedimentos de coleta de dados, distingue três condições: a ausência de perturbação, a perturbação interativa e a perturbação observacional. A perturbação está ausente se o procedimento de coleta de dados não tiver nenhum impacto sobre o que pretendemos observar. Há perturbação observacional quando, durante os procedimentos de coleta de dados, os participantes estão cientes da atenção dada a eles pelo pesquisador e, por essa razão, podem mudar seu comportamento ou modular a medida de sua cooperação. Temos perturbação interativa quando é a simples presença do pesquisador no contexto observado - não percebido como tal, mas como um membro de boa-fé - que induz alterações no comportamento de outros participantes pelo simples fato de estar entre eles (experimentamos esse tipo de perturbação toda vez que compartilhamos uma curta permanência em um elevador com uma pessoa desconhecida). O segundo critério é intuitivo; ele distingue os procedimentos de coleta de dados focados em um único indivíduo dos procedimentos que identificam a interação entre os indivíduos. O último critério considera o contexto em que ocorre o relacionamento entre o pesquisador e os participantes. O contexto é natural se a ação social é observada no contexto em que normalmente se concretiza (por exemplo, se observarmos a interação entre paciente e médico na clínica em que este costuma trabalhar); caso contrário, é artificial. A aplicação desses três critérios gera a taxonomia ilustrada na Figura 2.1.

A primeira ilha, a dos métodos não intrusivos, inclui a análise documental e a observação à distância. Se a análise documental é amplamente usada na pesquisa qualitativa, seja sozinha ou combinada com outros métodos, a observação à distância, baseada no uso de lentes teleobjetivas potentes (próxima à observação etológica), não é tão comum⁵⁹. A segunda ilha, na qual os dados são coletados por meio de perturbação interativa, inclui observa-

⁵⁹Um bom exemplo de análise documental é representado pelo estudo clássico de William Thomas e Florian Znaniecki sobre os imigrantes poloneses nos Estados Unidos. Thomas e Znaniecki analisaram uma coleção de 754 cartas de imigrantes poloneses recebidas em resposta a um anúncio em um jornal polonês e mais alguns materiais empíricos de dados de arquivo, documentos institucionais e a longa autobiografia de um jovem polonês, Wladek Wisznienski. Para observação à distância, um bom exemplo é o de Collet e Marsh sobre as estratégias corporais de evitar colisões em uma travessia de pedestres lotada (Collet e Marsh 1974).

ção naturalista, observação participante coberta e experimento de campo⁶⁰. A terceira ilha inclui a observação participante aberta (descoberta), a autoetnografia e o *shadowing*. Acho que a observação participante é tão conhecida que não precisa de um exemplo para ilustrá-la. A autoetnografia é um método qualitativo bastante recente, no qual os pesquisadores observam sua própria experiência. Duas versões principais de autoetnografia coabitam o campo da pesquisa qualitativa: uma analítica e outra evocativa ou introspectiva (para a distinção entre elas, consulte Adams, Holmes Jones e Ellis 2015). O *shadowing* é um tipo de observação focada em um indivíduo; o pesquisador o segue como uma sombra por alguns dias ou semanas. Pode ser considerado o método mais intrusivo na pesquisa social, permitindo reconstruir, por meio dos olhos dos participantes acompanhados, seus contextos sociais de vida⁶¹. Na quarta ilha - sozinha -, encontramos o grupo focal, um método de pesquisa projetado para estudar a interação de pequenos grupos comprometidos com a discussão, orientada por dois pesquisadores, de um tópico específico (consulte Krueger 1994)⁶². A quinta e última ilha combina a entrevista em profundidade com diários solicitados. Assim como a observação participante, a entrevista em profundidade é bem conhecida na pesquisa social e não precisa de introdução. Por outro lado, os diários solicitados não são um procedimento padrão de coleta de dados na pesquisa qualitativa. O objetivo desse método é coletar dados longitudinais sobre uma ex-

⁶⁰Entre os estudos com os quais estou mais familiarizado, uma boa ilustração da observação naturalística é o estudo de Jeff Nash sobre a "comunidade sobre rodas", passageiros de ônibus suburbanos (Nash 1975). Um dos trabalhos de pesquisa mais conhecidos e, ao mesmo tempo, mais controversos, baseado na observação participante coberta, é o estudo de Laud Humphreys sobre sexo impessoal em banheiros públicos (Humphreys 1975). Para uma apresentação atualizada dessa forma de fazer pesquisa, consulte Calvey (2017). Os experimentos não são tão comuns na pesquisa qualitativa, mas dois bons exemplos vêm à mente. O primeiro são os experimentos de violação criados por Harold Garfinkel para permitir que regras tácitas sejam evidenciadas por meio de sua violação (Garfinkel 1967). O segundo exemplo é o experimento etnográfico realizado por David Rosenhan em hospitais psiquiátricos americanos. Oito acadêmicos, fingindo ser loucos, conseguiram ser hospitalizados, observando como o diagnóstico psiquiátrico e a cura funcionam (Rosenhan 1973).

⁶¹O estudo mais conhecido baseado em autoetnografia é o realizado por Carolyn Ellis sobre sua experiência com a doença crônica e a morte do marido (Ellis 1995). Para uma apresentação clara do *shadowing*, consulte o excelente livro de Barbara Czarniawska (2007). Entre as pesquisas baseadas em *shadowing*, minha favorita é a de Joyce Fletcher, *Disappearing Act. Gender, Power, and Relational Practice at Work* (1999). Acompanhando seis engenheiras em suas atividades diárias, Fletcher tem como objetivo documentar as práticas organizacionais "invisíveis", realizadas principalmente por mulheres, que mantêm os membros de uma organização unidos.

⁶²Minha pesquisa favorita baseada em grupos focais é o estudo da iniciação precoce ao tabagismo entre pré-adolescentes no Canadá, realizado por Katherine Frohlich, Louise Potvin, Patrick Chabot e Ellen Corin. Esses acadêmicos usaram grupos focais com grupos naturais e elaboraram uma noção teórica muito intrigante, a de "estilo de vida coletivo", que oferece uma contribuição interessante para o estudo de comportamentos de saúde (Frohlich, Potvin, Chabot et al. 2002).

periência específica, apesar do defeito de que as informações recebidas são moldadas pela autocensura do indivíduo participante⁶³.

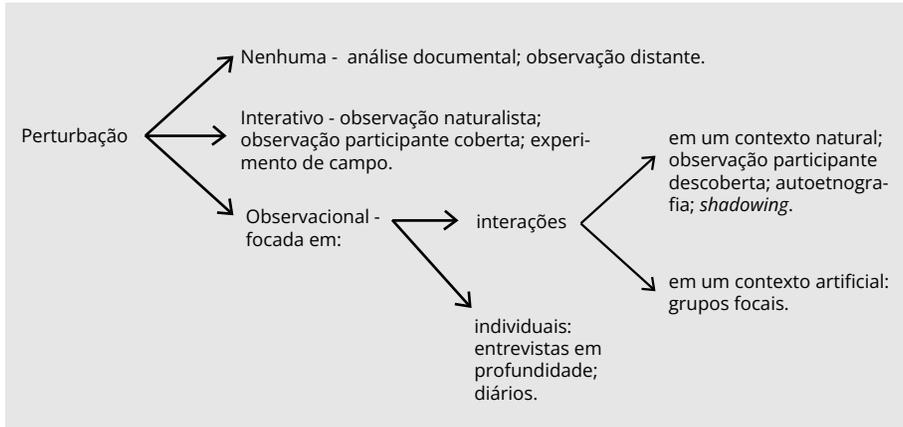


Figura 2.1. Ilhas no arquipélago: um mapa dos métodos qualitativos

Quando apresento aos meus alunos esse mapa de pesquisa qualitativa, quase invariavelmente alguns deles perguntam: “Onde estão os métodos visuais nesse mapa?” e, depois de algum tempo, um aparentemente “nativo digital” acrescenta: “E a pesquisa na Internet?”. Ambas as perguntas são pertinentes, mas - pelo menos em minha opinião - não impõem uma reformulação radical da taxonomia proposta. A partir da primeira pergunta, os métodos visuais residem em cada uma das cinco ilhas, em um papel duplo como instrumento para produzir dados e como material no qual a análise de dados é realizada⁶⁴. A análise documental é aplicada não apenas a materiais escritos, mas também a imagens, tanto fixas (fotos) quanto móveis (vídeos). O estudo clássico de Erving Goffman sobre a representação das mulheres na publicidade é um exemplo claro de análise documental de imagens (Goffman, 1979). Outro exemplo clássico de análise documental, dessa vez aplicado a imagens em movimento, ou seja, vídeos, é o estudo de Gregory Bateson sobre o filme de Hans Steinhoff, *Hitlerjunge Quex* (Juventude Hitlerista), realizado em 1933. O estudo de Bateson fazia parte

⁶³Um bom exemplo do uso de diários solicitados é o estudo de Felicity Thomas (2006), realizado na Namíbia. Thomas se concentrou em pessoas infectadas pelo HIV e em seus cuidadores. Ela pediu a sete pacientes e seus cuidadores que compilassem um diário de suas experiências diárias por um período que variou de um a seis meses.

⁶⁴Ao escrever as páginas dedicadas ao método visual, tive a grande ajuda do colega Luigi Gariglio, a quem agradeço sinceramente.

de um amplo projeto destinado a estudar a cultura à distância, e sua contribuição foi dedicada a uma análise da cultura nazista (Bateson 1953). No contexto sociológico, a pesquisa de Randall Collins, *Violence* (2008), baseada na análise de câmeras de vigilância por vídeo, constitui outro exemplo eloquente. A maioria das observações à distância produz imagens a serem analisadas, e esse é o caso da pesquisa citada anteriormente sobre as estratégias corporais de evitar colisões em uma faixa de pedestres lotada (Collett e Marsh 1974). Na segunda ilha, a da observação naturalista, da observação participante encoberta e do experimento de campo, o uso de imagens não é fácil, pois pode revelar a identidade do pesquisador e - não menos importante - pode gerar uma violação ética do direito de privacidade dos participantes. Dito isso, é possível fazer algum uso de métodos visuais nessa ilha, e eles são de fato adotados na chamada etnografia de negócios, especialmente no estudo do comportamento de consumo em supermercados. Nesse santuário de compras, os sistemas de circuito fechado de gravação de vídeo (CCTV) são usados, mais do que para evitar furtos, para registrar em vídeo o comportamento dos clientes, para aprender como vender mais e melhor seus produtos (consulte Underhill 1999). Na terceira ilha, a da observação participante descoberta, da autoetnografia e do *shadowing*, o uso de imagens e métodos visuais é bastante comum. Começando pelo uso da fotografia por Bronisław Malinowski (1922, tradução portuguesa de 2018) para ilustrar sua teoria e documentar seu “estar lá”, passando pelo uso mais consciente e crítico de fotografias no trabalho de Gregory Bateson e Margaret Mead sobre o caráter balinês (1942) e terminando com o trabalho clássico de Douglas Harper sobre a cultura Tramp (1996), a observação participante ostenta uma longa tradição no uso de imagens. Na autoetnografia, o uso de combinações de ferramentas para representar a experiência pessoal do pesquisador é bastante comum, principalmente na versão evocativa da autoetnografia. Assim, com as notas etnográficas mais tradicionais, podemos encontrar o diário visual por meio do qual a experiência do pesquisador é registrada e transmitida; essa é a “autoetnografia visual” (Chaplin 2011). O *shadowing* é, por si só, o método mais intrusivo de pesquisa, e acrescentar métodos visuais a esse cenário parece muito exigente tanto para o pesquisador quanto para

o participante. Na quarta ilha pouco habitada, a do grupo focal, o uso de métodos visuais é comum. Quando a questão discutida não é muito delicada, é comum gravar em vídeo a discussão entre os participantes envolvidos em um grupo focal, embora nem todos os acadêmicos concordem com essa solução (Krueger 1994: 49)⁶⁵. Finalmente, na quinta ilha, a da entrevista em profundidade e dos materiais solicitados, os métodos visuais estão em casa. Na entrevista em profundidade, os métodos visuais podem ser usados tanto para acionar os discursos dos participantes quanto para registrar os atos de fala dos dois personagens principais da conversa (entrevistador e entrevistado). Para o primeiro caso, a entrevista inclui a ferramenta de foto-elicitación, com a qual o participante reage usando discurso livre às imagens propostas pelo entrevistador (Lapenta 2011). A gravação em vídeo de uma entrevista em profundidade acrescenta a dimensão linguística do discurso, bem como informações sobre as dimensões paralinguísticas e extralinguísticas que podem melhorar a precisão na interpretação do texto⁶⁶. Entre os materiais solicitados, juntamente com os textos, podemos considerar a produção de fotos ou vídeos pelos participantes, facilitada pela difusão dos smartphones. Essas abordagens pertencem ao que é comumente definido como “métodos visuais participativos” (Chalfen 2011), por meio dos quais é possível obter uma visão vívida da vida dos participantes, com as limitações de autocensura associadas a todos os tipos de procedimentos de coleta de dados delegados.

Para a segunda pergunta, sobre a pesquisa na Internet, é possível encontrar uma resposta partindo de uma distinção - talvez aproximada - entre os principais tipos de dados disponíveis na Web: dados virtuais e dados digitais. Os dados que podemos obter da Web usando - adaptados para esse contexto - métodos qualitativos usados off-line são virtuais. Durante a crise da pandemia,

⁶⁵Sobre o uso da gravação em vídeo, Richard Krueger, em seu manual altamente citado, *Focus Groups. A Practical Guide for Applied Research*, escreve: “A gravação em vídeo é intrusiva e geralmente não vale o esforço. Descobri que ela pode alterar o ambiente e afetar a espontaneidade dos participantes. A gravação em vídeo geralmente requer várias câmeras e operadores de câmera que tentam girar a câmera rapidamente para acompanhar o fluxo da conversa. A agitação e a fúria da gravação em vídeo fazem com que o grupo focal pareça mais um circo do que uma discussão” (Krueger 1994: 49).

⁶⁶A dimensão linguística diz respeito ao que é dito durante a entrevista por meio do uso exclusivo da linguagem falada. A dimensão paralinguística diz respeito às modalidades em que a fala é modulada pelo tom, timbre, intensidade e volume da voz. A dimensão extralinguística diz respeito às formas intencionais e não intencionais de comunicação que são expressas pelo que, em um sentido amplo, pode ser definido como linguagem corporal - por exemplo, postura, movimento, choro, riso e tosse.

essa estratégia de pesquisa tornou-se a única maneira possível de realizar pesquisas qualitativas. Durante esses anos terríveis, a qualidade dos dados qualitativos foi comprometida, mas a restrição à virtualidade aumentou a criatividade da comunidade de pesquisa qualitativa e produziu alguns avanços metodológicos interessantes. Uma entrevista ou um grupo focal realizado na Web pode ser colocado em algumas ilhas projetadas para a versão mais tradicional desses métodos. Os dados digitais, por outro lado, são objetos nativamente digitais, originados na Internet e analisados com métodos digitais (Rogers 2013). O mundo dos dados digitais é tudo menos homogêneo, e os procedimentos de análise de dados são igualmente heterogêneos. Considerando a cota de informações que podem ser analisadas usando métodos qualitativos, a Internet oferece principalmente textos, compostos de palavras e imagens, que podem ser analisados em perspectiva e com as ferramentas de análise documental. A Internet também oferece a possibilidade de observar como um texto é criado por meio da interação dos usuários da Web. Temos essa oportunidade ao acompanhar uma discussão em um fórum. Se decidirmos não intervir na discussão, como um "lurker"⁶⁷, nossa atividade é exatamente como a observação naturalista no mundo off-line. Se decidirmos intervir na discussão que está evoluindo diante de nossos olhos, passamos para uma área muito próxima à do experimento de campo ou da observação participante. O tipo de experimento de campo que pode ser realizado está próximo dos experimentos de violação de Garfinkel. Para se ter uma ideia do que quero dizer, pense em entrar em um fórum anti-vacina e publicar uma postagem que diga algo como: "Meu filho é imunossuprimido e não pode tomar nenhuma vacina, mas ele arrisca a vida todos os dias obrigado a viver com os vossos filhos, que vocês, anti-vax, decidiram orgulhosamente não vacinar!". Na área de observação participante ou, com uma expressão mais condizente com o contexto, na etnografia digital, as duas principais opções da versão off-line ainda estão presentes: observação encoberta ou aberta. Estamos na área da etnografia digital se, e somente se, interagirmos virtualmente com os participantes. Caso contrário, voltamos à análise documental ou à observação naturalista. Se o que acabei de dizer estiver correto, não precisa-

⁶⁷A definição de "lurker", proposta pelo dicionário Merriam-Webster, é a seguinte. Lurker é uma pessoa que lê mensagens num fórum de discussão na Internet ou numa plataforma de redes sociais, mas não contribui. Por conseguinte, uma tradução do termo lurker pode ser espectador ou também voyeur.

mos reformular o mapa proposto da pesquisa qualitativa para incluir métodos de pesquisa visual ou pela Internet.

As principais características da pesquisa qualitativa foram definidas, com um esboço do mapa do arquipélago da pesquisa qualitativa. O que está faltando é uma avaliação dos pontos fortes e dos supostos pontos fracos dessa forma de fazer pesquisa social.

2.2 OS PONTOS FORTES DA PESQUISA QUALITATIVA

O principal ponto forte da pesquisa qualitativa está na acurácia das informações. A sensibilidade ao contexto dos procedimentos de coleta de dados permite que os participantes se expressem com suas próprias palavras para agir em seus ambientes naturais. Mais uma vez, a abertura das ferramentas conceituais permite atender ao inesperado, desencadeando processos abduativos que garantem uma representação mais minuciosa dos fenômenos estudados. A disponibilidade de uma profusão de pistas sobre o grau de cooperação dos participantes (consulte a Seção 1.1) aumenta ainda mais a acurácia das informações coletadas. A acurácia da representação dos fenômenos estudados, das respostas que atribuímos à maneira como as coisas funcionam em um determinado contexto, assume uma forma distinta quando uma perspectiva longitudinal é adotada. Quando o tempo entra na equação, a pesquisa qualitativa oferece uma contribuição específica para a reconstrução dos fenômenos sociais, fornecendo um relato narrativo dos processos e da causalidade (cf. Becker, 1998; 2014: 75-84).

Alguns dos métodos de pesquisa apresentados anteriormente no mapa têm um caráter longitudinal intrínseco. É o caso da observação naturalista e participante (tanto aberta quanto encoberta), da auto-etnografia e do *shadowing*. Para todos esses procedimentos de coleta de dados, é intrínseca a atenção à evolução dos fenômenos no tempo. Observamos a ação - inclusive a nossa ação - momento a momento, por um tempo suficientemente longo para nos permitir encontrar uma

⁶⁵Sobre o uso da gravação em vídeo, Richard Krueger, em seu manual altamente citado, *Focus Groups. A Practical Guide for Applied Research*, escreve: "A gravação em vídeo é intrusiva e geralmente não vale o esforço. Descobri que ela pode alterar o ambiente e afetar a espontaneidade dos participantes. A gravação em vídeo geralmente requer várias câmeras e operadores de câmera que tentam girar a câmera rapidamente para acompanhar o fluxo da conversa. A agitação e a fúria da gravação em vídeo fazem com que o grupo focal pareça mais um circo do que uma discussão" (Krueger 1994: 49).

⁶⁶A dimensão linguística diz respeito ao que é dito durante a entrevista por meio do uso exclusivo da linguagem falada. A dimensão paralinguística diz respeito às modalidades em que a fala é modulada pelo tom, timbre, intensidade e volume da voz. A dimensão extralinguística diz respeito às formas intencionais e não intencionais de comunicação que são expressas pelo que, em um sentido amplo, pode ser definido como linguagem corporal - por exemplo, postura, movimento, choro, riso e tosse.

resposta aceitável para nossas perguntas. Os outros métodos qualitativos, ou seja, a análise documental, a observação à distância, os grupos focais, as entrevistas em profundidade e os diários solicitados, podem ser executados em uma versão longitudinal por meio da aplicação repetida. Isso acontece quando, no mesmo contexto ou com os mesmos indivíduos, repetimos nossa observação ou diálogo duas ou mais vezes. Esse é o caso de entrevistas repetidas ou grupos focais repetidos ou o caso da leitura repetida de páginas na Internet (que mudam seu conteúdo)⁶⁸. Podemos fazer uma leitura repetida das publicações de um influenciador em um tópico específico, mas também da página de autoapresentação de uma empresa ou de um partido político ao longo dos anos. No caso do diário solicitado, a repetição é quase implícita, mas não deixa de ser repetição. Ao preencherem seus diários, os participantes definem um ou mais momentos do dia em que analisam eventos recentes do passado para descrevê-los e comentá-los no diário. Em um diário, não há uma descrição momento a momento das experiências vividas: é impossível agir e - simultaneamente - observar e descrever nossas ações.

Uma metáfora visual pode ilustrar as diferenças entre os dois grupos de métodos qualitativos. Os métodos intrinsecamente longitudinais, observação naturalista e participante, autoetnografia e *shadowing*, fornecem um clipe de filme para as ações analisadas; os métodos que podem ter uma versão longitudinal, análise documental, observação à distância, grupo focal, entrevista em profundidade e diários solicitados, fornecem um conjunto de instantâneos tirados em uma sequência de pontos de tempo⁶⁹. O experimento de campo está entre essas duas categorias principais. Na versão etnográfica, o experimento é propriamente uma ferramenta longitudinal. Esse foi o caso do experimento Rosenhan sobre o status epistemológico do diagnóstico psiquiátrico, realizado por oito pesquisadores que fingiram ouvir vozes na cabeça e, portanto, ser esquizofrênicos⁷⁰. Eles foram hospitalizados por

⁶⁸A entrevista repetida é uma das ferramentas da abordagem do curso de vida, especialmente em estudos prospectivos orientados para acompanhar uma amostra de indivíduos ao longo de sua vida. Para obter uma ilustração da versão qualitativa dessa abordagem, consulte Laub e Sampson (1998).

⁶⁹A visão da pesquisa qualitativa longitudinal adotada aqui é menos rigorosa do que a proposta por Johnny Saldaña (2003), que considera a presença de uma mudança e uma duração específica como condição para considerar a pesquisa longitudinal.

⁷⁰Ao revisar este livro para a tradução para o português, deparei-me com um artigo de Andrew Scull que levanta sérias dúvidas sobre o experimento de Rosenham. O julgamento de Scull sobre um dos artigos mais citados nas ciências sociais e médicas, *On being sane in insane places*, é bastante grave. No relato de Scull, Rosenham leu as evidências adquiridas (e não compartilhadas com a comunidade científica) de forma prejudicial para sustentar seu julgamento crítico sobre a robustez epistêmica do diagnóstico psiquiátrico (Scull 2023). Usei o experimento de Rosenham apenas para fins metodológicos, mas, a partir de agora, com algumas perplexidades epistemológicas e éticas.

um período que variou de sete a cinquenta e dois dias, durante os quais realizaram um estudo etnográfico da ala em que estavam confinados (Rosenhan 1973). A versão do experimento qualitativo inspirada nos experimentos de violação de Garfinkel pode assumir uma forma longitudinal somente por meio da repetição do mesmo experimento em um contexto semelhante duas ou mais vezes. A sensibilidade ao tempo produz dois recursos específicos para a pesquisa qualitativa: a observação prolongada garantida pela observação naturalista e participante e, embora em menor grau, pela *shadowing*, permite a análise da questão premente da relação entre o que dizemos e o que fazemos (consulte Deutscher 1973). Além disso, o tempo pode ser um bom remédio para a desconfiança dos participantes, uma ferramenta com a qual podemos obter sua cooperação.

2.3 OS (ALEGADOS) PONTOS FRACOS DA PESQUISA QUALITATIVA

As críticas feitas à pesquisa qualitativa compõem um velho e conhecido adágio que aponta três lacunas consideradas indesculpáveis: impessoalidade, uniformidade e generalização. A acusação de falta de impessoalidade está relacionada à chamada subjetividade dos resultados da pesquisa qualitativa. O argumento que sustenta essa alegação postula que, devido à relevância dos atributos pessoais do pesquisador, é bastante improvável que dois estudiosos diferentes possam chegar aos mesmos resultados ao estudar o mesmo fenômeno⁷¹. A segunda acusação, de certa forma, oferece uma explicação para a subjetividade dos resultados da pesquisa qualitativa. A falta de uniformidade nos procedimentos de coleta de dados é a principal responsável pela dependência da pessoa do pesquisador em relação aos resultados obtidos. A terceira acusação, a de falta de generalização, sustenta que, devido ao número limitado de casos estudados, é ilegítimo estender o escopo dos resultados da pesquisa dos casos estudados para alguns casos não estudados (análogos). Todas essas lacunas ou fraquezas geral-

⁷¹A discordância entre os estudos é representada de forma interessante por Karl Heider com a metáfora de Kurosawa do “efeito Rashomon” (Heider 1988). É interessante notar que Minayo usa o argumento da possibilidade de obter resultados diferentes em dois ou mais estudos sobre o mesmo fenômeno como evidência da criatividade do processo de pesquisa. “Assim, o que aqui considero “criatividade do pesquisador” diferencia os resultados das investigações, o que pode ser constatado quando vários trabalhos têm os mesmos objetos e as mesmas indagações.” (Minayo 2014: 46).

mente são sintetizadas com a acusação inapelável de falta de rigor. Antes de analisar e tentar desconstruir essas acusações, é importante ressaltar que a ideia de rigor que orienta essa acusação é a que caracteriza a pesquisa quantitativa, baseada na padronização e, por meio dela, na impessoalidade e no uso da “lógica da inferência” baseada na teoria da probabilidade (consulte King, Keohane e Verba 1994: 15; Goldthorpe 2000: 67, 88). Mas agora é o momento de considerar, ponto a ponto, todas essas supostas fraquezas.

Falta de impessoalidade

A acusação de falta de impessoalidade é totalmente fundamentada, mas não identifica uma fraqueza. O impacto da persona do pesquisador, ou seja, da relação observacional sobre os resultados do estudo, é uma das questões abordadas no “relato reflexivo” (Altheide e Johnson 1994; Minayo 2014: 287 e segs.) que todos os pesquisadores qualitativos mantêm como seu dever epistemológico e ético (consulte a Seção 6.1). O foco nesse aspecto transforma uma fonte de viés em um recurso de informações. Além disso, entre as ferramentas metodológicas desenvolvidas no arquipélago da pesquisa qualitativa, há algumas explicitamente direcionadas para melhorar a intersubjetividade dos resultados da pesquisa. A etnografia em equipe (Erikson e Stull, 1998) é uma das mais eficientes nesse sentido. Fazer etnografia em equipe significa trabalhar em uma equipe de etnógrafos que compartilham (em vários graus) a experiência do mesmo local e constroem uma representação dele por meio de um confronto dialético, a partir do qual alguns germes de intersubjetividade podem florescer⁷².

Falta de uniformidade

A acusação de falta de uniformidade é totalmente fundamentada, mas - novamente - ela não identifica uma fraqueza, mas sim um dos traços distintivos mais relevantes da pesquisa qualitativa. A falta de uniformidade, oportunamente reformulada como sensibilidade ao contexto, é o que garante a acurácia especial da pesquisa qualitativa. A harmonização dos procedimentos de coleta de dados com as características singulares dos casos estudados pode

⁷²O leitor pode encontrar uma ilustração de um relato reflexivo sobre um estudo realizado por uma equipe internacional, nomeadamente uma etnografia rápida de equipe, numa minha publicação muito recente (Cardano et al. 2023). O artigo sublinha a dimensão dialética da construção de uma representação intersubjetiva da relação entre profissionais da saúde e pais no contexto de vacinação infantil.

criar algumas dificuldades durante a fase de análise de dados, quando precisamos comparar casos em relação às mesmas propriedades detectadas por meio de procedimentos diferentes. Isso é o que Tim Rapley recomendou ao dizer: “Você não precisa fazer a mesma pergunta da mesma maneira em cada interação”. De qualquer forma, para esse problema - nem sempre tematizado adequadamente na reflexão metodológica - há algumas soluções convincentes. Essas soluções serão apresentadas de forma clara nos capítulos 3 e 5. Por enquanto, é possível sugerir que essas soluções se baseiam no uso de uma lógica multimodal, do conjunto difusos (consulte a Seção 1.2) realizada pela ferramenta weberiana do tipo ideal e em algumas ferramentas extraídas da teoria da argumentação. Com relação à acusação de falta de uniformidade, é necessário acrescentar que a adesão à regra alternativa de harmonização não implica a renúncia ao cumprimento do dever de prestação de contas (*accountability* em inglês). Se é verdade que a maneira mais simples de garantir a responsabilidade dos procedimentos de coleta de dados é recorrer à definição operacional, a solução tipicamente adotada pela pesquisa quantitativa, essa não é a única maneira possível (e pode até não ser a melhor). Por meio do relato reflexivo, é possível satisfazer o princípio da prestação de contas (*accountability*) com resultados equivalentes⁷³.

Falta de generalização

Se por falta de generalização queremos dizer a impossibilidade de estender o escopo dos resultados da pesquisa qualitativa *por meio de inferência estatística* ou, de modo mais geral, por meio da teoria da probabilidade, novamente isso é totalmente verdadeiro, mas não relevante (consulte Taquette e Borges 2020: 46). A teoria da probabilidade não é a única ferramenta capaz de garantir a robustez da extensão do escopo dos resultados de nossa pesquisa. Esse importante trabalho pode ser feito, no arquipélago da pesquisa qualitativa, pela teoria da argumentação, cujas características essenciais serão ilustradas no próximo capítulo. A teoria da argumentação nos permite satisfazer o requisito científico de rigor de uma maneira diferente, combinando rigor com criatividade.

⁷³No texto, faço referência implícita à ideia do método proposto por Gary Brent Madison e exposto na Seção 1.2.

03. Kit de sobrevivência da teoria da argumentação

A teoria da argumentação é uma área multidisciplinar que abrange desde a filosofia até as ciências sociais e cognitivas, o direito, a pesquisa em inteligência artificial e muitas outras⁷⁴. Os objetos da teoria da argumentação são a natureza, as funções e os limites do discurso persuasivo. Esse tipo de discurso é muito difundido tanto na vida cotidiana quanto na pesquisa social, embora não seja necessariamente enquadrado como argumentativo. Os três fragmentos a seguir ilustram esse tipo de discurso:

1. Durante minha última visita ao Brasil como professor visitante, Luciane, Aline, Jaqueline e muitos outros colegas foram muito hospitaleiros. Essa é, provavelmente, uma característica da cultura acadêmica brasileira.

2. Paulo não tolera perguntas abertas em um questionário; como ele pode aceitar um projeto de pesquisa baseado em entrevistas em profundidade?

3. Ontem fui até a porta do escritório de Luigi, mas, estranhamente, ele não estava lá. Presumi que estivesse na biblioteca.

O primeiro fragmento ilustra o chamado “argumento por exemplo” (Perelman e Olbrechts-Tyteca 1958, tradução portuguesa

⁷⁴Uma introdução eficaz em português aos tópicos de retórica e argumentação pode ser encontrada em Reboul 2004.

2014: §78; Walton, Reed e Macagno 2008: 314). Esse tipo de raciocínio é a base de todos os procedimentos de amostragem por meio dos quais atribuímos propriedades a um conjunto, a partir da observação de um subconjunto de casos pertencentes a ele⁷⁵. A segunda citação ilustra o “argumento de hierarquia dupla” (Perelman e Olbrechts-Tyteca 1958, tradução portuguesa 2014: §76). Esse argumento parte de uma suposição sobre a estrutura da realidade, na qual duas classes de fenômenos, duas hierarquias, são distinguidas. O argumento de hierarquia dupla geralmente expressa uma ideia de proporcionalidade direta ou inversa entre os elementos que pertencem ao grupo ordenado considerado. Esse tipo de raciocínio foi codificado na *Retórica* de Aristóteles, na qual podemos ler esta afirmação: “Se o que é mais difícil é possível, o que é mais fácil o é igualmente.” (Aristóteles II(b) 19, tradução portuguesa 2015: 129). Esse tipo de raciocínio, também chamado de argumento *a fortiori* (com maior razão), está na raiz do desenho do caso crítico, particularmente relevante na pesquisa qualitativa (consulte a Seção 4.2.1). A terceira e última citação é um exemplo de um dos tipos de raciocínio mais relevantes na pesquisa qualitativa (Tavory e Timmermans 2014; Vaughan 2014; Schwartz-Shea e Yanow 2012), a abdução.

Há muitas ilustrações desse tipo de raciocínio nas ciências sociais, mas, como o autor deste capítulo, tomarei a liberdade de escolher um exemplo de uma de minhas próprias experiências de pesquisa. Escrevi minha tese de doutorado sobre um tópico um tanto incomum, a sacralização da natureza, por meio de uma etnografia comparativa realizada em duas pequenas comunidades sediadas na Itália (Cardano 1995, 1997). A comparação envolveu uma comunidade espiritual esotérica, Damanhur (Cardano e Pannofino 2018), e uma comunidade rural leiga, “**Elfos da Grande Ravina**” (*Elfi del Gran Burrone*). O objetivo da comparação era descobrir as principais diferenças e semelhanças entre uma comunidade espiritual e uma comunidade leiga no processo de sacralização da natureza. O que é pertinente aqui aconteceu durante meu trabalho de campo na comunidade dos Elfos. A **Elfos da Grande Ravina** era (e ainda é) uma comunidade anárquica cujos membros expressavam sua devoção à natureza por meio de uma escolha de simplicidade

⁷⁵Howard Becker define esse procedimento como “uma versão do tropo clássico da sinédoque, uma figura de retórica em que usamos uma parte de algo para remeter o ouvinte ou leitor ao todo a que ela pertence” (Becker 1998, tradução portuguesa 2014: 85).

e com um toque gentil nas atividades agrícolas em que estavam envolvidos. Eles não usavam fertilizantes ou tratores na agricultura e tendiam a reduzir ao mínimo o contato com a sociedade de mercado. Ao estudar suas atitudes em relação à natureza, direcionei minha atenção para os ritos que pontuavam a vida da comunidade. Entre eles, os mais importantes eram o rito da “tenda do suor” e a “bebida mágica”, emprestados das tradições nativas americanas e druídicas. Ao participar e observar as diversas instâncias de ambos os ritos, o que me surpreendeu foi a enorme heterogeneidade do que podemos chamar de liturgia. Tendo em mente a liturgia da Igreja Católica na qual fui educado (para deixá-la assim que atingisse a idade adulta) e tudo o que havia aprendido sobre ritualidade por meio de minhas leituras acadêmicas, eu me perguntava se o que estava observando eram ritos espirituais genuínos. Saí dessa situação de dúvida intuindo uma hipótese interpretativa com base em meus conhecimentos da época - nas palavras de Umberto Eco, minha “enciclopédia semiótica” (Eco 1983, tradução portuguesa 2008). Alguns meses antes de ter de enfrentar esse problema, descobri, por acaso, a música de Bruno Maderna, que havia falecido recentemente; ele compôs um tipo de música aleatória que irritou meu ouvido inculto. A essência desse estilo musical era deixar as apresentações musicais ao acaso, de modo que cada uma delas adquirisse suas próprias peculiaridades, e nenhuma pudesse ser considerada igual à primeira. A música aleatória baseia-se em uma partitura muito essencial e escassa, que dá aos artistas grande liberdade de interpretação, permitindo que o acaso dite a forma que a apresentação assumirá. Presumi que a ritualidade dos Elfos era - como a música aleatória - baseada em uma partitura litúrgica essencial que era, novamente nas palavras de Umberto Eco (1962, tradução portuguesa 2016), uma “obra aberta”. Essa hipótese interpretativa se encaixava no perfil anárquico da comunidade e permitia que a surpreendente heterogeneidade das práticas dos rituais se tornasse uma questão natural. Como escrevi no livro:

Em muitos aspectos, a encenação de um rito lembra uma apresentação da música de Maderna; música constantemente aberta ao aleatório, ao acaso, construída em uma partitura fina, alusiva e deliberadamente fragmentada: o rito como uma obra aberta. A erosão das regras litúrgicas é combinada com o enfraquecimento do

conteúdo simbólico dos rituais comunitários. As práticas rituais dos Elfos dependem, na verdade, de um conjunto relativamente restrito de símbolos, ligados uns aos outros por um enredo extremamente simples.

Além disso, o uso de símbolos é orientado principalmente para a expressão e a produção de sentimentos, e não para a afirmação, para a encenação de um discurso sobre o mundo. Essa imagem pode ser atribuída a dois rituais específicos dos quais pude participar durante minha estada na comunidade: o rito da tenda do suor e o da bebida mágica (Cardano 1997: 234).

A abdução é o tipo de raciocínio que melhor representa as características da pesquisa qualitativa, a criatividade na produção de conceitos e teorias e a natureza presuntiva do resultado adquirido⁷⁶. A partir da segunda metade do século XX, todos nós tivemos que renunciar ao mito da verdade (particularmente à Teoria da Verdade como correspondência), aceitando a coabitação com a incerteza, que é expressa de várias formas por meio da noção de probabilidade ou de plausibilidade (veja o que vem a seguir). Tanto na pesquisa qualitativa quanto na quantitativa, o caráter presuntivo da representação de fenômenos sociais depende da invisibilidade dos estados internos que tão frequentemente aparecem como sujeitos de nossas declarações e da dificuldade relacionada à obtenção da cooperação dos participantes (consulte a Seção 1.1).

Voltando ao raciocínio abduutivo, pode ser útil relembrar a definição clássica desse tipo de raciocínio proposta por Charles Sanders Peirce:

*O fato surpreendente, C, é observado;
Mas se A fosse verdadeira, C seria uma questão natural.
Portanto, há motivos para suspeitar que A é verdadeira.
(Peirce 1935-1966: § 5.189)*

No caso da ritualidade dos Elfos, o que me surpreendeu foi o elevado grau de heterogeneidade da liturgia (C na fórmula de Peirce). A noção do rito como trabalho aberto, como o equivalente

⁷⁶Com relação à criação de novos conceitos, as observações de Mary Morgan sobre estudos de caso parecem se aplicar a todas as pesquisas qualitativas. Morgan sustenta que uma das características mais promissoras do estudo de caso se baseia em sua capacidade de produzir, frequentemente de forma casual (serendipity em inglês), novos conceitos baseados em evidências (Morgan 2014: 299, 302, nossa tradução).

metafórico da música aleatória, foi a inferência conjectural para a «melhor explicação» (A). Essa hipótese interpretativa se encaixava no perfil cultural anarquista da comunidade, e nenhuma explicação alternativa parecia mais apropriada para ser considerada plausível.

Uma versão mais útil do esquema de argumento abduutivo peirceano no contexto de nosso discurso foi proposta por Douglas Walton.

*D é um conjunto de dados ou supostos fatos em um caso.
Cada uma de um conjunto de contas A1 , A2 , . . . , An é bem-sucedida na explicação de D. A1 é a conta que explica D com mais sucesso.
Portanto, A1 é a hipótese mais plausível no caso.
(Walton 2004: 217-218, itálico meu)*

A versão de Walton do raciocínio abduutivo destaca a natureza plausível da conclusão desse tipo de inferência. Além disso, a definição de Walton se concentra em um dos aspectos mais relevantes do raciocínio abduutivo, a consideração de um conjunto de possíveis explicações para o “fato surpreendente” no caso, evocando a necessidade de nutrir nosso raciocínio abduutivo com uma sensibilidade teórica especial que permita a comparação entre diferentes hipóteses explicativas (Tavory e Timmermans 2014: 41, 113-114; Vaughan 2014: 66-67). A natureza presuntiva desse tipo de raciocínio não impede nossa capacidade de avaliar sua solidez. Algumas sugestões sobre os critérios para avaliar sua plausibilidade surgem de dois estudiosos de Inteligência Artificial, John e Susan Josephson. Em seu livro dedicado à inferência abduitiva, esses critérios são apresentados:

1. como A, supera de forma decisiva as alternativas
 2. quão sólida é A, por si só, independentemente de considerar as alternativas (devemos ser cautelosos ao aceitar uma hipótese, mesmo que seja claramente a melhor que temos, se ela não for suficientemente plausível por si só)
 3. julgamentos sobre a confiabilidade dos dados
 1. o grau de confiança de que todas as explicações plausíveis foram consideradas (quão completa foi a busca por explicações alternativas).
- (Adaptado de Josephson e Josephson 1994: 16)⁷⁷.*

⁷⁷Para tornar essa citação coerente com a anterior de Douglas Walton, o símbolo usado por Josephson e Josephson para denotar as hipóteses explicativas genéricas, H, foi substituído por A, .

Os critérios de avaliação propostos por Josephson e Josephson funcionam como “perguntas críticas” que, em nosso contexto - como veremos a seguir (Seção 3.3) - desempenham duas funções diferentes. A primeira, claramente expressa pelos autores, é permitir a avaliação do grau de aceitabilidade do argumento. A segunda função, relevante em uma estrutura metodológica, é oferecer uma “ferramenta pedagógica” (Godden e Walton 2007: 280) para melhorar a solidez do raciocínio.

Para reconhecer melhor a especificidade do raciocínio abduutivo, que pode ser definido como “inferência para a melhor explicação” (Walton 2004: 4; Tavory e Timmermans 2014: 36), uma rápida comparação com os outros dois tipos de raciocínio - indução e dedução - pode ser útil. A seguir, reproduzo - parcialmente adaptado - o esquema de comparação proposto por Peirce (1935-1966: §§ 2.623, 5.171), com base no famoso feijão branco. Em vez de feijões, considerarei crianças; em vez de sacos, considerarei escolas. A tonalidade branca do feijão torna-se aqui um atributo étnico: ser branco em vez de negro.

Dedução

Todas as crianças dessa escola são brancas.
Essas crianças estão matriculadas nessa escola.
Essas crianças - *necessariamente* - são brancas.

Indução

Essas crianças estão matriculadas nessa escola.
Essas crianças são brancas.
Todas as crianças dessa escola são - *provavelmente* - brancas.

Abdução

Todas as crianças dessa escola são brancas.
Essas crianças são brancas. Essas crianças - *plausivelmente* - são dessa escola.⁷⁶

A criatividade do raciocínio abduutivo - de acordo com Tavory e Timmermans (2014: 37) - emerge da comparação com os três procedimentos de inferência, porque a conclusão “Essas crianças - plausivelmente - são dessa escola” não é assumida antes do

⁷⁶De acordo com Walton (2004: 3), no esquema proposto no texto, acrescentei - em itálico - os três qualificadores: necessariamente, provavelmente e plausivelmente. Isso parece coerente com a posição de Pierce sobre esse ponto: “A dedução prova que algo **deve ser**; a indução mostra que algo, de fato, **é operativo**; a abdução apenas sugere que algo **pode ser**” (Peirce 1935-1966 Collected Papers 5.171, **negrito no original**).

fato (como na dedução) nem observada (como na indução). A hipótese que transforma um fato surpreendente em uma questão natural é inventada, às vezes, de forma criativa (consulte Eco 1983, tradução portuguesa 2008).

Acabei de introduzir a questão da incerteza como o preço necessário a ser pago na representação dos fenômenos sociais, tanto na pesquisa qualitativa quanto na quantitativa. A ideia de incerteza é claramente expressa por Charles Sanders Peirce quando, em uma reflexão sobre a tradução de inscrições cuneiformes, ele observa que qualquer representação “não está sobre o alicerce do fato. Ela está caminhando sobre um pântano e só pode dizer: este terreno parece estar firme por enquanto. Aqui ficarei até que ele comece a ceder” (Peirce 1935-1966: § 5.589). Há duas maneiras principais de expressar a incerteza nas ciências sociais: uma em termos de probabilidade e a outra em termos de plausibilidade. Esses dois conceitos são muito semelhantes, mas é possível fazer uma distinção entre eles - uma distinção difusa - e isso é particularmente útil para definir a especificidade do raciocínio da pesquisa qualitativa em comparação com o da pesquisa quantitativa.

A relação entre probabilidade e plausibilidade é discutida em um dos apêndices do livro de Josephson e Josephson. A questão é controversa (sobre o mesmo ponto, consulte Walton 2004: 28). Três pontos principais permitem distinguir plausibilidade de probabilidade. Primeiro, a probabilidade expressa a incerteza de maneira formalizada; ao contrário, a plausibilidade o faz de maneira informal, semelhante à linguagem comum (Josephson e Josephson 1994: 266). Em segundo lugar, a medida da incerteza por meio da probabilidade - pelo menos na versão convencional da teoria da probabilidade - exige uma definição clara (enumeração) das alternativas consideradas. Para operar com probabilidade, também é necessário fazer suposições específicas sobre a relação entre as alternativas, e a suposição adotada geralmente é a da independência. Quando estamos envolvidos em raciocínio argumentativo - raciocínio abduutivo ou por analogia, por exemplo - os conjuntos de alternativas possíveis não podem ser estritamente medidos, e a suposição de independência entre eles parece empobrecer profundamente nossos discursos⁷⁹. Para evitar a falácia da precisão

⁷⁹Nesse ponto, podemos reconhecer semelhanças com a noção baconiana de probabilidade (consulte Weinstock, Goodenough e Klein 2013: 3 e passim). Gostaria de agradecer a Fabrizio Macagno por chamar minha atenção para esse aspecto.

deslocada, na qual caímos “quando números exatos são usados para noções inexatas” (Pirie 2015, tradução portuguesa 2008: 69 e seguintes), no quadro da plausibilidade, a incerteza ou a confiança é expressa em uma medida de “escala grosseira” (Josephson e Josephson 1994: 268). Terceiro, embora não seja tão decisivo, alguns raciocínios argumentativos, como a abdução, por exemplo, exigem uma explicação causal para a qual a probabilidade e a estatística parecem mal equipadas (270-271). Todas essas razões convergem para uma distinção entre probabilidade e plausibilidade e para a definição de plausibilidade como o idioma adequado tanto para a teoria da argumentação quanto para a pesquisa qualitativa.

Dito isso, é hora de nos aprofundarmos na definição de argumento e na teoria da argumentação. Não é meu objetivo fornecer uma sinopse do vasto campo da teoria da argumentação, mas apenas compartilhar com o leitor algumas ferramentas, extraídas dessa área de estudo, úteis para desenvolver a ideia de rigor na pesquisa qualitativa sem estar sujeito aos ditames da chamada “lógica da inferência” (Goldthorpe 2000).

3.1 UM BREVE OLHAR SOBRE A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

A distinção entre argumento e argumentação pode ser um bom ponto de partida. De uma forma não técnica, podemos definir um argumento como o produto de uma atividade específica de raciocínio e argumentação como o processo pelo qual um conjunto de argumentos é apresentado, contestado e defendido. A partir de Douglas Walton, podemos avançar em direção a uma definição mais analítica de ambas as noções. Nas palavras de Walton: “*Argumento* é um meio social e verbal de tentar resolver ou, pelo menos, lidar com um conflito ou diferença que tenha surgido ou exista entre duas (ou mais) partes” (Walton 1990: 411). O uso de argumentos na atividade de raciocínio - entendido como um processo pelo qual a aceitabilidade das premissas é provisoriamente transferida para a conclusão em um contexto dialógico - constitui a argumentação.

A argumentação é um processo social, mesmo quando assume a forma de um discurso solo, a oratória (cf. van Eemeren, Grootendorst e Henkemans 2009: 5). Tanto nos discursos cotidianos quanto nos acadêmicos, um argumento é dirigido a um público

real ou imaginário. No contexto da pesquisa qualitativa, os argumentos são apresentados ao que Charles Sanders Peirce definiu como a “comunidade de filósofos”, uma locução que, com Tavory e Timmermans (2014: Capítulo 7), podemos expressar em uma forma mais relevante como “comunidade de investigação” (Tavory e Timmermans 2014: Capítulo 7) . A aceitabilidade do raciocínio argumentativo não é avaliada em relação à base de fatos (como é o caso da teoria da verdade por correspondência), mas diante de um juiz racional em um contexto mais próximo do julgamento judicial do que do laboratório experimental.

Nas últimas décadas, a teoria da argumentação tornou-se cada vez mais relevante, depois de ter sido marginalizada por um longo tempo. As raízes da teoria da argumentação podem ser encontradas na Grécia antiga, especialmente no pensamento de Aristóteles, que, no primeiro livro dos *Tópicos*, definiu a natureza da dialética, ou seja, o raciocínio argumentativo. A argumentação dialética nasceu da necessidade de abordar, por meio de discussão racional, campos cognitivos nos quais a verdade das premissas do raciocínio não podia ser considerada como certa. Além da dialética, Aristóteles desenvolveu outra forma de raciocínio, a retórica, como a faculdade de descobrir o que pode persuadir o público em cada argumento. Durante muito tempo, a dialética, a retórica e a gramática foram a base do ensino superior. No século XVII, a partir das publicações da Escola de Lógica de Port-Royal e da afirmação progressiva das ciências modernas, tanto a dialética quanto a retórica foram condenadas ao ostracismo por sua suposta obscuridade e reduzidas a nada mais do que ferramentas para o estudo de artifícios estilísticos do discurso, as chamadas figuras de linguagem. O estudo do raciocínio tornou-se monopólio da lógica, e todas as formas de raciocínio que não se encaixam nas regras transcontextuais abstratas da lógica formal foram consideradas falácias⁸⁰.

A marginalização da teoria da argumentação continuou até a segunda metade do século XX, quando, em 1958, dois livros seminais marcaram a chamada virada argumentativa: *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca - já citado - foi um deles; o outro foi *The Uses of Argument*,

⁸⁰Para a breve síntese exposta no texto, inspirei-me em Boniolo e Vidali (2011: Capítulo 2). Para uma apresentação compacta e eficaz da história da retórica, o leitor brasileiro pode consultar Ferreira (2010: 39-47).

de Stephen Edelston Toulmin (van Eemeren e Grootendorst 2004: 45)⁸¹. Embora com escopos e estratégias de raciocínio diferentes, ambos os livros contestam o monopólio da lógica formal no estudo do raciocínio. Perelman e Olbrechts-Tyteca, a partir do título escolhido para seu livro, propõem um renascimento da dialética e da retórica gregas antigas, contestando abertamente o racionalismo cartesiano baseado em um raciocínio *mais geométrico*, enraizado na matemática e na lógica formal. Stephen Toulmin segue na mesma direção, ao refutar o que ele chamou de conceito “geométrico” de validade (van Eemeren, Grootendorst e Henkemans 2009: 131). Especificamente, Toulmin contestou a visão de que existem normas universais para a avaliação de um argumento e que essas normas são fornecidas pela lógica formal (130). Como modelo para a avaliação da solidez de um argumento, Toulmin propôs substituir a lógica formal pela jurisprudência, uma prática sensível ao contexto para expressar o julgamento. Essa última ideia, a da sensibilidade ao contexto, com a qual a pesquisa qualitativa se sente muito confortável, foi claramente expressa por meio da noção de público, em Perelman e Olbrechts-Tyteca, e com a de campo, em Toulmin. A aceitabilidade de um argumento está ligada ao contexto em que ele é apresentado, embora seja possível definir algumas regras gerais transcontextuais para a estrutura de um argumento. Nessa direção, a melhor contribuição clara é a de Stephen Toulmin, que propôs uma estrutura geral de raciocínio (independente de campo), que necessariamente se modifica de acordo com o campo específico em que é implementada (consulte Toulmin 1958: tradução portuguesa 2022: Capítulo 3).

Esses dois livros reavivaram a atenção para o raciocínio argumentativo, mas não marcaram uma ruptura real com a tradição clássica (van Eemeren e Grootendorst 2004: Capítulo 3). O que está faltando em ambas as teses é uma apreciação específica das dimensões dialógicas e dialéticas do processo de argumentação (Cantù e Testa 2006: 12-13; van Eemeren e Grootendorst 2004: Capítulo 3), o que é particularmente relevante no contexto da prática científica. Além disso, no modelo de Toulmin, que é o mais próximo da sensibilidade científica, o processo de argumentação assume a forma de uma oratória e não de um confronto dialético.

⁸¹A Martins Fontes traduziu os dois livros para o português: Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, em 2014, e Toulmin, em 2022.

A atenção às dimensões dialógica e dialética do processo argumentativo é demonstrada em uma abordagem mais recente, a da lógica informal. A abordagem da lógica informal é uma abordagem variada em que é possível observar as duas ondas que - pelo menos em minha opinião - podem contribuir para o raciocínio científico desenvolvido na pesquisa qualitativa. De acordo com Paola Cantù e Italo Testa (2006: 52), nessa área situo tanto a escola pragmático-dialética, orientada por Frans van Eemeren (van Eemeren, Grootendorst 2004), quanto a escola canadense que se refere aos trabalhos de Douglas Walton (Walton 1989; Walton e Krabbe 1995). É interessante notar que essas abordagens têm suas raízes na cultura pragmatista, especialmente na versão peirceana. O confronto dialógico e dialético que dá e avalia a aceitabilidade do raciocínio ocorre na “comunidade de investigação” (Tavory e Timmermans 2014: Capítulo 7). As duas abordagens aqui apresentadas lançam luz sobre o diálogo dialético que caracteriza a produção de relatos plausíveis na pesquisa qualitativa. No modelo de van Eemeren, é a discussão crítica; na abordagem de Walton, o diálogo persuasivo. Van Eemeren e Grootendorst definem a característica da discussão crítica:

Uma discussão crítica pode ser descrita como uma troca de pontos de vista na qual as partes envolvidas em uma diferença de opinião tentam sistematicamente determinar se o ponto de vista ou os pontos de vista em questão são defensáveis à luz de dúvidas ou objeções críticas (van Eemeren e Grootendorst 2004: 52).

Na abordagem de Walton, o diálogo persuasivo é apenas um de um conjunto mais amplo de diálogos que podem ser considerados como muitos “jogos linguísticos” no sentido de Wittgenstein (Cantù e Testa 2006: 102). Cada diálogo é caracterizado por três características principais: a situação inicial, o objetivo principal e os objetivos dos participantes, e vem com um conjunto de regras que permite que os participantes atinjam o objetivo definido. Essas regras estão relacionadas ao tipo de compromisso que os participantes do diálogo devem assumir ou rejeitar. Para o diálogo persuasivo, a situação inicial é caracterizada por pontos de vista conflitantes; o objetivo principal é a resolução desse conflito por meios verbais; e os objetivos dos participantes consistem em persuadir o(s) outro(s) (Walton e Krabbe 1995: 66).

O contexto dialético no qual a pesquisa qualitativa é planejada e desenvolvida e seus principais resultados são defendidos, por meio de sua textualização, pode ser adequadamente enquadrado tanto na discussão crítica quanto no diálogo persuasivo. Para escolher entre essas duas alternativas igualmente sólidas, considere - em uma postura pragmática - o conjunto de instrumentos mais imediatamente úteis que acompanha cada uma delas. A escola canadense oferece um **conjunto de ferramentas úteis** para a pesquisa qualitativa, a saber, esquemas de argumentação presumida⁸². Esses esquemas podem orientar adequadamente a formulação de raciocínios específicos centrais para a realização de pesquisas qualitativas, como a seleção de casos (com o argumento do exemplo), a interpretação de informações, tanto no campo quanto durante a análise de dados (com o argumento do sinal ou o argumento abduutivo). Cada esquema é equipado com perguntas críticas específicas (Hastings 1963, citado em Walton, Reed e Macagno 2008: 3), uma ferramenta que abrange uma função dialética dupla. As perguntas críticas permitem avaliar a aceitabilidade das premissas e a plausibilidade das conclusões. Além disso, as perguntas críticas podem funcionar como um meio de decisão, orientando os pesquisadores na construção de seus argumentos. Essa última função é realizada por outro instrumento do repertório de Walton: a argumentação proléptica (Walton 2009).

Para ilustrar a natureza presuntiva do raciocínio argumentativo, o exemplo canônico de Douglas Walton, o argumento do Piu Piu, é um bom começo.

O argumento do Piu Piu (*Tweety* em inglês)

Os pássaros voam.

O Piu Piu é um pássaro.

Portanto, o Piu Piu voa.

(Walton 2004: 26)

Como Douglas Walton observa, o argumento do Piu Piu pode ser considerado racionalmente aceitável se não tivermos

⁸²Em meu primeiro livro sobre pesquisa qualitativa, publicado em português (Cardano 2017), utilizei como marco teórico o que oferecia a escola pragmático-dialética, orientada por Frans van Eemeren (van Eemeren, Grootendorst 2004). Nos anos seguintes, tive a oportunidade de aprofundar o estudo da abordagem da Escola Canadense, e me senti mais confortável com a proposta de Douglas Walton.

nenhuma informação sobre o Piu Piu, exceto o fato de ele ser um pássaro, mas, se obtivermos alguma informação adicional e descobrirmos que Piu Piu é um pinguim ou um avestruz, devemos admitir que a conclusão do argumento é inaceitável. A conclusão é inválida, embora ambas as premissas pareçam razoáveis. Para lidar com esse problema, podemos introduzir uma cláusula de exceção listando todos os pássaros conhecidos que não voam (pinguins, avestruzes, galos, perus, emas, kiwis, emas e talvez alguns outros). Mas e se o Piu Piu não for uma exceção e tiver uma asa quebrada? Dessa forma, o argumento do Piu Piu persiste como sendo derrotável porque nem todas as exceções possíveis podem ser definidas antecipadamente. A partir desse exemplo, é possível especificar as características de um argumento presuntivo: um argumento cujas premissas são questionáveis e/ou as inferências feitas a partir delas para chegar à conclusão nem sempre são válidas.

Todas as pesquisas sociais - não apenas as qualitativas - que se concentram em propriedades invisíveis, como crenças, valores e o significado das ações (consulte a Seção 1.1), necessariamente chegam à conclusão por meio de um raciocínio que parte de, pelo menos, uma premissa derrotável, aquela que descreve o estado interno dos indivíduos por meio de uma combinação conjuntural de pistas adquiridas sem a garantia total da cooperação dos participantes. Em minha opinião, esse parece ser um bom motivo para considerar o raciocínio argumentativo como a forma padrão de nossa maneira de pensar nas ciências sociais.

A argumentação presuntiva é enquadrada em um registro dialético no pensamento de Douglas Walton; ele indiretamente questiona a comunidade de investigação em uma disputa (às vezes apenas virtual) sobre a plausibilidade de uma alegação. As duas principais ferramentas que dão à argumentação sua curvatura dialética são a argumentação proléptica (Walton 2009) e os esquemas de argumentação (Walton, Reed e Macagno 2008). Antes de indicar os contextos de pesquisa qualitativa em que esses dois instrumentos podem ser aplicados de forma eficaz, é conveniente fazer uma breve definição de sua estrutura geral.

3.2 ARGUMENTAÇÃO PROLÉPTICA

A sequência comum de movimentos no diálogo persuasivo implica que o proponente apresente um argumento e, em seguida, o respondente apresente uma ou mais objeções a esse argumento. Em seguida, em um terceiro movimento, o proponente responde às objeções do respondente. Essa sequência é repetida até que ambos, proponente e respondente, encontrem uma resolução que pode ser um acordo sobre uma alegação ou uma discordância motivada. Argumentação proléptica é um tipo de argumentação em que as sequências de movimentos dialéticos constitutivos de um diálogo persuasivo são apresentadas por apenas um interlocutor, que faz uma afirmação, considera as possíveis objeções a ela e reformula seu raciocínio para neutralizar as objeções consideradas (consulte Walton 2009). Para dar um exemplo:

PROPONENTE: Na pesquisa qualitativa, a redação é caracterizada por uma clara multivocalidade.

*RESPONDENTE: Dê uma olhada em *Asylum*, de Erving Goffman. Ele tem 390 páginas, mas as vozes dos participantes podem ser vistas em apenas 8 delas.*

*PROPONENTE: OK, entendo seu ponto de vista. *Asylum* é uma exceção significativa, mas foi publicado no início da década de 1960. Considerando os trabalhos mais recentes em pesquisa qualitativa, digamos que, a partir do que Norman Denzin e Yvonne Lincoln definem como o terceiro momento na história da pesquisa qualitativa, a partir da década de 1970, a escrita em pesquisa qualitativa torna-se basicamente multivocal⁸³.*

Na argumentação proléptica, o orador assume os dois papéis, o de proponente e o de respondente. Ele faz uma alegação, apresenta algumas objeções razoáveis a ela e reage a essas objeções, seja por meio de um contra-argumento que deixa o argumento original inalterado ou por meio de uma reformulação do argumento original que desarma as objeções. Como em um diálogo

⁸³No diálogo imaginário do texto, o proponente se refere à periodização da pesquisa qualitativa proposta por Denzin e Lincoln (Denzin e Lincoln 1994: 7-11).

go realmente “povoado”, no qual o proponente enfrenta respondentes de carne e osso, na argumentação proléptica, o papel do respondente pode ser desempenhado com diferentes graus de assertividade. As objeções podem ser orientadas para desconstruir a alegação original (tipo de discussão dissidente: que se limita à expressão de dissidência) ou podem ser orientadas para apresentar uma alegação alternativa (tipo de diálogo de disputa). Além da metáfora do diálogo, a argumentação proléptica é um raciocínio no qual o proponente antecipa dialeticamente as possíveis objeções à sua alegação, respondendo a perguntas críticas imaginadas, convidando a uma reformulação do argumento⁸⁴.

Toda resposta às objeções (dialeticamente antecipadas) implica um compromisso proposicional por parte do proponente. No exemplo anterior, o respondente se compromete com a plausibilidade da distinção da história da pesquisa qualitativa nos principais momentos definidos por Denzin e Lincoln. Mais precisamente, eles assumem uma descontinuidade nos hábitos de escrita da comunidade de pesquisadores qualitativos antes e depois da década de 1970.

Todo compromisso proposicional atua como uma suposição que marca o limite da conclusão do raciocínio. No exemplo que abre esta discussão, a resposta ao respondente reformula o escopo e a qualificação da afirmação original: a multivocalidade da escrita qualitativa é reconhecida apenas pelos trabalhos mais recentes (a partir da década de 1970), e um qualificador modal informal, *basicamente*, é introduzido. De maneira mais geral, todo compromisso proposicional torna-se um fator que introduz uma forma de plausibilidade condicional. A plausibilidade condicional pode ser considerada como o equivalente analógico, na área do raciocínio argumentativo, da probabilidade condicional própria da inferência estatística. Em estatística, a probabilidade condicional de um evento B é a probabilidade de que o evento ocorrerá, dado o conhecimento de que um evento A já ocorreu. Em geral, ela é expressa pela notação $P(B|A)$. Na versão argumentativa desse tipo de pensamento, plausibilidade condicional, em vez de eventos, temos afirmações. A plausibilidade da afirmação “A escrita na pesquisa qualitativa é caracterizada pela multivocalidade” está subordina-

⁸⁴Em um livro bem escrito sobre redação de pesquisa, inspirado na teoria da argumentação, Arnold Wentzel apresenta um procedimento muito próximo da argumentação proléptica, ensinando os alunos a desenvolver seus argumentos (Wentzel 2018: 59).

da à plausibilidade da distinção da história da pesquisa qualitativa proposta⁸⁵. Portanto, a plausibilidade do raciocínio argumentativo está subordinada à plausibilidade das suposições nas quais ele se baseia. Veremos as implicações práticas dessa característica de forma particularmente clara nos procedimentos de seleção de casos (consulte a Seção 4.3).

3.3 ESQUEMAS DE ARGUMENTAÇÃO

Os esquemas de argumentação (Walton, Reed e Macagno 2008) oferecem uma versão organizada da forma dialética de raciocínio expressa pela argumentação proléptica. Nas palavras de Walton Reed e Macagno, “esquemas de argumentação são formas de argumentação que representam a estrutura de tipos comuns de argumentação usados em discursos cotidianos, bem como em contextos especiais, como os de argumentação jurídica e argumentação científica” (1). Essas estruturas de inferência são derrotáveis por natureza; elas produzem conclusões que, embora plausíveis, podem ser derrotadas quando novas evidências são consideradas. Nos livros clássicos de lógica, argumentos como os da analogia ou do sinal eram considerados falácias, mas eles recuperam plenos direitos de cidadania no contexto da lógica informal. Walton, Reed e Macagno propõem um repertório de 60 esquemas de argumentação. Cada esquema combina um conjunto de premissas que autorizam uma conclusão e uma série de perguntas críticas (Hastings 1963) que - dialeticamente - permitem o aprimoramento e a avaliação da cogência do argumento⁸⁶.

Seguindo os passos de Walton e colegas, a estrutura dos esquemas de argumentação pode ser ilustrada pela forma mais relevante de raciocínio na pesquisa qualitativa, o argumento da analogia (Tavory e Timmermans 2014; Vaughan 2014). O argumento da analogia é a base de todo o raciocínio baseado em casos (Walton, Reed, Macagno 2008: 43), que é a principal matéria sobre o qual a pesquisa qualitativa opera.

⁸⁵No desenvolvimento dessa ideia, inspirei-me na reflexão sobre estudos de caso feita por Martyn Hammersley, Roger Gomm e Peter Foster (2000: 251).

⁸⁶“Difficult Questions for Qualitative Research” (Perguntas difíceis para a pesquisa qualitativa), desenvolvido por Jennifer Mason (Mason 2002: 205-212), apresenta algo muito próximo da ideia de perguntas críticas aplicadas no contexto da pesquisa qualitativa.

ESQUEMA DE ARGUMENTO A PARTIR DE ANALOGIA⁸⁷

<i>Premissa maior</i>	Em geral o caso C_1 é semelhante ao caso C_2 .
<i>Premissa menor</i>	A proposição A (que atribui um estado sobre uma propriedade) é verdadeira no caso C_1 .
<i>Conclusão</i>	A proposição A (que atribui um estado sobre uma propriedade) é verdadeira no caso C_2 .

Um exemplo deliberadamente enganoso demonstra, de forma eloquente, o motivo pelo qual as perguntas críticas são essenciais. Considere o argumento: Esta maçã é vermelha e tem um gosto bom; Esta bola de bilhar é vermelha; portanto, esta bola de bilhar terá um gosto bom. O gosto bom é a propriedade que pretendemos transferir do análogo - a maçã - para o sujeito principal - a bola de bilhar (Walton, Reed e Macagno 2008: 56; Macagno 2017). O que há de errado com esse raciocínio? A resposta é bastante óbvia: a semelhança de cor é insuficiente para nos convencer a morder uma bola de bilhar.

As perguntas críticas correspondentes que acompanham o esquema de argumentação a partir da analogia enfocam essa e outras questões para conferir plausibilidade à conclusão. Walton e seus colegas oferecem um conjunto de cinco perguntas críticas (PC), listadas a seguir.

PERGUNTAS CRÍTICAS PARA O ESQUEMA DE ARGUMENTAÇÃO A PARTIR DA ANALOGIA⁸⁸

PC_1	A é verdadeiro em C_1 ?
PC_2	O C_1 e o C_2 são semelhantes no aspecto citado?
PC_3	A semelhança entre C_1 e C_2 observada até o momento é relevante para a semelhança adicional que está em questão?
PC_4	Existem diferenças importantes (dissimilaridades) entre C_1 e C_2 ?
PC_5	Existe algum outro caso C_3 que também seja semelhante a C_1 , exceto pelo fato de A ser falso em C_3 ?

⁸⁷Adaptado de Macagno (2017: 470).

⁸⁸Adaptado de Walton, Reed e Macagno (2008: 58-62).

A primeira pergunta crítica aborda a *premissa menor* do raciocínio, ou seja, a questão das condições que deram à maçã um bom sabor. Isso nos permite considerar o estado de conservação da fruta e também - acidentalmente - lembrar a triste história de Branca de Neve e a maçã envenenada. A segunda pergunta crítica se concentra na *premissa maior* e nos convida a considerar a semelhança entre a maçã e a bola de bilhar, em um sentido mais amplo. Ambas são vermelhas; ambas são esféricas; ambas podem ser seguradas em uma mão, e assim por diante. As respostas a essa última pergunta levam à terceira pergunta crítica decisiva sobre a relevância da semelhança. A cor vermelha comum a esses objetos é suficiente para presumir que ambos são saborosos? Para responder a essa pergunta, podemos seguir em duas direções opostas. Podemos nos perguntar se há outros objetos vermelhos e esféricos que podemos segurar em nossas mãos e que não são saborosos. Há muitos desses objetos, mas entre eles pode ser útil contemplar brevemente o alcaçuz indiano (*Abrus precatorius*). O alcaçuz indiano é uma pequena fruta vermelha (o fato de ser uma fruta parece ser uma característica importante na economia de nosso raciocínio) que é altamente tóxica. De forma complementar, podemos considerar as maçãs verdes e amarelas. Elas não são vermelhas, mas têm um sabor semelhante ao da maçã vermelha. Ambas as evidências anedóticas parecem colocar em dúvida a relevância da cor vermelha como um indício do sabor dos objetos que compartilham essa propriedade. A quarta pergunta crítica, sobre diferenças, nos convida a considerar se há alguma diferença relevante entre a maçã e a bola de bilhar que possa desafiar a conclusão de nosso raciocínio. Nosso olfato - que também pode nos ajudar a detectar diferenças - pode nos dizer se algo é gostoso. Uma maçã vermelha tem um cheiro agradável; uma bola de bilhar vermelha não tem cheiro algum, se não, em alguns casos, um cheiro desagradável de tinta esmaltada. Por serem esféricas, podemos reconhecer uma correspondência perfeita com a forma esférica de uma bola de bilhar em vez da forma imperfeitamente esférica de uma maçã. Essa afirmação, de fato, poderia sugerir que a bola

⁸⁹A quarta pergunta crítica lembra o procedimento definido por Mary Hesse para avaliar a adequação de um modelo analógico na ciência - estranhamente - envolvendo novamente bolas de bilhar no raciocínio (Hesse 1970). Sobre esse aspecto, consulte o Capítulo 5, n. 27.

de bilhar é um artigo manufaturado, enquanto a maçã é um produto natural. Se ainda quisermos morder a bola de bilhar, podemos provar os dois objetos vermelhos e descobrir que um é macio e o outro é duro⁸⁹. A quinta pergunta crítica desafia a plausibilidade do argumento a partir da analogia com uma abordagem popperiana, concentrando-se em uma contra-analogia (Walton, Reed e Macagno 2008: 63) que mostra que a semelhança em relação a uma propriedade (ser vermelho) não implica necessariamente em semelhança em relação a outra (ter um gosto bom). Responder a essa pergunta crítica implica procurar objetos vermelhos que não sejam saborosos. Na verdade, há muitos deles, desde o alcaçuz indiano mencionado acima e um carro da Ferrari até uma cabine telefônica do Reino Unido. Quanto mais o objeto listado se assemelhar a uma maçã, melhor funcionará a contra-analogia. Portanto, o alcaçuz indiano, na mesma escala dimensional da maçã, e com uma propriedade muito distante do bom gosto, é um exemplo mais adequado do que a Ferrari ou a cabine telefônica.

A discussão das cinco perguntas críticas anteriores ilustra como o argumento da analogia integra uma dimensão lógica e uma dimensão semântica. De acordo com Fabrizio Macagno (2017), o argumento da analogia é um “processo de raciocínio duplo” no qual a transferência de uma propriedade do análogo para o sujeito principal (dimensão lógica) é baseada no reconhecimento de um “gênero funcional” (dimensão semântica) que garante a “razoabilidade de tal transferência de predicação” (ib. 466, 471, 467). Esse gênero funcional não coincide com a definição dos dois objetos comparados, mas é inventado de forma criativa. Esse gênero funcional está ausente no exemplo da maçã-bola de bilhar, portanto, para descrever seu perfil, precisamos de um exemplo bem-sucedido de raciocínio analógico. Para desenvolver esse ponto, Fabrizio Macagno reintroduz o argumento aristotélico clássico sobre a seleção do magistrados:

Suponhamos que alguém (o orador) diga que não convém que os magistrados sejam eleitos por sorteio, que seria como selecionar atletas por sorteio, em lugar de escolhê-los em função de

sua capacidade para participar dos jogos, ou como empregar o sorteio para eleger entre os marinheiros o timoneiro, como se devêssemos recorrer ao indicado pelo sorteio e não ao homem que sabe como pilotar (Aristóteles, Retórica 1393b4-1393b8).

A transferência de atletas (análogo) para magistrados (sujeito) do procedimento de seleção é considerada um desastre e depende da identificação de um “gênero funcional”, diferente do que identifica as duas “espécies” em questão (atletas e magistrados). Os atletas praticam esportes; os magistrados governam assuntos públicos. O gênero funcional emerge por meio de um processo de abstração que reconhece, tanto nos atletas quanto nos magistrados, um compromisso com uma atividade que exige perícia e habilidade (Macagno 2017: 472). Pensar sobre essa etapa de abstração no contexto da pesquisa qualitativa permite reconhecer a relevância da sensibilidade teórica para sustentar o salto criativo que termina com a detecção do gênero funcional, que garante a robustez do raciocínio analógico (cf. Tavory e Timmermans 2014; Vaughan 2014).

Voltando ao exemplo da bola de bilhar com maçã, podemos definir as funções da pergunta crítica citando Walton e colegas. De acordo com Bart Verheij (2003, citado em Walton, Reed e Macagno 2008: 62), as perguntas críticas têm quatro funções.

- 1. Elas podem ser utilizadas para questionar se uma premissa de um esquema é válida.*
- 2. Elas podem indicar situações excepcionais em que um esquema não deve ser usado.*
- 3. Elas podem definir condições para o uso adequado de um esquema.*
- 4. Elas podem apontar outros argumentos que poderiam ser usados para confrontar o esquema.*

(Walton, Reed e Macagno 2008: 62)

As respostas a todas as perguntas críticas relevantes podem se tornar premissas adicionais em esquemas de argumentação. Por exemplo, o esquema original do Argumento por analogia pode ser modificado pela incorporação de respostas às perguntas críticas:

ESQUEMA DE ARGUMENTO POR ANALOGIA: VERSÃO ESTENDIDA⁹⁰

<i>Premissa maior</i>	Geralmente, o caso C_1 é similar ao caso C_2 .
<i>Premissa de base de similaridade (de PC_2)</i>	A semelhança entre C_1 e C_2 é evidente para os traços $C_1, C_2, C_3, \dots C_n$.
<i>Premissa de similaridade relevante (de PC_3)</i>	A semelhança entre C_1 e C_2 observada até agora é relevante para a similaridade adicional que está em questão.
<i>Premissa de irrelevância das diferenças (de PC_4)</i>	As diferenças entre C_1 e C_2 observadas até agora não constituem razão suficientemente forte para descartar a ideia da sua semelhança.
<i>Premissa sobre a ausência de contra-analogias (de PC_5)</i>	Nenhum caso C_3 é conhecido até agora que compartilhe com C_1 as características $C_1, C_2, C_3, \dots C_n$ mas para o qual A é falso.
<i>Premissa menor</i>	A é verdadeiro em C_1 .
<i>Premissa de estabilidade dos atributos (de PC_6)</i>	A observação de um conjunto de instâncias C_1 teoricamente relevantes durante um intervalo de tempo suficientemente amplo permite-nos dizer que a proposição A é verdadeira em C_1 .
<i>Conclusão</i>	A proposição A é verdadeira no caso C_2 .

Todas as premissas, tanto as originais quanto as adicionais, constituem um conjunto de compromissos proposicionais que dão substância à noção de plausibilidade condicional (veja anteriormente). Em outras palavras, a conclusão do argumento para o qual A é verdadeira no caso de C_2 é aceitável sob a condição de que todas as premissas sejam verdadeiras. Além disso, sobre as condições não consideradas nas premissas declaradas, nada pode ser dito.

O argumento da analogia é muito relevante na pesquisa qualitativa. De acordo com Peirce (1935-1966: § 5.277), o argumento da analogia combina as características da indução e da abdução,

⁹⁰Adaptado de Walton, Reed e Macagno (2008: 55-64). Walton e seus colegas propõem uma versão modificada do esquema de argumento por analogia (58) que inclui no raciocínio analógico a resposta a apenas uma pergunta crítica, aquele sobre a relevância da similaridade. Para fins de completude, a versão modificada do esquema apresentado aqui considera todas as perguntas críticas tematizadas.

as duas estratégias inferenciais mais importantes na pesquisa qualitativa. A definição mais simples de analogia proposta por Peirce sugere claramente a presença de uma dimensão abdutiva.

Analogia é a inferência de que uma coleção não muito grande de objetos que concordam em vários aspectos pode muito provavelmente concordar em outro aspecto. Por exemplo, a Terra e Marte concordam em tantos aspectos que não parece improvável que concordem em ser habitados (Peirce 1935-1966: § 1.69).

O caráter verdadeiramente presuntivo da hipótese sobre o planeta vermelho povoado nos guia para o território mais conhecido (pelo menos em comparação com Marte) da abdução.

A hipótese é onde encontramos alguma circunstância muito curiosa, que seria explicada pela suposição de que se tratava de um caso de uma determinada regra geral, e então adotamos essa suposição. Ou, quando descobrimos que, em certos aspectos, dois objetos têm uma forte semelhança e inferimos que eles se assemelham fortemente em outros aspectos (Peirce 1935-1966: § 2.624).

Entre as inferências prováveis de caráter misto, há muitas formas de grande importância. O mais interessante, talvez, seja o argumento da analogia, no qual, a partir de alguns exemplos de objetos que concordam em alguns aspectos bem definidos, infere-se que outro objeto, conhecido por concordar com os outros em todos os aspectos, exceto um, também concorda nesse aspecto (Peirce 1935-1966: § 2.787)⁹¹.

O raciocínio analógico desempenha uma função vital no campo durante a coleta de dados. Por meio de analogia e abdução, construímos nossa “teoria provisória” (Wikan 1992: 468), com a qual tentamos dar sentido às nossas experiências. Por meio da sensibilidade indutiva, encontramos semelhanças e similaridades no que observamos e/ou ouvimos; depois, por meio da abdução, postulamos criativamente algo que conecta fortemente todas as instâncias observadas.

O raciocínio analógico vem novamente à tona durante nossa análise de dados. No Capítulo 2, a sensibilidade ao contexto dos procedimentos de coleta de dados foi definida como o DNA da

⁹¹No trecho citado (Peirce 1935-1966: § 2.787), o autor usa o adjetivo “provável” para se referir indistintamente ao que foi distinguido acima por meio do par probabilidade/plausibilidade. No quadro teórico que estou propondo, entendo o adjetivo “provável” como uma expressão genérica de inferência não dedutiva.

pesquisa qualitativa. A aplicação desse princípio constitutivo de nossas práticas de pesquisa implica que coletamos um conjunto heteróclito de materiais empíricos para comparar e contrastar. Esse aspecto fica particularmente claro quando comparamos uma entrevista em profundidade com seu equivalente quantitativo, a entrevista estruturada guiada por um questionário. Na pesquisa de levantamento, a comparação entre os indivíduos da nossa amostra é relativamente fácil e direta. As definições operacionais orientaram a coleta de dados, e todos os indivíduos se expressaram por meio das palavras definidas antecipadamente de acordo com as opções de múltipla escolha previamente definidas. O “concordo totalmente” de Álvaro à pergunta sobre a necessidade de fechar os hospitais psiquiátricos brasileiros pode ser estatisticamente somado ao “concordo totalmente” de Cauã, Cecília, Mayana, João e muitos outros (pelo menos se não considerarmos as diferentes nuances implícitas nas posições dos indivíduos). Álvaro, Cauã, Cecília, Mayana e João, envolvidos no mesmo tópico por meio de uma entrevista em profundidade, expressariam seus pontos de vista por meio de quatro discursos diferentes, pelo menos no tom e nas nuances (consulte Rapley 2004: 18), exigindo um trabalho sutil de interpretação antes de serem contados como instâncias de uma posição específica que pode ser comparada com outras.

Impor ordem a esses discursos e encontrar os principais fios condutores entre eles requer raciocínio analógico. Precisamos identificar semelhanças entre discursos expressos com palavras diferentes, tons emocionais diferentes e formas argumentativas diferentes. A melhor maneira de lidar com esse enigma passa pela construção de um tipo ideal (Weber 1922a, 2022: 137-138), por meio do qual gerenciamos o problema, a fim de agrupar diferentes instâncias discursivas ligadas por uma semelhança familiar mais ou menos forte⁹². A invenção de um tipo ideal weberiano concretiza a definição de analogia de Peirce, por meio da qual descobrimos que, em certos aspectos, alguns objetos “têm uma forte semelhança, e inferimos que eles se assemelham fortemente uns aos outros em outros aspectos” (Peirce 1935-1966: § 2.624). Esse tema será analisado em mais detalhes no Capítulo 5.

⁹²Sobre a noção weberiana de tipo ideal, consulte a Seção 5.2. Para uma breve apresentação em português do tipo ideal weberiano, consulte Minayo (2014: 97-99).

Todos os esquemas de argumentação propostos por Walton e seus colegas têm a mesma estrutura do argumento por analogia: um conjunto de premissas das quais deriva uma conclusão, combinada com uma série de perguntas críticas por meio das quais o raciocínio pode ser avaliado e aprimorado (por meio da antecipação dialética de críticas) em sua cogência. A lista de esquemas de argumentação é aberta. A primeira versão dessa ferramenta de raciocínio proposta por Walton em 1996 reunia 26 esquemas (Walton 1996, citado em Walton, Reed e Macagno 2008: 3). A versão mais recente, composta por Chris Reed e Fabrizio Macagno, inclui - como dito anteriormente - mais de 60 esquemas⁹³.

Na minha tentativa de aplicar esses instrumentos aos problemas epistêmicos da pesquisa qualitativa, acrescentei à lista dois novos esquemas (consulte as Seções 4.2.2 e 4.2.3), o argumento da diferença irrelevante e o argumento da diferença relevante, ambos inspirados em métodos comparativos, ou seja, o desenho de sistemas mais diferentes e o de sistemas mais semelhantes formulados por Adam Przeworski e Henry Teune (1982: 31-39; edição original de 1970). Nem todos os esquemas propostos por Walton e colegas podem ser imediatamente explorados nas necessidades epistêmicas ou éticas da pesquisa qualitativa. Alguns deles até parecem mais úteis e, na seção de conclusão deste capítulo, eles serão listados, enquanto sua ilustração analítica será adiada para os capítulos seguintes.

3.4 ESQUEMAS DE ARGUMENTAÇÃO PARA PESQUISA QUALITATIVA: ONDE SÃO ÚTEIS

Para localizar as ferramentas argumentativas no fluxo das práticas de pesquisa qualitativa, sua subdivisão em quatro etapas canônicas pode ser útil: i) desenho da pesquisa; ii) coleta de dados; iii) análise de dados; e iv) textualização⁹⁴. A argumentação proléptica, devido à sua generalidade, é aplicada a todas as etapas da pesquisa qualitativa. Esse dispositivo dialético serve para defender a relevância da pergunta de pesquisa e a adequação epistêmica e ética do(s) método(s) de pesquisa escolhido(s). A argumentação

⁹³Uma apresentação mais compacta dos esquemas de argumentação “com o objetivo de atender tanto à necessidade de especificidade quanto de eficácia” é apresentada em Walton e Macagno (2015).

⁹⁴Concordo com Arnold Wentzel (2018) sobre a centralidade do processo de argumentação para todas as etapas da pesquisa social, e a distinção introduzida vai na mesma direção que ele indica.

proléptica ainda ajuda a fazer muitas das escolhas analíticas que pontuam a coleta de dados, a análise de dados e os procedimentos de redação.

Na etapa de desenho, as ferramentas argumentativas desempenham um papel essencial na defesa da eloquência dos casos selecionados para estudo. Para esse fim, a ferramenta mais comum é o argumento do exemplo, usado tanto para construir quanto para ilustrar o conhecimento (Willer, Ruchatz e Pethes 2007; citado em Šorm 2010)⁹⁵. Para a definição do desenho de pesquisa por meio da seleção de casos, quatro esquemas de argumentação são fundamentais: o argumento de hierarquia dupla, o argumento da diferença irrelevante, o argumento da diferença relevante e o argumento da alteridade radical. A argumentação proléptica também oferece uma contribuição importante para a seleção de casos. Na fase de coleta de dados, três argumentos são particularmente úteis: o argumento do signo, o esquema de argumentação abduktiva e o argumento da analogia, por meio do qual criamos nossa “teoria provisórias” (Wikan 1992: 468). Por fim, a eloquência das informações adquiridas a partir de um informante-focal pode ser defendida por meio do argumento da posição de saber.

Para as duas últimas etapas da pesquisa qualitativa, análise e textualização, todos os esquemas argumentativos mencionados anteriormente são decisivos. Conforme mencionado na Seção 3.3, as características dos dados qualitativos, sua heterogeneidade deliberada, exigem que o argumento do sinal e o da analogia tenham um papel muito decisivo, embora nem sempre tematizado. Nos próximos três capítulos, o uso da teoria das ferramentas de argumentação será testado em detalhes.

⁹⁵A distinção proposta no texto reflete a distinção entre amostragem estratégica e ilustrativa apresentada por Jennifer Mason (Mason 2002: 123-127).

04. O desenho da pesquisa qualitativa

Todo o processo de realização da pesquisa qualitativa pode ser considerado como a formulação de um argumento, destinado a persuadir a comunidade científica sobre a plausibilidade das conclusões alcançadas⁹⁶. A elaboração desse argumento varia em sua forma e conteúdo nas diferentes fases constitutivas da pesquisa qualitativa. É comum distinguir quatro fases na realização da pesquisa qualitativa: i) planejamento ou desenho, ii) coleta de dados, iii) análise de dados, iv) textualização. A fase para a qual foram feitos os maiores esforços para definir “como” o argumento deve ser apresentado é a da coleta de dados. Na literatura metodológica atual, há muitos manuais - em geral muito úteis - que orientam sobre como fazer etnografia, pesquisar por meio de entrevistas em profundidade ou grupos focais e navegar na Internet para obter uma boa análise digital qualitativa⁹⁷. Foi dada menos atenção às etapas que precedem e seguem o trabalho de campo: o desenho da pesquisa e a textualização. A fase de análise de dados ocupa uma posição intermediária. Para essa fase da pesquisa qualitativa, estão disponíveis vários manuais e uma grande quantidade de softwares de análise de dados qualitativos auxiliados por computador (CAQDAS), muitos deles inspirados na abordagem da teoria

⁹⁶A ideia de pesquisa qualitativa como a elaboração de um argumento foi avançada, entre outros, por Marshall e Rossman (1999: 10); Mason (2002: 193); Schwartz-Shea e Yanow (2012: 339). A mesma noção, referente ao contexto mais amplo das ciências sociais, foi sustentada de forma convincente por Wentzel (2018: xiii). Embora não tenha sido expressa em um quadro argumentativo, essa ideia geral caracterizou a proposta metodológica de Minayo. Minayo define a metodologia da pesquisa qualitativa como um “caminho de pensamento” caracterizado por uma “apresentação adequada e justificada dos métodos, das técnicas e dos instrumentos operativos” (Minayo 2014: 44). Sobre o público a ser persuadido, além da situação comum descrita no texto e identificada na comunidade científica, há também o caso em que o público coincide com a comunidade estudada, como no caso da etnografia colaborativa (Lassiter 2005) e da abordagem cartográfica (Passos, Kastrup, da Escóssia 2009).

⁹⁷Para uma contribuição nessa direção, feita na estrutura proposta aqui, a da teoria da argumentação, consulte Cardano (2017).

fundamentada (Glaser e Strauss, 1967), que é bastante popular na Europa e na América do Norte, e menos na América do Sul. Todas essas ferramentas orientam o chamado processo de codificação, mas nem sempre com a devida atenção à heterogeneidade das informações codificadas e ao processo lógico necessário para a integração de dados coletados de forma não uniforme. Sem prejuízo da contribuição indiscutível da teoria fundamentada para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, algumas das premissas que orientam seu emprego suscitam perplexidades. Entre eles, aquele com o qual me sinto menos confortável é o banimento da teoria, a advertência da folha em branco que caracteriza a “naturalização” (no sentido de Moscovici, 1961) da teoria fundamentada, a recepção das ideias originais de Glaser e Strauss na comunidade mais ampla de acadêmicos⁹⁸. A exclusão injustificável de *qualquer* teoria que não seja produzida indutivamente impõe que nos afastemos do que pode ser definido como a corrente principal da pesquisa qualitativa europeia (Morse 2009: 13; Tavory e Timmermans 2014: 3, 10) para sugerir uma abordagem que dê espaço suficiente à teoria (consulte o Capítulo 5). Portanto, este livro, como já foi dito (consulte a *Introdução*), está focado no que acontece antes e depois do trabalho de campo, concentrando-se mais nos aspectos lógicos e menos em como dar conselhos sobre o desenho (neste capítulo), a análise e a textualização (nos capítulos seguintes).

A etapa do desenho da pesquisa, que é o planejamento do processo de pesquisa, ocupa um papel central na pesquisa quantitativa. Nenhum pesquisador quantitativo duvida da necessidade de decidir antecipadamente *o caminho pelo qual*⁹⁹ o estudo deve ser realizado, começando pela definição operacional de variáveis e casos e chegando à formulação da hipótese de pesquisa ou, pelo menos, de uma pergunta de pesquisa a ser testada com base nos dados¹⁰⁰.

⁹⁸A proibição da teoria não é rigorosa nas versões mais recentes da teoria fundamentada. No ensaio escrito por Ansel Strauss e Julian Corbin, publicado na primeira versão do famoso *Handbook of Qualitative Research*, os autores admitem timidamente a possibilidade de usar uma teoria não gerada diretamente pelos dados, mas somente sob a condição de jogar meticulosamente os dados coletados contra ela (Strauss e Corbin 1994: 273). Um espaço maior para a teoria parece ser reconhecido por Susan Leigh Star que, combinando os princípios da teoria fundamentada com a filosofia pragmatista, reconhece a legitimidade da abdução (Star 2007: 81) e, de forma mais sistemática, por Jo Reichertz (2007), que reconhece um coração abduutivo na teoria fundamentada. De acordo com Iddo Tavory e Stefan Timmermans (2014: 136), a reavaliação da teoria em todas as versões da teoria fundamentada continua a ser incompleta.

⁹⁹A palavra método veio do grego e é composta pelo substantivo οδός (estrada) e pela proposição μετά (com o qual). Portanto, o termo método significa a estrada com - ao longo de - qual. Uma leitura diferente da etimologia de method surge na abordagem cartográfica: veja o Capítulo 1, nota 37.

¹⁰⁰Essa maneira de organizar a pesquisa quantitativa é expressa de forma eloquente em um dos manuais de referência brasileiros de Antonio Carlos Gil (2017).

A situação é totalmente diferente no campo da pesquisa qualitativa, informada por hábitos mentais que sustentam ora a inutilidade, ora a periculosidade do planejamento da pesquisa, insistindo na necessidade de definir o caminho da pesquisa em andamento (para o contexto brasileiro, consulte Passos, Kastrup, de Éscossia 2009: 10, 17, 73). O tópico da inutilidade do desenho da pesquisa baseia-se em uma concepção de trabalho de campo na pesquisa qualitativa que é, ao mesmo tempo, romântica e heroica. A pesquisa qualitativa, nessa perspectiva, é uma experiência que necessariamente sabota todos os planos, algo que pede ao pesquisador-herói que invente, momento a momento, suas trajetórias cognitivas e práticas. Essa visão me parece claramente expressa em um dos primeiros manuais que introduziram uma reflexão sobre a pesquisa qualitativa na Itália (meu país), o de Howard Schwartz e Jerry Jacobs (1979, traduzido para o italiano em 1987). Em *Qualitative Sociology. A Method to Madness*, podemos ler:

Um dos motivos pelos quais foi difícil escrever este livro tem a ver com a natureza da própria sociologia qualitativa. Enquanto os sociólogos quantitativos alcançaram uma certa padronização de suas técnicas, muitos sociólogos qualitativos acham necessário evitar a padronização devido aos tipos de tópicos a serem estudados. Para eles, a pesquisa é uma forma de arte que exige o uso de uma grande variedade de ferramentas de pesquisa muito diferentes. Mais importante ainda, ela exige que o pesquisador *seja capaz de improvisar* seus próprios conceitos e métodos de pesquisa para lidar eficazmente com as *situações novas que invariavelmente surgem* nesse tipo de empreendimento (Schwartz e Jacobs 1979: xiv, *italico meu*).

Essa atitude - que, a propósito, autoriza a fuga de qualquer treinamento metodológico sério - encontrou recentemente uma motivação mais profunda no pensamento pós-modernista, ou seja, na rejeição do método entendido como uma instância disciplinadora, o “método-o-centrismo” que restringe a criatividade ao punir aqueles “que gostariam de experimentar algo novo e diferente sob o sol” (Ellis, Bochner, Denzin et al. 2008: 326).

A segunda fonte de oposição ao desenho da pesquisa baseia-se em uma espécie de *horror doctrinae* (medo da teoria) que nos lembra a teoria aristotélica do horror vacui, medo do vazio¹⁰¹.

¹⁰¹Aristóteles sustentava que a natureza abomina o vácuo, ou seja, um vazio é impossível. Essa crença sobreviveu até o século XVII, contestada pelos resultados dos experimentos de Evangelista Torricelli. Espero que o horror doctrinae não perdure por tanto tempo. Sobre a relevância da teoria, consulte Minayo (2014: 19, 43).

Portanto, para evitar a contaminação teórica inevitavelmente implicada pela prefiguração do caminho da pesquisa, por meio do esboço de um quadro teórico que possa permitir a definição da questão da pesquisa, o desenho da pesquisa assume uma forma muito sóbria, às vezes com a simples designação do contexto social a ser estudado. A propósito, podemos observar, de acordo com Rosaline Barbour, que a recusa radical da teoria, típica da vulgata da teoria fundamentada (*grounded theory*), torna-se uma boa desculpa para fugir da leitura da literatura teórica relevante (Barbour 2007: 196).

Uma objeção muito convincente à inutilidade do argumento do desenho da pesquisa vem de dois outros estudiosos que deram uma contribuição decisiva para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, Yvonna Lincoln e Egon Guba. Em seu livro seminal, *Investigação Naturalista (Naturalistic Inquiry)*, eles sustentam que o fato de nem todos os elementos do desenho da pesquisa qualitativa poderem ser pré-especificados não implica que nenhum deles possa (Lincoln e Guba 1985: 226). O que pode ser definido com antecedência - continuam Lincoln e Guba - são, pelo menos, o foco da pesquisa; onde e de quem os dados serão coletados; os instrumentos metodológicos usados, o plano cronológico e logístico das atividades de pesquisa (226-249). O espírito dessa observação me faz lembrar as palavras do economista americano Robert Solow, para quem, dizer que um ambiente perfeitamente asséptico é impossível não implica que possamos realizar uma cirurgia em um esgoto (citado em Gertz 1973, tradução portuguesa 1989: 21). Analogamente, a partir do fato de que é impossível planejar todos os aspectos da pesquisa qualitativa, não podemos concluir que temos de improvisar cada movimento. Sobre a ameaça à criatividade representada pelo método, concordo plenamente com Iddo Tavory e Stefan Timmermans, que afirmam que “o método não é o inimigo da teorização criativa, mas seu aliado mais próximo” (Tavory e Timmermans 2014: 51).

Contra o argumento da periculosidade do desenho da pesquisa qualitativa, moldado no medo da teoria, parece-me que, para realizar uma pesquisa qualitativa, precisamos de uma pergunta de pesquisa e que, para ter uma boa pergunta de pesquisa, precisamos ter um bom domínio da literatura teórica e empírica pertinente¹⁰².

¹⁰²De acordo com Taquette e Borges, “Toda pesquisa científica começa com uma pergunta que se quer responder (...) Não é possível ir ao campo sem ter clareza da pergunta de pesquisa, pois, se não se sabe o que se está procurando, o trabalho fica sem sentido. Portanto, a primeira etapa de um projeto de pesquisa é definir a pergunta de pesquisa.” (2020: 126).

Uma boa pesquisa qualitativa precisa de uma estrutura teórica que possa ser desafiada pelas evidências, mas esse é um ponto de partida necessário (consulte Tavory e Timmermans 2014: 10-17). É dentro de uma estrutura teórica que é possível definir o “quebra-cabeça intelectual” (Mason 2002: 17) que orienta nossas experiências do mundo social. Novamente, é a teoria que é a fonte de nossas invenções abduativas.

Isso constitui um bom motivo para definir a estrutura do desenho da pesquisa qualitativa. Para isso, este capítulo está organizado como um julgamento virtual, no qual tento defender, primeiro, a relevância da pergunta de pesquisa, segundo, a eloquência dos casos selecionados para o estudo e, terceiro, a adequação, principalmente do ponto de vista epistêmico, do caminho metodológico planejado¹⁰³.

4.1 DEFENDER A RELEVÂNCIA DA PERGUNTA DE PESQUISA

O título deste capítulo parte de uma premissa - não unanimemente aceita - que, justamente por esse motivo, precisa ser discutida. O que se segue baseia-se na persuasão de que o que pode configurar a pesquisa qualitativa (e talvez outros tipos de pesquisa; consulte Gil 2017: 26) deve ser a definição de uma pergunta e a prefiguração de um itinerário metodológico que, espera-se, possa permitir a elaboração de uma resposta a ela¹⁰⁴. Para a qualificação da natureza tanto da pergunta quanto da resposta, pode ser útil tomar emprestadas as palavras do epistemólogo americano Larry Laudan, que - com certa liberdade filológica - me permito extrapolar do contexto mais amplo de sua reflexão teórica. Em *Progress and Its Problems* (1977), Laudan, ao qualificar os requisitos da expressão mais madura da pesquisa científica, uma teoria, observa

O primeiro e essencial teste de acidez para qualquer teoria é se ela fornece *respostas aceitáveis* para *perguntas interessantes*: se, em outras palavras, fornece soluções satisfatórias para problemas importantes (Laudan 1977: 13, *meu itálico*; tradução para o português 2011).

¹⁰³O uso da lei como modelo de argumentação em práticas científicas é coerente com a abordagem de Stephen Toulmin (Toulmin 1958; tradução para o português 2022).

¹⁰⁴Uma das ideias centrais da abordagem da teoria fundamentada é que a questão da pesquisa deve emergir do campo. Essa postura metodológica parece ecoar na abordagem cartográfica, embora sem qualquer referência à Grounded Theory. No livro editado por Passos, Kastrup e de Ecóssia, podemos ler: “O tema da pesquisa aparece com o pesquisar” (2009: 73).

A caracterização do que torna uma pergunta interessante e que vale a pena buscar uma ou mais respostas contribui para a reflexão de Andrew Abbott sobre o método da descoberta (2004). Nas primeiras páginas de seu intrigante livro sobre a frequente perplexidade que acomete muitos bons alunos, quando se sentam para escrever sua dissertação de bacharelado ou doutorado e são tomados pelo desespero por não terem nada a dizer, Abbott afirma

Então, o que é necessário para ter algo a dizer? São necessárias duas coisas. A primeira é um quebra-cabeça, algo sobre o mundo social que seja estranho, incomum, inesperado ou novo. A segunda é uma ideia inteligente que responda, interprete ou resolva o quebra-cabeça. Todo o resto - os métodos, a literatura, a descrição dos dados - é, na verdade, apenas uma fachada. O cerne de um bom trabalho é o quebra-cabeça e a ideia (Abbott 2004: xi)¹⁰⁵.

Partindo do pressuposto de que uma pergunta interessante é o gatilho necessário para uma boa pesquisa qualitativa, parece apropriado elaborar sobre o que torna uma pergunta interessante e uma pesquisa guiada por ela que vale a pena (consulte Schwartz-Shea e Yanow 2012: Capítulo 1)¹⁰⁶.

Então, o que torna uma pergunta de pesquisa interessante? Na literatura metodológica, há muitos conselhos sobre essa questão que se concentram na relevância ou na importância da pergunta e na originalidade da resposta esperada. A questão da relevância me parece um bom ponto de partida para estabelecer o quão interessante pode ser uma pergunta de pesquisa. Para avançar na definição da “fórmula do interesse”, pode ser útil considerar o público ou, em uma visão mais ampla, a perspectiva a partir da qual uma pergunta de pesquisa pode ser interessante. Para esse fim, podemos distinguir duas fontes di-

¹⁰⁵A posição de Abbott é acompanhada por Jennifer Mason, que afirma que: “Toda pesquisa qualitativa deve ser construída em torno de um quebra-cabeça intelectual de algum tipo e deve tentar produzir algum tipo de explicação desse quebra-cabeça, ou um argumento” (Mason 2002: 17-18). Sobre a necessidade de ter algo a dizer - possivelmente interessante - como ponto de partida para o processo de pesquisa, consulte também Wentzel (2018: 1).

¹⁰⁶A posição expressa no texto é coerente com a abordagem pragmatista em relação ao processo de pesquisa descrito nos capítulos anteriores. Charles Sanders Peirce, no ensaio *The Fixation of Belief (A fixação da crença)*, publicado em 1878, atribui à pesquisa científica a tarefa de estabelecer uma crença por meio da dissolução de uma dúvida (Peirce 1935-1966: § 5.358-5.387; Gallie 1952: 85-93). Esse ponto é mais bem expresso por John Dewey com a noção de uma “situação problemática” como o início da pesquisa científica (Dewey 1938: Capítulo vi).

ferentes de relevância: sociologia e sociedade¹⁰⁷. Uma pergunta de pesquisa é relevante para a sociologia se puder contribuir para o progresso de nossa disciplina, de forma teórica ou metodológica. Uma pergunta de pesquisa é relevante para a sociedade se puder contribuir para o que James Coleman define como “projeto institucional” (1993); se, por meio dos resultados esperados da pesquisa orientada por essa questão, pudermos contribuir para uma arquitetura mais eficiente, equitativa e ética das instituições sociais¹⁰⁸.

A primeira redação deste livro foi entrelaçada com a realização de um estudo sobre o uso da coerção em enfermarias psiquiátricas italianas de tratamento agudo, com foco no recurso da contenção física, com a qual os pacientes em crises graves são amarrados às suas camas. O estudo foi uma etnografia de equipe (consulte Erickson e Stull 1998) envolvendo um grupo de acadêmicos, alguns no campo e outros na discussão em andamento dos resultados da pesquisa¹⁰⁹. As perguntas de pesquisa que orientaram este estudo podem ser reduzidas - em poucas palavras - a: “Que aspectos culturais e organizacionais da enfermaria determinam o recurso à contenção física para lidar com a grave crise dos pacientes hospitalizados?”¹¹⁰ Essa pergunta pode ser considerada relevante para a sociedade. Planejamos acompanhar as publicações científicas de nossos resultados com algumas diretrizes por meio das quais será possível redesenhar as enfermarias psiquiátricas intensivas, orientadas para reduzir ou eliminar a contenção física. Além da questão central apresentada anteriormente, outra questão orientou nosso estudo, uma questão metodológica: “Como

¹⁰⁷Adotei essa distinção de Arnaldo Bagnasco, que a utilizou em um seminário em meu departamento há cerca de 20 anos. A dicotomia sociedade/sociologia expressa, de forma mais compacta, as fontes de relevância identificadas por Catherine Marshall e Gretchen Rossman (as autoras usam a palavra “significância” em vez de “relevância”), que distinguem quatro fontes de relevância diferentes: para a teoria, para a política, para a prática, para questões sociais e para a ação (Marshall e Rossman 1999: 35-38). A primeira fonte, a teoria, pode ser assimilada ao que defino como relevante para a sociologia. As outras três fontes podem ser assimiladas ao que defino como relevante para a sociedade. Antonio Carlos Gil parece estar na mesma página quando sustenta que “o problema de pesquisa pode ser determinado por razões de ordem prática ou de ordem intelectual” (Gil 2017: 22).

¹⁰⁸A questão da relevância pode ser considerada como uma das aplicações na pesquisa qualitativa da máxima pragmática peirceana, que nos convida a considerar os produtos das atividades de pesquisa - nas palavras de Tavory e Timmermans - “por seus efeitos práticos potenciais - sua capacidade de levar a compromissos ou consequências práticas” (2014: 115). Podemos considerar as consequências práticas tanto para a sociologia quanto para a sociedade.

¹⁰⁹Os sociólogos que me acompanham no campo são Raffaella Ferrero Camoletto, Luigi Gariglio e Eleonora Rossero. O maior grupo no qual os resultados da pesquisa foram discutidos também inclui Marta Caredda (jurista), Claudio Carezana (psiquiatra), Maria Grazia Imperato (enfermeira psiquiátrica), Cristina Pardini (jurista) e Valeria Quaglia (socióloga).

¹¹⁰Para uma ampla reflexão sobre a coerção na cura psiquiátrica, consulte o artigo de acesso aberto Sjöström, Gariglio, Cardano 2022.

a etnografia em equipe pode contribuir para a plausibilidade da representação dos fenômenos estudados?” Essa última pergunta pode ser considerada relevante para a sociologia, principalmente para a comunidade metodológica. Ao final do estudo, esperamos poder acrescentar algumas evidências e argumentos para defender a adequação de uma abordagem de equipe em comparação com o modelo mais comum do chamado “Cavaleiro Solitário” (*Lone Ranger*, em inglês), no qual um etnógrafo solitário, por meio de sua experiência, representa o contexto social estudado.

O exemplo também permite elucidar que os dois tipos de relevância não são mutuamente exclusivos. A primeira pergunta de pesquisa, sobre os fatores culturais e organizacionais relacionados ao uso de contenção mecânica, pode ser considerada relevante também para a sociologia, embora não principalmente. Simetricamente, podemos imaginar que os resultados da etnografia de equipe podem - com algum esforço - ser estendidos por meio do argumento da analogia a algumas atividades para as quais é possível um desempenho individual ou em grupo (por exemplo, ensinar, curar, inventar um novo formato para um programa de TV).

Seguindo a gramática das regras da imaginação sociológica (Mills 1959, tradução para o português de 1982) ou, alternativamente, o instinto animal que força qualquer sociólogo que encontre um par de propriedades a cruzá-las e criar uma tipologia, podemos considerar a relação entre as duas fontes de relevância (veja a Figura 4.1)¹¹¹.

Para valer a pena como guia de pesquisa, uma pergunta deve ser relevante pelo menos de um ponto de vista, seja sociológico ou social. Esses são os casos representados pelos Tipos 1, 2 e 3, sendo que a situação do Tipo 1 é a mais promissora. Uma pergunta de pesquisa do Tipo 4 é aquela para a qual o investimento em pesquisa parece inadequado. Para detectar a posição da nossa pergunta de pesquisa no espaço de propriedade definido pelo cruzamento das duas variedades de relevância, pode ser útil uma autorreflexão dialética orientada pelo modelo de argumentação proléptica (consulte a Seção 3.2). A discussão sistemática com um membro da comunidade de pesquisa (Tavory e Timmermans 2014: Capítulo 7) à qual pertencemos parece ser mais decisiva.

Para todos os três primeiros tipos de perguntas de pes-

quisa, é necessário um exame minucioso adicional. Para decidir se o investimento em pesquisa vale a pena, devemos considerar a originalidade esperada da resposta à nossa pergunta de pesquisa (Wentzel 2018: Capítulo 3). Uma pergunta de pesquisa pode ser considerada original se desafiar o conhecimento tacitamente aceito da comunidade de práticas de referência, que pode ser a do nosso campo de pesquisa (por exemplo, a da sociologia da saúde mental) ou a do contexto social estudado (por exemplo, a das equipes das enfermarias psiquiátricas intensivas)¹¹².

		<i>Relevância para a sociologia</i>	
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>
<i>Relevância para a sociedade</i>	<i>Sim</i>	<i>Tipo 1</i>	<i>Tipo 2</i>
	<i>Não</i>	<i>Tipo 3</i>	<i>Tipo 4</i>

Figura 4.1 Relevância de uma pergunta de pesquisa para a sociologia e a sociedade

Depois de passar no teste de relevância e originalidade, a questão da pesquisa deve ser avaliada dos pontos de vista ético e prático, ou seja, quanto à sua admissibilidade ética e viabilidade prática. Começando pela questão ética, de acordo com Peregrine Schwartz-Shea e Dvora Yanow, devemos considerar os aspectos éticos de nossa pesquisa como dimensões inerentes ao seu desenho (Schwartz-Shea e Yanow 2012: 22). Quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa qualitativa (consulte a Seção 1.2), suas questões éticas devem ser abordadas de forma sensível ao contexto e não alinhadas a uma coleção de regras que funcionam como ordens (Madison 1988: 28-29). Para orientar as decisões éticas necessárias e sensíveis ao contexto, a partir da eticidade de nossa questão de pesquisa, três princípios gerais podem ser úteis: minimização de danos, respeito à autonomia e confidencialidade,

¹¹²Para promover a originalidade de nossas perguntas de pesquisa, as “heurísticas de argumentação” propostas por Andrew Abbott podem ser úteis (Abbott 2004: Capítulo 4). O sociólogo americano propõe quatro heurísticas: i) problematizar o óbvio; ii) fazer uma inversão: expressar uma pergunta de pesquisa que pressupõe algo oposto à visão recebida de nosso campo disciplinar; iii) fazer uma suposição: ou seja, fazer uma hipótese perigosa como base da pergunta de pesquisa; iv) reconceitualizar: reenquadrar uma situação problemática em um quadro incomum. Para isso, mas não apenas para esse último propósito, o uso do argumento da analogia parece promissor, sendo, nas palavras de Abbott, “a rainha da heurística” (118).

ou seja, proteção da privacidade (Hammersley e Traianou 2012: 52-55)¹¹³. O princípio da minimização de danos exige que a implementação de nossa questão de pesquisa no campo não produza danos graves ao participante nem perturbação significativa do ambiente (Marshall e Rossman 1999: 62). Essa atenção ética deve ser mais profunda quando a questão da pesquisa diz respeito a pessoas vulneráveis, como crianças, idosos, indivíduos no fim da vida e pessoas caracterizadas por algum tipo de alteridade estigmatizante, deficiência mental, física ou sensorial (Barbour 2007: 78). O princípio da autonomia exige que a realização das atividades necessárias para responder a nossa pergunta de pesquisa dê aos participantes a possibilidade de decidir o grau de sua colaboração com nosso estudo. Nesse caso, temos de considerar se, com um baixo nível de colaboração, as informações coletadas nos permitem elaborar uma resposta aceitável para a pergunta da pesquisa. O princípio da confidencialidade exige que as informações coletadas para responder à pergunta da pesquisa sejam analisadas e relatadas sem prejuízo do direito à privacidade dos participantes. Esse último aspecto mostra sua relevância por meio da conexão entre a pergunta da pesquisa e a identificação do contexto empírico a ser estudado. Nesse caso, temos de nos perguntar se o contexto empírico apropriado para gerar uma resposta aceitável à nossa pergunta pode se tornar suficientemente anônimo para proteger a privacidade dos participantes¹¹⁴.

A última etapa para a aprovação definitiva da pergunta de pesquisa passa pela avaliação da viabilidade das atividades de pesquisa necessárias para produzir as informações de que precisamos para articular uma resposta. Por exemplo, além de quaisquer considerações éticas, um estudo como a observação secreta de rituais de iniciação da máfia ou sobre a violência nas favelas brasileiras, embora original e suficiente, não pode ser realizado se quisermos que os resultados da pesquisa sejam apresentados pelo pesquisador envolvido e não, na melhor das hipóteses, pelo seu viúvo/viúva.

A pergunta de pesquisa eventualmente definida induz tanto o contexto empírico no qual podemos razoavelmente encontrar

¹¹³Entre as publicações portuguesas sobre ética em pesquisa qualitativa, consulte Guerriero, Schidt e Zicker (2008), especialmente o Capítulo 2 de Maria Luisa Sandoval Schmidt, *Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas*.

¹¹⁴O respeito a esses princípios éticos geralmente é verificado por Comitês de Ética específicos, nem sempre cientes da especificidade da pesquisa qualitativa. No contexto europeu, isso, às vezes, se torna uma espécie de controle formal que cria obstáculos que nem sempre são superáveis.

uma resposta para ela quanto o caminho metodológico que parece mais apropriado para nossos objetivos. A maneira pela qual harmonizamos a pergunta de pesquisa, o contexto empírico e o método é tudo menos determinista. A flexibilidade típica da pesquisa qualitativa também surge nesse caso. O que geralmente acontece pode ser representado como uma adaptação recíproca entre os três principais ingredientes do desenho da pesquisa qualitativa, conforme ilustrado na Figura 4.2.

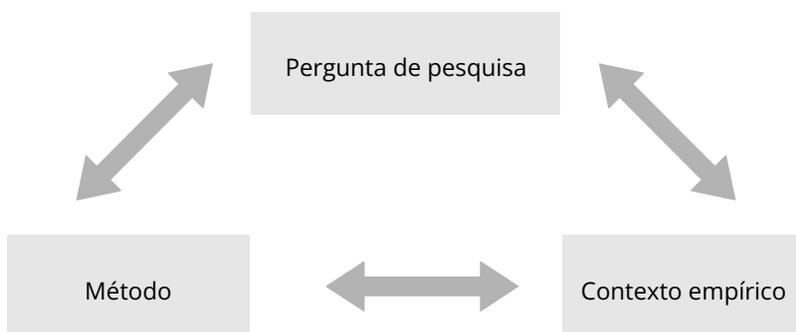


Figura 4.2 Adaptações recíprocas entre a pergunta de pesquisa, o contexto empírico e o método

Aplicada a um contexto empírico específico, a questão da pesquisa, às vezes, precisa ser reformulada, considerando a vontade e a capacidade dos participantes de cooperar com a aquisição das informações solicitadas. Mais uma vez, por meio da definição dos métodos de coleta de dados, por exemplo, entrevistas em profundidade ou observação participante, o perfil da pergunta de pesquisa original pode ser alterado ainda mais, considerando-se os limites e as potencialidades do método selecionado. É parte integrante do “círculo mágico” pergunta de pesquisa - contexto empírico - método, a possibilidade de encontrar o inesperado, de encontrar algo que nos obrigue a *reformular* totalmente nosso desenho da pesquisa. Nas seções a seguir, serão analisados os aspectos da definição do desenho da pesquisa que consideram a seleção do contexto empírico (Seção 4.2) e da escolha do método (Seção 4.3).

4.2 DEFENDENDO A ELOQUÊNCIA DO CONTEXTO ESTUDADO

A passagem analítica que segue a definição da pergunta de pesquisa é a identificação do contexto empírico em que é possível encontrar uma resposta aceitável para ela. Por contexto empírico, entendo qualquer instância de observação, ou caso, que nos permita coletar informações relevantes para nossos objetivos: organizações, grupos formais ou informais, pessoas, textos, eventos e quaisquer outras expressões da vida em sociedade. Portanto, os casos, em termos gerais, são selecionados por sua relevância para nossa pergunta de pesquisa, por sua capacidade de contribuir para a construção de nosso argumento (cf. Mason 2002: 124).

Esse objetivo está longe de ser específico da pesquisa qualitativa. Na pesquisa quantitativa, também, os casos são selecionados por sua capacidade de responder à pergunta da pesquisa ou de testar a hipótese formulada, mas as duas musas da pesquisa social adotam uma estratégia diferente. Na pesquisa quantitativa - geralmente - os casos são selecionados aleatoriamente em um número suficientemente grande para obter um microcosmo preciso do contexto estudado (tecnicamente a população). Portanto, o objetivo de obter uma *miniatura* do fenômeno estudado e a seleção aleatória das tesselas que compõem a imagem são as principais características da seleção de casos na pesquisa quantitativa. Por meio desse procedimento, os vieses de seleção mais perigosos são neutralizados, e a representatividade da amostra é garantida. Com essa última condição alcançada, o argumento com o qual os resultados da pesquisa são generalizados para a população como um todo adquire cogência. Essas características dos procedimentos de amostragem quantitativa são tão atraentes que alguns autores convidam os pesquisadores qualitativos a seguir essa "lógica de inferência" (King, Keohane e Verba 1994; Goldthorpe 2000). Infelizmente, isso não é possível.

Uma das características distintivas da pesquisa qualitativa, ou seja, a focalização nos detalhes, impõe uma leitura atenta de um pequeno número de instâncias de observação que não permite a consideração de um grande número de casos. Quando o número de casos é pequeno - como deve ser nessa versão do jogo da pesquisa científica - não há vantagens em sua seleção aleatória:

nem os possíveis vieses de seleção são controlados, nem o objetivo de obter uma miniatura do fenômeno estudado é alcançado¹¹⁵. Na pesquisa qualitativa, o objetivo da representatividade é substituído pelo da eloquência. Eloquente é uma amostra composta de casos ricos em informações, “aqueles com os quais se pode aprender muito sobre questões de importância central para o objetivo da pesquisa” (Patton 2015: 264).

Na literatura metodológica atual, a seleção de casos orientada para a obtenção de uma amostra eloquente é definida como “amostragem intencional” (*purposive sampling*) ou como “amostragem teórica” (*theoretical sampling*). Essas duas expressões são frequentemente consideradas sinônimas, uma vez que o objetivo que orienta a seleção de casos geralmente é teoricamente orientado (consulte Silverman e Marvasti 2008: 167). Ambos os adjetivos adotados para conotar esse procedimento de amostragem abordam aspectos relevantes que merecem ser elucidados. “Intencional” aponta para as práticas técnicas que entregam a amostra e ressalta uma diferença importante entre a amostragem quantitativa. Na amostragem qualitativa, a escolha dos casos não é “aleatória”, mas guiada por uma específica intencionalidade¹¹⁶. “Teórico”, por outro lado, aponta os critérios que orientam uma escolha fundamentada entre as instâncias de observação elegíveis. Esses critérios são orientados por uma teoria substantiva, uma teoria sobre como alguns aspectos da sociedade funcionam, em vez de uma teoria de probabilidade. Toda escolha de instâncias de observação implica uma reivindicação específica sobre a relevância do critério que orientou a seleção. No léxico da teoria da argumentação, essas afirmações são compromissos proposicionais que definem o esboço da plausibilidade condicional (consulte a Seção 3.2) da extensão do escopo dos resultados da pesquisa. A extensão do escopo é

¹¹⁵O tropo clássico da sinédoque dificilmente funciona na pesquisa qualitativa, onde nem sempre uma parte representa o todo (cf. Becker 1998: tradução portuguesa 2014: 85).

¹¹⁶Na “pré-história” das estratégias de amostragem quantitativa, os dois procedimentos aqui considerados, seleções aleatórias e intencionais, foram considerados igualmente válidos para a construção de uma amostra representativa. Essa foi a posição do chefe do departamento de estatística da Dinamarca, Adolph Jensen, apresentada na conferência do Instituto Internacional de Estatística em Roma, em 1925. A exclusão da seleção intencional do conjunto de ferramentas válidas para a produção de uma amostra representativa data de 1934, com a publicação da contribuição seminal de Jerzy Neyman “On the Two Different Aspects of the Representative Method: The Method of Stratified Sampling and the Method of Purposive Selection” (Sobre os dois aspectos diferentes do método representativo: o método de amostragem estratificada e o método de seleção intencional). Nesse artigo, apresentado à Royal Statistical Society em 1934, Neyman identificou na amostra aleatória estratificada o único método que pode garantir a representatividade da amostra (consulte Prévost e Beaud 2012: capítulo 8).

plausível se a alegação da relevância dos critérios adotados para a seleção dos casos for adequadamente defendida.

Um exemplo pode ajudar a elucidar esse último ponto. Peço ao leitor que me acompanhe, mais uma vez, até as enfermarias psiquiátricas agudas da minha região, onde - enquanto escrevia este livro - eu estava realizando uma etnografia de equipe sobre práticas coercitivas na cura psiquiátrica, com foco na contenção física (consulte a Seção 4.1 anterior). A equipe que eu liderava compara seis enfermarias psiquiátricas para pacientes agudos selecionadas por suas diferentes atitudes e práticas em relação ao uso dessa medida coercitiva. A prática da contenção física - na Itália e em outros lugares - é prescrita por psiquiatras, mas colocada em prática por enfermeiros, às vezes com a ajuda da equipe paramédica. Além disso, em muitas ocasiões, são as enfermeiras que pedem aos psiquiatras que apliquem a contenção física a um paciente internado considerado perigoso para si mesmo, para outros pacientes e/ou para a equipe. Esse aspecto organizacional torna crucial o papel dos enfermeiros e a centralidade de sua orientação cultural, incluindo seu treinamento e sua percepção da loucura. Por todos esses motivos, decidimos entrevistar as enfermeiras que trabalham nas enfermarias psiquiátricas para pacientes agudos estudadas, mas quantas? Todas elas ou um subconjunto? Tendo que comparar as entrevistas das enfermeiras com aquelas planejadas para psiquiatras e pacientes hospitalizados durante o período de observação, a escolha de um subconjunto de enfermeiras se torna obrigatória, pelo menos se realmente quisermos focalizar nossa análise em quaisquer pequenos detalhes dos textos coletados. Os enfermeiros e a equipe paramédica nas seis unidades estudadas somam mais de 150 pessoas, portanto, a seleção de alguns participantes ricos em informações parecia essencial. Não é preciso dizer que a seleção aleatória de um subconjunto de indivíduos é definitivamente inadequada. O que o campo exige é uma seleção intencional de enfermeiros, orientada por alguns critérios teóricos.

A literatura sobre contenção física em enfermarias psiquiátricas para pacientes agudos destaca três principais aspectos relevantes das práticas dos enfermeiros: gênero, tempo de serviço e experiência de alguma aplicação contestada dessas medidas. O impacto das características sociodemográficas da equipe no uso

da contenção física é bem conhecido (Bregar, Skela-Savic e Kores Plesničar 2018), mas a questão do gênero assume, nesse contexto, uma curvatura específica. Entre os enfermeiros, ser mulher ou homem implica não apenas uma dotação física diversa, mas também um “habitus emocional” (Virkki 2008: 76) incorporado diversificado, estritamente relacionado à capacidade de evitar, neutralizar ou, na pior das hipóteses, lidar com a escalada da violência em uma enfermaria psiquiátrica¹¹⁷. A segunda dimensão, tempo de serviço, no contexto estudado, está relacionada à experiência do esgotamento (*burnout*). O trabalho dos enfermeiros em uma enfermaria psiquiátrica para pacientes agudos é muito exigente, tanto pela natureza do trabalho - mais relacional do que técnico - quanto pelas características dos pacientes internados, que às vezes passam por crises profundas¹¹⁸. O *burnout* é bastante comum entre os enfermeiros psiquiátricos, especialmente entre aqueles que estão há muito tempo em serviço nas enfermarias psiquiátricas para pacientes agudos¹¹⁹. A condição de *burnout*, se não for combatida, permanece bastante estável ao longo do tempo e é comumente associada ao comprometimento da saúde física e mental (Morse, Salyers, Rollins et al. 2012: 343). O mais importante aqui é que a condição de *burnout* reduz a capacidade de ser empático, colaborativo e atencioso, tanto com os colegas quanto com os pacientes internados, e cria um sentimento negativo em relação aos pacientes psiquiátricos internados (344). Em relação ao uso de contenção física, a condição de *burnout* parece aumentar a adoção dessa prática, mesmo quando ela não é estritamente necessária. A terceira dimensão, a experiência de práticas contestadas de contenção física, é relevante por dois motivos diferentes. Primeiro, “estar lá” quando essa medida extrema foi aplicada modela as ontologias individuais dos enfermeiros sobre loucura e cura, sua percepção do que é loucura e qual deve ser a maneira de enfrentar a crise que

¹¹⁷No interessante trabalho de Tuija Virkki, uma pesquisa qualitativa com enfermeiras e assistentes sociais na Finlândia, o conceito de *habitus emocional* é definido da seguinte forma. “O *habitus emocional* pode ser conceituado como a incorporação das regras de sentimento que permitem que o sujeito utilize habilidades emocionais para prevenir a violência. O *habitus emocional* permite que os profissionais de saúde previnam a violência e, ao mesmo tempo, garantam sua própria posição como profissionais competentes, capazes de realizar suas tarefas de acordo com seus ideais profissionais de cuidado e gerenciamento emocional” (Virkki 2008: 76, 85).

¹¹⁸A dificuldade do trabalho do enfermeiro em psiquiatria é maior no contexto italiano - diferente do brasileiro sob esse ponto de vista -, onde o sistema educacional produz apenas um perfil genérico de enfermagem, sem nenhum treinamento específico em psiquiatria.

¹¹⁹Em uma revisão da literatura, Morse e colegas estimam que a cota de trabalhadores de saúde mental que experimentaram um alto nível de *burnout* está entre 21% e 67% (Morse, Salyers, Rollins et al. 2012: 342).

o sofrimento mental, às vezes, implica (Dahan, Levi, Behrbalk et al. 2018). Em segundo lugar, a disponibilidade dessas informações para os pesquisadores - possível na pesquisa etnográfica - permite que os etnógrafos coletem diretamente casos ricos em informações e orientem as entrevistas no nível das práticas reais e não apenas na condição virtual em que a contenção mecânica pode ou deve ser usada.

Partindo desses critérios teóricos¹²⁰, decidimos nos concentrar apenas em funcionários com períodos de serviço bastante curtos ou bastante longos, enfermeiros com menos de cinco anos ou mais de 15 anos de experiência. Com essa escolha, o número de enfermeiros elegíveis para a entrevista foi drasticamente reduzido, permitindo, assim, uma leitura atenta dos textos obtidos por meio das entrevistas. Entre esse subconjunto, decidimos incluir um número equilibrado de homens e mulheres, dando preferência àqueles envolvidos em restrições físicas contestadas ou contestáveis. Decidimos considerar como contestada ou contestável a aplicação de uma restrição física quando o chamado estado de necessidade não era tão claramente reconhecível ou quando sua duração ultrapassava o que nós - como equipe - definimos como razoável¹²¹. O esquema que orientou a seleção de casos está ilustrado na Figura 4.3.

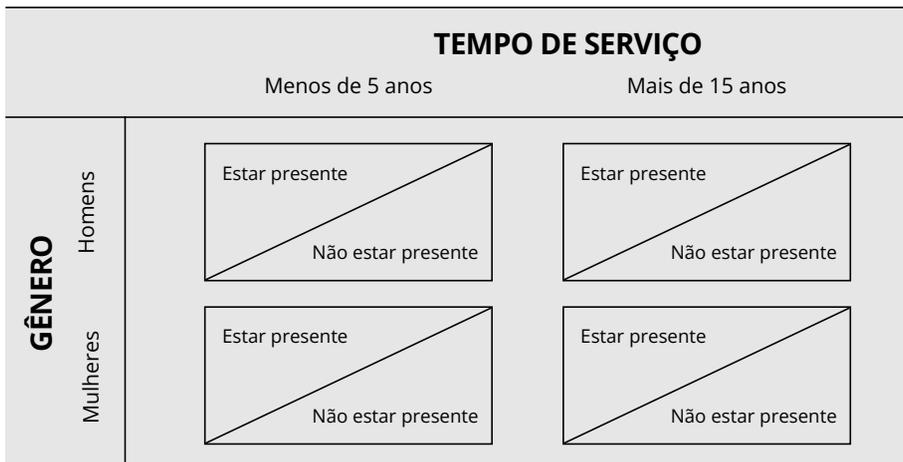


Figura 4.3 Partição do espaço de propriedade dos enfermeiros que trabalham em uma enfermaria psiquiátrica aguda

¹²⁰Para fins de precisão, o terceiro critério, o de “estar lá”, combina informações teóricas e empíricas.

¹²¹A última etapa do procedimento de amostragem ilustrado no texto segue - embora não de forma milimétrica - a ideia geral de cobertura de heterogeneidade proposta por Minayo, no contexto da amostragem teórica (2014: 205-209).

Enquadrando esse procedimento empírico na discussão mais geral sobre a seleção de instâncias de observação, podemos observar esquematicamente o que se segue.

1. Por meio desse procedimento, buscamos obter um conjunto de casos ricos em informações que ilustrassem, de forma eloquente, os traços culturais do trabalho dos enfermeiros em uma enfermaria psiquiátrica para pacientes agudos (com relação a quem, entre os enfermeiros psiquiátricos, consulte o Ponto 5). A amostra selecionada está longe de ser uma miniatura da população considerada. Sua eloquência é sustentada por uma seleção *deliberadamente seletiva (biased)*.

2. A escolha dos casos foi orientada por considerações teóricas relacionadas ao "*habitus emocional*" (Virkki 2008), à teoria do esgotamento (Morse, Salyers, Rollins et al. 2012) e à questão crítica de "estar presente" quando ocorreu uma contenção física contestável (Dahan, Levi, Behrbalk et al. 2018).

3. Ao apresentarmos esses critérios, formulamos um conjunto de argumentos para defender sua relevância para nossa pergunta de pesquisa¹²².

4. Os argumentos apresentados para defender a relevância dos critérios adotados são compromissos proposicionais que definem as condições sob as quais os resultados da pesquisa podem ser estendidos a instâncias não observadas. Em suma, esses argumentos modelam a plausibilidade condicional da extensão dos resultados da pesquisa.

5. A solidez dos critérios adotados e a dos argumentos com os quais sua relevância é defendida definem a amplitude com a qual os resultados da pesquisa podem ser estendidos. Para o exemplo aqui proposto, a amplitude da extensão está relacionada a três níveis principais:

- Todos os enfermeiros das seis enfermarias psiquiátricas para pacientes agudos estudadas;

¹²²A relevância da defesa dos critérios de seleção adotados pode ser enquadrada na estrutura de argumentação proléptica (consulte a Seção 3.2).

- Os enfermeiros que trabalham nas enfermarias psiquiátricas para pacientes agudos de Piemonte, a região noroeste da Itália, onde estão situadas as seis enfermarias;
- Os enfermeiros que trabalham em qualquer enfermaria psiquiátrica para pacientes agudos italiana.

O que nos permite falar sobre casos não observados, a partir do que aprendemos com nossa amostra, é - pelo menos, em minha opinião - um esquema argumentativo. Para o exemplo das enfermeiras psiquiátricas, é o argumento da analogia (consulte a Seção 3.3), em que nossos compromissos proposicionais definem os limites da extensão analógica, ou seja, o que pode ser dito sobre mudanças de casos não observados, passando das instâncias observacionais mais próximas (enfermeiras não entrevistadas nas seis enfermarias) para as mais distantes (enfermeiras italianas que trabalham em qualquer enfermaria psiquiátrica para pacientes agudos). O mais próximo dos casos observados é o alvo de nossa extensão; o mais amplo é o conteúdo do que podemos estabelecer sobre ele. De qualquer forma, como eu disse anteriormente (consulte a Seção 1.2 e o Capítulo 2), há boas razões para limitar nossas aspirações ao geral, considerando os limites ontológicos que insistem no conhecimento de questões sociais que, de acordo com Geertz, devem ser locais, ou seja, delimitadas pelo tempo e pelo espaço (Geertz 1983, tradução portuguesa 2004).

A questão da extensão do escopo dos resultados da pesquisa pode ser expressa, de forma mais geral, por meio da noção de "área de autenticidade" proposta por Jerzy Topolski, para a análise de documentos históricos. Topolski define a área de autenticidade de um documento histórico como "a soma das perguntas (problemas) para as quais uma determinada fonte pode fornecer respostas *verdadeiras*" (edição original de 1973, tradução italiana de 1977: 434, *italico meu*). Na estrutura epistemológica adotada neste livro, a noção de verdade deve ser abandonada em favor da noção mais adequada de plausibilidade. Aplicada a uma amostra definida por meio do uso dos critérios de relevância adotados, a noção de área de autenticidade estabelece limites para as perguntas às quais o material empírico pode oferecer uma resposta plausível. Em ou-

tras palavras, a consideração da área de autenticidade do material empírico coletado exclui um conjunto de perguntas para as quais ele não pode dar uma resposta adequada devido aos critérios que informaram sua seleção. No exemplo da amostra da enfermeira psiquiátrica, a exclusão dos critérios aos quais confiamos o objetivo de gerar uma heterogeneidade relevante entre os casos de, por exemplo, atitudes políticas ou religiosas, não permite questionar o material empírico sobre esses aspectos¹²³.

A teoria da argumentação oferece um conjunto de instrumentos: i) para tornar de uma forma mais transparente possível a formulação de alegações de relevância e os compromissos posicionais que orientam uma seleção teórica de instâncias observacionais e determinam a “área de autenticidade” do material empírico coletado¹²⁴; ii) para a seleção dos melhores casos ricos em informações que permitem uma extensão mais ampla dos resultados da pesquisa de casos estudados para casos não estudados; iii) para definir claramente a plausibilidade condicional do raciocínio por meio do qual avançamos nossas alegações sobre a extensão do escopo dos resultados de nossa pesquisa. As principais alavancas argumentativas para esses propósitos são o argumento do exemplo e o argumento da analogia em suas diversas declinações que serão apresentadas a seguir. Antes de fazer isso, parece apropriado refletir sobre o que torna um caso rico em informações.

A eloquência de um caso, ou de um conjunto de casos, baseia-se em sua posição em um espaço de propriedades cujas coordenadas são definidas principalmente por considerações teóricas¹²⁵. A configuração mais simples desse espaço de propriedades é aquela caracterizada pela presença de um caso extremo ou desviante. O que torna um caso desviante é sua posição confrontada com a da totalidade (geralmente numerosa) de outros casos:

¹²³No texto, presumi que, com a não inclusão de propriedades como religião ou atitudes políticas entre os critérios de desenho da amostra, as chances de obter “potencial de comparação” (Barbour 2007: 53) suficiente nessas dimensões são baixas. Se eu não planejar com antecedência para ter uma boa cota de não católicos na minha amostra, em um contexto cultural em que a religião católica é hegemônica, é muito difícil poder comparar a atitude deles em relação à restrição física de enfermeiros católicos e não católicos. No entanto, não podemos excluir que, em algumas propriedades não consideradas relevantes para o desenho da amostra, possamos obter heterogeneidade suficiente; a área de autenticidade de uma amostra só pode ser definida com base empírica, considerando o potencial de comparação de fato adquirido.

¹²⁴A transparência é o que está faltando no procedimento da teoria fundamentada para a extensão dos resultados da pesquisa de casos observados para casos não observados, o processo de “saturação teórica” (Glaser e Strauss 1967: 61-62).

¹²⁵No exemplo das enfermeiras psiquiátricas, as coordenadas que definem o espaço de propriedade (tridimensional) são sexo, antiguidade e envolvimento em um procedimento de contenção física contestado ou contestável testemunhado pelo etnógrafo.

a ovelha negra em meio a um rebanho de ovelhas brancas; ou a enfermeira contrária à contenção física em meio a uma equipe psiquiátrica inclinada a um emprego eticamente indiferente dessa medida. A eloquência de um caso extremo ou desviante não se baseia em sua representatividade de todo o conjunto de casos em que o foco está concentrado. Ele permite definir a regra que rege a maioria por meio da análise de sua violação patente. Ele nos informa sobre as práticas de resistência adotadas para sobreviver como ovelha negra e fornece uma contra-definição da conduta hegemônica¹²⁶. A posição no espaço de propriedade do(s) caso(s) selecionado(s) sempre implica uma relação com outros casos, e isso define como relacionais as características que tornam um caso eloquente. A ideia relacional de eloquência informa o desenho de seleção em todos os quatro casos a seguir, especificamente: i) o desenho do caso crítico, formulado por meio do argumento da dupla hierarquia; ii) o desenho dos sistemas mais diferentes, formulado por meio do argumento da diferença irrelevante; iii) o desenho dos sistemas mais semelhante, formulado por meio do argumento da diferença relevante; iv) o desenho do caso extremo, formulado por meio do argumento da alteridade radical.

Na concepção de caso crítico (veja abaixo a Seção 4.2.1), o espaço de propriedade é dividido em duas seções entre as quais uma teoria estabelece uma relação de proporcionalidade direta ou indireta (Perelman e Olbrechts-Tyteca 1958, tradução portuguesa 2014, § 76). Uma área desse espaço é habitada pelo caso (ou casos) estudado, cuja observação permite uma reivindicação sobre a totalidade dos casos considerados, garantida pela plausibilidade da hierarquia assumida. As raízes desse argumento podem ser encontradas na *Retórica* de Aristóteles, onde podemos ler: “Se o que é mais difícil é possível, o que é mais fácil é igualmente.” (Aristóteles II (b) 19, tradução portuguesa 2015: 129). Se um atleta pode saltar dois metros, ele pode - com certeza - saltar um metro. A essência desse procedimento baseia-se na observação de um caso (ou um pequeno conjunto de casos) caracterizado pela maior ou menor probabilidade de ter algumas características. Se o que observamos

¹²⁶A análise de práticas desviantes tem uma longa história na sociologia, começando pelo estudo de Durkheim sobre suicídio (Durkheim 1897), o estudo de Garfinkel sobre as estratégias de ocultamento de Agnes da sua identidade sexual (*sexual passing*) (Garfinkel 1967; veja, neste capítulo, a seção 4.2.4), até a contribuição mais recente de Edgar Morin sobre *La Rumeur d'Orléans*, orientada a ver no extraordinário pistas para o ordinário (“à voir dans l'extraordinaire le dénonciateur de l'ordinaire” Morin 1969: 9-10).

contradiz nossas expectativas, podemos sustentar que essas expectativas - a *fortiori*, com maior razão - serão violadas onde sua violação for mais fácil.

No desenho dos sistemas mais diferentes (veja abaixo a Seção 4.2.2), temos dois casos, ou dois pequenos conjuntos de casos, que ocupam duas posições reciprocamente muito distantes no espaço de propriedades. Essa distância deve reduzir as semelhanças entre eles, de modo que nos concentramos nas semelhanças persistentes, que plausivelmente supomos estar presentes entre os casos não observados menos reciprocamente distantes do que os observados.

No desenho dos sistemas mais semelhantes (veja abaixo a Seção 4.2.3), temos dois casos, ou dois pequenos conjuntos de casos, que ocupam duas posições muito próximas no espaço de propriedades. Essa proximidade deve reduzir as dissimilaridades entre eles, de modo que nos concentramos nas diferenças persistentes, que plausivelmente supomos existir entre os casos não observados menos reciprocamente próximos do que os observados.

Continuando com a metáfora geométrica adotada, a Figura 4.4 ilustra as quatro estratégias descritas anteriormente (que serão desenvolvidas nas seções seguintes) para obter casos ricos em informações para nossa pesquisa. Para possibilitar uma representação gráfica desse aspecto do desenho da pesquisa, compatível com a geometria plana de uma página impressa, as dimensões do espaço da propriedade foram reduzidas a duas. Obviamente, em contextos reais de pesquisa, a dimensionalidade desse espaço de propriedades pode ser maior (no exemplo da enfermaria psiquiátrica, a propósito, o espaço de propriedades é tridimensional).+

Esses quatro desenhos de seleção de casos podem ser entendidos - de acordo com Diane Vaughan - como ferramentas para desenvolver a "teorização analógica" por meio da comparação, às vezes direta, às vezes implícita, de diferentes casos (Vaughan 2014: 64, 84). Portanto, para concluir, a eloquência de um caso, sua capacidade de transmitir informações, depende de sua posição em um campo teórico. Após essa visão geral, podemos nos aprofundar na ilustração dos argumentos que orientam a seleção dos casos observados.

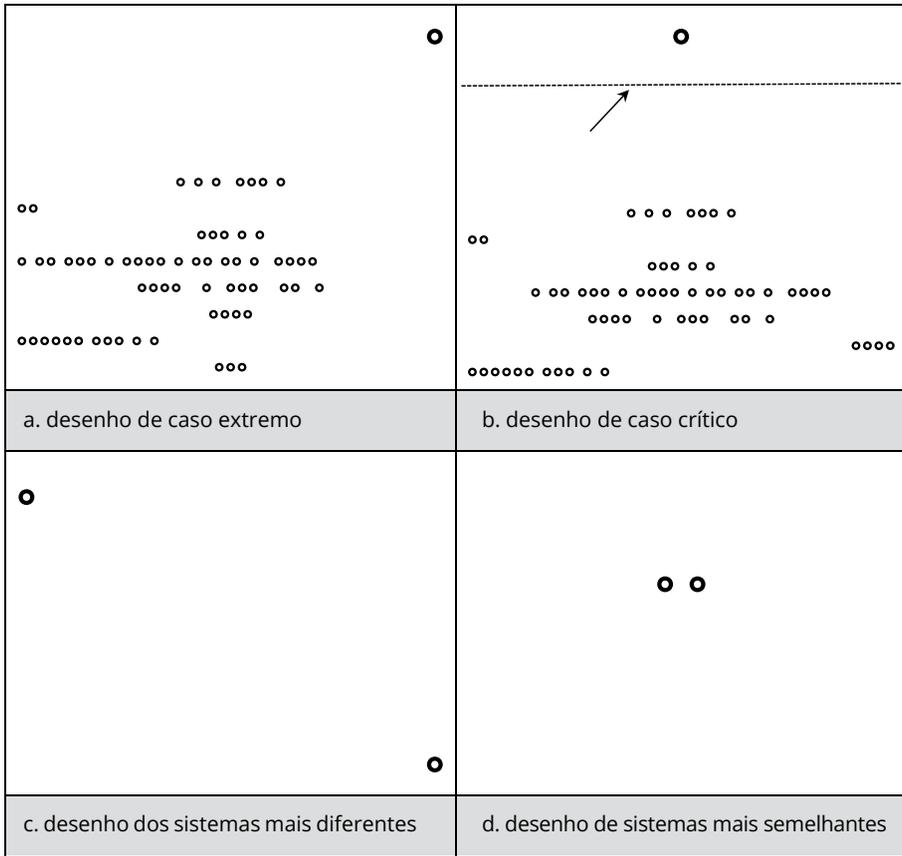


Figura 4.4 Quatro estratégias para obter casos ricos em informações

A ferramenta que a teoria da argumentação oferece para a seleção de casos a partir da observação de que responderemos às nossas perguntas de pesquisa é o argumento pelo exemplo. No capítulo dedicado às relações que estabelecem a estrutura da realidade, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958; tradução portuguesa. 2014, § 78 e 79) atribuem a esse argumento três funções principais: generalizar uma regra, ilustrá-la ou oferecer um modelo a ser imitado. Essa última função, normativa, não é pertinente para nossos propósitos, portanto, no que se segue, vou me concentrar apenas nas duas primeiras funções do argumento por exemplo, reformuladas, de acordo com Stefan Willer, Jens Ruchatz e Nicolas Pethes, como “construção do conhecimento” e “representação do conheci-

mento” (Willer, Ruchatz e Pethes 2007, citado em Šorm 2010: 123-128)¹²⁷. Em sua função de *construção de conhecimento*, o exemplo oferece novas informações sobre o tópico em questão. A observação de um conjunto de casos - geralmente pequeno - é realizada para qualificar um superconjunto de casos não observados que compartilham com os observados algumas propriedades relevantes. A transferência de informações dos casos observados para os *não* observados pode ser considerada como uma versão reduzida da sinédoque, em que a parte estudada não pretende representar o todo (*pars pro toto*), mas fala eloquentemente apenas para uma parte maior com a qual compartilha um conjunto de propriedades relevantes (*pars pro pars*)¹²⁸. A ferramenta lógica que sustenta a transferência de informações é o argumento da analogia (consulte a Seção 3.3), com o qual a semelhança entre casos observados e não observados é adequadamente defendida como relevante para autorizar a extensão do escopo da informação. Partindo da versão estendida do argumento da analogia, apresentada na Seção 3.3, a defesa da extensão analógica dos casos observados e dos casos não observados implica um esforço para persuadir o leitor de que:

1. A similaridade ou a dissimilaridade planejada entre os casos observados e o superconjunto de casos não observados pode ser considerada relevante para outras similaridades ou dissimilaridades que estejam em questão.
2. A similaridade ou dissimilaridade não planejada entre os casos observados e o superconjunto de casos não observados não é tão

¹²⁷Na cultura ocidental, a função normativa do exemplo foi emblematicamente representada pelo gênero literário da hagiografia, em que a história de um santo era contada para incentivar os fiéis católicos a introduzir alguns aspectos, se não de santidade, pelo menos de profunda devoção em suas vidas diárias. As duas funções do exemplo analisado no texto mostram semelhanças relevantes com as noções de amostragem estratégica e ilustrativa propostas por Jennifer Mason (2002: 123-127).

¹²⁸O leitor pode reconhecer aqui algumas semelhanças, pelo menos em um nível linguístico, com a noção de transferibilidade elaborada por Egon Guba e Yvonna Lincoln (Guba e Lincoln 1979: 110-127; Guba 1981; Guba e Lincoln 1982). Nessa estrutura metodológica, a transferência entre casos observados (contexto emissor) e casos não observados (contexto receptor) é sustentada pela analogia (adequação) entre eles. Seguindo esse caminho, tento tornar o raciocínio analógico explícito e mais articulado, para evitar o que - a meu ver - pode ser considerado como o principal problema da noção de transferibilidade, a atribuição ao leitor do ônus da prova do “encaixe” que autoriza a extensão analógica. Como eu disse anteriormente (consulte a Seção 1.2), Guba e Lincoln definem a extensão do(s) caso(s) observado(s) para outro(s) caso(s) análogo(s) por meio da metáfora da comunicação. Portanto, temos um contexto emissor, o estudado, e um contexto receptor, o alvo da extensão analógica. O que autoriza a passagem dos contextos de envio e de recepção é a “descrição espessa” (Geertz 1973; tradução portuguesa 1989: Capítulo 1) de ambos. A descrição espessa do contexto emissor é dever do autor da pesquisa, a descrição espessa do contexto receptor é responsabilidade do leitor ou, em um sentido mais amplo, da comunidade científica que identifica a semelhança entre os dois objetos do argumento da analogia.

relevante a ponto de constituir um motivo forte o suficiente para descartar a extensão analógica.

3. Não há contra-análogos conhecidos, não há casos com a similaridade ou dissimilaridade esperada para os quais a extensão analógica seja inadequada.

As perguntas críticas com as quais todos os esquemas de argumentação apresentados nas próximas páginas serão equipados considerarão todas as condições para a extensão analógica delineada. A essa estrutura geral, são acrescentadas outras suposições, que são específicas da versão do argumento por exemplo empregado. A seguir, quatro versões do argumento por exemplo serão profundamente ilustradas: o argumento da dupla hierarquia, os argumentos das diferenças irrelevantes e relevantes e o argumento da alteridade radical. Cada um desses argumentos se baseia em suposições específicas (por exemplo, a da plausibilidade da hierarquia) que delimitam a solidez da extensão das informações de casos observados para casos não observados. As suposições sobre a relevância do que podemos chamar de semelhanças de ponte entre casos observados e não observados e aquelas específicas de cada versão do argumento do exemplo definem a plausibilidade condicional da extensão do escopo da informação. Ou, em outras palavras, essas premissas definem a área da autenticidade do material empírico coletado, definindo o conjunto de perguntas sobre os casos não observados para os quais a amostra analisada pode oferecer uma resposta eloquente. Cada esquema de argumentação aqui proposto será equipado com perguntas críticas para melhorar sua solidez.

A versão de *representação* do conhecimento do argumento do exemplo compartilha com a versão de construção do conhecimento algumas semelhanças formais, mas com um objetivo diferente. O objetivo da versão de representação do conhecimento do argumento do exemplo é ilustrar, por meio de um ou poucos casos, as informações fundamentadas nos dados coletados. Essa definição do exemplo de representação do conhecimento o qualifica como nada mais do que uma ferramenta de textualização, como um instrumento com o qual os resultados de uma pesquisa

são oferecidos ao leitor¹²⁹. Usei essa ferramenta retórica em meu trabalho sobre sofrimento mental (Cardano, 2010), no qual pedi a quatro pessoas, vistas como tipos ideais de carne e osso, que ilustrassem, tanto quanto possível, as estratégias típicas de elaboração de sentido do sofrimento mental que emergiram da análise de 60 entrevistas discursivas, realizadas alguns anos antes da publicação do ensaio¹³⁰.

Nas seções a seguir, os quatro desenhos de amostragem tematizados serão ilustrados por meio de uma apresentação concisa de um ou dois trabalhos de pesquisa qualitativa baseados neles. Começamos com o desenho mais promissor, o do caso crítico.

4.2.1 O desenho do caso crítico: o argumento da dupla hierarquia

O estudo, selecionado para ilustrar o desenho do caso crítico, foi realizado pela socióloga canadense Andrea Doucet (2000). O “quebra-cabeça intelectual” que orientou o estudo de Doucet se concentra na divisão de gênero das responsabilidades domésticas. Ela se pergunta: “Por que existe uma ligação persistente entre as mulheres e a responsabilidade doméstica?” (Doucet 2000: 165). Para responder a essa pergunta, Doucet realizou um estudo explicitamente inspirado na concepção de caso crítico, entrevistando 23 casais heterossexuais britânicos com filhos dependentes que se identificam “como uma tentativa consciente de compartilhar o trabalho e a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com os filhos” (166). Os casais foram selecionados por meio de uma combinação de amostragem teórica e amostragem de bola de neve (veja a seguir). Doucet analisou uma amostra de classe média composta por indivíduos com alto nível de escolaridade e

¹²⁹A definição do argumento por exemplo na função de representação do conhecimento apresentado aqui difere tanto do esboço bastante essencial da amostra ilustrativa ou evocativa oferecida por Mason (2002: 126-127) quanto de minha reflexão sistemática anterior sobre esse tópico (Cardano 2011: 72-76). Aqui eu mudei - espero que com um argumento bastante convincente - o exemplo de representação do conhecimento da área de desenho de pesquisa para a área de textualização.

¹³⁰O uso da versão de representação do conhecimento do exemplo para definir um tipo ideal de estratégias de “carne e osso” para a produção de sentido do sofrimento mental apresenta algumas semelhanças familiares com o procedimento usado por Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros para analisar as narrativas de DST/AIDS. Passos e Benevides de Barros descrevem, a seguir, o procedimento de textualização adotado. “O caso narrado/tratado como agregado singular de mil outros casos é apreendido pelo método intensivista, método em que a transformação se dá por metamorfose, criação de novos sentidos. Aqui o caso não tem sentido próprio nem figurado, já que se vê implicado, remetido aos muitos outros casos colocados num continuum de intensidades.” (Passos e Benevides de Barros em Passos, Kastrup de Escóssia 2009: 169).

boa renda. A maioria dos homens da amostra (21/23) tinha trabalho remunerado em tempo integral; as mulheres estavam quase igualmente divididas entre trabalho remunerado em tempo parcial e em tempo integral. A pesquisa, realizada entre 1992 e 1994, baseou-se em uma declinação muito interessante da metodologia de entrevista denominada “Household Portrait” (“retrato do lar”, em português) (167; Doucet 1996). Em cada casal, os parceiros foram entrevistados separadamente e em conjunto¹³¹.

A hipótese que orientou o estudo de Doucet atribui especial relevância às normas comunitárias que têm um impacto decisivo na divisão real das responsabilidades domésticas, independentemente da vontade dos casais. Essas normas atribuem às mulheres a responsabilidade pela maior parte das atividades sociais e relacionais, como participar da festa de aniversário de uma criança e conversar com o pediatra ou o professor da criança. Ao realizar as mesmas atividades, os homens passam pela experiência desconfortável de serem vistos como “**maricas**” e de se tornarem alvo de piadas de outros homens empregados em ocupações tradicionalmente masculinas (174). Doucet apostou em um resultado empírico específico, testando sua hipótese - a persistência de uma divisão desequilibrada das responsabilidades domésticas - em um contexto em que a possibilidade de ser refutada era maior e - aludindo ao argumento da dupla hierarquia - ela sustenta:

Minha opinião era que, se esses casais não conseguissem criar novos padrões de trabalho doméstico, menos definidos e resritos por gênero, seria evidente o quanto esses processos estavam enraizados na população em geral (Doucet 2000: 167).

Doucet ganhou a aposta (o fato de seu estudo ter sido publicado comprova isso; veja abaixo) e concluiu reconhecendo - mesmo no contexto social em que isso era menos provável - a persistência de “normas que privilegiavam as mulheres como cuidadoras primárias e os homens como ganhadores primários nos locais da família, do trabalho e das comunidades” (178).

¹³¹A entrevista conjunta permite observar, em uma espécie de perspectiva experimental, as relações entre os parceiros por meio da tomada de turnos da palavra e de como os tópicos são abordados e compartilhados entre os dois entrevistados. Sobre esse tipo de entrevista “povoada”, que envolve mais de um entrevistado, consulte Cardano (2017: 177-79).

O procedimento de seleção de casos orientado pelo argumento da hierarquia dupla é o mais promissor na pesquisa qualitativa. Tomando emprestado um contexto metodológico bastante distante do proposto aqui, podemos dizer que esse desenho é o que garante a maior “alavancagem”, entendida por Gary King, Robert Keohane e Sidney Verba como a maior capacidade de explicar “o máximo possível com o mínimo possível” (King, Keohane e Verba 1994: 29). Além disso, o desenho de caso crítico ilustra plasticamente as condições sob as quais a pesquisa qualitativa dá a melhor prova de si mesma quando a teoria oferece uma forte contribuição para a realização de uma pesquisa (cf. Tavory e Timmermans 2014: *passim*). Não há tantos estudos qualitativos orientados pelo desenho de caso crítico, fato que se harmoniza com a própria noção de estudo crítico¹³². No entanto, vale a pena observar que a lógica que informa o argumento da hierarquia dupla pode ser adotada não apenas na fase de desenho da pesquisa, mas também durante os procedimentos de análise e textualização. Partindo da configuração real dos materiais empíricos, podemos adotar o argumento da hierarquia dupla para tornar nossas conclusões de pesquisa mais sólidas. Sempre que pudermos estabelecer uma hierarquia em nossos dados, por exemplo, ao trabalhar com um caso extremo ou desviante.

No plano lógico, o argumento da dupla hierarquia parte de uma suposição específica sobre a estrutura do fenômeno social estudado. Especificamente, essa suposição - parte dos compromissos proposicionais que delimitam as condições de assertibilidade de nossas afirmações - estabelece a existência de duas hierarquias

¹³²Passando dos estudos qualitativos para os quantitativos (ou para o que podemos definir, antes de letra, como métodos mistos), encontramos um exemplo bastante famoso e relevante de projeto de caso crítico no estudo realizado por John Goldthorpe, David Lockwood, Frank Bechhofer e Jennifer Platt: *The Affluent Worker* (1968, 1969). Goldthorpe e seus colegas elaboraram um estudo com o objetivo de testar uma hipótese, na época, desenvolvida na comunidade científica. Essa hipótese foi elaborada para explicar a redução do consentimento político em relação ao Partido Trabalhista em áreas de classe trabalhadora do país, o que significava um sintoma de uma mudança ideológica radical. Para explicar esse fato surpreendente, alguns estudiosos introduziram a hipótese do aburguesamento da classe trabalhadora. Goldthorpe e colegas apostaram contra essa interpretação da mudança ideológica e decidiram testar sua hipótese alternativa em um contexto social em que, seguindo as orientações dos defensores da teoria que queriam contrastar, a teoria do aburguesamento da classe trabalhadora, tinha a maior probabilidade de ser corroborada. O estudo foi realizado em Luton, um contexto social e industrial em que tudo conspirava para a o aburguesamento da classe trabalhadora. O estudo não confirmou essa mudança ideológica, de modo que Goldthorpe e seus colegas concluíram que - *a fortiori*, com mais razão - a mudança ideológica da classe trabalhadora não estava ocorrendo em outras áreas do país, onde os sintomas premonitórios da síndrome do aburguesamento eram menos acentuados. O argumento da dupla hierarquia pode ser usado com cuidado, adotando sua lógica para definir condições “conservadoras” para os resultados de nossa pesquisa (consulte Uzzi 1997: 38). Devo essa última referência biográfica a Sheen Levine.

distintas para o fenômeno em estudo. Usando a metáfora geométrica (veja a Figura 4.4), essa suposição divide o espaço de propriedade que enquadra a pesquisa em duas seções entre as quais uma teoria estabelece uma relação de proporcionalidade direta ou indireta, o que nos permite dizer algo sobre a hierarquia maior, observando a menor e, ao fazê-lo, contando com uma alavancagem eficiente. Na pesquisa de Doucet, a dupla hierarquia opõe a pequena minoria de casais que tentam tenazmente compartilhar as responsabilidades pelo trabalho doméstico e pelos cuidados com os filhos a muitos outros casais que organizam sua vida familiar de acordo com regras de gênero que atribuem às mulheres a maior carga de responsabilidades.

A suposição sobre a estrutura do fenômeno estudado - enquadrada em duas hierarquias - é acompanhada por outra que estabelece a forma de relacionamento entre as propriedades consideradas. Essa suposição, novamente parte do compromisso proposicional do raciocínio, institui - em um sentido amplo - uma relação linear, ou pelo menos monótona, entre a posição dos casos na hierarquia e seu status nas propriedades consideradas¹³³. Para chegar às suas conclusões, Doucet assume uma relação linear entre o compromisso público de compartilhar as responsabilidades domésticas e as práticas correspondentes na vida cotidiana. Para explicar melhor o significado dessas suposições de linearidade, vamos considerar uma situação hipotética em que a condição de linearidade é violada. Hipoteticamente, podemos ter um casal em que o marido é um grande defensor do machismo, que defende que as mulheres devem cuidar da casa e dos filhos, isentando os homens dessas coisas de maricas. Esse homem é casado com uma mulher que concorda com seu ponto de vista. Vamos imaginar que, tendo o dom da invisibilidade, um pesquisador passe alguns meses observando o que realmente acontece na casa dessa família feliz. O pesquisador descobre que é o marido quem cuida das crianças, limpa a casa e prepara refeições incomuns para toda a família. O comportamento do marido - nesse caso - pode se dever a uma profunda desconfiança em relação à capacidade da esposa de cuidar da família. Se quisermos adotar as conclusões que Doucet ofere-

¹³³A relação entre duas propriedades é monótona se seus valores respeitarem uma relação de ordem crescente ou decrescente, embora de maneira não uniforme ao longo de seu espectro. A figura a seguir, extraída da Enciclopédia Treccani, mostra quatro exemplos de uma função monótona: A e C crescentes; B e D decrescentes.

ceu no estudo analisado, devemos ser capazes de excluir esse tipo de “não linearidade”. Por exemplo, supondo que um homem machista desse tipo esteja provavelmente condenado a enlouquecer tentando conciliar sua recusa arraigada de coisas de maricas e sua abnegação em fazê-las¹³⁴.

A seleção de um caso crítico é sustentada por suposições sobre hierarquias e a relação (linear ou pelo menos monótona) entre as propriedades que as organizam. Partindo dessas suposições, Doucet pode pronunciar seu argumento *a fortiori*: se mesmo entre os casais publicamente comprometidos com uma divisão equilibrada das responsabilidades domésticas, as mulheres têm uma maior carga de cuidados, mais uma razão para que a divisão das responsabilidades domésticas seja mais desequilibrada onde há menor ou nenhum compromisso nesse sentido.

A coerência do argumento da hierarquia dupla pode ser dialeticamente aprimorada com o uso de algumas perguntas críticas específicas (consulte a Seção 3.1):

1. A suposição de uma hierarquia no contexto estudado é plausível?
2. A posição do(s) caso(s) selecionado(s) na hierarquia é adequada para conferir a ele(s) o status de caso(s) crítico(s)?
3. O número de casos selecionados e, quando aplicável, a heterogeneidade entre eles são adequados para expressar sua condição crítica?
4. É apropriado assumir uma relação linear ou, pelo menos, monótona, entre a propriedade que define a hierarquia e as outras relacionadas?¹³⁵
5. É plausível excluir a possibilidade de casos desviantes (como o marido machista) da relação linear presumida?

Para o estudo de Doucet, todas as respostas às cinco perguntas críticas são positivas. Nesse fato, podemos reconhecer a

¹³⁴Pensar sobre esses tipos de não linearidade pode ser considerado um exercício situado de argumentação proléptica.

¹³⁵Evitei deliberadamente formular a quarta pergunta crítica no léxico causal, nomeando as propriedades envolvidas como variáveis dependentes e independentes, para autorizar o uso do argumento da hierarquia dupla também de forma descritiva.

primeira função das perguntas críticas, que é autorizar o uso da hierarquia dupla para a pergunta de pesquisa em questão. A segunda função, já demonstrada para o esquema de argumento a partir de analogia (consulte a Seção 3.3), é contribuir para a especificação do compromisso proposicional do proponente, incluindo as respostas às perguntas críticas entre as premissas do raciocínio. Ao fazer isso, a expressão completa (com a pergunta crítica incorporada) do argumento da hierarquia dupla delimita a plausibilidade condicional (consulte a Seção 3.2) do raciocínio¹³⁶.

No estudo de Doucet, isso significa que a conclusão sobre a persistência de regras de gênero na divisão da responsabilidade familiar está subordinada a: i) à plausibilidade da hierarquia proposta, ii) à adequação da qualificação dos casos selecionados como casos críticos para a posição que ocupam na hierarquia¹³⁷, iii) à plausibilidade da suposição de uma relação linear, ou pelo menos monótona, entre o compromisso com a divisão equilibrada das responsabilidades familiares e as práticas reais nessa direção; iv) à plausibilidade da exclusão de casos desviantes, nos quais, apesar da oposição do homem em relação aos cuidados com a casa e a família (considerada coisa de maricas), a administração da família envolve, pelo menos de forma equilibrada, também o homem.

Quando os casos críticos são mais de um, esse é o perfil do estudo de Doucet, o segundo compromisso proposicional sobre a qualificação dos casos como adequação crítica exige uma reflexão sobre os procedimentos de amostragem. Doucet recorreu a uma combinação de amostragem teórica e amostragem de bola de neve (Doucet 2000: 167), o que parece totalmente apropriado e, a propósito, oferece a oportunidade de ilustrar a ideia de sensibilidade ao contexto da pesquisa qualitativa. É bastante comum considerar a amostragem de bola de neve como um procedimento enviesado que não proporciona heterogeneidade suficiente, sendo influenciada pela natureza da rede do caso zero que desencadeia a avalanche. No estudo de Doucet, a baixa heterogeneidade dos ca-

¹³⁶Como escrevi no Capítulo 3, a plausibilidade condicional pode ser considerada como o equivalente analógico, na área de raciocínio argumentativo, da probabilidade condicional própria da inferência estatística. Em estatística, a probabilidade condicional de um evento B é a probabilidade de que o evento ocorrerá, dado o conhecimento de que um evento A já ocorreu. Normalmente, ela é expressa pela notação $P(B|A)$. Na versão argumentativa desse tipo de pensamento, plausibilidade condicional, temos declarações em vez de eventos.

¹³⁷A mesma condição - *mutatis mutandis* - se aplica ao desenho de caso crítico baseado em um único caso, como no exemplo de Goldthorpe, Lockwood, Bechhofer e Platt, ilustrado na nota de rodapé número 36.

so selecionados, pertencentes a uma rede social restrita, torna-se uma vantagem para o desenho de pesquisa, conferindo o status de crítico aos casos selecionados de forma mais acentuada.

Antes de passar para o esquema argumentativo a seguir, pode ser útil fazer uma reflexão sobre a eloquência geral do argumento da dupla hierarquia. Doucet apostou em um resultado específico de sua imersão empírica. O que aconteceria se ela tivesse perdido a aposta? Como eu disse incidentalmente antes sobre o estudo de Doucet, os resultados de uma pesquisa baseada no desenho de caso crítico em que os autores perderam a aposta não seriam tão interessantes para publicação em uma revista científica. Consideremos o estudo de Doucet e imaginemos que ela tivesse descoberto uma divisão perfeitamente equilibrada entre os parceiros das responsabilidades domésticas. Esse resultado seria interessante o suficiente para ser publicado? Provavelmente não. Os comentários dos revisores poderiam ser mais ou menos assim: “Puxa vida! Você analisou os campeões da divisão equilibrada das responsabilidades domésticas e - surpresa, surpresa! - você obteve uma divisão equilibrada de fato”. A eloquência do argumento da dupla hierarquia depende, portanto, dos resultados. Essa assimetria da dispensabilidade dos resultados da pesquisa pode criar problemas específicos quando esse desenho da pesquisa é adotado. Se eu tiver investido tempo, recursos e, talvez, reputação em um estudo em que apenas um tipo de resultado vale a pena ser publicado, minha leitura dos dados poderá ser distorcida por uma pressão ao meio entre a ilusão e o autoengano. Em minha interpretação dos dados, posso ser induzido a estruturar a análise de forma a confirmar as expectativas teóricas nas quais apostei¹³⁸.

Chamarei esse risco, que está longe de ser específico da pesquisa qualitativa, de *Efeito Mendel*. Gregorio Mendel, o pai da genética moderna, publicou, em 1865, seus experimentos sobre a hibridização de plantas (*Versuche über Pflanzen-hybriden*), relatando resultados que apoiavam sua teoria sobre caracteres genéticos dominantes e recessivos com precisão milimétrica. Depois de algum tempo, o estatístico Ronald Aylmer Fisher mostrou como a proporção de 3:1 na transmissão de características

¹³⁸Sobre wishful thinking e autoengano, consulte Elster (1985). Em português, você pode consultar Gianetti (1997).

dominantes e recessivas era tão precisa que levantou a suspeita de que os números haviam sido corrigidos. A culpa pelos ajustes foi sumariamente atribuída aos jardineiros que ajudaram Mendel a compilar as estatísticas, que, para agradar ao mestre, relataram o que imaginavam que ele esperava. Assim, conclui sarcasticamente Giorgio Celli [1991, 21] em sua reconstrução desse episódio, “a honra da comunidade científica está a salvo...”¹³⁹. O efeito Mendel - longe de ser específico da pesquisa social - não pode ser eliminado, mas uma reconstrução reflexiva precisa das práticas de pesquisa (quando ele não existe, é bom suspeitar) pode permitir que a comunidade científica o reconheça. Em geral, o efeito Mendel pode se inserir em qualquer desenho da pesquisa em que a assimetria na rentabilidade dos possíveis resultados da pesquisa seja alta. Esse é o caso dos outros dois desenhos de pesquisa ilustrados a seguir, os projetos de sistemas mais diferentes e os de sistemas mais semelhantes (consulte as Seções 4.2.2 e 4.2.3).

4.2.2. O desenho dos sistemas mais diferente: o argumento da diferença irrelevante

Uma das ilustrações mais eficazes do desenho de sistemas mais diferente pode ser encontrada na etnografia comparativa realizada por Walter Powell na década de 1970, antes de se tornar o fundador, com Paul Dimaggio, da abordagem do novo institucionalismo. O quebra-cabeça que inspirou o estudo de Powell refere-se ao processo pelo qual as editoras acadêmicas decidem qual livro publicar. Para responder a essa pergunta, Powell comparou duas editoras acadêmicas sediadas na área metropolitana de Nova York. Ele não estruturou explicitamente seu estudo de acordo com o desenho dos sistemas mais diferente, nem planejou um estudo de caso comparativo desde o início (Powell 1985: xxvi-xxx). O sociólogo americano aperfeiçoou o desenho de seu estudo por meio de uma decisão contingente sucessiva que lhe permitiu observar duas editoras acadêmicas

¹³⁹A história de Mendel é agradavelmente reconstruída no belo pequeno livro de Giorgio Celli, *Bugie, fossili e farfalle* [1991, 15-21], que começa com uma proposição que expressa bem a natureza do efeito Mendel: “O erro científico, podemos afirmar sem medo de contradição, não é tanto filho da incompetência, mas sim das convicções do pesquisador” [ibidem, 7]. Um tipo de efeito Mendel pode ser detectado na história do experimento de Rosenhan, ilustrada no capítulo 2, nota 33.

pertencentes a uma corporação de editoras matriz (85)¹⁴⁰. Como de costume, para proteger a privacidade dos participantes, as duas editoras adquiriram nomes de fantasia, Apple Press e Plum Press.

A Apple Press era uma editora pequena, com cerca de 30 funcionários, que publicava não mais do que 100 livros por ano. A Apple Press era organizada de maneira bastante informal, e seus métodos de pesquisa editorial - observa Powell - se assemelham a um processo de lata de lixo. A Plum Press é uma empresa muito maior e mais formal. Ela tinha doze vezes mais funcionários do que a Apple Press e publicou cerca de seis vezes mais livros. Apesar de suas enormes diferenças de escala, o processo de tomada de decisão por meio do qual um livro era publicado apresentava - descobriu Powell - semelhanças entre as duas empresas.

Powell reconheceu - apesar de suas diferenças evidentes - as semelhanças entre a Apple e a Plum por meio de uma "curva de aprendizado" (129) típica da pesquisa qualitativa. À primeira vista, ele ficou surpreso com a enorme autonomia dos editores de ambas as empresas para decidir sobre os livros para os quais assinar um contrato. Continuando sua observação etnográfica, Powell percebeu que a descrição dos editores era mais aparente do que real. O fluxo maciço de livros em ambas as editoras impôs uma disciplina de fila comum que separava os materiais que chegavam sem solicitação ou acordo prévio daqueles - às vezes solicitados - de autores já publicados. Em ambas as editoras, o procedimento organizacional era regido por um processo de controle oculto e discreto definido por seus gerentes. Os editores tomavam decisões com base em premissas cognitivas estabelecidas pelos gerentes. O "estabelecimento de premissas" era sustentado por diferentes procedimentos; entre eles, o mais incisivo era a ideia de complementaridade entre livros publicados e ainda não publicados. Nas palavras de Powell: "Os editores selecionam manuscritos que são atraentemente compatíveis com livros publicados anteriormente" (154). Em ambas as casas, o processo de socialização dos editores fez com que essas premissas ou, em outras palavras, esses roteiros, orientassem as práticas de seleção dos livros. Essa prática organizacional criou um peculiar "Efeito Matthew" (178) que dava

¹⁴⁰A observação no texto sobre a característica originalmente não planejada do projeto de pesquisa me permite enfatizar que o que realmente importa é a configuração final da estrutura metodológica, à qual é possível chegar seguindo o ritmo flexível típico da pesquisa qualitativa. Isso também significa que é sempre possível reformular nosso projeto de pesquisa para aumentar a eloquência dos dados coletados.

cada vez mais chances de publicação a acadêmicos conhecidos, penalizando os jovens e desconhecidos. Esse processo inicial foi, ainda, mais fortalecido pelos laços extra-organizacionais entre os editores - novamente em ambas as casas - e os autores já adquiridos. Editores e autores tinham vínculos recíprocos e obrigações morais. Os autores satisfeitos (publicados) continuavam enviando seus livros aos editores, que se tornavam seus amigos. Os editores retribuíram com uma política de fila favorável e com atenção benevolente aos novos autores propostos pelos autores, por assim dizer, do estábulo. Os resultados do estudo mostram a presença clara de um isomorfismo organizacional unificando as duas casas, apesar de suas diferenças organizacionais (formalidade versus informalidade e escala), que podem ser consideradas irrelevantes¹⁴¹.

A força desse desenho da pesquisa e a eloquência dos casos selecionados são apoiadas pela estrutura teórica que define o espaço de propriedades dentro do qual os casos parecem muito distantes. No estudo de Powell, o espaço de propriedade que define a distância recíproca entre a Apple e a Plum é estabelecido pelo potencial econômico (escala) das duas editoras e por seu estilo organizacional: formal versus informal. As posições no espaço de propriedade dos casos são consideradas como vinculadas a outra propriedade relevante da qual a heterogeneidade não é esperada, embora seja altamente provável¹⁴². No estudo das editoras acadêmicas, essa propriedade relevante consiste nos processos de tomada de decisão pelos quais um livro é impresso. O que os resultados do estudo de Powell documentam é a ausência de uma heterogeneidade relevante entre a Apple e a Plum no complexo processo que leva à publicação de um livro. Em termos mais gerais, o argumento da diferença irrelevante atribui uma solidez especial às características que os casos mais distantes compartilham.

Quanto ao *desenho* do caso crítico, a solidez do desenho dos sistemas mais diferentes está enraizada em algumas suposições específicas sobre a relevância das propriedades que estruturam o espaço da propriedade e sobre a relação que elas têm com a propriedade conectada - no exemplo de Powell, o processo de obtenção da impressão. Essas suposições são partes dos compromi-

¹⁴¹O estudo de Powell será empregado aqui com alguma liberdade filológica, para tornar os aspectos metodológicos do desenho dos sistemas mais diferentes o mais claro possível.

¹⁴²Assim como no desenho de casos críticos, no desenho dos sistemas diferentes, temos que apostar em um resultado empírico que, à primeira vista, parece improvável.

so propocionais que delimitam as condições de assertividade de nossas afirmações sobre a irrelevância de algumas propriedades cruciais: escala e grau de formalidade da organização na etnografia de Powell.

Com relação à relevância das propriedades que marcam como mais diferentes os casos considerados, esse desenho pressupõe que elas possivelmente têm o maior impacto sobre a propriedade conectada em que observamos o nível de heterogeneidade entre os casos. No estudo de Powell, essa suposição está relacionada ao impacto causal potencialmente alto da escala e do modo organizacional - formal vs. informal - no processo de impressão de um livro. Esse compromisso proposicional implica o enfraquecimento da relevância causal de quaisquer outras propriedades que, por uma boa razão, possam marcar uma distinção entre os casos do estudo. Por exemplo, essa suposição sustenta que, no mercado acadêmico, a orientação teórica ou ideológica das editoras tem um impacto causal menor sobre a publicação em comparação com a escala e o grau de formalização das editoras. Juntamente com a definição dos dois conjuntos de propriedades (relevantes as observadas; irrelevantes as outras), há outra suposição sobre a estabilidade intercontextual dos mecanismos causais. No estudo de Powell, essa suposição está relacionada ao fato de que o que faz as duas editoras convergirem no processo de impressão não é diferente entre as duas editoras. O que, por exemplo, deve ser excluído com razão é que o processo de tomada de decisão que leva à publicação de um livro é apenas o controle discreto dos gerentes na Plum Press e é uma obrigação moral ou algo mais na Apple Press.

A última suposição muito importante diz respeito à forma das relações entre as propriedades que marcam os casos como diferentes e a propriedade causalmente conectada a eles. Essa relação deve ser linear ou, pelo menos, monótona. Tento esclarecer esse ponto na Figura 4.5, que ilustra a suposição de linearidade e o que pode desafiar-la¹⁴³. A figura simplifica ainda mais a relação entre os perfis das duas editoras e o processo de publicação. O perfil das empresas é representado apenas por sua dimensão ou escala. O processo de entrada na impressão é estilizado em termos de complexidade organizacional.

¹⁴³Uma suposição semelhante sustenta o argumento da hierarquia dupla (consulte a Seção 4.2.1).

A linha pontilhada representa uma relação linear entre a complexidade organizacional do processo de impressão e as dimensões das duas editoras. Os resultados do estudo de Powell contestam essa relação, mantendo um nível igual de complexidade organizacional na Apple e na Plum.

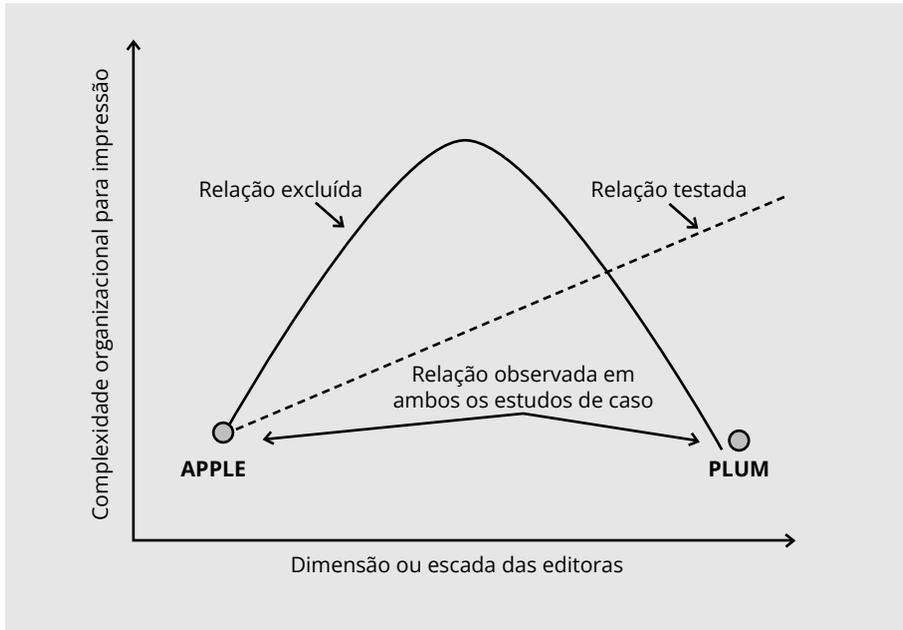


Figura 4.5. suposição de linearidade entre os mais diferentes modelos de sistema

Os resultados do estudo são sólidos se pudermos excluir - por boas razões - uma relação em forma de sino, como a representada na Figura 4.5, na qual a mesma complexidade organizacional do processo de impressão para os casos mais distantes é acompanhada por um alto nível de complexidade organizacional para empresas com dimensões entre os dois extremos aqui considerados. Parece muito difícil imaginar como uma hipotética editora Orange Press, com uma dimensão intermediária entre a Apple e a Plum, pode mostrar uma disciplina de fila totalmente diferente, controle informal dos editores e estilo de relacionamento com os autores adquiridos. De qualquer forma, para dissipar a dúvida so-

bre a possível relação em forma de sino, é possível acrescentar ao desenho original dos dois casos um terceiro, ou seja, a Orange Press ou qualquer outra empresa com uma dimensão intermediária¹⁴⁴.

A cogência do argumento da diferença irrelevante pode ser dialeticamente aprimorada por meio do uso de perguntas críticas específicas (consulte a Seção 3.1):

1. Há boas razões para assumir uma relação estrita entre as propriedades que definem os casos considerados como maximamente diferente e a propriedade relacionada a elas?¹⁴⁵
2. As propriedades escolhidas para marcar como maximamente distantes os casos estudados são aquelas que plausivelmente têm um impacto substancial sobre a propriedade na qual concentramos nossa atenção? Especificamente, é plausível presumir que as propriedades das quais os casos estudados estão maximamente distantes estão entre aquelas que têm o maior impacto sobre as propriedades que apostamos ter valores uniformes nos casos estudados?
3. Podemos razoavelmente excluir que outras propriedades (não consideradas no desenho da pesquisa) tenham um alto impacto sobre a propriedade (ou propriedades) que esperamos que seja invariável nos casos estudados?
4. Os casos estudados estão realmente distantes ao máximo no espaço de propriedade estabelecido para o desenho da pesquisa em questão?
5. Podemos excluir a possibilidade de que a homogeneidade observada nos casos comparados se deva a uma mistura diferente das propriedades que os tornam maximamente distantes ou a outras propriedades não tematizadas no desenho da pesquisa?

¹⁴⁴A necessidade de acrescentar mais casos de estudo: uma hipotética Chestnut Press, com uma dimensão intermediária entre a Apple e a Orange, e uma hipotética Strawberry Press, com uma dimensão intermediária entre a Orange e a Plum, e assim por diante, significa apenas que a estrutura teórica que orienta o estudo não é suficientemente sólida.

¹⁴⁵Também para esse argumento, evitei deliberadamente formular as perguntas críticas no léxico causal, nomeando as propriedades envolvidas como variáveis dependentes e independentes, para autorizar o uso do argumento de diferenças irrelevantes também de forma descritiva.

6. É apropriado assumir uma relação linear ou monótona entre as propriedades que tornam os casos maximamente distantes e a(s) outra(s) propriedade(s) relacionada(s) a eles?

7. Considerando o tipo de análise empírica planejada, o número de casos considerados e a distância mútua entre eles são adequados para afirmar a irrelevância das diferenças consideradas?

No caso do estudo de Powell, as respostas a todas essas questões críticas podem ser consideradas tentativamente positivas, embora o autor não as tematize explicitamente. Como eu disse antes, o estudo do sociólogo americano não foi enquadrado desde o início como um desenho de sistemas mais diferente, mas as afirmações que o autor faz sobre suas descobertas e o rico diálogo que ele manteve com as estruturas teóricas pertinentes autorizam minha leitura de *Getting Into Print*.

Quanto ao argumento de dupla hierarquia, as respostas às perguntas críticas devem ser consideradas como parte das premissas que sustentam a conclusão alcançada. Como parte do compromisso proposicional do proponente do argumento da diferença irrelevante, as respostas às perguntas críticas contribuem para delimitar a plausibilidade condicional do próprio argumento.

Para concluir esse esquema de argumentação, dois pontos parecem dignos de menção. O primeiro refere-se à maneira pela qual os resultados bem-sucedidos desse desenho da pesquisa podem ser interpretados. Podemos adotar diferentes registros, mais ou menos conservadores. No registro mais conservador, a homogeneidade observada entre os casos - no estudo de Powell, entre a Apple e a Plum Press - é lida como o sinal da irrelevância causal dos fatores que marcam a distância entre os casos observados. Nessa leitura - não secundada por Powell - não excluimos alguma heterogeneidade no processo de entrada em circulação no mercado acadêmico, mas excluimos que ela possa ser devido à escala ou ao grau de formalização das editoras. No registro menos conservador, a mesma homogeneidade é lida como evidência de uma profunda regularidade transcontextual. As evidências coletadas são consideradas suficientes para afirmar que se trata de uma característica constante das editoras acadêmicas. Nesse último registro, é possí-

vel perceber um uso aninhado do argumento da dupla hierarquia. Se não forem consideradas diferenças entre os dois casos extremos, com maior razão, essa homogeneidade nas práticas organizacionais caracterizará todas as editoras com características intermediárias entre os dois extremos¹⁴⁶. Esse último argumento, mais uma vez, implica uma suposição de linearidade cuja plausibilidade deve ser defendida.

O último ponto refere-se à eloquência do desenho dos sistemas mais diferente quando as diferenças que se espera que não existam são de fato observáveis. Quanto ao argumento da hierarquia dupla, se perdermos nossa aposta nos resultados esperados, a relevância de nossa pesquisa será profundamente enfraquecida. Se Powell observasse diferenças relevantes nos processos de tomada de decisão da Apple e da Plum, ele poderia simplesmente confirmar a conhecida relação entre as escalas da empresa e os processos organizacionais: nada de novo sob o céu. Portanto, assim como para o argumento da hierarquia dupla, a eloquência do argumento das diferenças irrelevantes depende dos resultados empíricos obtidos, com todas as armadilhas extraepistêmicas reconhecidas no desenho do caso crítico (consulte a Seção 4.2.1).

A etnografia realizada por Teresa Piro do Rio Caldeira sobre crime, medo e segregação em São Paulo (2000) pode ser enquadrada na concepção de sistema mais-diferente, embora a autora desse livro inovador não defina a concepção de pesquisa de seu trabalho dessa forma. Caldeira concentrou sua atenção em três áreas profundamente diferentes da cidade de São Paulo.

A primeira área onde fiz pesquisa foi a periferia criada por trabalhadores pobres com base na autoconstrução. A maior parte da minha pesquisa na periferia foi feita no Jardim das Camélias, no distrito de São Miguel Paulista, na região leste da cidade.

A segunda área na qual realizei trabalho de campo foi a Mooca, um bairro de classe média baixa próximo ao centro da cidade. A Mooca tornou-se uma parte importante de São Paulo na virada do século, quando se transformou num dos centros da primeira onda de industrialização da cidade. Embora sua paisagem ainda seja marcada pela presença de instalações industriais, o bair-

¹⁴⁶Essa leitura do estudo de Powell é coerente com a leitura mais autorizada desenvolvida por Jennifer Platt, que, sobre o *Getting Into Print*, escreveu: "Parece se basear no argumento a fortiori de que, se tais casos podem ser englobados pela mesma proposição geral, deve seguir-se que aqueles com outros valores (talvez menos extremos) na mesma variável também são abrangidos por ela" (Platt 1988: 16).

ro foi desindustrializado a partir dos anos 50, quando novas indústrias começaram a ser instaladas em outros municípios da região metropolitana ou na periferia. Os trabalhadores industriais que se instalaram na Mooca na virada do século eram imigrantes europeus, a maioria italianos, mas também espanhóis, portugueses e europeus do leste. A maioria de seus filhos nunca foram trabalhadores industriais. (...) De um lado, muitas casas grandes e antigas foram transformadas em cortiços. De outro lado, algumas áreas foram reurbanizadas por causa da construção da linha do metrô e estão passando por um processo de enobrecimento [*gentrification*]. Este é expresso na construção de apartamentos luxuosos e na instalação de um comércio mais sofisticado dirigido à porção mais rica da população que prefere não se mudar, ou a novos residentes também se mudando de outros bairros para lá. Todos esses processos estão gerando uma heterogeneidade social e uma tensão social desconhecidas anteriormente no bairro. Essa tensão está claramente expressa na fala do crime.

Finalmente, fiz pesquisas no Morumbi e em Alto de Pinheiros, bairros de classe média alta e alta. Até os anos 70, essas eram áreas de pouca população, muita área verde, grandes terrenos e casas imensas. A partir de meados dos anos 70, elas foram profundamente transformadas pela intensa construção de prédios de apartamentos, muitos seguindo o modelo de condomínio fechado. O Morumbi representa de forma mais clara o novo padrão de expansão urbana (...) Hoje muitas pessoas da classe alta que costumavam morar nos bairros centrais mudam-se para o Morumbi para viver em enclaves fortificados. O bairro também é socialmente mais heterogêneo que essas outras áreas tradicionais centrais, porque os enclaves ricos são situados ao lado de algumas das maiores favelas da cidade. Em consequência, o Morumbi expressa da maneira mais clara o novo padrão de segregação espacial da cidade. (Caldeira, Portuguese translation 2000: 15-16).

Essas três áreas são profundamente diferentes em termos de composição de classe e estrutura urbana, e Caldeira afirma que seu objetivo não era realizar uma etnografia dessas três áreas. Nas palavras de Caldeira, seu estudo é: “uma análise etnográfica de experiências de violência, da reprodução de desigualdade social e de segregação espacial do modo como são expressas em algumas

áreas e pelos moradores de São Paulo que vivem nelas". (Caldeira, tradução portuguesa 2000: 15).

No intrigante trabalho de Caldeira, podemos reconhecer outro nível comparativo que pode ser enquadrado - com alguma liberdade filológica - no desenho de sistemas mais diferentes. Caldeira escreveu sua etnografia, movendo-se entre São Paulo, onde nasceu e cresceu, e Los Angeles, onde fez seu doutorado, estudando a experiência do medo, do crime e da segregação. Tirar proveito de uma experiência singular de ver uma cidade, São Paulo ou Los Angeles, tendo a outra como pano de fundo, alimentou seus propósitos cognitivos mais ambiciosos de entender o processo mais amplo de transformação social da metrópole.

Embora São Paulo constitua o foco deste livro e a análise que apresento a seu respeito seja a mais detalhada possível, minha intenção não é salientar sua singularidade. Ao contrário, meu objetivo é entender e criticar processos mais amplos de transformação social e segregação que São Paulo exemplifica. Este livro é sobre São Paulo. Mas é também sobre Los Angeles, Miami e muitas outras regiões metropolitanas que estão adotando muros, separações e o policiamento de fronteiras como instrumentos para organizar diferenças no espaço urbano. Essas regiões são obviamente diferentes, mas a diferença não impede o uso de instrumentos semelhantes e repertórios comuns. Em outras palavras, embora este livro se concentre detalhadamente na análise da reprodução da desigualdade social e da segregação espacial em uma cidade — São Paulo —, ele identifica processos e instrumentos comuns a muitas delas. A combinação de medo da violência, reprodução de preconceitos, contestação de direitos, discriminação social e criação de novas fórmulas para manter grupos sociais separados certamente tem características específicas e perversas em São Paulo, mas ela também reflete processos sociais de mudança que estão ocorrendo em muitas cidades. Assim, a comparação com Los Angeles tem interesse teórico ao permitir ampliar o entendimento de processos de segregação espacial muito difundidos.

Agora, estamos deixando a megalópole considerada por Teresa Cladeira para chegar a um contexto mais tranquilo, uma pequena cidade norte-americana, palco do estudo de Carla Eastis sobre associações voluntárias.

4.2.3 O desenho dos sistemas mais semelhante: o argumento da diferença relevante

A ilustração do *desenho* do sistema mais semelhante e, por meio dele, do argumento da diferença relevante é confiada a dois estudos qualitativos interessantes, com diferentes níveis de complexidade de desenho. O primeiro estudo, com um desenho mais sóbrio, é uma etnografia comparativa focada em dois corais sediados em uma pequena cidade norte-americana. Carla Eastis realizou esse estudo para avaliar a solidez do que, nos anos 90, se tornou uma espécie de senso comum sociológico, segundo o qual quanto maior a participação em associações voluntárias, maior o nível de capital social e, conseqüentemente, o funcionamento das instituições democráticas (Eastis 1998: 66). A expectativa desse tipo de automatismo foi apoiada pela recepção simplificada da teoria do capital social de Robert Putnam, germinada em um estudo de associações voluntárias italianas (Putnam, Leonardi e Nanetti 1993). Para desafiar essa conjectura, Eastis comparou duas associações voluntárias muito semelhantes, ambas corais¹⁴⁷.

A escolha desse tipo de associação voluntária responde a requisitos teóricos específicos: são associações caracterizadas principalmente por vínculos horizontais que oferecem a seus membros ocasiões frequentes de interações face a face. Na teoria de Putnam, essas características são reconhecidas como particularmente eficazes na geração de capital social. As duas associações, semelhantes em sua localização e no tipo de atividade proposta, o canto coral, apresentaram diferenças relevantes que o autor enquadrado na teoria das contingências organizacionais. Eastis - anteriormente uma cantora de coral - acompanhou, em paralelo e por quatro meses, as atividades dos corais renomeados, para fins de confidencialidade, Collegium Musicum e Community Chorus. O Collegium Musicum era o conjunto do Departamento de Música, parte da universidade local pela qual era financiado. Dirigido por um acadêmico, o Collegium Musicum tinha 20 membros brancos, a maioria dos quais tinha alguma ligação com a universidade como alunos de pós-graduação, professores ou funcionários. O reper-

¹⁴⁷Eastis não estruturou seu estudo como um projeto de sistemas mais semelhantes, mas essa foi realmente a estrutura lógica de seu estudo, e o argumento das diferenças relevantes pode ser reconhecido como a essência de seu trabalho.

tório, preparado nos ensaios e executado sob a observação de Eastis, foi extraído de um compositor flamengo do século XV, com passagens em latim e francês. O *Community Chorus* era uma associação sem fins lucrativos fundada por uma rádio local em 1963, que se tornou economicamente independente oito anos depois, contando apenas com a capacidade de arrecadação de fundos de seus membros. O *Community Chorus* contava com 80 membros, com uma mistura de brancos, afro-americanos e hispânicos, unidos pelo amor ao canto, embora menos treinados em música em comparação com o coral acadêmico. O repertório desse coro mais popular tinha o tema "Broadway tonight!" (*Broadway, hoje a noite*, em uma tradução livre) e consistia em *medleys* e peças solo de musicais como *Camelot* e *Minha Bela Dama (My Fair Lady)*, executados exclusivamente em inglês (69).

Eastis concentrou sua análise em três dimensões teóricas, cruciais para a produção de capital social: i) os estilos de recrutamento dos membros do coral; ii) as normas e os valores construídos por meio da participação em atividades musicais; iii) o desenvolvimento pelos corais das habilidades organizacionais necessárias para manter vivas as associações voluntárias. Para cada uma das três dimensões consideradas, Eastis encontrou diferenças relevantes entre as duas associações voluntárias. Seus estilos de recrutamento foram profundamente diferentes. A área de influência do *Collegium Musicum* era estritamente limitada à universidade, onde buscava cantores experientes. O caso do *Community Chorus* - onde todos podem "vir e participar" (71) e onde não são exigidas competências específicas, como a capacidade de ler uma partitura musical à primeira vista - é diferente. As diferenças que separam os dois coros quanto às barreiras de acesso - altas para o *Collegium*, baixas para o *Chorus* - refletem-se na extensão e na natureza da rede de relações sociais ativadas pela participação na atividade artística. A rede é ampliada para o *Community Chorus* e limitada para os membros do *Collegium*. Quanto às normas e aos valores, Eastis, por meio da observação do processo de ensaio, reconheceu diferenças importantes na forma como os músicos avaliavam a capacidade relativa de seus colegas, com a oposição entre talento, ter um amplo alcance vocal, para o *Collegium*, e habilidade, ser capaz de ler uma partitura à primeira vista, para o *Community*. Também

surgiram diferenças no nível de envolvimento dos corais nos ensaios, com um alto e baixo comprometimento, respectivamente, para os membros do Collegium Musicum e do Community Chorus, e, portanto, com uma base diferente para a criação de cooperação e confiança entre os músicos. Com relação à última dimensão, a aquisição de habilidades organizacionais transferíveis para outros contextos que não o dos corais, Eastis detectou diferenças relevantes entre as duas associações voluntárias. O Community Chorus, por não ser financiado por nenhuma instituição pública, precisava arrecadar dinheiro para suas atividades, desenvolvendo, por meio do compromisso com atividades de arrecadação de fundos, habilidades organizacionais que, de acordo com Putnam, são as mais importantes para o desenvolvimento da cidadania ativa. Por serem financiados pela universidade local, os membros do Collegium Musicum não foram obrigados a tecer relações sociais para manter o coral vivo nem foram forçados a desenvolver habilidades organizacionais utilizáveis em um contexto social mais amplo.

Com base nesses resultados empíricos, Eastis concluiu que o impacto sobre o capital social e o funcionamento das instituições democráticas decorrente da participação em associações voluntárias não é nada homogêneo e que há diferenças relevantes nessa questão entre os dois coros. Algumas associações - mas não todas - promovem a ampliação das redes sociais; outras nutrem o enraizamento de valores entre seus adeptos, mas esses valores arraigados não necessariamente oferecem apoio às instituições democráticas ou promovem formas de cidadania ativa. Eastis concluiu:

As afirmações gerais sobre as consequências para a democracia americana que são obtidas a partir do exame das taxas de filiação em categorias amplas de associações voluntárias são, na melhor das hipóteses, simplistas. Na pior das hipóteses, elas nos distraem da base do debate: afinal, o que é capital social? (76)

O segundo estudo - mais sofisticado -, com o objetivo de ilustrar o argumento das diferenças relevantes, foi realizado mais recentemente, abordando uma questão não tão comum na pesquisa sociológica. A pesquisa, conduzida por Annegret Kuhn, uma aca-

dêmica de estudos globais e de área, parte de uma pergunta muito específica: “Por que, e por meio de quais mecanismos causais, a exploração de recursos naturais deve levar ao aumento da mobilização contenciosa de minorias étnicas?” (Kuhn 2018: 389). Para responder a essa pergunta, a acadêmica alemã recorreu explicitamente a um desenho de sistemas mais semelhante com base na comparação de três comunidades indígenas locais na Bolívia¹⁴⁸. O cenário do estudo foram as regiões periféricas da Bolívia com uma forte presença de minorias étnicas, uma área considerada “um excelente exemplo da tendência crescente de um novo extrativismo ou ‘boom extrativista’ na América Latina” (388). A Bolívia também é relevante por sua heterogeneidade étnica particular, devido à presença de 36 grupos étnicos diferentes (392). A extração de recursos naturais - gás natural, no caso em questão - frequentemente cria conflitos, ou pelo menos queixas, entre as comunidades residentes, que não compartilham com as empresas de extração os benefícios econômicos desse negócio.

A partir dos resultados de uma análise quantitativa de eventos de conflito em nível provincial, Kuhn selecionou três comunidades indígenas, com um perfil étnico, econômico e cultural muito semelhante, mas diferentes em relação a duas dimensões relevantes: a presença de uma usina de extração de gás e a expressão de queixa coletiva e mobilização social. O primeiro caso estudado foi a capitania - uma forma supramunicipal de organização indígena (405) - Yaku Igua do povo Guarani na província do Gran Chaco, denominada “caso Yaku Igua”¹⁴⁹. Na *capitania* de Yaku Igua funcionava a Planta de Separación de Líquidos de Gran Chaco (Planta de Gás de Gran Chaco), cuja construção desencadeou mobilizações sociais e conflitos étnicos que fizeram desse caso um “caso típico” (392) de mobilização social desencadeada pela exploração de recursos naturais. Esse caso central foi comparado com as comunidades Chiquitano - doravante, “caso Chiquitano” - onde não houve extração de gás natural, queixas sociais ou mobilização. O terceiro caso

¹⁴⁸Annegret Kuhn apresenta seu estudo como uma combinação de desenho e sistemas mais semelhantes e análise de casos desviantes (Kuhn 2018: 388). Na minha opinião, o desenho de pesquisa como um todo pode ser enquadrado como um desenho de sistemas mais semelhantes, com base em três casos. A leitura proposta do método que conduz essa pesquisa muito elegante a torna mais adequada para fins didáticos e, ao mesmo tempo, mostra de forma eloquente as vantagens de uma comparação baseada em mais de dois casos.

¹⁴⁹É interessante notar que as fronteiras do caso estudado foram definidas por Kuhn adotando as categorias espaciais da população nativa.

considerado é o dos membros da comunidade guarani do Consejo de Capitanes Guara de Chuquisaca, das províncias de Hernando Siles e da província vizinha de Luis Calvo, departamento de Chuquisaca (doravante “caso Monteagudo”) (393). O caso Monteagudo foi caracterizado pela presença de uma usina de extração de gás que não provocou reclamações e mobilização social. Para comparar os três casos, Kuhn realizou cerca de 130 “entrevistas semiestruturadas e padronizadas com membros da comunidade indígena” (393). Os perfis dos três casos, conforme emergiram das entrevistas, são ilustrados de forma esquemática - talvez muito didática - na figura a seguir (Figura 4.6).

As três primeiras propriedades da figura definem a semelhança entre os casos comparados: todos eram pequenas comunidades com uma presença relevante de minorias étnicas, localizadas em uma região periférica e caracterizadas por uma experiência histórica de um Estado fraco, não orientado para a defesa dos direitos das minorias. A quarta e a quinta propriedades definem o núcleo da análise causal, com foco na relação entre a exploração de recursos naturais e os conflitos sociais. As outras propriedades consideradas no estudo (de 6 a 12) foram usadas para explicar os processos ou mecanismos causais que poderiam explicar “como as coisas funcionam nesses contextos específicos” (Mason 2002: 1).

A comparação entre os três casos mostrou diferenças importantes, particularmente entre os casos de Yaku Igua e Montegauado, ambos caracterizados pela presença de uma usina de extração de gás natural, mas abordados de maneira muito diferente. Os casos Yaku Igua e Montegauado reclamaram das implicações econômicas da presença de uma usina de extração de gás, seja por causa das consequências diretas sobre o meio ambiente (Propriedade 6) ou por causa da exclusão das comunidades locais da riqueza associada à extração de recursos naturais (Propriedades 7, 8, 9). A comparação com o caso Chiquitano sobre o perfil econômico das três comunidades expressa claramente a ideia de um empobrecimento relativo associado à presença de uma usina de gás, na área de desemprego e posse de terra. O empobrecimento comum dos casos de Yaku Igua e Montegauado sugeriu que algo está faltando para desencadear a mobilização social no contexto de Montegauado. Para explicar a diferença persistente entre os casos Yaku Igua e Montegauado, Kuhn extraiu recursos

relevantes de duas estruturas teóricas diferentes: a abordagem de oportunidade, que considera os recursos organizacionais disponíveis, e o processo de enquadramento, que se concentra na atribuição de responsabilidade pelos danos reclamados (390). A partir dessas perspectivas, surgiram diferenças relevantes entre os casos de Yaku Igua e Montegaudó. A comunidade de Yaku Igua contava com recursos organizacionais apropriados e um processo de enquadramento que atribuía as responsabilidades da pobreza e da degradação ambiental a um “governo que discriminava o povo guarani” (398).

Propriedades	Casos		
	Yaku Igua	Chiquitano	Montegaudó
1. Comunidade pequena com uma presença relevante de minorias étnicas	Sim	Sim	Sim
2. Região periférica	Sim	Sim	Sim
3. Experiência histórica de um estado fraco	Sim	Sim	Sim
4. Extração de gás natural	Sim	Não	Sim
5. Conflitos e mobilização social	Sim	Não	Não
6. Queixas por degradação ambiental	Sim	Não se aplica	Sim
7. Presença de reclamações coletivas por falta de infraestrutura geral para moradia e fornecimento adequado de eletricidade e água	Sim	Sim	Sim
8. Reclamações por desemprego	Sim	Não	Sim
9. Queixas por falta de posse de terra	Sim	Não	Sim
10. Capacidades organizacionais de organizações indígenas e líderes	Forte	Fraco	Fraco
11. Enquadramento da extração de recursos naturais	Implicando discriminação por parte do governo	Não se aplica	Não enquadrado de forma crítica
12. Experiência anterior de servidão/trabalho forçado	Não	Não	Sim

Figura 4.6 Perfil dos três casos comparados no estudo de Kuhn sobre Mobilização étnica contra a extração de recursos

Nem recursos organizacionais fortes nem uma estrutura interpretativa crítica estavam presentes nos discursos dos membros da comunidade indígena em Montegudo. O ensaio de Kuhn dá mais um passo em direção à explicação das diferenças entre os casos de Yaku Igua e Montegudo, talvez em um momento abduativo.

Surpresa com a ausência de mobilização social contra a usina de gás em Montegudo, Kuhn direcionou seu olhar para a história passada da comunidade. Em minha leitura, os resultados podem ser explicados com a teoria de Stouffer da privação relativa, desenvolvida de forma mais analítica por Walter Garrison Runciman em seu trabalho *Relative Deprivation and Social Justice* (1967)¹⁵⁰. A essência do argumento desenvolvido por Runciman é que a experiência de privação relativa está relacionada ao grupo de referência que cada indivíduo adota. No caso de Montegudo, os membros da comunidade compararam sua situação com a de seus ancestrais subjugados pela servidão e pelo trabalho forçado, que já não sobreviviam. Adotando seus ancestrais como “grupo de referência”, os membros da comunidade de Montegudo consideraram suas condições de vida atuais suficientemente boas ou, pelo menos, não autorizavam a mobilização social. Sobre esse último ponto, as palavras de Kuhn são eloquentes.

Pode-se supor que essa questão da servidão, por um lado, contribui para explicar a capacidade organizacional menos poderosa das comunidades e representantes guaranis no caso de Montegudo: essas comunidades tiveram menos tempo para construir estruturas organizacionais fortes e reunir experiências de liderança, pois o desenvolvimento dessas capacidades organizacionais locais foi substancialmente prejudicado pelo fenômeno do trabalho forçado. Por outro lado, a memória coletiva dos períodos de trabalho forçado aparentemente também influenciou a perspectiva que os indígenas locais têm sobre sua própria situação e sobre o governo de Evo Morales por fazer algo a respeito dessas condições de vida adversas. (400)

Os resultados do estudo de Kuhn esboçam uma teia de relações que conectam a extração de gás natural e o surgimento da mobilização coletiva de minorias étnicas, na qual as condições de vida, os recursos organizacionais e a estrutura cultural desempe-

nham um papel específico cuja definição foi possível por meio de observação atenta.

O principal objetivo do desenho do sistemas mais semelhante é desafiar a plausibilidade da relação - identificada por meio de uma sensibilidade teórica específica - entre duas ou mais propriedades. No estudo de Eastis, a relação cuja plausibilidade é questionada assume uma forma determinística e conecta a disseminação de associações voluntárias com a produção de capital social. No estudo de Kuhn, a relação confrontada associa a exploração de recursos naturais com o desenvolvimento da mobilização contenciosa de minorias étnicas. O escopo do argumento das diferenças relevantes, portanto, não se limita a afirmar uma alegação contra-analógica (consulte a Seção 3.3), sustentando que nem todos os casos que compartilham algumas semelhanças familiares mais ou menos próximas também compartilham um estado específico em uma propriedade no centro do raciocínio analógico. Em outras palavras, o escopo do argumento da diferença relevante não se restringe à falsificação de uma afirmação - no sentido de Popper - por meio da produção de "afirmações estritamente ou puramente existenciais" (Popper 1934, tradução portuguesa 2013) como "existe uma associação voluntária que não produz capital social", o que autoriza afirmar que "nem todas as associações voluntárias produzem capital social". Aplicada ao contexto da pesquisa qualitativa, que tem em seu DNA a focalização nos detalhes, a aplicação do argumento da diferença relevante implica a elucidação dos mecanismos sociais que ora associam ora separam as causas dos efeitos, como, por exemplo, a extração de gás natural e a mobilização de minorias étnicas.

O que torna os casos selecionados ricos em informações é, mais uma vez (veja as Seções 4.2.1 e 4.2.2), a solidez da estrutura teórica constitutiva do espaço de propriedades no qual os casos comparados aparecem como mais semelhantes. A teoria a ser desafiada com o argumento das diferenças relevantes deve ser sólida porque é de sua plausibilidade que deriva a relevância dos resultados obtidos. Ao adotar esse tipo de desenho da pesquisa, temos que prestar atenção especial para evitar a chamada "falácia do homem de palha" (ou falácia do espantalho), evitando desafiar uma afirmação que tenha algumas semelhanças com nosso alvo polê-

mico, mas que seja consideravelmente mais fraca¹⁵¹. Kuhn teria caído nessa falácia se, para atacar a tese que vincula a exploração de recursos naturais à mobilização étnica, ela tivesse expressado a reação das comunidades somente por meio de ações rotuladas como terroristas. Assim como na concepção de caso crítico e na concepção de sistema mais diferente, também na concepção de sistemas mais semelhantes, quem a escolhe aposta em um resultado específico, nesse caso, na heterogeneidade de uma propriedade relevante entre os casos comparados. Eastis apostou na capacidade diferente dos dois corais de produzir capital social. Kuhn apostou na diferente propensão dos casos comparados de reagir às suas condições de vida ruins com mobilização social.

A plausibilidade do argumento de conclusões de diferenças relevantes se baseia em algumas suposições específicas que devem ser consideradas parte dos compromissos proposicionais que definem o esboço da plausibilidade condicional (consulte a Seção 3.2) da extensão do escopo dos resultados da pesquisa. A extensão do escopo dos resultados obtidos - mais uma vez - é plausível se a alegação da relevância dos critérios adotados para a seleção de casos for adequadamente defendida. Mais especificamente, temos de assumir e defender a relevância das propriedades que tornam os casos estudados maximamente semelhantes para a propriedade causalmente conectada a eles. No estudo de Eastis, esse esforço significa manter que as características sociais de uma associação musical voluntária, como um coral, podem autorizar a expectativa de uma alta produção de capital social. Para isso, Eastis destaca que os corais são associações caracterizadas principalmente por vínculos horizontais que oferecem a seus membros ocasiões frequentes de interações face a face e que essa característica parece suficientemente promissora para a produção de capital social.

Entre as premissas que delimitam as condições de assertibilidade dos resultados obtidos, deve ser incluída aquela que, com boas razões, exclui que a heterogeneidade observada deva ser atribuída à intervenção de algumas propriedades hipotéticas não consideradas no desenho. No estudo de Kuhn, precisamos de boas razões para excluir que a heterogeneidade observada se deva não à propriedade observada, mas a outra responsável, por assim

¹⁵¹A falácia do homem de palha ocorre quando a posição de um argumentador é deturpada, sendo citada erroneamente, exagerada ou distorcida de outra forma, e então essa versão incorreta é usada para atacar seu argumento e tentar refutá-lo" (Walton 2008: 21).

dizer, pela supressão da homogeneidade. Essa propriedade não observada pode ser a ocorrência de um acidente de trabalho grave ou fatal em uma das comunidades estudadas (talvez a Comunidade Iaku Iguá), sem a qual (raciocínio contrafactual) não teríamos observado a heterogeneidade entre os casos comparados. Para focar em todos esses aspectos de nosso raciocínio, cinco perguntas críticas podem ajudar:

1. Há boas razões para supor uma relação próxima entre as propriedades que definem o caso considerado como maximamente semelhante e a propriedade relacionada a elas?¹⁵²
2. As propriedades selecionadas para marcar os casos estudados como maximamente semelhantes são aquelas que plausivelmente têm um impacto causal relevante sobre a propriedade na qual concentramos nossa atenção? Especificamente, é plausível supor que as propriedades nas quais os casos estudados são maximamente semelhantes estão entre aquelas que têm o maior impacto causal sobre a propriedade que apostamos ter valores diferentes nos casos estudados?
3. Podemos excluir razoavelmente a possibilidade de que outras propriedades (não consideradas no desenho da pesquisa) tenham um alto impacto causal sobre a propriedade (ou propriedades) que esperamos com diferentes estados ao longo dos casos estudados?
4. Os casos estudados são realmente semelhantes ao máximo ao espaço de propriedade estabelecido para o desenho da pesquisa em questão?
5. Considerando o tipo de análise empírica planejada, o número de casos considerados e o grau de similaridade entre eles são adequados para fazer afirmações sobre a diferença persistente entre eles?

Tanto para o estudo de Eastis quanto para o de Kuhn, as respostas a todas essas perguntas críticas podem ser considera-

¹⁵²A relação considerada na questão crítica 1 deve ser testada contra a falácia do homem de palha.

das positivas, embora os autores não as tematizem explicitamente¹⁵³. Quanto aos argumentos apresentados anteriormente, as respostas às perguntas críticas devem ser consideradas como parte das premissas que sustentam a conclusão alcançada. Como parte do compromisso proposicional do proponente do argumento a partir da diferença relevante, as respostas às perguntas críticas contribuem para delimitar a plausibilidade condicional do próprio argumento.

De forma análoga ao esquema de argumentação anterior, também para o argumento da diferença relevante, sua eloquência está relacionada aos resultados obtidos, ou seja, ao resultado da aposta. Se Eastis e Kuhn tivessem perdido suas apostas por não documentarem nenhuma diferença relevante entre os casos comparados, os valores agregados de sua contribuição seriam profundamente reduzidos. Essa assimetria entre a eloquência dos dois possíveis resultados do estudo - encontrar ou não encontrar diferenças entre os casos estudados - recria todas as armadilhas extraepistêmicas reconhecidas no desenho de casos críticos (consulte a Seção 4.2.1).

4.2.4 Desenho de casos extremos: o argumento da alteridade radical

O clássico e controverso trabalho de Garfinkel sobre Agnes, *Passing and the Managed Achievement of Sex Status in an "Intersexed" Person* (Garfinkel 1967, tradução para o português 2018: Capítulo 5), pode ser usado com eficácia para ilustrar a concepção de caso extremo. Harold Garfinkel conheceu Agnes no Departamento de Psiquiatria da Universidade da Califórnia em Los Angeles, em outubro de 1958. Agnes era uma garota de 19 anos criada como menino até os dezessete anos, mas, quando foi entrevistada, sua aparên-

¹⁵³Comparando as perguntas críticas desenvolvidas a partir do desenho dos sistemas mais diferentes e do desenho dos sistemas mais semelhantes, podemos perceber que esses dois desenhos não são perfeitamente especulares. As perguntas críticas 5 e 6 desenvolvidas para os desenhos dos sistemas mais diferentes não têm um equivalente no desenho dos sistemas mais semelhantes. A questão da estabilidade intercontextual do mecanismo causal (questão crítica 5 para o modelo dos sistemas mais diferentes), no modelo dos sistemas mais semelhantes, é controlada pela semelhança dos casos comparados. A suposição de linearidade para o desenho do sistema mais semelhante é desnecessária. Nesse último desenho (desenho de sistemas mais semelhantes), o argumento a fortiori não é usado porque é bastante óbvio afirmar que, se os casos semelhantes são diferentes, os casos menos semelhantes serão ainda mais diferentes.

cia “era convincentemente feminina” (Garfinkel 2018: 19). Apesar de seu aspecto feminino, Agnes tinha a genitália externa normal de um homem e conseguiu se passar por uma pessoa intersexo para realizar seu sonho de se tornar uma “mulher natural, normal” por meio de uma operação cirúrgica (Ibidem: 196). Ela queria “uma operação feita por pessoas competentes a um custo mínimo ou nulo” (Ibidem: 227), remunerando a equipe de pesquisa envolvida com sua disposição de participar de um estudo sobre sua condição biológica incomum e sua trajetória biográfica. Garfinkel fez parte da equipe de pesquisa com alguns psiquiatras e realizou uma longa entrevista gravada, com duração de 35 horas, que serviu de base para sua contribuição seminal.

O aspecto controverso do estudo de Agnes surgiu oito anos após a conclusão da pesquisa, com a publicação de suas principais descobertas no Capítulo 5 de *Studies in Ethnomethodology*. No Apêndice do livro, Garfinkel revelou uma reviravolta final na já fascinante história de Agnes.

Em fevereiro de 1967, enquanto o presente volume estava sendo impresso, eu soube por intermédio de meu colaborador Robert J. Stoller, doutor em Medicina, que Agnes lhe tinha revelado em outubro de 1966 que ela não era um indivíduo do sexo masculino com anomalia biológica (Ibidem: 247).

No Apêndice, lendo uma longa citação de um livro publicado por Stoller, ficamos sabendo que Agnes tomava estrogênios desde os 12 anos de idade, roubando os medicamentos da mãe (a mãe estava se recuperando de uma pan-histerectomia) e continuando dessa forma, comprando as pílulas na farmácia, dizendo ao farmacêutico que estava pegando o hormônio para a mãe e pagando com o dinheiro roubado da bolsa da mãe (Ibidem 247-49). Essa revelação, que mudou o status de Agnes de intersexual para transgênero, provocou diversas reações em nossa comunidade de pesquisa. A mais crítica foi a de James Coleman, que sustentou que o ensaio de Garfinkel era uma “decepção colossal” (Coleman 1968: 128) que atesta “não apenas um desastre etnometodológico em si, mas também uma evidência das inadequações mais gerais da etnometodologia” (129). Tendo optado por ilustrar o projeto de caso

extremo com o estudo de Garfinkel, minha visão dessa contribuição não é semelhante à de Coleman. A reviravolta final na história de Agnes dá mais força à ideia principal do ensaio de Garfinkel, que é a realização gerenciada do gênero como um processo social interativo, que é a essência do ensaio - analisado aqui - do fundador da etnometodologia. A capacidade de Agnes de desempenhar o papel de gênero que buscava foi tão eficiente que persuadiu os próprios pesquisadores, mostrando também a dimensão interativa da “realização gerenciada do gênero” (Stryker e Whittle 2006: 58).

Por meio de sua longa entrevista com Agnes, de novembro de 1958 a agosto de 1959, antes e depois da operação cirúrgica, Garfinkel dirige sua atenção para o processo com o qual Agnes criou sua identidade de uma mulher natural e normal, aprendendo a ser competente como uma pessoa do sexo feminino, “a agir como uma garota” (Garfinkel 1967, tradução portuguesa 2018: 216). Na análise de Garfinkel, Agnes desempenha o papel da figura do estrangeiro de Schütz (Sassatelli 2007: 14). A definição de Schütz da figura do estrangeiro se encaixa perfeitamente com a *dramatis personae*, com a personagem de Agnes.

Para nossos propósitos atuais, o termo “estrangeiro” significa um indivíduo adulto de nossa época e civilização que tenta ser permanentemente aceito ou, pelo menos, tolerado pelo grupo do qual se aproxima (Schütz 1964: 91).

Agnes era uma pessoa adulta que tentou ser permanentemente aceita como uma mulher natural e normal - antes do ponto de virada biográfico da operação cirúrgica, apesar de sua genitália masculina, e depois da operação cirúrgica, apesar de sua vagina artificial. A alteridade cultural do estrangeiro, plasticamente representada pelo personagem do príncipe Usbek de Montesquieu, permite que ele/ela “coloque em questão quase tudo que parece ser inquestionável para os membros do grupo abordado” (96)¹⁵⁴. Gar-

¹⁵⁴O príncipe Usbek foi o autor do epistolário imaginário *Persian Letters*, publicado por Montesquieu em 1721. Montesquieu usou um expediente narrativo eficaz que consiste em imaginar um príncipe persa na Paris do século XVIII, cuja alteridade lhe permite compreender os aspectos da cultura francesa escondidos sob a superfície da vida cotidiana. Usbek constitui uma hipérbole da figura do estrangeiro de Schütz, capaz, por sua radical estranheza à cultura francesa, de perceber o que os “nativos” tomam como certo. Em meu manual anterior de pesquisa qualitativa em português, *Manual de pesquisa qualitativa. A contribuição da teoria de argumentação*, usei o personagem Usbek como um truque, no sentido de Howard Becker, para guiar o olhar etnográfico durante o trabalho de campo. Sobre esse e outros “truques do ofício”, consulte Cardano (2017: 136-146).

finkel definiu Agnes como uma “metodóloga prática” (Garfinkel 1967, tradução portuguesa 2018: 243), tornando observável o que normalmente não é questionado: a naturalidade do sexo e do gênero.

As práticas de Agnes conferem às mostras de sexualidade normal em atividades cotidianas uma “perspectiva por incongruência”. Elas fazem isso tornando observável *que e como* a sexualidade normal é realizada através de mostras testemunháveis de conversa e conduta, como processos duráveis de reconhecimento prático, que são realizados em ocasiões singulares e particulares como uma questão de fato, com o uso por parte dos membros de contexto “vistos, mas não notados” de eventos corriqueiros, e tais que a questão situada: “Que tipo de fenômeno é a sexualidade normal?” - a questão de um membro - acompanha aquela realização como seu aspecto reflexivo, reflexividade que o membro usa, da qual depende, e a qual glosa, para avaliar e demonstrar a adequação racional, para todos os fins práticos, da questão indexical e de suas respostas indexais (Garfinkel 1967, tradução portuguesa 2018: 243).

O estudo de Garfinkel ilustra um dos usos mais sofisticados do desenho de caso extremo, que consiste em reconhecer as regras que regem os fenômenos sociais por meio da análise de sua manifesta violação. Por meio desse desenho de pesquisa, estando ciente de todas as armadilhas epistêmicas - bem ilustradas por Garfinkel - que ele implica, é possível ver o mundo de outra forma, caminhar prudentemente com outros sapatos para adivinhar o que isso pode significar. Não é preciso dizer que a eloquência de um caso extremo ou desviante não depende da representatividade de todo o conjunto de casos em que o foco está concentrado. Agnes é tudo menos uma “pessoa normal” (obviamente, não em um sentido pejorativo), mas é sua alteridade radical que permite reconhecer as características da “concepção natural relativa do mundo” (Schütz 1964: 228).

Outro uso menos sofisticado do argumento da alteridade radical baseia-se na afirmação de que a expressão extrema descrita existe de fato. Nas palavras de Jennifer Platt:

Um único caso pode, sem dúvida, demonstrar que suas características são possíveis e, portanto, também podem existir em outros casos e, mesmo que não existam, devem ser levadas em consideração na formulação de uma proposição geral (Platt 1988: 11)

Esse é, por exemplo, o objetivo do estudo de Fredrik Sivertsson e Christoffer Carlsson em uma amostra de delinquentes juvenis focada em pessoas que, tendo chegado à idade adulta, não apresentavam um risco criminal claro (Sivertsson e Carlsson 2015). Esse uso de casos extremos ou desviantes (no caso de Sivertsson e Carlsson, os desviantes foram aqueles que renunciaram ao ser desviante) não leva ao objetivo positivista de falsificar uma teoria, mas, mais modestamente, de articular seu conteúdo para se adequar melhor às novas evidências - desviantes. Nas palavras de estudiosos suecos: “uma análise de caso desviante não invalida necessariamente as teorias, mas pode exigir maior atenção às contingências e aos efeitos condicionais” (391).

Assim como no projeto de seleção de casos anterior, o baseado no caso extremo ou desviante também é sustentado por um conjunto de suposições relacionadas à condição de extremo atribuída ao caso ou casos observados. Essas suposições podem ser esclarecidas por meio de um conjunto de perguntas críticas no caso em questão:

1. As propriedades que definem o espaço no qual o caso observado ocupa uma posição extrema são teórica ou pragmaticamente relevantes?
2. Há boas razões para excluir a possibilidade de que a alteridade do caso estudado seja fortuita ou transitória?
3. A diversidade do caso estudado oferece uma boa chave interpretativa ou explicativa para o funcionamento comum das coisas (a questão crítica do “ estrangeiro” de Schütz)?
4. A simples declaração da existência do caso habitado pela alteridade radical observada pode oferecer uma contribuição teórica ou pragmática?

Para empregar de forma plausível o argumento da alteridade radical, devemos responder “sim” às duas primeiras perguntas críticas e novamente “sim” à terceira - a pergunta crítica do “estranho” de Schütz - ou pelo menos à quarta. As respostas a essas perguntas críticas tornam-se parte de nosso compromisso proposicional e delimitam as condições de assertibilidade de nossas afirmações.

Os quatro desenhos de pesquisa e os argumentos ligados a eles apresentados aqui (Seções 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4) são os que - pelo menos em meu conhecimento - garantem o mais alto nível de eloquência, com base nos casos mais ricos em informações. Nem sempre é possível enquadrar nossa pesquisa em um desses esquemas argumentativos, mas, quando isso não for possível, a ideia geral expressa nesses desenhos pode ser preservada com o uso de outra ferramenta argumentativa, o argumento proléptico (Walton 2009). Como já foi dito na Seção 3.2, no argumento proléptico, as sequências de movimentos dialéticos constitutivas de um diálogo persuasivo são avançadas por apenas um interlocutor, que faz uma afirmação, considera as possíveis objeções a ela e reformula seu raciocínio para neutralizar as objeções consideradas.

Um primeiro exemplo do uso da argumentação proléptica na área de seleção de casos foi apresentado anteriormente, por meio da descrição da seleção de enfermeiras a serem entrevistadas no estudo de enfermarias psiquiátricas. Na seção seguinte, um novo exemplo será proposto, adotando, no estilo de exposição, a postura dialética própria da argumentação proléptica, a do diálogo.

4.2.5 Seleção de casos por meio de argumentação proléptica

Para ilustrar essa estratégia de amostragem, usarei um de meus trabalhos recentes, também na área da alteridade, mas, nesse caso, a alteridade analisada não é a da loucura, mas a dos Novos Movimentos Religiosos (doravante NMRs). Esse estudo, realizado com meu colega Nicola Pannofino, tem como objetivo analisar um aspecto do comportamento religioso que permaneceu nas sombras, tanto na literatura científica quanto no discurso público: a desconversão dos NMRs (Cardano e Pannofino 2015)¹⁵⁵.

¹⁵⁵A monografia que ilustra os principais resultados de nosso estudo sobre a desconversão de NMRs foi publicada em italiano, mas uma boa síntese da pesquisa pode ser encontrada em dois artigos publicados posteriormente em inglês: Pannofino e Cardano (2017); Cardano e Pannofino (2018).

A ideia de pesquisar a desconversão surgiu após a publicação de um panfleto crítico escrito por alguns ex-membros da comunidade espiritual de Damanhur - um dos casos estudados para minha tese de doutorado. Os autores desse livro de edição limitada, intitulado *Damanhur alla rovescia (Damanhur de cabeça para baixo)*, pediram que eu o lesse e expressasse uma opinião especializada. O livro era composto de uma seleção de postagens publicadas em dois fóruns anticultos on-line e retrata uma imagem muito crítica da comunidade espiritual. A solicitação de minha opinião sobre o livro estava entrelaçada com um convite indireto para realizar um estudo científico sobre sua experiência de deixar Damanhur e, conseqüentemente, apresentar suas queixas contra o líder da comunidade. Tendo a garantia da colaboração de meu colega para esse empreendimento, concordei com o projeto de um estudo sobre a desconversão de Damanhur, mas sem prometer uma representação partidária. Contando com a ajuda de ex-membros da comunidade (alguns dos quais eu havia conhecido cerca de 20 anos antes, durante a preparação da minha tese de doutorado), Nicola Pannofino e eu planejamos realizar entrevistas em profundidade com uma amostra eloquente de “pequenos apóstatas” (Cardano e Pannifono 2015: 7, 9-11). Pannofino e eu reconhecemos a relevância teórica do estudo das trajetórias biográficas de indivíduos que passaram por dois pontos de virada dramáticos em suas vidas: a conversão a uma organização religiosa não convencional e, depois de algum tempo, a desconversão dela. Duas vezes em suas vidas, essas pessoas nadaram contra uma corrente muito forte, o que torna suas histórias particularmente interessantes. Depois de obter a cooperação dos ex-membros da Damanhur, percebemos imediatamente - com a ajuda parcial do conselho do editor da editora com a qual planejávamos publicar nosso livro incipiente - que precisávamos de outros casos de pessoas que deixaram a organização para comparar com os da Damanhur. O projeto final da pesquisa baseou-se na comparação de quatro NMRs que identificamos por meio de um caminho cognitivo que pode ser enquadrado no diálogo a seguir, ilustrando a estrutura lógica de um procedimento de seleção de casos com base na argumentação proléptica. O diálogo representado na Figura 4.7 pode ser lido como um confronto dialético entre os dois autores (Nicola Pannofino e eu), no papel de *proponente*

(como um homem só) e uma hipotética expressão crítica e reflexiva da “comunidade de investigação” (Tavory e Timmermans 2014: Capítulo 7), no papel de *respondente*, perante o qual pretendíamos defender os resultados da pesquisa que planejávamos adquirir.

Proponente	É difícil chegar aos apóstatas dispostos a cooperar com a pesquisa social, portanto, pretendo entrevistar todos os ex-crentes que eu puder alcançar. A população de apóstatas é uma população oculta, para a qual a melhor solução é usar uma amostra de conveniência.
Respondente	O procedimento de amostragem que você sugere tem, sem dúvida, a qualidade da viabilidade, mas para se ter uma ideia melhor da experiência de desconversão, é importante considerar o tipo de culto do qual os ex-crentes provêm. Seguindo a lição weberiana, é importante considerar as atitudes em relação ao mundo, especialmente o grau de rejeição do mundo.
Proponente	Entendo seu ponto de vista, a teoria é importante! Vou reprojeter a amostra considerando a questão do grau de rejeição do mundo, embora, no momento, eu não tenha uma ideia muito clara de como.
Respondente	Um bom começo, mas ao analisar a saída das organizações religiosas, você não acha que é preciso prestar atenção à organização interna dos cultos?
Proponente	Entendo, mas você não acha que essas informações podem surgir do campo?
Respondente	Isso é possível, mas acho que há pesquisas suficientes sobre esse tópico para obter a heterogeneidade necessária com antecedência.
Proponente	Então me diga como.
Respondente	Uma característica interessante dos NMRs é a presença de uma estrutura iniciática em sua organização. Alguns cultos, por exemplo, o Damanhur, que você bem conhece, distinguem diferentes níveis espirituais que representam o grau de participação dos devotos no conhecimento da salvação e seu poder mais material na organização.
Proponente	Isso parece relevante. Tenho duas propriedades, como resistir à tentação de cruzá-las. Isso significa considerar quatro tipos de NMRs: um alto grau de separação do mundo com uma estrutura iniciática; um alto grau de separação do mundo sem estrutura iniciática; um baixo grau de separação do mundo com uma estrutura iniciática; e um baixo grau de separação do mundo sem uma estrutura iniciática. Essa é a fórmula para a amostra perfeita!
Respondente	Isso parece bom, mas até agora você só considerou os atributos formais das NMRs. Você não acha que o conteúdo da doutrina é importante?
Proponente	Ok, que dor de cabeça, vou considerar também a doutrina, concentrando-me na divisão mais relevante entre as NMRs, as inspiradas pelas doutrinas orientais e as inspiradas pelas doutrinas ocidentais.
Respondente	Essa dicotomia talvez funcione para as principais Igrejas (embora eu tenha algumas dúvidas também nessa área), mas com certeza não funciona para as NMRs, onde temos uma heterogeneidade mais ampla. Uma olhada nas teorias mais recentes sobre NMRs pode ser um bom remédio.

Proponente	Novamente a teoria! Diga-me o que você tem em sua mente.
Respondente	Entre as classificações mais convincentes de NMRs, as propostas por Lorne Dawson e Steven Tipton parecem ser as mais adequadas para o estudo que você planeja realizar. Esses estudiosos usam critérios diferentes para classificar as NMRs, mas, procurando os pontos em comum entre essas duas propostas autorizadas, podemos distinguir quatro campos doutrinários: Grupos neo-orientais, movimentos de potencial humano, grupos cristãos conservadores e grupos mágico-esotéricos ¹⁵⁶ .
Proponente	Então, no final, você propôs três critérios, sem dizer nada sobre como combiná-los. Você tem alguma ideia sobre esse ponto?
Respondente	O que me parece mais adequado é uma ordem hierárquica, com a qual damos prioridade aos critérios formais e depois procuramos a heterogeneidade doutrinária no padrão formal.
Proponente	Ok, entendo seu ponto de vista, dê uma olhada neste modelo de amostra final e me diga se ele é adequado para você. Se não for, acho que terei de abandonar essa seita de teoria da argumentação!

Figura 4.7 Projeto de amostra para um estudo sobre NMRs. Um exemplo de aplicação de argumentação proléptica

O desenho da amostra definido por meio desse confronto exaustivo é ilustrado na figura a seguir (Figura 4.8) e leva à identificação de quatro NMRs. Para cada uma das quatro configurações formais definidas pela combinação das duas dicotomias (alta vs. baixa rejeição do mundo; presença vs. ausência de uma estrutura iniciática), foi identificado um NMR com a obrigação de representar os quatro tipos de orientação doutrinária. O que obtivemos não foi um microcosmo do campo das NMRs, mas uma versão reduzida da sinédoque, em que a parte estudada *não pretende* representar o todo, mas falar - possivelmente de forma eloquente - sobre alguns aspectos relevantes do fenômeno estudado¹⁵⁷. A seleção de casos guiada pela argumentação proléptica compartilha com os desenhos propostos anteriormente a atribuição de um papel decisivo na teoria que define o espaço de propriedade no qual os casos são posicionados. É por meio da teoria que nos comprometemos com a atribuição de relevância às dimensões que constituem o espaço

¹⁵⁶As classificações dos NMRs evocados no diálogo podem ser encontradas em Dawson (1998) e Tipton (1982).

¹⁵⁷Para uma descrição mais analítica da seleção de nossos casos, consulte Cardano e Pannofino (2015: 19-22).

de propriedade definido. As escolhas teóricas no caso em questão, a consideração como critérios de relevância do grau de rejeição do mundo, a presença de uma estrutura iniciática e a divisão das propostas doutrinárias nas quatro famílias servem para a aquisição do maior “potencial de comparação” (Barbour 2007: 53) possível.



Figura 4.8 Desenho de amostra para o estudo da desconversão dos Novos Movimentos Religiosos Italianos

Enquanto isso, as escolhas teóricas que defendem a relevância dos critérios adotados consistem em compromissos proposicionais que delimitam as condições de assertibilidade de nossas afirmações sobre a saída de NMRs em um significado mais amplo. As escolhas teóricas que orientam a seleção de casos definem a “área de autenticidade” (Topolski 1977: 434) do material empírico adquirido. Elas definem o conjunto de perguntas que podem ser dirigidas aos casos observados, esperando receber uma resposta plausível. Aqui a regra é expressa pela última frase do *Tractatus* de Wittgenstein, lida com alguma liberdade filológica: “Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar.” (Wittgenstein 1921, tradução portuguesa 2001: 281). Isso significa que, no caso dos NMRs, se para a definição do espaço de propriedade que confere relevância ao caso selecionado não considerarmos as dimensões teóricas relacionadas, por exemplo, à contiguidade política dos NMRs, ou à

relação com as religiões hegemônicas, devemos ignorar em silêncio o impacto desses aspectos no abandono de um, NMR. O último ponto expressa - espero que claramente - a ideia de plausibilidade condicional, uma plausibilidade condicionada pela relevância dos critérios teóricos adotados na seleção de casos para garantir uma visão válida do fenômeno estudado.

Nesse tipo de raciocínio argumentativo, as funções desempenhadas pela pergunta crítica são realizadas pelas intervenções dialéticas do respondente. O respondente, por assim dizer, desempenha o papel de advogado do diabo, criticando a alegação do proponente e convidando-o a pensar de outra forma sobre as questões abordadas.

Depois de defender a relevância da questão de pesquisa e a eloquência dos contextos empíricos selecionados, o que falta para concluir o tópico do desenho da pesquisa é a defesa da adequação do caminho metodológico planejado, ao qual a próxima seção é dedicada.

4.3 Defesa da adequação do método

A defesa da adequação do caminho metodológico passa por todas as fases da pesquisa qualitativa. É, por assim dizer, uma sinfonia em quatro movimentos: i) planejamento (parte da definição do desenho da pesquisa); ii) campo; iii) análise de dados; iv) reconstrução do percurso metodológico seguido (parte do processo de textualização). Em cada um dos quatro movimentos, a defesa da adequação do método assume uma forma específica e é acionada por diferentes figuras dialéticas: a comunidade de pesquisa para o primeiro e o último movimentos; os participantes para o segundo e o terceiro movimentos. Nesta seção, vou me concentrar no primeiro movimento, o de planejar o caminho metodológico, deixando a discussão do último movimento, o de reconstrução, para o capítulo final do livro. No meio, entre o primeiro e o último movimento, o que acontece exige a presença de duas linhas argumentativas diferentes relacionadas ao *antes* e ao *depois* da imersão na vida dos participantes. Conforme apontado nos capítulos anteriores, uma das características distintivas da pesquisa qualitativa, a sensibili-

dade ao contexto, encontra sua expressão mais ampla durante as fases de campo e de análise de dados. Assim, nessas fases, observamos o ritmo do método para os estudos de contexto empírico, primeiro em sua expressão de carne e osso, depois em suas representações em um conjunto heteróclito de textos¹⁵⁸. A abertura da pesquisa qualitativa implica que a defesa da adequação do método pode atingir, por assim dizer, sua maturidade total somente quando decidimos concluir nosso trabalho para ser submetido à avaliação de nossos colegas (ou tutores para estudantes). É quando tudo tiver sido feito que poderemos dar a última pincelada em nossa representação de suas vidas. Esse último discurso sobre o caminho metodológico seguido responde à necessidade de prestação de contas (em inglês: *accountability*; consulte a Seção 1.2) e, em um sentido mais amplo, visa a persuadir o leitor da plausibilidade dos resultados de nossa pesquisa.

Com foco na fase de planejamento, que diz respeito ao desenho da pesquisa, a defesa da adequação do método visa atingir dois objetivos: epistêmico e prático. O objetivo epistêmico está relacionado à adequação do método, por um lado, à questão de pesquisa que inspira o estudo e, por outro, ao contexto empírico escolhido para resolver nosso quebra-cabeça intelectual. Se a nossa pergunta de pesquisa se refere às práticas de saúde em uma enfermaria psiquiátrica e temos acesso a um ou mais desses locais, o método mais adequado é a observação participante. Em seguida, temos de decidir se vamos até lá como pseudopacientes observadores encobertos ou abertos, observando as práticas médicas com o menor grau de perturbação possível (consulte a Seção 5.1), ou se é mais apropriado, talvez também do ponto de vista ético, adotar um papel de observação não encoberta¹⁵⁹. Se a última opção for a escolhida, devemos escolher entre a etnografia convencional indi-

¹⁵⁸As coisas são mais simples na pesquisa quantitativa, em que a relação entre o método planejado e o método realmente aplicado é definida em termos de aplicação correta (planejei coletar - por meio de uma amostra aleatória - 1.000 entrevistas, e as obtive) ou em termos de erros (infelizmente, 50 indivíduos recusaram a entrevista, portanto, a amostra está nublada por um viés).

¹⁵⁹No texto, faço alusão ao experimento etnográfico de David Rosenhan. Rosenhan estava convencido de que os diagnósticos psiquiátricos eram praticamente infundados. Para testar essa hipótese, Rosenhan projetou um experimento de campo singular, por meio do qual oito pessoas sãs conseguiram admissão secreta em 12 hospitais nos Estados Unidos. Para serem admitidas, elas alegaram ouvir vozes em suas cabeças. Os oito corajosos experimentadores, todos com exceção de um, foram admitidos no hospital psiquiátrico como pacientes e, embora, ao chegarem à ala, parassem imediatamente de agir, ficaram detidos por um longo período (de um mínimo de 7 dias a um máximo de 52) e depois receberam alta com o diagnóstico de "esquizofrenia 'em remissão'" (Rosenhan 1973: 251). Sobre essa pesquisa, consulte a nota de rodapé crítica 33 no Capítulo 2.

vidual ou a etnografia em equipe (Erickson e Stull 1998). Defender a adequação do método no caso em questão significa considerar todos os prós e contras das alternativas possíveis e ter boas razões para defender as escolhidas. A defesa da adequação do método, novamente do ponto de vista epistêmico, implica uma reflexão meditada sobre o nível de cooperação solicitado dos participantes e a cooperação razoável que podemos obter deles. Continuando com o exemplo da ala psiquiátrica, se planejamos realizar entrevistas aprofundadas com internados ou ex-pacientes, temos que considerar se os possíveis entrevistados têm capacidade de discernimento suficiente e se podem suportar emocionalmente a discussão de temas como contenção física ou violência, que podem ter atravessado suas trajetórias biográficas e seus corpos¹⁶⁰. Nesse contexto, também temos de considerar a oportunidade de combinar diferentes métodos qualitativos se a integração deles puder melhorar a solidez dos resultados da pesquisa. A combinação de métodos, especialmente na versão da moda dos métodos mistos, não garante melhores resultados. O slogan “mais métodos, mais evidências” não me parece muito convincente¹⁶¹.

Do ponto de vista pragmático, o primeiro critério para avaliar a adequação do método é o da viabilidade. Podemos partir de uma pergunta empolgante no papel e podemos identificar o contexto empírico mais conveniente e o melhor método qualitativo a ser aplicado, mas a combinação de todos esses ingredientes apresenta algumas dificuldades. A ideia de simular uma crise psicótica parece - no papel - muito promissora para uma etnografia sobre coerção em enfermarias psiquiátricas. Antes de começar a desempenhar o papel de uma pessoa esquizofrênica na frente do espelho do banheiro, para estarmos preparados para o experimento

¹⁶⁰O eco emocional de nossas atividades de pesquisa nos corpos dos participantes é obviamente uma questão ética sobre a qual falei em uma maneira essencial na Seção 4.1, onde apresentei três princípios éticos gerais: minimização de danos, respeito à autonomia e confidencialidade. O princípio a ser considerado aqui é o da minimização de danos.

¹⁶¹A posição relatada no texto difere daquela expressada por Maria Cecilia de Souza Minayo (2014), que, na questão dos métodos mistos ou da triangulação, mostra maior abertura. Das teses de Minayo, porém, sinto vontade de compartilhar aquela que atribui a possibilidade da triangulação a um sujeito coletivo. A este respeito, Minayo identifica uma condição específica necessária para a triangulação: «na exigência de uma equipe formada por profissionais de várias áreas que desejam trabalhar cooperativamente. Ou seja, ela depende de pessoas dispostas emocional e mentalmente ao diálogo e a experimentar a possibilidade de complementação entre diferentes métodos e disciplinas, realizando um movimento intelectual específico em direção a um objeto empírico. (...) A equipe de estudo deve, num esforço dialógico, participar de todas as fases da investigação, desde a concepção até a apresentação dos resultados». (Minayo 2014: 364-365).

de campo, temos de nos perguntar se temos coragem suficiente para fazer isso, se estamos preparados para receber, talvez por alguns dias, uma medicação pesada da qual não precisamos e que afetará nosso bem-estar futuro de maneiras imprevisíveis por um período de tempo imprevisível. Você também deve se perguntar se está disposto a correr o risco de ser acusado de interromper o serviço público, caso alguém descubra seu engano. Os aspectos éticos da nossa pesquisa (consulte a Seção 4.1) também se enquadram na área de considerações pragmáticas: a pesquisa só pode ser realizada se pudermos garantir o respeito ao princípio ético de minimização de danos, autonomia e confidencialidade (Hammersley e Traianou 2012: 52-55).

Concluindo o que eu defini metaforicamente como um julgamento virtual, no qual a relevância da pergunta investigativa, a eloquência dos casos selecionados e a adequação do método foram defendidas, todos os argumentos desenvolvidos compõem um objeto geralmente chamado de projeto de pesquisa. Às vezes, o projeto de pesquisa simplesmente habita nossa mente, sustentado por algumas anotações em uma folha de papel ou em um arquivo de cópia dupla em nosso computador. A principal função dessa versão informal do projeto de pesquisa é nos guiar - com toda a flexibilidade necessária - em nosso empreendimento científico. Frequentemente, o projeto de pesquisa assume uma forma mais formal, tornando-se o documento com o qual respondemos a uma solicitação de financiamento competitivo de pesquisa ou com o qual, no início de nossa carreira acadêmica, apresentamos nossa proposta de pesquisa a um júri de doutorado. Nesse caso, podemos ver a segunda função de um projeto de pesquisa, a de um salvo-conduto para o que mais gostamos: fazer pesquisa qualitativa! Depois de concluir nossa discussão sobre o desenho da pesquisa, podemos passar para o outro trabalho de escritório na pesquisa qualitativa, o da análise de dados (consulte o Capítulo 5).

05. Sobre a análise de dados qualitativos

Na pesquisa qualitativa, como regra, a análise de dados começa um milésimo de segundo após o início da sua coleta. A abordagem de dois tempos, típica da pesquisa quantitativa, não se aplica à pesquisa qualitativa. Essa é a opinião de Stella Taquette e Lucina Borges:

Na pesquisa qualitativa pode-se desenvolver uma estratégia impensável na pesquisa quantitativa: coletar e analisar os dados simultaneamente. Isso é muito interessante porque permite cada vez mais melhorar a qualidade do dado coletado e fazer ajustes de rumo, se necessário (Taquette e Borges 2020: 66).

Tendo renunciado, em nome da acurácia dos dados, a um roteiro predefinido para os procedimentos de coleta de dados, devemos analisar, momento a momento, como cada prática de observação funciona para melhorar progressivamente a adequação da coleta de dados. Vamos considerar um dos procedimentos mais simples de coleta de dados, a entrevista em profundidade¹⁶². Além da versão corrompida desse procedimento, que os sociólogos franceses Didier Demazière e Claude Dubar chamam de “questionário disfarçado” (1997), no uso adequado dessa ferramenta dialógica, o entrevistador precisa inventar a pergunta certa à medida que avança¹⁶³. Nas pala-

¹⁶²Para uma introdução a esse método de pesquisa, o leitor pode consultar os seguintes textos em português: Gil (2021: capítulo 6 e 7), Kaufmann (2013), Cardano (2017: capítulo 4).

¹⁶³De acordo com Demazière e Dubar, uma entrevista em profundidade se torna um “questionário disfarçado” (em francês, *questionnaires déguisés*), se o entrevistador for guiado por uma longa lista de perguntas que deixam o entrevistado com pouco tempo para responder, obstruindo, assim, a produção de discursos.

bras de outro sociólogo francês, Jean-Claude Kaufmann, “a melhor pergunta não está posta na grade [na guia de entrevista]: ela deve ser encontrada a partir do que acaba de ser dita pelo informante” (Kaufmann 2006, tradução portuguesa 2013: 81). Ao fazer isso, ao inventar no momento a pergunta certa ou a prática etnográfica certa, o pesquisador deve analisar os materiais empíricos que adquire enquanto está no campo, para aprender com eles a melhor maneira de realizar o estudo.

Além dessa necessidade de harmonização reativa no campo, há outra situação típica em que a análise de dados segue de perto a coleta de dados. Para todos os métodos qualitativos baseados na observação direta de interações sociais, ou seja, observação naturalista ou participante, experimento de campo, *shadowing* e autoetnografia (consulte o Capítulo 2), a imersão no campo geralmente é seguida pela atividade de escrever¹⁶⁴. A atividade de escrever sobre nossas experiências de campo, que todos os referenciais metodológicos nos convidam a fazer diariamente, é outro exemplo de análise *durante a* coleta de dados. A redação de notas de campo é eminentemente uma atividade de análise, por meio da qual damos forma às nossas experiências. Como é do conhecimento de qualquer pessoa que tenha realizado um trabalho etnográfico, escrever notas de campo é tudo, menos uma transferência de nossas memórias para o papel (ou para a tela do laptop). Escrever notas de campo significa analisar nossa experiência e nossas lembranças, com base em breves anotações feitas em campo e aproveitando um momento de atividade menos intensa. De muitos pontos de vista, a escrita é um instrumento de descoberta acionado pelo pensamento analógico (Vaughan 2014) e pela inferência abduziva típica da pesquisa qualitativa.

Durante a fase de coleta de dados, não apenas escrevemos nossas notas de campo e transcrevemos nossas entrevistas gravadas (em áudio ou vídeo), mas também *lemos* esses materiais. A leitura oferece um guia sobre como dar continuidade ao nosso estudo, ou seja, para perceber no que devemos nos concentrar em seguida, que perguntas adicionais devemos apresentar aos futu-

¹⁶⁴Como ficará claro a seguir, o tipo de dados que adquirimos usando a observação naturalista ou participante, o experimento de campo, o *shadowing* e a autoetnografia são “representações”. Todos esses métodos de campo podem enriquecer seus dados com o uso de tecnologia de vídeo, mas, a meu ver, esses materiais adicionais não isentam o pesquisador do trabalho de escrever. Em outras palavras, os dados visuais são “outra maneira de contar” (Berger e Mohr, 1982), na qual podem coexistir textos visuais e textos escritos.

ros entrevistados ou que vozes de participantes estão faltando e devem ser introduzidas por meio de uma “amostragem de segundo estágio” (Barbour 2007: 73). Antes de passar para a discussão sobre como analisar os dados coletados, parece apropriado fazer uma breve reflexão sobre a natureza dos dados qualitativos.

5.1 A natureza dos dados qualitativos

Na pesquisa qualitativa, analisamos textos, às vezes complementados com alguns “artefatos produzidos pelo homem” (Tilley 2001: 258). Em termos estritos, os artefatos incorporam os aspectos não verbais da cultura humana. A partir das reflexões de Lévi-Strauss, surgiu uma tendência de considerar os artefatos como linguagem com uma “gramática silenciosa” (Tilley 2001: 258). Nesse ponto, concordo com o antropólogo Christopher Tilley, para quem “as coisas não são textos ou palavras” (259)¹⁶⁵. Não quero erguer um muro entre artefatos e textos construídos sobre a oposição instável entre sujeitos e objetos, mas acho que, para fins de clareza, a distinção entre eles é necessária¹⁶⁶. A análise qualitativa se aplica tanto a artefatos quanto a textos, estes últimos expressos em palavras, sons e imagens estáticas ou em movimento. A heterogeneidade dos materiais empíricos é a cifra da análise de dados qualitativos¹⁶⁷.

Há três fontes diferentes de heterogeneidade. A primeira é representada por uma combinação bastante comum - em um único estudo - de dados provenientes de diferentes técnicas de coleta de dados. Essa é a situação típica da pesquisa etnográfica, em que temos de lidar com notas de campo, transcrições de entrevistas, dados naturalistas e, às vezes, artefatos. Em minha etnografia de equipe sobre enfermarias psiquiátricas, a equipe precisa gerenciar

¹⁶⁵Luigi Gariglio chamou minha atenção para alguns produtos de nossa cultura material, como fotografias emolduradas, que são ao mesmo tempo artefatos e textos. Esse é o caso da foto emoldurada do dia do meu casamento que fica na mesa do meu escritório, um objeto que não só me lembra de voltar para casa depois de um longo dia de aulas, burocracia e reuniões científicas em uma obra de arte de acrílico, mas também é um texto que conta a história da minha esposa, Carla, e eu, elegantemente vestidos e felizes porque nossa coabitação informal foi oficialmente transformada - por um funcionário público - em um vínculo institucional. Esse exemplo sugere que a distinção entre textos e artefatos deve ser considerada entre a lógica dos conjuntos difusos (consulte a Seção 1.2).

¹⁶⁶Por meio dos trabalhos desafiadores de Bruno Latour, aprendemos que é possível atribuir aos artefatos a qualidade de agência, mas evitando o antropomorfismo que os dota de uma mente e de intenções (Latour, 1993).

¹⁶⁷A situação é decididamente mais simples no campo quantitativo, onde, graças à definição operacional, todas as informações são representadas por números. A complexidade da análise de dados quantitativos se baseia nos modelos estatísticos aplicados aos dados, e não na representação das informações em si.

as notas de campo escritas diariamente para representar as interações entre funcionários e pacientes, a representação simplificada dessas interações nos prontuários médicos (dados naturalistas), as transcrições de entrevistas realizadas com a equipe médica e com uma pequena cota de pacientes após a alta hospitalar e os artefatos, as amarras de contenção, cujas imagens ficaram impressas em nossas memórias ou em uma fotografia. A segunda fonte surge na pesquisa qualitativa em equipe, em que cada membro da equipe interpreta seu papel no campo com a liberdade que a coleta de dados qualitativos impõe. A organização da etnografia em equipe, obsessivamente evocada em tantas ocasiões nestas páginas, prevê alguns períodos em que dois etnógrafos estão simultaneamente na mesma enfermaria. A comparação das notas de campo escritas nessas ocasiões produz um resultado óbvio e positivo. Nas mesmas situações, cada um de nós observa e faz anotações de uma maneira pessoal que permite uma forma interessante de contraste e complementação: novamente a heterogeneidade. A terceira fonte de heterogeneidade se resume às principais características da pesquisa qualitativa, a sensibilidade ao contexto dos procedimentos de coleta de dados (consulte o Capítulo 2). Poderia ser útil citar novamente as palavras de Rapley sobre como realizar entrevistas em profundidade, para desencadear um argumento de hierarquia dupla: se tivermos alta heterogeneidade em um dos procedimentos mais simples de coleta de dados, *a fortiori* teremos ainda mais heterogeneidade nos mais complexos.

Você não precisa fazer a mesma pergunta da mesma forma em cada interação. Muitas vezes, os mesmos temas amplos são abordados em diferentes entrevistas, seja por meio do entrevistado ou por você ter levantado o assunto para a conversa. Essa é uma lógica central da entrevista qualitativa: ela permite que você reúna conversas contrastantes e complementares sobre o mesmo tema ou questão (Rapley 2004: 18, *itálico no original*).

Seguindo esse conselho, como deveríamos, ao final de um estudo baseado em, ou que inclui, entrevistas em profundidade, temos um conjunto de entrevistas realizadas pelo mesmo entrevistador (a heterogeneidade aumenta quando mais de um entrevistador está envolvido), com uma *redação* diversa para as perguntas di-

rigidas aos entrevistados e com diferenças significativas nos *temas* abordados caso a caso. Para ilustrar a especificidade da pesquisa qualitativa nesse ponto, uma comparação com a situação equivalente na pesquisa quantitativa pode ser instrutiva. Imaginemos uma situação em que queremos coletar informações sobre o perfil cultural de um grupo de pessoas, por exemplo, pessoas que saíram de um Novo Movimento Religioso, usando um questionário e uma entrevista em profundidade. Se nos concentrarmos, tanto por meio de questionários quanto de entrevistas em profundidade, em três propriedades (variáveis no jargão quantitativo): os motivos da conversão, o surgimento do desconforto como membro da organização religiosa e a saída dela. A figura a seguir (Figura 5.1) nos guia para uma comparação entre os dois jogos de interlocução.

Pesquisa quantitativa: questionário padronizado

Propriedade A Motivação de conversão	Definição operacional a
Propriedade B Surgimento de desconforto	Definição operacional b
Propriedade C Saída da organização religiosa	Definição operacional c
Representação sintética	Traço cultural: uma combinação de (a, b, c) com a mesma "fórmula" para todos os entrevistados.

Pesquisa qualitativa: estudo de entrevistas em profundidade

Propriedade A Motivação de conversão	Expressa por meio da formulação linguística a_1 Expressa por meio da formulação linguística a_2 Expressa por meio da formulação linguística a_3 . . Expressa por meio da formulação linguística a_n
Propriedade B Surgimento de desconforto	Expressa através da formulação linguística b_1 Expressa através da formulação linguística b_2 Expressa através da formulação linguística b_3 . . Expressa através da formulação linguística b_n

Propriedade C Afastamento da organização religiosa	Expressa através da formulação linguística c_1 Expressa através da formulação linguística c_2 Expressa através da formulação linguística c_3 . . . Expressa através da formulação linguística c_n
Representação sintética	Traço cultural: uma combinação de um a três dentre a_n, b_n, c_n com uma possível "fórmula" diferente para cada entrevistados, por exemplo: Nadia: $a_1, a_3, a_7, b_1, c_4, c_6$ Valeria: a_5, a_9, b_1, b_2, b_7 Ezio: $a_1, a_6, a_9, c_1, c, c_{47}$ Stefano: $b_1, b_9, b_{11}, c_1, c_7, c_9$ Osvaldo: $a_1, a_3, a_6, a_9, a_{11}, a_{13}$ Luca: b_1, b_2, b_4, b_{11} Irene: $c_1, c_2, c_4, c_9, c_{11}$

Figura 5.1 A comparação entre duas versões estilizadas de fazer perguntas está relacionada a três propriedades, em pesquisas quantitativas e qualitativas

A Figura 5.1 segue o conselho de Rapley, talvez de forma muito literal, e deliberadamente dramatiza a heterogeneidade dos procedimentos de coleta de dados qualitativos. Às vezes, as coisas correm bem. Acontece que todos os temas do guia de entrevista são explorados com todos os entrevistados (com todos eles passamos pelos temas A, B e C) e, possivelmente, também com uma faixa mais estreita de variação na formulação linguística das perguntas, mas a pesquisa qualitativa nunca apresenta a uniformidade de coleta de dados que encontramos na pesquisa quantitativa. Como eu disse anteriormente, a heterogeneidade aumenta ainda mais quando há uma combinação de diferentes procedimentos de coleta de dados (por exemplo, observação e entrevistas) e quando passamos de uma pesquisa individual para uma pesquisa em tandem ou em equipe. O verdadeiro milagre da análise de dados qualitativos - que ocorre todos os dias - é que, mesmo em meio a essa confusão, podemos ler e interpretar nossos dados de forma confiável. Como isso é possível?

Nós - pesquisadores qualitativos - reconhecemos semelhanças em nossos materiais empíricos, apesar de não serem tão uniformes quanto no campo quantitativo. Alcançamos esse resultado por meio de um uso - principalmente tácito - do argumento do sinal e do argumento da analogia (consulte o Capítulo 3). Um exem-

plo mantido por meu estudo qualitativo sobre a saída da comunidade esotérica de Damanhur pode ser útil (Cardano Pannofino 2015). Vejamos a resposta de três desconvertidos sobre o desconforto sombrio que surgiu e que desencadeou seu processo de desconversão.

NADIA: Após o período inicial de lua de mel... Comecei - inconscientemente - a perceber as contradições. Porque nesse filme [aludindo a O Show de Truman]¹⁶⁸ havia uma série de lacunas. Mas o mais incrível é que essas coisas que eu havia sentido em nível racional foram deixadas de lado. Porque o poder desse filme era tão grande que superou tudo o que poderia colocá-lo em dúvida. Eu dizia: "Não pode ser assim! Eu é que não estou entendendo" (Cardano e Pannofino 2015: 98, 2018: 439).

VALÉRIA: Sempre houve - continuamente por vinte anos - essa ideia de ter de corresponder a algo que ele [o líder da comunidade] esperava e que você nunca poderia dar a ele porque sempre havia uma nova [demanda], algo que você não poderia ser ou não poderia alcançar. Obviamente, você estava sempre um passo atrás dele. Era um fardo pesado, um fardo interno pesado, porque ele constantemente fazia você se sentir como uma pessoa defeituosa." (Cardano e Pannofino 2015: 98).

LUCA: Vivendo em um ambiente social desse tipo, sua autoestima - do meu ponto de vista - é cada vez mais reduzida, porque você sempre é menos do que deveria ser e dar e, portanto, sempre se sente em dívida e sua autoestima afunda cada vez mais. Eu sempre me senti - por causa desse mecanismo de redução da autoestima - sempre insuficiente, mesmo com relação à minha capacidade de ficar feliz com o que eu havia conquistado (Cardano e Pannofino 2015: 99).

Temos aqui três discursos diferentes desencadeados por três perguntas igualmente diferentes. Para Nadia, que descreveu sua chegada à comunidade como um período de lua de mel, perguntei: "Como as coisas mudaram depois do que você definiu como o período de lua de mel?". Com Valéria, que começou sua narrativa de desconversão contando-me sobre algumas dificuldades de relacionamento com o guru da comunidade, decidi sondar com uma pergunta do tipo: "O

¹⁶⁸O Show de Truman é um filme de 1998 dirigido por Peter Weir. O protagonista, Truman Burbank, viveu desde bebê em um mundo artificial construído por uma rede de TV que o adotou. Truman se tornou o protagonista involuntário de um reality show, que transmitia sua vida, artificialmente projetada pelo diretor que planejava, em todos os detalhes, os encontros e as situações que Truman deveria enfrentar.

que você quer dizer com relações difíceis com o líder?”. A narrativa de Luca introduziu a noção de um ataque à autoestima, então pedi que ele elaborasse mais sobre seu ponto. Lendo as palavras e os sinais de linguagem corporal que as acompanharam e usando o raciocínio analógico, é possível detectar a fonte emotiva predominante do desconforto de Nadia, Valeria e Luca. Também se percebe que o desconforto, esse profundo sentimento de inadequação, deriva de uma tentativa malsucedida de redução de dissonância; uma dissonância cognitiva entre o sonho de Damanhur que os levou à conversão e à experiência vivida em seu caminho iniciático (Cardano e Pannofino 2015: 96-103). Esse raciocínio pode ser enquadrado no esquema de argumento da analogia apresentado na Seção 3.3 e reproduzido aqui, no que se segue.

O ESQUEMA DE ARGUMENTO A PARTIR DE ANALOGIA - VERSÃO ESTENDIDA

<i>Premissa principal:</i>	Geralmente, o caso C_1 é similar ao caso C_2 .
<i>Premissa da base de similaridade</i>	A semelhança entre C_1 e C_2 é evidente para os traços $c_1, c_2, c_3, \dots, c_n$
<i>Premissa de similaridade relevante</i>	A semelhança entre C_1 e C_2 observada até agora é relevante para a similaridade adicional que está em questão.
<i>Premissa da irrelevância das diferenças</i>	As diferenças entre o C_1 e o C_2 observadas até agora não constituem razão suficientemente forte para descartar a ideia de sua semelhança.
<i>Premissa sobre a ausência de contra-analogia</i>	Nenhum caso C_3 é conhecido até agora que compartilhe com C_1 os traços $c_1', c_2', c_3', \dots, c_n'$, mas para o qual A seja falso.
<i>Premissa menor:</i>	A proposição A é verdadeira no caso de C_1 .
<i>Estabilidade da Premissa de estabilidade do traços</i>	A observação de um conjunto teoricamente relevante de instâncias de C_1 durante um intervalo de tempo suficientemente amplo permite-nos dizer que a proposição A é verdadeira em C_1 .
<i>Conclusão:</i>	A proposição A é verdadeira no caso de C_2 .

Figura 5.1 A comparação entre duas versões estilizadas de fazer perguntas está relacionada a três propriedades, em pesquisas quantitativas e qualitativas

Na situação em questão, estão sendo considerados três casos em vez de dois (não apenas os casos C_1 e C_2), mas a estrutura lógica do raciocínio é a mesma. Nas publicações citadas sobre a desconversão da comunidade de Damanhur, Pannofino e eu também nos concentramos no argumento da contra-analogia, que considerava alguns devotos excluídos da categoria de “desconforto vago e confuso” como um primeiro passo no processo de desconversão (Cardano e Pannofino 2015: 96-97).

O argumento do sinal é útil quando temos que passar de instâncias específicas limitadas no tempo e no espaço para “regras” mais abstratas e gerais, ou quando, usando o chamado “paradigma evidencial” (Ginzburg, 1978; tradução portuguesa, 1989), reconhecemos em algumas pistas das palavras dos participantes ou de suas ações o sinal de algo inesperado ou, pelo menos, relevante. Por exemplo - voltando à psiquiatria - nas preocupações recorrentes da equipe com o vazamento de informações sobre o uso de contenção física, podemos reconhecer o germe de uma dúvida ética sobre sua legitimidade e também - para ser cínico - o medo de uma denúncia social imerecida de uma prática que a equipe, de qualquer forma, considera ética e legalmente correta. Como eu disse no Capítulo 1, o argumento do sinal é a ferramenta mais eficaz para lidar com a espinhosa questão da invisibilidade. Nós o usamos tanto na pesquisa quantitativa quanto na qualitativa, mas com a importante diferença destacada anteriormente. Se na pesquisa quantitativa o argumento do sinal - incorporado às definições operacionais - precede a coleta de dados, na pesquisa qualitativa ele é desenvolvido durante e após a coleta de dados (consulte a Seção 1.2).

Tanto o argumento do sinal quanto o da analogia fornecem conclusões conjecturais que atribuem a uma categoria cada dado com uma função de associação que não pode ser aproveitada na lógica bimodal clássica, com valores de associação 0 ou 1, mas com uma lógica multimodal ou difusa (Zadeh 1965)¹⁶⁹. Na pesquisa quantitativa, com poucas exceções, os procedimentos de classificação estão enraizados na lógica binária para a qual, como no Manual de Diagnóstico Estatístico - a “bíblia” da abordagem biológica do sofrimento mental - você é ou está louco ou não está

¹⁶⁹Sobre a lógica fuzzy, consulte a Seção 1.2.

louco, na lógica zero-um. Voltando à desconversão, podemos incluir as respostas dos três entrevistados na ampla categoria de “sentimento de inadequação”, atribuindo-lhes um valor de pertinência diferenciado, por exemplo, 0,6 para Nadia, 0,7 para Valeria e 0,8 para Luca. Os valores numéricos nesse exemplo não são tão relevantes (para evitar a chamada falácia da falsa precisão, Pirie 2015, transcrição em português: 69 e seguintes); o que importa é a ideia de uma pertença a categoria “sentimento de inadequação” expressa por uma função de pertinência contínua cujos valores estão incluídos no continuum entre 0 e 1, , tópico sobre o qual retornaremos a seguir.

Unidos por essa flexibilidade e abertura confortáveis, os dados qualitativos são diversos em alguns aspectos importantes, sobre os quais é possível introduzir algumas distinções. Proponho distinguir três conjuntos amplos de dados: representações, reproduções e dados naturalísticos (cf. Cardano 2011: 241-247)¹⁷⁰. A distinção entre esses três tipos de dados pode ser delineada considerando-se a agência do pesquisador envolvido em sua produção, a partir de dois pontos de vista distintos: o impacto do pesquisador sobre a ação observada e o impacto sobre sua representação no texto a ser analisado.

O primeiro tipo de agência do pesquisador pode ser expresso pelo grau de perturbação introduzido no campo, um aspecto também conhecido na literatura metodológica como “reatividade”. Com o termo perturbação, quero dizer qualquer tipo de modificação do contexto observado devido à intervenção do pesquisador (veja acima, seção 2.1). Podemos distinguir três situações: a ausência de perturbação, a perturbação interativa e a perturbação observacional. Temos perturbação observacional sempre que os participantes envolvidos em nosso estudo estão cientes da atenção dada a eles pelo pesquisador e, por essa razão, eles podem (nem

¹⁷⁰A ideia de distinguir entre representações e reproduções nasce da leitura do ensaio de Dan Sperber, *Le savoir des anthropologue (O conhecimento dos antropólogos)*, publicado em 1982. Partindo de um quadro epistemológico bastante distante do proposto aqui, Sperber introduziu uma distinção entre interpretação e descrição (Ibidem: 11-14) e, nesse contexto, o autor distinguiu entre três tipos de representações: descrições, interpretações e reproduções. A definição de reprodução é próxima da adotada aqui: “Uma reprodução (por exemplo, uma citação ou um modelo em escala) é uma representação que é adequada na medida em que se assemelha fisicamente àquilo que representa. A adequação de uma reprodução nunca pode ser absoluta” (id. 12). Os outros elementos da minha classificação de dados qualitativos se separaram da reflexão de Sperber, misturando alguns de seus elementos (de uma forma que Sperber provavelmente não aprovaria) e acrescentando uma nova categoria, a de dados naturalísticos, que me chega por meio da distinção de Jonathan Potter entre dados provocados pela pesquisa e dados naturalísticos (Potter 2002).

necessariamente) modificar seu comportamento para “salvar sua face” (Goffman 1959, tradução para o português 1985; Berreman 1975) ou simplesmente para agradar o pesquisador¹⁷¹. Essa é a situação típica da observação participante sem cobertura, em que os participantes - não necessariamente todos eles - estão cientes de nosso papel e podem modificar, pelo menos por algum tempo, sua atividade diária (cf. Figura 2.1)¹⁷². Também encontramos perturbação observacional em todos os procedimentos de coleta de dados baseados na interlocução entre um pesquisador e um ou mais entrevistados (entrevista em profundidade) ou um grupo maior (em uma entrevista em grupo ou em um grupo focal). Encontramos a perturbação interativa quando o pesquisador está imerso em qualquer contexto social como um membro de boa-fé em que ninguém conhece a identidade ou os objetivos do pesquisador. Nessa situação, a perturbação do contexto se deve simplesmente ao fato de que uma pessoa extra entrou em cena. Essa é a situação típica da observação naturalista, da observação participante secreta e dos experimentos de campo, dos quais não podemos excluir a perturbação (a interativa). Na terceira área, a da ausência de perturbação, estão incluídos todos os procedimentos de coleta de dados para os quais a influência do pesquisador é inexistente, nos quais a agência do pesquisador está confinada à análise de dados cuja existência não depende dele.

¹⁷¹Esse tipo de impacto no contexto observado também é conhecido na literatura metodológica como efeito Hawthorne e está relacionado a uma série de experimentos realizados na Hawthorne Works da Western Electric Company, em Chicago, entre 1927 e 1933. O experimento que inspirou a reflexão sobre a reatividade foi realizado na Sala de Montagem de Relés, onde, durante 270 semanas, várias mudanças foram introduzidas na organização do trabalho para observar seu efeito sobre a produtividade. A produtividade cresceu de uma forma não relacionada às mudanças organizacionais e foi interpretada como devida principalmente à atenção recebida pelo pequeno grupo de cinco trabalhadoras da equipe de pesquisa. A aplicação do rótulo “efeito Hawthorne” a um trabalho de pesquisa qualitativa não pode ser feita sem considerar a especificidade do contexto experimental em que foi proposto. Para uma avaliação crítica do chamado “efeito Hawthorne”, consulte Jones (1992).

¹⁷²Em uma visão mais próxima, a observação aberta do participante implica uma mistura de perturbação observacional e interativa. Se o contexto social estudado não for muito pequeno, ou seja, com seis ou sete participantes, alguns indivíduos podem estar cientes de nosso papel e outros não. Em minha primeira experiência de pesquisa etnográfica na comunidade de Elfi del Gran Burrone (Elfos de Rivendell), uma comunidade de 55 pessoas, 36 adultos e 19 crianças (Cardano 1997: 103), embora eu tenha me apresentado como pesquisador, nem todos os membros da comunidade sabiam de minha identidade. Realizei a maior parte do meu trabalho de campo no verão. Nessa estação, a comunidade geralmente recebia muitos visitantes que vinham em uma espécie de peregrinação ao mundo da ecologia profunda. Naquela época, minha idade era próxima à dos muitos visitantes, e minha aparência - depois de algumas semanas - começou a se assemelhar à deles. Perto do final da minha pesquisa, realizei algumas entrevistas aprofundadas com os membros da comunidade, e um deles ficou surpreso com meu pedido para gravar nossa conversa. Ela disse: “Pensei que você fosse um de nós, um convidado normal da comunidade!” Portanto, para ir direto ao ponto, minha imersão na comunidade Elfos da Grande Ravina foi caracterizada tanto pela perturbação observacional quanto pela interativa.

O impacto dos pesquisadores nos primeiros passos da transformação de vidas dos participantes em nossos trabalhos (Geertz 1988, tradução portuguesa 2018), sua agência na representação dos fenômenos sociais enfocados, pode ser categorizado em três estados: passividade, intervenção mimética e intervenção seletiva. Temos uma intervenção seletiva quando o pesquisador escolhe o que representar e como fazê-lo. Essa é a situação típica ao escrever as notas etnográficas.. Imersos em um contexto social, os etnógrafos precisam escolher a direção de seu olhar, decidir o que descrever e, em seguida, escolher como descrever e interpretar os fatos observados¹⁷³. O tipo mimético de retrato das ações observadas baseia-se no uso de tecnologia específica para gravação em áudio ou vídeo. A partir de uma interação gravada, por exemplo, uma entrevista em profundidade, obtemos um texto por meio da transcrição ortográfica baseada na transformação - um a um - de sons em palavras. O retrato da interação na qual os pesquisadores estavam imersos não implica seleção (tudo o que foi gravado deve ser transcrito literalmente) ou interpretação (apenas transcrevemos, guardando para depois a interpretação do texto)¹⁷⁴.

A agência do pesquisador em retratar as ações dos participantes se transforma em passividade quando o pesquisador simplesmente coleta os textos ou os artefatos a serem analisados, sem qualquer tipo de intervenção em sua construção. A análise documental funciona dessa forma. Um bom exemplo na área de saúde mental é o estudo de Peter Conrad sobre o impacto que os discursos genéticos tiveram na representação social de doenças mentais graves (transtorno bipolar e esquizofrenia). Conrad analisou 110 notícias publicadas em cinco grandes jornais americanos e em três revistas de notícias em um período de 25 anos (Conrad 2001). No campo da análise de artefatos, um exemplo interessante é o estudo realizado por William Rathje e Cullen Murphy sobre comportamentos de consumo, analisados por meio da observação

¹⁷³Um excelente ensaio sobre esse tópico está contido em um livro de Amartya Sen - que não compartilha o ponto de vista epistemológico deste capítulo - *Choice, Welfare, and Measurement* (Escolha, Bem Estar, e Medição), publicado em 1982. No capítulo intitulado "Description as Choice" (Descrição como escolha), Sen afirma que: "A descrição não é apenas observar e relatar; ela envolve o exercício - possivelmente difícil - de seleção. De fato, a descrição pode ser caracterizada como a escolha de um subconjunto do conjunto de afirmações possivelmente verdadeiras com base em sua relevância" (433, itálico meu). Substituindo "verdadeiro" por "plausível", a declaração de Sen se encaixa perfeitamente em minha perspectiva.

¹⁷⁴De acordo com o colega italiano Andrea Sormano (2008), acredito que a transcrição de uma entrevista gravada implica a adoção de um modelo interpretativo específico (sobre comunicação), mas, para fins de classificação dos materiais de dados qualitativos, podemos colocar esse aspecto entre parênteses.

da estratificação do lixo em um depósito público de lixo (Rathje e Murphy 2001). Combinando as duas dimensões do impacto da agência do pesquisador consideradas anteriormente sobre a ação e sua representação, obtemos o espaço das propriedades ilustrado na figura a seguir (Figura 5.2).

	<i>Ausente</i>	<i>Interativo</i>	<i>Observacional</i>
<i>Passivo</i>	<i>Dados naturalísticos</i>		
<i>Mimético</i>	<i>Reproduções Subtipo 2</i>		<i>Reproduções Subtipo 1</i>
<i>Seletivo</i>		<i>Representações Subtipo 2</i>	<i>Representações Subtipo 1</i>

Figura 5.2 Impacto da agência do pesquisador na ação observada e em sua representação

Razões lógicas e empíricas impuseram uma redução da dimensionalidade do espaço da propriedade, com a exclusão de quatro das nove configurações, as que estão colorido cinza na tabela, para as quais é difícil - pelo menos para mim - imaginar um tipo de material empírico e um procedimento de coleta de dados que o forneça.

Os dados naturalísticos, conforme descrito na Figura 5.2, são caracterizados pelo nível mais baixo de agência do pesquisador. Uma das definições mais eficazes de dados naturalísticos vem de Jonathan Potter por meio de seu macabro “teste do cientista social morto” (Potter 2002). Para separar os dados naturalísticos dos dados provocados pela pesquisa, o estudioso nos convida, para qualquer dado, a nos perguntarmos se ele estaria disponível para análise “se o pesquisador fosse morto no caminho para o trabalho” (541). Se, por exemplo, eu planejo fazer uma entrevista com uma mãe hesitante em relação à vacina (a hesitação em relação à vacina é o tópico de minha pesquisa mais recente) e, para isso, saio de casa de manhã cedo, depois de ter passeado com mi-

nha doce cadela Polpetta. Ainda assim, no caminho para a estação ferroviária, um meteorito caiu na minha cabeça; é impossível que a posteridade se beneficie da transcrição da entrevista planejada. A transcrição de uma entrevista - como todos os dados gerados pelo pesquisador - não passa no teste do cientista social morto. Entrevistas, transcrições de grupos focais, qualquer tipo de notas de campo (inspiradas pela observação natural ou participante, por um experimento de campo, autoetnografia ou *shadowing*), bem como quaisquer textos produzidos pelos participantes a pedido do pesquisador, não passam no teste do cientista social morto; portanto, de acordo com Potter, são dados provocados pela pesquisa. Dados naturalistas são todos os textos e artefatos cuja produção é independente da agência do pesquisador. Está nesta categoria, por exemplo, o diário espontâneo de um adolescente do século passado, encontrado acidentalmente no porão de uma casa rural, todas as publicações do Facebook que lemos como "*lurkers*" (espreitador), a biografia publicada de sobreviventes de câncer, o memorial de Shoah sob a estação ferroviária central de Milão, a mobília prosaica de uma sala de reuniões de um banco ou uma montanha de lixo analisada com sensibilidade arqueológica por William Rathje e Culen Murphy (Rathje e Murphy 2001).

As reproduções e representações são o resultado de dois processos diferentes, dependendo do grau de perturbação que acompanha sua geração. Vamos começar com as reproduções, subtipo 1, coletadas por meio de métodos de coleta de dados que implicam em perturbação observacional. Esses tipos de reproduções são os mais comuns; eles são o resultado de todos os procedimentos de coleta de dados baseados em um diálogo entre pesquisadores e participantes: dois exemplos típicos são a entrevista em profundidade e o grupo focal. O subtipo 2 de reproduções, gerado por métodos de coleta de dados que não implicam nenhum tipo de perturbação, é muito raro. Eu estava inclinado a excluir essa configuração da tipologia da Figura 5.2 quando me lembrei de um estudo muito peculiar, talvez até eticamente questionável, realizado por uma jovem estudante de pós-graduação que conheci em minha universidade há cerca de 25 anos, Giovanna Resta. Giovanna preparou sua dissertação de mestrado sobre fofocas, escolhendo como estudo de caso a escola maternal onde sua mãe trabalhava

na época. Para justificar sua presença, Giovanna inventou um projeto de pesquisa falso sobre o aprendizado das crianças, mas seu interesse genuíno de pesquisa era a fofoca dos professores. Depois de não conseguir coletar as fofocas por meio da observação participante aberta, ela decidiu gravar secretamente as conversas das professoras na frente da máquina de café, um lugar estratégico em todos os locais de trabalho italianos. Ela deixou sua bolsa perto da máquina de café, com o gravador ligado dentro dela. Em uma espécie de confissão de sua experiência de campo, escrita com outros dois jovens acadêmicos para uma das mais prestigiadas revistas sociológicas italianas, ela escreveu¹⁷⁵:

As gravações me revelaram muitos aspectos das interações entre as professoras que eu não poderia ter percebido de outra forma: se na minha presença o uso de linguagem obscena era mínimo, uma vez “entre elas” as professoras se permitiam comentários vulgares e cáusticos e duplos sentidos que eu nunca teria suspeitado. Além disso, minha ausência permitia que eles fizessem fofocas sobre mim e minha mãe também (Bobbio, Resta e Venturini 2001: 313, tradução minha).

A distinção entre dados naturalísticos e o subtipo 2 de reprodução é tênue, além da diferença ética muito relevante entre esses dois tipos de dados. Uma aplicação rigorosa do “teste do cientista social morto” (Potter, 2002) permite a distinção: sem o estratagema pérfido e eticamente discutível de Giovanna, a transcrição das fofocas dos professores não existiria, embora a perturbação do pesquisador estivesse ausente na geração desse material.

Na linha da tabela de intervenção seletiva do pesquisador (consulte a Figura 5.2), encontramos os dois últimos tipos de dados, representações Subtipo 1 e Subtipo 2, separados pelo tipo de perturbação que acompanha sua construção: observacional ou interativa. Como eu disse anteriormente, a construção seletiva desse tipo de dados é um procedimento entrelaçado de duas etapas. Primeiro, os pesquisadores selecionam o que descrever, a direção de seu olhar; segundo, eles transformam suas experiências vividas

¹⁷⁵O título do artigo é *La spiona, il parassita, l'ortodosso. Tre racconti di osservazione partecipante*, que pode ser traduzido para o português como *O espião, o parasita, o ortodoxo. Três histórias de observação participante*. Giovanna, obviamente, era a espiã; o parasita era um aluno que realizou uma pesquisa oportunista secreta, trabalhando como barman em um bar; o ortodoxo era um aluno meu, envolvido em uma etnografia aberta mais convencional.

em palavras, adotando o estilo retórico e narrativo que faz parte de seu repertório. A primeira etapa, direcionar o olhar, depende apenas parcialmente do pesquisador. O que tive a oportunidade de observar em uma enfermaria psiquiátrica para pacientes agudos sempre foi o produto de uma negociação entre mim, a equipe, os pacientes e, às vezes, os cuidadores¹⁷⁶. A segunda etapa, a de destilar palavras de nossas experiências vividas, implica a escolha de como combinar discursos diretos e indiretos. Ao descrever um colóquio clínico, preciso escolher entre:

Discurso indireto

O Dr. Bruno recebeu Sofia, uma paciente de 23 anos, com a enfermeira Fernanda¹⁷⁷. O Dr. Bruno disse à paciente que ela não poderia ficar em casa com a mãe porque elas brigavam constantemente, nem poderia morar na rua porque correria o risco de ser estuprada ou espancada, e provavelmente começaria a usar drogas novamente, prejudicando ainda mais sua saúde mental.

Discurso direto

O DOUTOR Bruno atende a paciente Sofia, de 23 anos, acompanhado da enfermeira Fernanda. Esse foi o tom do colóquio.

DOUTOR BRUNO: “Você não pode ir para a casa de sua mãe; você precisa voltar para a comunidade terapêutica. Com sua mãe, você não pode ficar, porque depois de meio dia vocês brigam e ela te expulsa de casa. E você não pode ficar sozinha fora de casa. Você faria sexo com a primeira pessoa que encontrasse. Você já fez - não sei - seis ou sete abortos; já usou todo tipo de droga e foi espancada muitas vezes na rua, e você corre o risco de ser estuprada”.

Parece bastante óbvio que, no caso da porção / pedaço de interação social descrito, a fala direta funciona melhor para ilustrar a abordagem grosseira do Dr. Bruno. Mas nem sempre podemos escolher entre formas diretas e indiretas de fala porque nossas informações não são suficientemente ricas para representar com

¹⁷⁶Boas etnografias acompanham as informações sobre o que aconteceu, com a descrição da relação de observação entre o pesquisador e os participantes (consulte Altheide e Johnson 1994; Cardano 2014), aumentando, assim, a complexidade desse tipo de texto.

¹⁷⁷Doutor Bruno, Sofia e Fernanda são nomes inventados.

precisão quem disse o quê. Nem todos nós podemos nos gabar das capacidades de memória do romancista Truman Capote, que conseguiu “chegar a 95% de precisão absoluta” de uma conversa sem a ajuda de um gravador (Plimpton 1966). Além disso, o que acontece no campo não é exclusivamente um conjunto de atos linguísticos; a linguagem não verbal também é relevante. O modo como os participantes usam seus corpos, como manuseiam os objetos e a agência dos objetos (cf. Latour, 1993) não podem ser representados apenas por meio de uma sequência de tomada de turnos conversacionais. Portanto, no final das contas, as notas de campo, o material empírico que melhor ilustra as características das representações, são uma mistura de declarações descritivas e interpretativas, discursos diretos e indiretos, relacionados, às vezes, às interações sociais entre os participantes e, às vezes, ao nosso relacionamento com eles. A fórmula na qual todos esses ingredientes são combinados depende da oportunidade que o campo oferece ao pesquisador e de sua escolha na redação das notas de campo. As representações são textos que incorporam, em grande parte, as características pessoais dos pesquisadores e sua maneira de estar no mundo, tanto como acadêmicos quanto como pessoas. As diferenças entre os dois subtipos de representações - Subtipo 1 e Subtipo 2 - estão relacionadas à sua “área de autenticidade” (Topolski 1973), uma característica que permite traçar, de forma mais geral, as diferenças entre os cinco tipos de dados qualitativos descritos. O historiador Jerzy Topolski - como já foi dito nos capítulos anteriores - define a área de autenticidade de um documento histórico como “a soma das perguntas (problemas) para as quais uma determinada fonte pode fornecer respostas verdadeiras” (1973). Para harmonizar a noção de área da autenticidade com a estrutura epistemológica adotada neste livro (ver Seção 4.2), que propõe a substituição da noção de verdadeiro pela noção menos exigente de plausibilidade. Nessa perspectiva, qualquer tipo de material empírico pode ser caracterizado por uma genérica área de autenticidade que assume um valor específico considerando o conteúdo substantivo dos dados. Em termos gerais, é possível dizer que, para o estudo dos aspectos linguísticos de uma cultura, as reproduções fornecem informações mais precisas. No estudo da linguagem em que uma comunidade de prática, como a das enfermeiras, define suas atividades comuns, as

representações adquiridas por meio de entrevistas aprofundadas ou de grupos focais oferecem elementos preciosos. As reproduções oferecem dados mais ricos para estudar a interação social e o que as pessoas fazem (não apenas o que elas dizem que fazem). Com relação ao conteúdo das ações, por exemplo, atividades rotineiras versus comportamento desviante, as representações do subtipo 1 ou do subtipo 2 oferecem uma contribuição diferente. Entre as representações, o subtipo 2 (caracterizado pela perturbação interativa) pode ser mais adequado para estudar comportamentos desviantes do que o subtipo 1 (caracterizado pela perturbação observacional). De qualquer forma, não existe uma regra ou fórmula geral para avaliar se um tipo de dados é mais promissor do que outros¹⁷⁸. Para cada situação concreta, o pesquisador deve considerar a natureza específica dos dados adquiridos e definir as perguntas para as quais eles podem dar uma resposta plausível. A última questão da natureza dos dados qualitativos está relacionada às condições em que eles podem ser compartilhados com uma equipe de pesquisadores envolvidos no mesmo estudo ou com a comunidade de pesquisa mais ampla, para meta-análise ou, mais simplesmente, para reutilização (cf. Heaton 2004). Falar de reutilização de dados naturalísticos não parece apropriado. Para dados naturalísticos, qualquer análise é sempre uma análise primária; o que pode mudar é o pesquisador que analisa esse material empírico ou o tempo em que o mesmo pesquisador realiza sua análise. O compartilhamento e a reutilização de representações e reproduções são uma questão diferente. O compartilhamento de reproduções, geralmente transcrições literais de entrevistas em profundidade ou grupos focais, não cria nenhum problema específico. É necessário um sistema de anotação detalhado para as interações verbais e não verbais entre os falantes e um acordo claro entre o grupo de pesquisa sobre a proteção da privacidade dos entrevistados¹⁷⁹. As representações - não importa o subtipo - são os materiais empíricos que criam as maiores dificuldades de compartilhamento¹⁸⁰. O

¹⁷⁸As coisas são mais fáceis na pesquisa quantitativa, onde há uma regra simples para estabelecer quais estatísticas podem ser aplicadas aos dados, considerando como as informações são representadas. A primeira "fórmula" famosa foi introduzida pelo psicólogo americano Stanley Smith Stevens, que distinguiu quatro escalas de medição: nominal, ordinal, intervalar e de razão, cada uma delas equipada com propriedades matemáticas específicas (Stevens 1946).

¹⁷⁹Para obter um exemplo de um sistema de anotação para entrevistas e transcrições de grupos focais, consulte Cardano (2017: 330-337).

¹⁸⁰Por questões éticas, o compartilhamento do subtipo 2 de reproduções (consulte a Figura 5.2), gravações cobertas, está fora de questão. Os dados produzidos por meio de uma violação ética tão profunda não podem ser compartilhados.

compartilhamento de notas de campo entre colegas de equipe requer a fixação de algumas regras gerais sobre a tomada de notas, não tão rígidas a ponto de restringir as práticas de pesquisa da equipe. Se o estudo for realizado em mais de um local e houver uma divisão de trabalho que atribua diferentes locais a diferentes pesquisadores, é essencial um período de presença simultânea dos membros da equipe em todos os locais estudados. Ter estado no local do colega de equipe permite uma compreensão mais profunda das notas de campo. Por último, e mais importante, é uma discussão crítica e reflexiva contínua dos dados adquiridos semana a semana. A análise secundária das notas de campo, a rigor, é um empreendimento muito difícil. As notas de campo revelam todo o seu significado somente para aqueles que as escreveram, evocando experiências de campo por meio de suas palavras. Isso torna bastante difícil realizar uma análise de notas de campo elaboradas por alguém que não as coletou. O número de análises secundárias de notas de campo (representações na classificação proposta) pode ser contado nos dedos de uma mão. Um dos exercícios mais interessantes nesse sentido foi realizado por Anna Weaver sobre as notas de campo de Julius Roth em uma clínica para tratamento de tuberculose (Weaver 1994).

Tendo esclarecido os recursos de dados que podemos usar para nossa análise, o que parece urgente agora é a ilustração da lógica da análise de dados qualitativos.

5.2 A lógica da análise de dados qualitativos

De um ponto de vista lógico, a análise de dados qualitativos pode ser considerada uma sequência de procedimentos de categorização. Normalmente, começamos categorizando nossos aspectos de dados um de cada vez; depois, conectamos as categorias aplicadas ao nosso *corpus* textual para observar as relações entre elas, obtendo formas de categorização mais complexas, ou seja, algumas versões difusas de taxonomias e tipologias. Esse processo incorpora o que Wright Mills chamou de “gramática” da imaginação sociológica (Mills 1959, tradução

portuguesa 1982: 230)¹⁸¹. No estudo do processo de desconversão, que teve como personagens os ex-membros da comunidade Damanhur, analisei as trajetórias biográficas dos desconvertidos, tentando categorizar cada etapa relevante¹⁸². Colocando as categorias aplicadas lado a lado, reconheci algumas relações entre os estágios dessa jornada rumo à magia. Concentrando-me na última parte da viagem e combinando diferentes categorias aplicadas ao corpus textual, defini um tipo ideal do processo de desconversão que inclui quatro etapas pelas quais os participantes passaram de maneiras diferentes. No jargão dos conjuntos difusos, isso significa que as narrativas de desconversão coletadas mostram um grau diferente de pertença ao tipo ideal proposto, o que está em sintonia com a noção original de Weber sobre o conceito, que desenvolverei a seguir.

O processo de categorização é tudo menos específico da pesquisa qualitativa; é a cifra cognitiva do modo de ser dos seres humanos no mundo, como foi poeticamente expresso por Douglas Hofstadter e Emmanuel Sander: "A categorização ininterrupta é tão indispensável para nossa sobrevivência no mundo quanto o batimento ininterrupto de nossos corações" (Hofstadter e Sander 2013: 15). A elegante analogia proposta por Hofstadter e Sander me permite esclarecer minha ideia da relação da pesquisa qualitativa com as práticas de senso comum. A visão recebida - positivista - da ciência a descreve como um jogo linguístico totalmente diferente daquele jogado por pessoas comuns, totalmente alheio à sua experiência do dia a dia. A visão da pesquisa qualitativa que inspira este livro vai na direção oposta. A pesquisa qualitativa é a continuação erudita do senso comum, com apenas um ingrediente adicional: reflexividade, que implica observar criticamente como sustentamos empiricamente nossas afirmações. Passando da categorização que realizo diariamente em minhas atividades, por exemplo, as de marido, pai, dançarino da música tradicional da minha região, dono de cachorro e e, ultimamente, avô, para as que realizo como sociólogo, tenho de acrescentar ao processo a observação crítica de minhas atividades cognitivas, uma tendência

¹⁸¹Podemos ler o que se segue no intrigante Apêndice do livro *Sociological Imagination, intitulado Do Artesanato Intelectual*. "Para o sociólogo, a classificação cruzada é o que a diagramação é para o gramático. Sob muitos aspectos, a classificação cruzada é a gramática mesma da imaginação sociológica" (Mills, 1959, tradução portuguesa 1982: 230). Por razões que ficarão claras em um momento, eu prefiro usar o termo categorização proposto por Douglas Hofstadter e Emmanuel Sander (2013) em vez de classificação.

¹⁸²Eu estava encarregado de analisar a desconversão dos ex-membros da Damanhur, e Nicola Pannofino dos outros três novos movimentos religiosos considerados no estudo.

persistente de duvidar dialeticamente da minha maneira de esculpir representações dos fenômenos que estou estudando. Voltando ao processo de categorização, a definição de Hofstadter e Sander é um ponto de partida necessário para meu argumento.

O ato de categorização é a tentativa de vinculação gradativa e em tons de cinza de uma entidade ou situação a uma categoria anterior em nossa mente. A natureza provisória e não preto-e-branco da categorização é inevitável e, ainda assim, o ato de categorizar muitas vezes parece perfeitamente definido e absoluto para o categorizador, já que muitas das nossas categorias mais familiares parecem, à primeira vista, ter limites precisos e nítidos, e essa impressão ingênua é incentivada pelo fato de que o uso cotidiano das palavras pelas pessoas raramente é questionado; na verdade, todas as culturas constantemente, embora tacitamente, reforçam a impressão de que as palavras são simplesmente rótulos automáticos que vêm naturalmente à mente e que pertencem intrinsecamente a coisas e entidades (Hofstadter e Sander 2013: 14).

O que me parece muito importante nessa definição é o lembrete aberto do carácter vago (no sentido da lógica de conjunto difusos) do nosso processo de categorização, que não pode ser representado como a organização das coisas do mundo em “diferentes gavetas de uma cômoda” (13). Esse carácter vago deliberado é o fio vermelho de todas as práticas de pesquisa qualitativa, desde a formulação de “conceitos sensibilizadores” (Blumer, 1969) até a representação dos resultados de nossa pesquisa por meio de metáforas, analogias e tipos ideais. O motor do processo de categorização é - continuando com Hofstadter e Sander - a analogia oposta à classificação “que visa colocar todas as coisas em caixas mentais fixas e rígidas” (20)¹⁸³.

Juntando todos os elementos do quebra-cabeça, o processo de análise de dados qualitativos pode ser definido como um processo de “categorização por meio da criação de analogias” (20), o que melhor se encaixa - em minha opinião - na sensibilidade ao contexto dos procedimentos de coleta de dados qualitativos e na própria natureza dos dados qualitativos. Depois de toda essa “filosofia”, algumas indicações de “como fazer” - às quais dedicarei o

¹⁸³Sobre a relevância da analogia para o processo de teorização, consulte Vaughan (2014).

restante deste capítulo - parecem necessárias.

Os fundamentos da análise de dados qualitativos podem ser resumidos em uma versão enxuta, por assim dizer, da análise de modelo proposta por Nigel King (King 2012), em cujas palavras: “A análise de modelo é um estilo de análise temática que equilibra um grau relativamente alto de estrutura no processo de análise de dados textuais com a flexibilidade de adaptá-lo às necessidades de um estudo específico” (426)¹⁸⁴. O que torna a versão da Template Analysis proposta aqui enxuta é a renúncia a um “alto grau de estrutura no processo de análise”, o que, mais explicitamente, significa renunciar a uma (necessária) “organização hierárquica” (431) do processo de categorização proposto pelo psicólogo britânico (“codificação”, nas palavras de King). King apresenta a *Template Analysis* (locução que, em português, pode ser traduzida com *Esquema ou modelo analítico*) como um processo que combina procedimentos orientados por teoria e dados (430), caracterizado por uma flexibilidade específica que permite “que os pesquisadores a adaptem ao seu próprio estilo de análise de dados qualitativos” (447). Aqui, adotarei todos os aspectos flexíveis da proposta de King, incluindo a liberdade sublinhada de qualquer estrutura teórica ou epistemológica, deixando para o usuário dessa versão de esquema analítico a escolha de usar ou não a parafernália técnica dos procedimentos de codificação, como a codificação hierárquica ou lateral que caracteriza a versão completa dessa abordagem.

Em poucas palavras, o procedimento de análise proposto começa com a definição de um conjunto de categorias para analisar o corpus textual. Essas categorias provêm principalmente de nossas perguntas de pesquisa e do quadro teórico no qual as perguntas de pesquisa germinaram. As categorias que compõem a versão inicial do modelo devem ser definidas como “conceitos sensibilizadores” (Blumer 1969: 148) para permitir a “categorização por analogia” (Hofstadter e Sander 2013: 20), definida anteriormente como central na análise de dados qualitativos. O esquema analítico inicial pode ser aplicado a todo o corpus textual ou, seguindo o conselho de King (2012: 435), a um subconjunto de nossos dados para uma avaliação preliminar. A aplicação do primeiro núcleo da ferramenta de categorização produz três resultados:

- Algumas categorias iniciais serão eliminadas devido à sua incapacidade de reconhecer aspectos relevantes no corpus textual;
- Algumas categorias iniciais serão modificadas para se adequarem melhor aos materiais empíricos analisados;
- Algumas novas categorias serão criadas, talvez inventadas por meio de um *élan* abduutivo, impulsionado pela necessidade de dar sentido a alguns fatos surpreendentes (consulte o Capítulo 3).

De acordo com King, esse processo progride “por meio de um processo iterativo de aplicação, modificação e reaplicação do esquema analítico inicial” (430).

É importante ressaltar aqui que, devido à heterogeneidade dos dados qualitativos (consulte a Seção 5.1), todas as partes do corpus textual atribuídas a uma categoria têm uma relação de pertença difusa com ela. Além disso, qualquer dado individual, por exemplo, qualquer trecho de uma entrevista de um diário etnográfico, pode ser atribuído a mais de uma categoria na mesma área temática ou em áreas diferentes.

Anteriormente (Seção 5.1), apresentei três fragmentos de outras tantas entrevistas de ex-membros da comunidade de Damnhur: Nadia, Valéria e Luca. Por meio de uma combinação dos argumentos do sinal e da analogia, esses trechos foram categorizados como instâncias de um sentimento de inadequação expresso com intensidade variável (para fins ilustrativos, atribuí a essa categoria os três casos com uma função de pertença que varia de 0,6 a 0,8). Todos os três extratos podem ser categorizados, por exemplo, como o tipo de metáfora usada para expressar esse sentimento: uma metáfora visual para Nadia (a referência ao filme) e duas versões diferentes de uma metáfora física/mecânica para Luca (um mecanismo) e uma para Valeria (a ideia de fardo). Uma categorização múltipla e difusa também pode ser aplicada ao trecho do Doutor Bruno (veja anteriormente). Parece razoável reconhecer um estilo assertivo: “você não pode” foi usado duas vezes, junto com um “você deve” e uma aspereza que - considerando outras interações com pacientes - parece ser a chave expressiva para o Dr. Bruno. Ambas as categorias detectadas podem ser aplicadas ao texto cur-

to com uma função de pertinência difusa ou, em outras palavras, por meio de uma atribuição analógica que respeita a natureza dos dados disponíveis.

O processo de categorização pode ser orientado tanto pelo conteúdo do corpus textual quanto por seus atributos formais. Com relação aos aspectos substantivos dos textos, a melhor fonte para a germinação de categorias são as teorias que orientaram a definição do desenho da pesquisa, bem como todas as teorias que encontro, às vezes o choque (Gadamer 1960, tradução portuguesa 1999: 403) com dados empíricos pode ser necessário¹⁸⁵. Na análise de conteúdo de um texto, podemos considerar tanto a presença quanto a ausência. Arriscando a avaliação do estilo clínico do Dr. Bruno por meio da análise de um texto de menos de 80 palavras do - uma liberdade tomada por uma questão de brevidade - o que está faltando na interlocução com Sofia parece ser o interesse em sua versão da história. A detecção das ausências em um texto deve ser orientada por um quadro teórico específico para evitar o reconhecimento de uma ausência irrelevante. O Dr. Bruno não abordou a questão da invasão da Terra por alienígenas ou o tópico da centralidade da teoria da argumentação na prática da pesquisa qualitativa (embora esse último possa ser considerado um pensamento muito bizarro, se não louco). De modo geral, a detecção de uma ausência implica uma comparação com um texto - real ou virtual - cuja relevância deve ser defendida. Contando com uma expressão textual mais longa da interação do Dr. Bruno com os pacientes, podemos comparar esses textos com um tipo ideal de entrevista clínica realizada por um psiquiatra fenomenologista (por exemplo, Ludwig Binswanger, Eugène Minkowski ou o pai da reforma do sistema psiquiátrico italiano, Franco Basaglia, bem conhecido no Brasil¹⁸⁶). Também podemos tomar como referência as entrevistas clínicas realizadas por alguns dos colegas do Dr. Bruno que trabalham na mesma ala ou em outras alas.

A análise dos aspectos formais do corpus textual pode levar em conta a estrutura narrativa ou argumentativa dos discursos

¹⁸⁵Sobre a função da teoria para o raciocínio analógico, concordo totalmente com Diane Vaughan, que afirma que: "Em contraste com a abordagem de Glaser e Strauss (1967) sobre a teoria fundamentada - que procede indutivamente, sempre começando de uma posição teórica objetiva e neutra - para deixar a teoria 'emergir' dos dados, a teorização analógica pressupõe que sempre temos um conjunto de teorias e conceitos em mente e, portanto, devemos torná-los explícitos para rejeitar, reconceituar ou estender a teoria" (Vaughan 2014: 66-67).

¹⁸⁶Para uma reflexão sobre o pensamento de Basaglia no Brasil, consulte Prado Kantorski et al. (2021).

analisados. Esse tipo de análise é obviamente devedor de teorias específicas das quais tomou emprestadas as ferramentas de categorização necessárias. Em um de meus primeiros encontros com a loucura (Cardano, 2007), analisei as narrativas de doenças de pacientes de saúde mental usando uma versão básica do esquema narrativo proposto por Algirdas Julien Greimas (1987). A conotação “básica” da versão do esquema usado me permite introduzir uma observação mais geral sobre o uso da teoria e das ferramentas teóricas. Acredito que devemos *empregar* essas ferramentas com toda a liberdade que seu uso criativo exige. A ortodoxia em uma ciência empírica pode se tornar uma limitação que nos impede de realizar um diálogo frutífero com nossos dados (cf. Czarniawska 2004: 80-81). Voltando ao semiólogo lituano, Greimas propõe um esquema semiótico destinado a analisar todo discurso narrativo por meio da definição dos mecanismos narrativos que dão significado à história. O núcleo de cada narrativa é a relação entre um sujeito - geralmente o protagonista/herói - e um objeto de valor. A tarefa do sujeito é conquistar ou defender o objeto de valor. Em narrativas complexas, o sujeito precisa enfrentar um oponente que dificulta as ações do herói e também pode contar com o apoio de um ou mais ajudantes por meio de uma sequência de vicissitudes que Greimas organiza em quatro fases: contrato, competência, *performance* e sanção.

Vamos considerar um típico conto de fadas que começa com uma princesa prometendo casamento a um príncipe, o herói da história. Durante os preparativos para o casamento, um dragão maligno chega e sequestra a princesa do nada. Assim, o sujeito, o príncipe, e seu “objeto de valor”, a princesa, são separados pelo oponente, o dragão maligno. O príncipe se compromete a resgatar a princesa mantida em cativeiro pelo dragão em uma torre alta e aparentemente inacessível. Essa é a fase do contrato. Apesar de seu treinamento na arte da guerra, os príncipes geralmente não estão preparados para combater dragões. Assim, o príncipe decide aprender a exigente arte de lutar contra dragões. Para este fim, o príncipe vai até um eremita – um ajudante – que mora nas montanhas, que lhe ensinará a arte de lutar contra dragões. Essa é a fase de competência. Quando o príncipe está pronto, ele vai ao castelo do dragão maligno para desafiar o oponente verde, viscoso e cus-

pidor de fogo para um duelo. O duelo é a fase da *performance*. O duelo dura algum tempo, mas, no final, o dragão é derrotado, e o príncipe pode finalmente beijar a princesa. Essa é a fase de sanção. Durante essa fase, considerando os resultados de desempenho, é possível avaliar o grau de cumprimento do contrato. No caso em questão, com a cabeça do dragão maligno rolando colina abaixo, a sanção é positiva. Se o dragão tivesse prevalecido, a sanção teria sido negativa.

Analisar um conjunto de textos narrativos com o esquema de Greimas implica, em primeiro lugar, a individualização em cada texto da parte que incorpora as quatro fases canônicas: contrato, competência, *performance* e sanção, e depois categorizar a forma assumida, caso a caso, por cada uma delas. Essas fases narrativas não estão necessariamente em ordem: o contador de histórias pode começar a narrativa do final, na fase de sanção, ou do meio, na *performance*, retratando a si mesmo totalmente imerso na ação. Além disso, qualquer uma das fases da narrativa pode ser distribuída em diferentes lugares do texto. É possível encontrar a fase do contrato em parte no início do texto, em parte no meio e em parte no final. Para qualquer fase, depois de reconhecer onde - na narrativa - ela é contada, o analista precisa qualificar sua forma. Por exemplo, considerando o estágio do contrato das vicissitudes do príncipe, o analista deve avaliar se ele foi extorquido ou se foi a expressão do livre arbítrio do herói. Será que o príncipe estava realmente apaixonado pela princesa e decidiu livremente desafiar o dragão maligno para um duelo? Será que, em vez disso, o príncipe não estava apaixonado por uma bela criada e foi forçado pelo pai da princesa, o rei, a resgatar sua filha espinhenta e detestável?

Meu uso do esquema de Greimas na análise de narrativas de sofrimento mental exigiu uma articulação preliminar do modelo original. Às quatro fases canônicas, acrescentei mais uma, que desempenha a mesma função que a chegada do dragão maligno, ou seja, desencadear a história. No caso em questão, chamei essa fase de "roubo de saúde". Essa foi a minha articulação criativa ou empobrecedora do esquema original. Antes do roubo da saúde, os heróis de minhas histórias viviam uma vida feliz, inconscientemente unidos ao seu objeto de valor, a saúde mental. Algo deu errado e eles começaram a ser afetados pelo sofrimento mental.

A fase de contrato nessas histórias coincide com o compromisso do herói de reconquistar sua condição saudável. Competência é a fase em que o herói tenta identificar quem/o que é responsável por sua angústia e, em seguida (por meio de diagnóstico), dá um nome a ela. Com essa tarefa, o herói passa para a fase de *performance*, buscando remédios para seu sofrimento mental. A última fase de sanção decreta o grau de sucesso do herói no empreendimento de recuperação, na retomada do controle da própria vida (chamada em inglês *recovery*) o que não equivale necessariamente à restauração do estado original, aquele que precedeu a irrupção do sofrimento mental.

Alguns trechos das narrativas de doença analisadas podem ilustrar o processo de qualificação das cinco (quatro mais uma) fases das narrativas de doença. Primeiro, vamos considerar dois exemplos da fase do roubo da saúde, o evento de fundo que gera a ruptura biográfica (Bury, 1982) típica das narrativas de doença. Bianca e Cecília (todos os nomes são inventados) descrevem o roubo de sua saúde como a irrupção de vozes em suas cabeças (alucinações verbais, no jargão psiquiátrico).

Naquela manhã, era domingo; além do fato de que eu continuava ouvindo vozes e as vozes me diziam que algo ruim aconteceria com meu pai ou que algo ruim aconteceria comigo e que eu tinha que fazer todo o possível para me matar, diziam coisas desse tipo. Então peguei uma tesoura e, em um acesso de... Não sei o que foi, se foi um ataque de loucura ou o que foi... e enfiei a tesoura em minha garganta. Eram longas, tesouras de alfaiate, e então senti que estava sufocando. Saí para o patamar da escada e cobri o patamar com meu sangue. Meu pai chegou para retirar a tesoura e trazer uma toalha, e me disse: "Por que você está fazendo isso comigo? Por que está fazendo isso comigo?" Foi só isso (BIANCA).

Na prática, o fato de ter atingido meu cérebro [em um acidente de carro] me levou a ouvir vozes: vozes negativas e vozes positivas. As vozes consistiam em Não sei como posso dar um exemplo... se eu estivesse olhando para a varanda, elas me diziam: "Jogue-se no chão! Para que você serve? Você é inútil; jogue-se no chão!". Portanto, era um tipo de voz ofensiva, não era? Mas outras vozes eram tranquilizadoras: "Que boa garota, como

você fez bem esse trabalho!”. Tranquilizadoras, não? Quero dizer, sempre houve essa mistura de vozes que me incomodava e ainda sofro com isso, porque ainda me incomoda. Quando tive o primeiro sintoma, minha mãe estava nas montanhas, meu irmão estava voltando e eu tive o primeiro sintoma na casa da minha mãe. O que aconteceu? Comecei a ouvir vozes e tentei silenciá-las. Comecei a bater as portas com força e aumentei o volume do rádio para não ouvi-las. Então, todos os vizinhos ficaram preocupados porque eram dez horas da noite e disseram: “Que diabos ela está fazendo lá dentro, deve ter acontecido algo estranho! Quem sabe o que aconteceu naquela casa?”. Minha mãe era uma pessoa muito respeitada por todos. Deve ter acontecido alguma coisa, então chamaram o padre, chamaram a polícia, chamaram todo mundo, chamaram até o meu médico, que cuidava de mim! (Cecília)

Uma rápida comparação entre essas duas narrativas permite uma qualificação diferenciada da fase de roubo de saúde a partir de quatro pontos de vista. Na narrativa de Bianca, as vozes são associadas a um evento violento, dramaticamente evocado pelas imagens da tesoura do alfaiate presa na garganta e do sangue cobrindo o patamar da casa. Cecília foi atacada por sua voz, mas resistiu. Ela não se jogou da sacada, o que já diz muita coisa. Em relação a esse aspecto, é possível reconhecer diferenças nas características mais gerais das vozes ouvidas por Bianca e Cecília. As vozes que Bianca ouvia eram apenas malignas. Cecília nos contou que conviveu com vozes malignas e benignas. As vozes benignas lhe diziam que ela era uma boa moça, que trabalhava bem, e isso a animava. O drama de Bianca tem um personagem secundário, o pai que culpa profundamente a filha pelo que ela fez a ele (não a si mesma). A ação de Cecilia é realizada diante de uma plateia formada por vizinhos, e a questão é a perda de prestígio da família. Finalmente, na fase do roubo da saúde de Cecília, um embrião de explicação do início das vozes. Na narrativa de Cecília, as vozes surgiram após um acidente de carro que causou danos cerebrais.

As narrativas de doença analisadas se distinguem quanto à relevância anexada a cada uma das cinco fases consideradas, principalmente por causa do fechamento narrativo expresso pela fase de sanção. Ao considerar a sucessão das fases e o tipo de sanção, de acordo com Kenneth Gergen, defini três tipos principais de nar-

rativas: tragédia, comédia-romance e saga heróica (Gergen 1994: 197), considerando o julgamento dos contadores de histórias sobre o fim - no momento das entrevistas - de suas histórias; considerando se o herói chega ou não ao fim do sofrimento mental. Sobre a qualificação da última fase das narrativas, a leitura das histórias de Isabella e Egidio acrescenta alguns elementos úteis.

Também passei seis meses internada na Peony Villa, então eu estava realmente ... realmente em um estado ruim, de modo que até um médico de lá me disse: "Acabou para você, você vai ficar assim para sempre!". Ouvindo essas coisas ... que infelizmente eu ouvi - eu não as inventei porque estava bastante lúcida ... Então, para minha sorte, também fui internada na Villa Orchid. Foi minha salvação porque conheci Rossi, o diretor do hospital. Ele era um médico excepcional, e eu disse a ele: "Ajude-me a voltar, a encontrar minha vida; não acredito que nenhum ser humano mereça tudo isso!". Em resumo, minha sorte foi encontrar Rossi, que me ajudou a entender (ISABELLA)

Não é que eu vá mudar entre hoje e amanhã, mudar e me tornar uma pessoa mais confiante, mais calma, mais feliz. Sempre serei um pouco infeliz, digamos, sempre serei um pouco assim, com essa tristeza em mim. Não acho que ninguém possa tirar essa tristeza... Em vez de levar uma vida independente, estou sempre... digamos, vinculado pela benevolência dos outros.... Quero dizer, dependente da boa vontade dos outros, da bondade dos outros; não sou ... não sou autônomo e independente, sou dependente da bondade dos outros. Se os outros forem gentis comigo, posso me dar bem; se eles realmente não se importarem comigo, não poderei ir adiante (EGIDIO)

Vistas de seu final, a fase de sanção, essas duas histórias apresentam diferenças decisivas que permitem categorizar o gênero das duas narrativas. A de Egídio é, sem dúvida, uma tragédia em que, após a ruptura biográfica devido ao início do sofrimento mental, o protagonista é incapaz de reconquistar o controle de sua vida e a confiança em suas habilidades. A história de Isabella é diferente; ela desceu ao inferno tendo sua autoestima ferida pela insensibilidade do primeiro médico que conheceu (no papel de oponente), mas depois mostrou que era capaz de se recuperar, sob a orientação do médico Rossi (no papel de ajudante), dotando-a da

capacidade de entender e controlar sua alteridade¹⁸⁷.

Concentrando-se no aspecto formal de um texto, além de analisar sua estrutura narrativa, é possível - e às vezes compensador - considerar sua estrutura argumentativa. Todos os textos destinados a persuadir um público podem ser analisados usando algumas das ferramentas apresentadas no Capítulo 3, principalmente para fins metodológicos.

Dois excelentes trabalhos de pesquisa qualitativa ilustram como o processo de categorização pode incluir conceitos derivados do campo da teoria da argumentação. O exemplo mais eloquente, que eu saiba, é o estudo de Ineke Van der Valk sobre os discursos parlamentares de direita sobre imigração na França (Van der Valk 2003). O estudo foi desencadeado pelas surpreendentes façanhas do candidato extremista de direita Jean-Marie Le Pen, do Front National, durante a eleição presidencial da França em 2002. O sucesso de Madame Le Pen foi resultado de sua política de imigração baseada no princípio da "preferência nacional", que dava prioridade aos franceses - vendo os imigrantes, "o outro", como uma ameaça. Van der Valk se perguntou se o repertório antimigração estava igualmente enraizado na corrente mais moderada da direita francesa. Assim, ela analisou os discursos parlamentares de duas formações políticas francesas de direita menos radicais, a Union pour la Démocratie Française (União para a Democracia Francesa) e o Rassemblement pour la République (Agrupamento para a República). A acadêmica holandesa examinou os discursos políticos proferidos em 1996 e 1997 por dois membros do parlamento, um de cada um dos dois principais partidos de direita moderada.

Van der Valk sugeriu que os discursos políticos têm, principalmente, uma função persuasiva e que sua estrutura argumentativa pode ser analisada com proveito. O ensaio analisa os lugares comuns (*topoi*) que permeiam os discursos políticos, as falácias argumentativas nas quais os dois oradores caíram ao usar seus dispositivos retóricos. Em um lugar-comum, definido como "um recurso discursivo no qual é possível encontrar argumentos para sustentar uma conclusão" (319), Van der Valk encontrou a parafernália típica do fardo: os imigrantes são um fardo para as despesas sociais; a do desemprego: os imigrantes causam desemprego; a da exploração: os imigrantes se aproveitam da sociedade receptora ao desobede-

¹⁸⁷Uma pesquisa muito interessante que aplica um tipo de análise estrutural às narrativas de bruxaria (bruxarias) pode ser encontrada em Maluf (1993: 54 e seguintes).

cer às leis e às regras (324). Mais próxima dos aspectos formais dos textos estava a análise das falácias argumentativas, por exemplo, a do homem de palha e a dos argumentos ad-hominem. A falácia do homem de palha surge quando um “ponto de vista fictício é atribuído ao governo para facilitar a oposição” (325). O argumento ad-hominem muito comum (abusivo) surgiu para desacreditar os oponentes políticos, para contestar os políticos de esquerda, não por causa do conteúdo de suas propostas, mas por causa de sua credibilidade, “apontando inconsistências entre pontos de vista e práticas anteriores” (328), reproduzindo, assim, a variante típica do *tu quoque* (locução latina que significa “Você também”) da falácia ad-hominem. Em sua análise, Van der Valk também considera a dimensão retórica dos discursos políticos, concentrando-se nas metáforas usadas para representar os processos de migração, entre as quais predominam as de guerra e agressão.

Outra aplicação interessante da teoria dos instrumentos de argumentação pode ser encontrada no estudo realizado por Gilbert Ramsay acerca da discussão on-line sobre a Al-Qaeda (Ramsay 2012). Ramsay analisou Muslm.net, um fórum da Web em língua árabe dedicado especificamente à discussão de questões islâmicas, em que as posições da Al-Qaeda são geralmente criticadas, mas ainda encontram alguns defensores. A questão principal está relacionada às condições que possibilitam o desenvolvimento de contra-narrativas on-line contra a organização terrorista. Em um estudo exploratório inicial, Ramsay examinou as publicações de postagens de um membro do fórum, Ibn al-Badiya, do final de 2009 ao início de 2010. Ibn al-Badiya, envolvido em uma espécie de *shadowing* virtual, foi escolhido por sua posição clara contra as alegações da Al-Qaeda e também por sua capacidade de catalisar discussões sobre o tópico em questão¹⁸⁸. O acadêmico concentrou-se principalmente na estrutura lógica da discussão desencadeada por Ibn al-Badiya, observando como suas posições críticas contra a Al-Qaeda foram apoiadas ou criticadas. A análise da estrutura lógica das argumentações foi realizada assumindo, como modelo ideal-típico, a “discussão crítica”, definida, de acordo com Frans van Eeemeren e Rob Grootendorst, como “uma troca de pontos de vista na qual as partes envolvidas em uma diferença de opinião tentam sistematicamente determinar se o ponto de vista ou os pontos

¹⁸⁸*Shadowing* é um tipo de observação focada em um indivíduo que o pesquisador segue como uma sombra por alguns dias ou semanas (consulte a Seção 2.1).

de vista em questão são defensáveis à luz de dúvidas ou objeções críticas” (Van Eemeren e Grootendorst, 2004: 52). Devido ao tópico - Al-Qaeda - a atenção foi concentrada nos desvios da discussão crítica, com atenção especial às falácias. Para realizar a análise, Ramsey introduziu algumas transformações nos textos considerados que permitiram que eles se encaixassem melhor no modelo analítico. O confronto dialético desencadeado pelas postagens de Ibn al-Badiya passou por um processo de quatro etapas: i) a remoção dos elementos irrelevantes para a análise; ii) a integração de textos com aspectos implícitos ao argumento; iii) a substituição de formulações ambíguas por outras mais claras; iv) o rearranjo das reivindicações para enfatizar seu papel no confronto dialético (Ramsay 2012: 57; Van Eemeren e Grootendorst 2004: 103-104). Essa passagem pode ser importante na análise de textos não tão meditados, como aqueles preparados para um debate parlamentar (cf. Van der Valk 2003).

A defesa das alegações da Al-Qaeda, a tentativa de desconstruir as contra-narrativas, baseou-se principalmente em duas estratégias falaciosas: uma atitude evasiva e o avanço do argumento ad-hominem.

Em todos os casos avaliados, as tentativas de criticar a Al-Qaeda foram recebidas com pelo menos algumas respostas ad hominem ou evasivas. Os membros da comunidade autodenominada “jihadí” do fórum pareciam presumir, de forma mais ou menos automática, que os críticos consistentes da Al-Qaeda eram funcionários pagos por governos ou organizações afiliadas (58).

Tornar nosso modelo sensível aos aspectos narrativos e argumentativos implica considerar, entre os procedimentos de categorização, os aspectos formais que complementam a atenção aos aspectos substantivos dos textos.

A aplicação ao corpus textual de nosso modelo crescente produz um conjunto de categorizações que é necessário acompanhar como uma etapa preliminar para a análise de suas relações. Há muitas maneiras de acompanhar as categorizações aplicadas aos nossos dados de forma eficiente. Passamos da forma mais primitiva, baseada na anotação manual na versão impressa em papel de nossos textos das categorias atribuídas uma a uma, para o uso

mais tecnológico do software de análise de dados qualitativos auxiliado por computador (conhecido pelo acrônimo CAQDAS). A exploração dos resultados da pesquisa qualitativa na literatura que tive a oportunidade de consultar me persuadiu de que não há relação entre o grau de sofisticação informática da categorização (mais conhecida como codificação) e a qualidade dos resultados obtidos. A maneira pouco sistemática e, de certa forma, rapsódica de Erving Goffman de fazer análise de dados é bem conhecida, mas isso não prejudica a relevância das contribuições do sociólogo canadense¹⁸⁹. Simetricamente, o uso do CAQDAS mais sofisticado e a referência a qualquer uma das abordagens metodológicas possíveis, inclusive a proposta aqui, não garantem a qualidade ou a solidez dos resultados da pesquisa. Ler no resumo de um artigo que o autor usou o Nvivo, Atlas.ti ou Ethnograph na análise dos dados e que sua análise foi realizada sob os auspícios metodológicos da Teoria fundamentada, Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI) ou teoria da argumentação não me convence suficientemente da relevância dos resultados apresentados. O que me convence é a qualidade do diálogo entre dados e teorias permitido pelo caminho metodológico seguido. Portanto, o que precisamos para manter o controle de nossas categorizações e analisar as relações entre elas é o procedimento que melhor se adapta à nossa mentalidade e garante o mais alto nível de acurácia que podemos alcançar.

A versão mais simples desse procedimento, que está na base dos algoritmos dos CAQDAS mais sofisticados, é a organização da categorização atribuída em uma matriz como a proposta por Matthew Miles e Michel Huberman em seus escritos da década de 1980 e recentemente republicada em uma versão atualizada enriquecida pela contribuição de Johnny Saldaña (Miles e Huberman 1984; Miles, Huberman e Saldaña 2014). Huberman, Miles e Saldaña atribuem às matrizes principalmente a função de exibir de forma compacta os voluminosos dados produzidos pela pesquisa qualitativa. A partir dessa miniaturização, é possível analisar as relações entre as formas de categorização atribuídas às partes relevantes de nossos textos por meio da organização dos dados em uma matriz. Uma matriz é uma ferramenta originalmente desenvolvida por cientistas políticos para comparar países, principalmente em perspectivas qualitativas. O layout

¹⁸⁹O que foi dito no texto não deve ser lido como um convite - especialmente para os alunos - a não serem sistemáticos ou, pior ainda, descuidados. O cuidado, a ordem e a atenção metódica são importantes, mas não são suficientes nem necessários.

comum de uma matriz prevê a organização dos casos em linhas e a das propriedades em colunas. Na interseção entre um caso e uma coluna, encontramos o resultado de um processo de categorização. Um exemplo de matriz é ilustrado na Figura 5.3. A matriz apresenta algumas entrevistas clínicas psiquiátricas hipotéticas realizadas pelo Dr. Bruno (que conhecemos anteriormente, juntamente com Sofia).

<i>Casos de propriedades</i>	<i>Gênero</i>	<i>Nacionalidade</i>	<i>Foco do colóquio clínico</i>	<i>Clima emocional</i>	<i>Comportamento do paciente</i>
Sofia	Feminino	Italiano	A organização da vida do paciente após a alta do hospital. <i>Bruno: Você não pode voltar para casa, para sua mãe; você tem que voltar para a comunidade terapêutica (notas etnográficas pp. 17-19).</i>	A atmosfera é muito tensa e dura.	Profundo constrangimento e submissão.
Leonardo	Masculino	Italiano	Condição física: problemas urológicos. <i>Bruno: À tarde, tiraremos o cateter e você se sentirá melhor (notas etnográficas, p. 32).</i>	Simpático.	Preocupado, mas, por fim, confiante.
Saif	Masculino	Sudanês	Trauma sofrido durante a detenção na Líbia antes do desembarque em um navio superlotado na Itália. <i>Saif: Sonho com a prisão na Líbia o tempo todo. Não consigo dormir!</i> <i>Bruno: Hoje à noite a equipe vai lhe dar algo para dormir, não se preocupe (notas etnográficas pp. 41-45).</i>	Simpático, com uma predominância de orientação para o contraste de sintomas.	Profundamente desorientado.

<i>Casos de propriedades</i>	<i>Gênero</i>	<i>Nacionalidade</i>	<i>Foco do colóquio clínico</i>	<i>Clima emocional</i>	<i>Comportamento do paciente</i>
Tracy	Feminino	Francês	Conteúdo delirante e tratamento médico. <i>Tracy: Eu tenho o poder de curar as pessoas. Recebi esse dom dos alienígenas do Zodíaco.</i> <i>Bruno: Os alienígenas são verdes ou de outra cor? (notas etnográficas pp. 47-8)</i>	Humorístico. O Dr. Bruno e a enfermeira tiram sarro de Tracy.	Não está claro se Tracy entende a situação. Ela passa de um clima de brincadeira para a suspeita de estar sendo provocada. <i>Tracy: Está falando sério?</i>
Isabela	Feminino	Italiano	Abuso de drogas durante a evolução de uma crise psicótica. <i>Isabela: Não fumo há muito tempo.</i> <i>Bruno: Você tem certeza? O texto da urina mostra o contrário! (notas etnográficas, pág. 53).</i>	Muito severo. O Dr. Bruno enfatiza que não gosta de ser provocado pelos pacientes.	Ligeiro constrangimento misturado com agressividade verbal. <i>Isabela: Seus policial de merda!</i>
Fulvio	Masculino	Italiano	Interrupção da contenção física e exigência de um comportamento mais "apropriado" do paciente durante os dias restantes no hospital. <i>Bruno: Se removermos a restrição, você terá que se comportar. Está entendendo o que quero dizer?</i> <i>Fulvio: Sim, tenho de me comportar como uma pessoa normal e tomar os remédios (notas etnográficas, p. 67).</i>	Severo. O aparece uma dimensão de ameaça implícita: "Se você não se comportar, será amarrado novamente".	Submissão e medo.

Figura 5.3 Matriz hipotética nas entrevistas clínicas psiquiátricas de doutor Bruno

De uma forma quase fictícia, os exemplos representam seis colóquios clínicos categorizados em cinco propriedades constitutivas do modelo que orienta o processo de categorização. A matriz da Figura 5.3 é aberta em relação a casos e propriedades e deve ser imaginada como contendo - em sua versão completa - todas as entrevistas psiquiátricas observadas do Dr. Bruno e todas as propriedades que poderiam constituir o esquema analítico (no sentido de Nigel King) usado na análise de dados. Entre as linhas, podemos ver os perfis dos seis pacientes e a propriedade usada para o processo de categorização nas colunas. Com exceção das células definidas pela interseção entre os nomes dos pacientes e as duas propriedades sociodemográficas, gênero e nacionalidade, testemunhados por meio de observação direta, as outras células são caracterizadas por duas características: a qualificação do caso para a propriedade considerada e um fragmento do corpus textual que - em parte - justifica a categorização. Vamos considerar a categorização do foco do colóquio clínico de Sofia:

A organização da vida do paciente após a alta hospitalar.

Você não pode voltar para casa, para sua mãe; você tem que voltar para a comunidade terapêutica (BRUNO).

A matriz ilustra que o foco do colóquio eram as condições de vida da paciente após a alta, mas esse não era o único foco. No trecho mais longo da interação entre o médico e a paciente (veja anteriormente, página 180), também podemos reconhecer o ataque surpreendentemente duro do médico à autoestima de Sofia. Em três das entrevistas psiquiátricas inventadas, as de Sofia, Isabella e Fulvio, o clima emocional é caracterizado por uma dureza especial. As três cenas clínicas não são uniformes nem os perfis dos pacientes, portanto a categorização proposta depende do raciocínio analógico. Além da especificidade das três interações médico-paciente, observamos algumas semelhanças, algumas semelhanças de família que autorizam atribuí-las à categoria de um "clima emocional severo". A pertença das três instâncias empíricas em questão à categoria "clima emocional severo" é baseado na lógica dos conjunto difusos. O Dr. Bruno foi mais duro (temos que imaginar esse julgamento apoiado por extensas notas de campo)

com Isabella, percebida como uma enganadora, do que com Fulvio, devido à sua docilidade forçada. O doutor foi ainda menos duro - mas ainda assim azedo - com Sofia. O texto em itálico oferece um item de material empírico que autoriza a categorização aplicada. Para encontrar todos os elementos que sustentam a categorização proposta, temos de considerar a interação completa entre o Dr. Bruno e Sofia, cuja localização nas notas de campo está indicada na célula: (por exemplo, *notas etnográficas*, pp. 17-19). Tudo isso mostra uma diferença importante entre as matrizes usadas na pesquisa qualitativa e quantitativa, explicitada na nota de rodapé¹⁹⁰.

A matriz é o ponto de partida para detectar relações entre as categorizações aplicadas aos materiais textuais. As matrizes são abertas porque podemos alterar quaisquer categorizações atribuídas por meio de uma reformulação de nosso argumento de analogia. Elas também são abertas porque podemos adicionar novas linhas ou novas colunas em cada etapa da análise de dados, por meio do enriquecimento de nosso modelo analítico ou por meio do reconhecimento de semelhanças entre os casos analisados e alguns novos casos - mais uma vez com o auxílio do argumento da analogia (cf. Miles, Huberman e Saldaña 2014: 114).

Ao analisar nossos dados, a primeira tarefa é verificar a relação postulada como relevante no desenho da pesquisa. Essa ação geralmente é acompanhada por uma abordagem exploratória na qual o “fato surpreendente” detectado se torna - por meio de uma inferência abductiva (consulte o Capítulo 3) - uma coisa natural. Para essa finalidade, a observação atenta de casos desviantes pode ser esclarecedora. Quanto à abordagem exploratória, é

¹⁹⁰Na dependência do corpus textual completo da matriz, é possível reconhecer uma diferença importante entre as matrizes na pesquisa quantitativa e qualitativa. No caso de uma matriz quantitativa de casos por variáveis, como a que representa as respostas a um questionário, os códigos numéricos que a compõem constituem a representação estenográfica e completa dos comportamentos verbais dos entrevistados. [Se na linha que descreve o perfil do caso n (vamos chamá-lo de Mario), na intercepção com a coluna k, que contém informações sobre a escolaridade dos entrevistados, vímos o número 2, teremos todas as informações de que precisamos para medir a escolaridade de Mario. No chamado livro de códigos, que constitui o acompanhamento de cada questionário, para cada pergunta temos um código (geralmente numérico) que identifica um estado da variável em questão. Para a variável educação, o código 2 tem um significado unívoco: "ensino fundamental", e aplicado ao caso de Mario, isso significa que Mario tem a licença do ensino fundamental. As coisas são diferentes para as matrizes qualitativas, em que as informações - representadas de forma menos compacta - se referem a conteúdos textuais, mas sem a capacidade de substituí-los, pelo menos da mesma forma que um símbolo pode substituir o que ele designa. Em outras palavras, a informação em uma célula de matriz qualitativa funciona como um cartão de lugar que indica onde está situada a passagem textual que sustenta a categorização proposta e antecipa, como auxílio à memória, alguns de seus conteúdos (consulte Barbour 2007: 196).

difícil até mesmo dar “conselhos amigáveis” (114), mas a sugestão geral de Miles, Huberman e Saldaña parece apropriada:

É sempre útil *começar com uma rápida varredura* - uma “análise com os olhos” ou “olhar com os olhos” para baixo nas colunas, nas linhas e nos caminhos da rede para ver o que chama a atenção. Em seguida, verifique, revise ou descon firme essa impressão por meio de uma análise mais cuidadosa (117).

Nesse estudo, podemos tomar como guia as categorizações mais promissoras, os “conceitos sensibilizadores” de nosso modelo analítico que parecem teoricamente mais relevantes, para observar como as outras categorias (ou propriedades) se relacionam com elas. Por exemplo, podemos nos concentrar no que está associado a uma atitude dialógica durante uma entrevista psiquiátrica, talvez a estrutura teórica adotada pelo médico, talvez sua experiência de sofrimento mental - consistente com o lugar comum do curador ferido. Também podemos tomar como guia os casos que, por razões teóricas ou empíricas, atraíram nossa atenção e observar quais propriedades definem seus perfis e quais - entre os outros casos - mostram algumas semelhanças familiares. Podemos, por exemplo, nos concentrar no enfermeiro que lutou contra a contenção física irracional e venceu a batalha para observar seu perfil e o relacionamento que ele mantém com os outros membros da equipe. A exibição da matriz permite a detecção de uma possível constelação de relacionamentos cuja consistência empírica deve ser verificada em relação aos materiais textuais completos (117). É somente voltando aos dados originais que podemos sustentar, de forma plausível, a existência de uma relação entre as categorias atribuídas aos nossos dados. Como eu disse anteriormente, as informações armazenadas em uma matriz qualitativa não substituem o conteúdo de nossos dados textuais (consulte N. 23).

Depois de reconhecer algumas relações relevantes entre as categorizações aplicadas ao nosso corpus textual e, em segundo lugar, identificar algumas constelações de propriedades, chegou a hora de representá-las. Ao fazer isso, temos de ter em mente a própria natureza dos dados que estamos gerenciando: seu caráter deliberadamente vago, aberto (*fuzzy*) devido aos procedimentos de coleta de dados adotados (a sensibilidade ao contexto dos procedi-

mentos de coleta de dados) e ao perfil epistêmico do processo de categorização (baseada sobre a lógica do conjunto difusos).

A ferramenta mais adequada para representar a constelação de propriedades identificadas por meio da análise das relações entre as categorizações aplicadas aos nossos dados é - em minha opinião - o tipo ideal weberiano. Max Weber definiu esse instrumento conceitual em um quadro distante de nossas reflexões sobre a natureza analógica do processo de categorização e a sensibilidade ao contexto dos procedimentos de coleta de dados qualitativos. No entanto, a proposta metodológica do sociólogo alemão se encaixa perfeitamente em nosso discurso¹⁹¹. Cito a definição weberiana de um tipo ideal como ponto de partida para nossa reflexão¹⁹².

O conceito de tipo ideal propõe-se a formar um juízo de atribuição. Não é uma "hipótese", mas pretende apontar o caminho para a formação de hipótese. Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos. (...) Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo a faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. É impossível encontrar empiricamente na realidade este quadro, em sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. (...) Este conceito, desde que cuidadosamente aplicado, cumpre as funções específicas que dele esperam, em benefício da investigação e da representação (Weber 1904; tradução portuguesa 2022: 137-138).

Weber enfatiza claramente a natureza antirrealista do conceito de tipo ideal que pode ser pensado como um instrumento, de acordo com Wittgenstein para "ver algo como algo" (Wittgenstein 1958: tradução portuguesa 1994: 277). Os dois "algo" (objetos) conectados no uso empírico do tipo ideal, os dados empíricos e sua

¹⁹¹A adequação do tipo ideal como uma ferramenta para sintetizar os resultados de uma análise analógica também é sugerida por Diane Vaughan (Vaughan 2014: 80).

¹⁹²Uma reflexão analítica sobre a noção weberiana de tipo ideal pode ser encontrada em Minayo (2014: 97-99). Nessas páginas, podemos encontrar uma definição clara da posição epistemológica convincente a partir da qual Weber propôs a noção de tipo ideal. "A intenção de Weber, ao propor o tipo-ideal como instrumento metodológico de compreensão da realidade é tornar as Ciências Sociais rigorosas e fidedignas, mas a partir de uma perspectiva diferente da abordagem positivista." (Minayo 2014: 99).

representação, são programaticamente diferentes. Na reflexão de Weber, não encontramos a ideia de isomorfismo estrutural que, ao contrário, caracteriza a antropologia de Levi-Strauss, para dar apenas um exemplo. O tipo ideal weberiano não é isomórfico com os fenômenos representados; é sua hipérbole programada que guia nosso olhar para os aspectos particulares que merecem mais atenção dos fenômenos examinados. Com mais *élan* analógico, podemos enquadrar essa atitude vesga na atividade de inventar metáforas. O que quero dizer aqui é que o tipo ideal weberiano tem uma estrutura metafórica intrínseca que torna seu uso promissor na pesquisa qualitativa.

Para reconhecer as correspondências analógicas entre o tipo ideal weberiano e a metáfora, a reflexão do filósofo analítico Max Black pode ser útil. Em seu influente livro “Modelos e Metáforas” (*Models and Metaphors*, 1962), Black oferece o exemplo do uso da metáfora ferina de um lobo para descrever um homem:

O efeito, então, de chamar (metaforicamente) um homem de “lobo” é evocar o sistema lobo de lugares comuns relacionados. Se o homem é um lobo, ele se alimenta de outros animais, é feroz, faminto, está envolvido em uma luta constante, é um necrófago e assim por diante. Cada uma dessas afirmações implícitas precisa agora ser adaptada ao sujeito principal (o homem), seja em sentidos normais ou anormais. Se a metáfora for apropriada, isso pode ser feito - pelo menos até certo ponto. (...) A metáfora do lobo suprime alguns detalhes e enfatiza outros, em suma, organiza nossa visão do homem (Black 1962: 41).

A última frase é o calque perfeito da definição de Weber do tipo ideal com base na ênfase unilateral de alguns aspectos do fenômeno representado. Algumas páginas depois, Black introduz a ideia de ver algo como algo, que é o segundo aspecto que o tipo ideal compartilha com a metáfora.

Uma metáfora memorável tem o poder de trazer dois domínios separados para uma relação cognitiva e emocional, usando a linguagem diretamente apropriada a um deles como uma lente para ver o outro; as implicações, sugestões e valores de apoio entrelaçados com o uso literal da expressão metafórica nos permitem ver um novo assunto de uma nova maneira (236-237).

A ferramenta weberiana, devido às suas propriedades lógicas, permite representar as relações entre as propriedades analisadas e organizadas por meio do processo de categorização, autorizando a associação difusa dos fenômenos incluídos no tipo ideal. Esse instrumento conceitual leva em conta a heterogeneidade dos procedimentos de coleta de dados e respeita o caráter deliberadamente vago do processo de categorização. O tipo ideal pode ser usado para representar qualquer tópico. Podemos criar tipos ideais de indivíduos, a partir da análise das transcrições de suas entrevistas. Podemos definir tipos ideais de organizações, de processos sociais (Vaughan propôs alguns tipos ideais de “desvio organizacional” 2014: 80), de eventos e de qualquer outro objeto que possa ser contemplado na pesquisa sociológica. A elaboração de tipos ideais nos permite considerar simultânea e sistematicamente um conjunto de características dos fenômenos sociais estudados, evitando a tediosa sequência de descrição do fenômeno estudado, uma propriedade de cada vez (“análise univariada” no jargão quantitativo). Por fim, o uso de tipos ideais dá a devida importância à teoria na análise de dados qualitativos.

A produção de um conjunto de tipos ideais, obviamente, não exclui nenhuma outra forma de representar os resultados da pesquisa, incluindo a descrição mais simples dos casos estudados em um modo analítico, considerando uma constelação menos complexa de propriedades. A ênfase que dei à construção de tipos ideais está relacionada ao seu status metafórico. Meu ponto de vista é que as metáforas, na pesquisa qualitativa, desempenham o mesmo papel que os modelos desempenham na pesquisa quantitativa, talvez de forma mais criativa como resultado da abertura intrínseca dessa ferramenta de representação.

Um exemplo importante do uso criativo de ferramentas metafóricas é o estudo realizado por Stuart Wright sobre a saída dos Novos Movimentos Religiosos (Wright 1991). Para o estudo desse processo de saída do papel, Wright propôs a substituição da metáfora da fuga de uma prisão - geralmente usada por movimentos anticultos - pela metáfora menos dramática do divórcio¹⁹³.

¹⁹³O uso da metáfora do casamento caracteriza a teorização analógica realizada por Diane Vaughan (2014: 73 e seguintes).

Ao fazer isso, Wright institui uma correspondência analógica entre os Novos Movimentos Religiosos (em suas palavras, “movimentos religiosos não tradicionais”) e o casamento. Os dois contextos sociais comparados exigem um compromisso pesado daqueles que decidem aderir, que consiste em lealdade, devoção e sacrifício. De acordo com Lewis Coser, ambas são “instituições gananciosas” (Coser 1974). Sair do casamento ou do Novo Movimento Religioso implica um envolvimento emocional intenso e ocorre em um contexto interativo. A metáfora proposta permite reconhecer a dimensão processual da desconversão, concentrando-se nas ações tanto do devoto quanto da organização “para salvar a união”.

Cada dispositivo metafórico tem um ponto cego, algo que não é visto adequadamente ou é distorcido, e no uso dessas ferramentas conceituais é essencial considerar os vieses e as limitações introduzidas por nossas escolhas conceituais. Nesse ponto, a contribuição de Mary Hesse pode ser útil. Em seu livro *Modelos e Analogias na Ciência* (*Models and Analogies in Science*), Mary Hesse oferece algumas sugestões para a análise, por assim dizer, da “adequação” de uma metáfora. Hesse considera a conhecida aplicação do modelo da bolas de bilhar para representar a teoria cinética dos gases (Hesse 1966) e distingue três dimensões da analogia: a positiva, a negativa e a neutra. A distinção foi expressa da seguinte forma pelo autor: “Quando tomamos uma coleção de bolas de bilhar em movimento aleatório como modelo para um gás, não estamos afirmando que as bolas de bilhar são, em todos os aspectos, como moléculas de gás, pois as bolas de bilhar são vermelhas ou brancas, duras e brilhantes, e não temos a intenção de sugerir que as moléculas de gás tenham essas propriedades. Na verdade, estamos dizendo que as moléculas de gás são análogas às bolas de bilhar, e a relação de analogia significa que existem algumas propriedades das bolas de bilhar que não são encontradas nas moléculas. Vamos chamar essas propriedades que sabemos que pertencem às bolas de bilhar e não às moléculas de analogia negativa do modelo. O movimento e o impacto, por outro lado, são apenas as propriedades das bolas de bilhar que queremos atribuir às moléculas em nosso modelo, e podemos chamá-las de analogia positiva. Agora, o importante nesse tipo de pensamento de modelo na ciência é que geralmente haverá algumas propriedades do modelo sobre

as quais ainda não sabemos se são analogias positivas ou negativas; essas são as propriedades interessantes porque, como argumentarei, elas nos permitem fazer novas previsões. Vamos chamar esse terceiro conjunto de propriedades de analogia neutra” (Hesse 1966: 8). Tomando alguma liberdade filológica, podemos dizer que as boas metáforas são aquelas que minimizam o componente de analogia negativa.

Concluindo nossa reflexão sobre a análise de dados, no capítulo seguinte e último, enfrentamos a questão da textualização, o processo pelo qual, de acordo com Geertz (1988), transformamos a vida dos participantes em nossos trabalhos científico.

06. A textualização

O estágio de chegada de qualquer pesquisa qualitativa é a textualização, o processo pelo qual transformamos a vida dos participantes em nossos trabalhos (Geertz 1988, tradução portuguesa 2018). Além disso, com a textualização, completamos a argumentação persuasiva esboçada por meio da definição do desenho da pesquisa e progressivamente elaborada durante o trabalho de campo e a análise. Agora podemos dar as últimas pinceladas nos argumentos que defendem a solidez dos resultados de nossa pesquisa, considerando tanto a robustez do caminho metodológico seguido quanto a capacidade de nossas evidências de dialogar com as teorias pertinentes. A especificidade da pesquisa qualitativa (consulte o Capítulo 2), a multivocalidade de sua redação, confere a esses argumentos uma curvatura peculiar, na qual a defesa da solidez dos resultados da pesquisa e a da adequação do método são apoiadas pelas vozes do autor e dos participantes.

Na Introdução, relembrei a clássica distinção aristotélica entre os meios de persuasão - *ethos*, *pathos* e *logos* - redefinida por meio da proposta extremamente sensível ao contexto de Ricca Edmondson (1984: Capítulo 1) como "autoapresentação" (para *ethos*), "sensibilização" (para *pathos*) e "estrutura abstrata do argumento" (para *logos*). Os capítulos 4 e 5 enfocam a dimensão do *logos*. O Capítulo 4 apresenta a estrutura lógica do argumento para defender a solidez das perguntas de pesquisa, a seleção de casos

e o caminho metodológico pelo qual planejamos resolver nossos quebra-cabeças intelectuais (no sentido de Mason, 2002). O Capítulo 5 discute a lógica da análise de dados qualitativos, concentrando-se nas ferramentas de argumentação para lidar com a heterogeneidade de nossos materiais empíricos. As seções a seguir abordam as duas outras funções dos argumentos persuasivos, a "sensibilização", buscada por meio da valorização da multivocalidade dos dados qualitativos, e a "auto-apresentação", obtida por meio de um relato reflexivo do "experimento de experiência" (Piasere, 2002: 27) realizado no campo.

6.1 Multivocalidade como uma "descrição dupla"

A multivocalidade da escrita é uma das características distintivas da pesquisa qualitativa. Com pouquíssimas exceções, a grande maioria dos textos que apresentam os resultados da pesquisa qualitativa é escrita por meio de uma combinação das vozes do pesquisador e dos participantes. As vozes dos participantes entram no texto principalmente por meio das citações que os pesquisadores escolheram de seus *corpora* textuais.

Esse tipo de redação serve a quatro objetivos diversos: i) convencer o público em nossa comunidade científica sobre a solidez de nossas afirmações; ii) evocar no leitor as cores e as emoções do campo, pintando-as com palavras ("sensibilização", no sentido de Edmondson, 1984); iii) dar voz aos participantes; iv) expandir as fontes do "relato reflexivo" ("autoapresentação", no sentido de Edmondson, 1984). A seguir, vou me aprofundar nessas quatro funções em um esforço para contrastar a pouca atenção que a maior parte da literatura metodológica que conheço dá a elas.

A primeira função - convencer a comunidade científica da solidez de nossas afirmações, mostrando-lhes as evidências que as sustentam - é amplamente tematizada na literatura metodológica. Como eu disse antes, há algumas exceções a essa regra, entre as quais a mais relevante é representada por um dos monumentos da pesquisa qualitativa: *Asylum*, de Erving Goffman. Entretanto, publicações mais recentes tendem a seguir a regra da "orquestração" (Bakhtin 2014: 430-431) entre a voz do autor

e a dos participantes¹⁹⁴. Bons exemplos de redação multivocal mostram que as citações são incorporadas no argumento do autor como evidência ou contraevidência, imbuindo o texto com uma dimensão dialética, na qual a voz do autor pode ser reforçada ou desafiada pela dos participantes. Algumas recomendações podem ser apropriadas com relação a esse ponto. A primeira sugere que as citações devem ser longas o suficiente para permitir que o leitor teste a solidez dos argumentos do autor em relação às citações. A qualidade de uma citação longa melhora significativamente quando as atividades de recortar e colar são reduzidas ao mínimo. Para decidir o nível correto de intervenção de edição, podemos nos fazer a seguinte pergunta crítica: "Na versão proposta da citação, o participante pode reconhecer seu ponto de vista ou não?" O segundo conselho vai na direção oposta, sugerindo que os pesquisadores evitem o uso excessivo de citações, pedindo que os autores poupem a tarefa de expressar seus pontos de vista de forma mais direta. Essa segunda recomendação contrasta com o que pode ser chamado de "a maneira preguiçosa de usar citações".

A segunda função da escrita multivocal, a de evocar as "cores" do campo, "para fazer com que os leitores se sintam como se estivessem lá, no campo" (Czarniawska 2004: 118), baseia-se em uma redefinição do papel das emoções na escrita não ficcional, sobre a qual parece apropriada uma reflexão mais aprofundada. Se no passado - com poucas exceções - as emoções eram consideradas algo a ser banido do discurso científico, nas últimas décadas, principalmente por meio da contribuição crítica da teoria feminista, as emoções, tanto do autor (veja Behar 1996) quanto do leitor, ganharam cidadania plena nas ciências sociais. Como ficará mais claro a seguir sobre a noção de "dupla descrição" de Gregory Bateson (Bateson, 1979), a combinação de um registro analítico e um emocional pode acrescentar profundidade ao nosso texto. Uma das áreas de pesquisa à qual dediquei a maior parte de meus estudos é a de saúde mental. Passei muitos dias observando a interação entre os pacientes e a equipe médica em enfermarias psiquiátricas, e coletei e analisei muitas narrativas de doenças de pesso-

¹⁹⁴Goffman escreveu *Asylum* (1961) combinando sua voz principalmente com outras vozes autorizadas extraídas de diários, autobiografias, romances, roteiros de filmes e, obviamente, da literatura científica; mas apenas algumas páginas contêm vozes de detentos e funcionários. Em uma releitura dedicada da versão original, publicada em 1961, encontrei apenas 8 páginas das 390 em que as vozes dos participantes são relatadas (Goffman 1961: 152, 153, 154, 161, 292, 293, 302, 311).

as afetadas por sofrimento mental. Ao descrever a experiência da ruptura biográfica que acompanha o início do sofrimento mental, é possível ser mais ou menos eloquente, mas nada pode substituir as palavras de alguém que encarnou essa experiência. Marta era uma mulher de 32 anos que morava (na época da entrevista) com seus pais; todos os três eram Testemunhas de Jeová. Ela descreve a irrupção do sofrimento mental como a invasão de seu corpo pelo demônio durante uma noite em que - contrariando a regra de sua congregação religiosa - ela foi a uma boate. Estas são suas palavras:

No clube, ouvi vozes que me diziam que, se eu dançasse, eles entrariam em mim e me ensinariam a dançar. E eu comecei, comecei a dançar e me senti como uma marionete nas mãos de alguém que estava me fazendo mexer, não? No entanto, eu... sei lá... aquelas vozes, todo mundo dizia que eram uma doença, e eu achava que eram espíritos malignos. Porque nós, as Testemunhas de Jeová, acreditamos no demônio, em espíritos malignos. E então, e
Então, à noite, senti que minha pélvis se movia sozinha, como se eu estivesse tendo relações sexuais com alguém invisível, não? Não quero chocá-lo, mas tenho certeza de que foi o diabo que corri o risco de ser expulso
[ela quer dizer da Congregação das Testemunhas de Jeová!]
(Cardano 2010: 260).

Essa evocação de emoções alimenta uma das maneiras mais comuns - tanto para acadêmicos quanto para leigos - de entender "os outros" por meio da "ressonância". Em um intrigante ensaio sobre a interpretação dos outros, sobre a tradução da cultura deles em nossas palavras, o antropólogo Unni Wikan introduz a noção de ressonância (Wikan 1992).

A essência do ensaio está relacionada à necessidade de ir além das palavras para entender a alteridade, tendo o cuidado de evitar afundar profundamente no "atoleiro" da linguagem, ficando atolado em seu significado literal (474). O caminho proposto é o da ressonância, entendida como a capacidade de usar a experiência de alguém "para tentar compreender ou transmitir significados que não residem em palavras, 'fatos' ou textos, mas que são evocados no encontro de um sujeito experimentador com outro ou com um texto" (463). Foi por meio de sua experiência de luto

devido à morte repentina e dramática de sua esposa que Renato Rosaldo conseguiu entender a raiva dos caçadores de recompensa de *Ilongod* (465; Rosaldo 1993)¹⁹⁵. A evocação de emoções é, em minha opinião, uma forma de ir além das palavras, possibilitando a experiência de ressonância para o leitor.

A terceira função desempenhada pela multivocalidade dos textos qualitativos está relacionada à possibilidade, dada aos participantes, de expressar suas vozes - embora com diferentes graus de autonomia. Essa questão tem sido abordada diretamente na comunidade antropológica desde a década de 1980, quando a chamada crise de representação surgiu no debate sobre a "Cultura da Escrita" (Clifford e Marcus 1986). A representação *em crise* era a das culturas nativas, questionada do ponto de vista epistemológico e ético. Como um antropólogo pode afirmar de forma plausível que representa sua cultura? O que dá aos antropólogos o direito de falar em nome dos nativos? Essa última pergunta é a mais relevante para nossa discussão. Dois antecedentes importantes sobre esse aspecto, ambos relacionados à recepção pelos nativos da representação de sua cultura, merecem ser mencionados. O primeiro é o livro de Oscar Lewis, *Os Filhos de Sánchez* (*The Children of Sánchez*, 1961), acusado pelos mexicanos de apresentar uma imagem unilateral de sua nação que enfatiza seu atraso. O outro antecedente é o livro de Nancy Scheper-Hughes, *Santos, Acadêmicos e Esquizofrênicos: Saúde Mental na Irlanda Rural* (numa tradução literal: *Saints, Scholars, and Schizophrenics. Mental Illness in Rural Ireland*, 1979), que, a começar pelo título, lança uma luz sinistra sobre a vida na Irlanda rural. Para dar aos nativos a possibilidade de dizer uma palavra sobre sua cultura, foi usada uma nova abordagem - "Antropologia dialógica", conforme definida por Denis Tedlock (1979, 1987). Essa corrente antropológica sustenta que a estrutura dialógica do campo deve ser reproduzida nos textos que representam as culturas dos nativos. Essa ideia foi orientada - quase literalmente - em duas obras frequentemente citadas, *Tuhami: Retrato de um marroquino*, numa tradução literal) de Vincent Crapanzano (1980), e *Moroccan Dialogues* (*Diálogos Morro-*

¹⁹⁵No ensaio de Rosaldo, *Grief and a Headhunter's Rage* (Luto e raiva de um caçador de cabeças), lemos: "Somente depois de ser reposicionado por meio de uma perda devastadora pude entender melhor que os homens mais velhos Ilongot querem dizer exatamente o que dizem quando descrevem a raiva no luto como a fonte de seu desejo de cortar cabeças humanas" (Rosaldo 1993: 3).

quinos, numa tradução literal), de Kevin Dwyer (1982). A estrutura desses livros é muito semelhante. O diálogo entre os antropólogos e seus principais informantes é realizado por meio da combinação da voz do autor, questionando ou comentando, e algumas citações longas dos participantes extraídas de transcrições de entrevistas e/ou conversas informais. Um pequeno trecho de *Tuhami*, o retrato de um fabricante de azulejos marroquino, pode dar uma ideia de como o conceito de diálogo foi implementado nesses livros.

— Minha mãe ainda era jovem quando meu pai morreu. As pessoas lhe diziam para se casar novamente. Ela se casou. Seu novo marido nunca me aceitou. Saí de casa. Fui trabalhar para uma mulher francesa, M.me Jolan. Eu trabalhava e dormia lá.

— Por que você não foi aceito?

— Éramos três. Ele não podia cuidar de todos nós, eu era o mais velho.

— O que sua mãe disse sobre isso?

— Minha mãe não teve tempo de dizer para eu ficar ou não ficar. Fui embora imediatamente.

A voz e os gestos de Tuhami eram de desprezo. Vários meses mais tarde, ele explicou melhor seus sentimentos.

— Eu estava com raiva, não queria que ela se casasse. É por isso que o marido dela não me queria por perto. Eu sempre gritava com ele e o insultava, batendo a porta na cara dele.

— Você estava com raiva de sua mãe?

— Não (Crapanzano 1980: 39).

Se for considerada a falta de familiaridade com a escrita dos dois principais informantes - ambos são analfabetos -, pode-se duvidar da autenticidade de suas vozes. De modo geral, a capacidade desse tipo de textualização de dar voz aos participantes foi questionada por alguns importantes estudiosos do debate antropológico, a começar por Stephen Tyler:

Aqueles que fazem desse diálogo o foco da etnografia estão, de certa forma, corretos, pois o diálogo é a fonte do texto, mas o diálogo transformado em texto, que deve ser a consequência, não é mais um diálogo, mas um texto disfarçado de diálogo, um mero monólogo sobre um diálogo, já que as aparições dos

informantes no diálogo são, na melhor das hipóteses, mediadas pelo papel autoral dominante do etnógrafo. Embora seja louvável incluir o nativo, sua posição não é melhorada, pois suas palavras ainda são apenas instrumentos da vontade do etnógrafo (Tyler 1987: 65-66, *itálico no original*).

Uma ideia menos objetivista do diálogo como um instrumento para dar voz aos participantes orienta a abordagem da "antropologia narrativa" eloquentemente expressa por Barbara Tedlock, antropóloga, curandeira xamânica e - como ela mesma faz questão de frisar quando assina seus livros - esposa de Denis Tedlock. Em seu livro, *The Beautiful and the Dangerous (O Belo e o Perigoso)*, ela orchestra sua voz com a de alguns índios Zuni, com quem ficou por um tempo. Barbara Tedlock não pretende reproduzir em seu texto o diálogo do campo, mas, de forma mais realista, representar seu encontro humano com os Zuni "como percebido por um narrador situado, que também está presente como um personagem na história" (1992: xiii-xiv). Seu texto consiste em muitas vozes que acompanham o leitor em uma jornada pela alteridade sem nenhuma pretensão especial de representar seus pontos de vista. De qualquer forma, a renúncia a qualquer pretensão objetivista não resolve o problema de dar-lhes uma voz autônoma.

Para lidar com essa questão, precisamos avançar em direção à proposta mais radical nesse campo: a etnografia colaborativa. Luke Eric Lassiter apresenta o conteúdo dessa abordagem em *The Chicago Guide to Collaborative Ethnography*. Lassiter, embora reconheça a influência que a metáfora do diálogo exerceu nas últimas décadas, sustenta que poucos estudiosos procuraram estendê-la para sua próxima etapa lógica: a cooperação entre etnógrafos e participantes no processo de textualização (Lassiter 2005: 3). Fazer etnografia colaborativa significa envolver os participantes - renomeados como consultores - em todas as etapas da pesquisa, desde a concepção até a redação. Essa abordagem implica uma redefinição do modelo de leitor de uma etnografia e, por extensão, de uma monografia qualitativa. Na etnografia colaborativa, não escrevemos para nossos "colegas da elite acadêmica" (6), mas para a comunidade à qual os consultores pertencem. O texto deve ser compreensível para esse público e, para isso, deve ser leve, com a

ausência de jargões técnicos. Em resumo, nas palavras de Lassiter, a etnografia colaborativa é "uma abordagem à etnografia que enfatiza deliberada e explicitamente a colaboração em todos os pontos do processo etnográfico, sem ocultá-la - desde a conceituação do projeto até o trabalho de campo e, principalmente, durante o processo de redação" (16)¹⁹⁶.

A coescrita de uma monografia pode ser obtida por meio de uma combinação de diferentes estratégias baseadas no envolvimento formal de consultores na redação do texto, passando da atribuição do papel de leitores e editores do texto como consultores principais para o envolvimento de um grupo maior de consultores, organizado por meio de grupos de discussão ou grandes fóruns comunitários (139-146). Seguindo estritamente meu raciocínio sobre a possibilidade de dar voz aos participantes, as indicações sobre o uso de citações são particularmente relevantes. Lassiter expressa esse ponto claramente:

Como a etnografia colaborativa se baseia em um co-compromisso ético e moral entre etnógrafos e consultores, devemos reconhecer, acima de tudo, que nossos colaboradores têm tanto direito de moldar e remodelar a representação de seu discurso, expressões e significados pretendidos quanto nós (129).

O compromisso ético de Lassiter não o impede de reconhecer as dificuldades e armadilhas dessa abordagem. A produção da etnografia colaborativa expõe o pesquisador às pressões dos consultores para que elabore um texto apologético que celebre as virtudes da comunidade estudada ou - mais provavelmente - de seu grupo líder (147-148). Lassiter, no entanto, está ciente do risco: os defensores da etnografia colaborativa são estigmatizados por "se tornarem nativos" e têm sérias dificuldades para publicar suas pesquisas onde isso seria importante para suas carreiras acadêmicas.

Lassiter contesta o argumento comumente usado para resistir à abordagem colaborativa, a pretensão do autor de fazer par-

¹⁹⁶A expressão por excelência dessa abordagem é representada pelo projeto de pesquisa coroado com a publicação de *The Other Side of Middletown* (Lassiter, Goodall, Campbell et al. 2004). O título desse livro se refere aos dois famosos estudos realizados pelo casal Lynd em Middletown, que se descobriu ser a cidade de Muncie, em Indiana (Lynd e Lynd 1929, 1937). Muncie tinha e tem, proporcionalmente, uma das maiores comunidades afro-americanas dos EUA, totalmente ignorada nos dois livros de Lynd. Para dar voz a essa parcela substancial da população de Muncie, foi projetada uma etnografia colaborativa envolvendo 75 estudantes universitários e colaboradores da comunidade envolvidos no processo de textualização (Lassiter 2005: 20).

te da cultura estudada ou, pelo menos, de estar em sintonia com ela. Ele define essas estratégias como "narrativas de adoção" (106) e as chama de desculpas. No entanto, ele é forçado a admitir que, para garantir o sucesso da etnografia colaborativa, "etnógrafos e consultores devem, antes de mais nada, compartilhar uma visão comum em algum nível; caso contrário, a colaboração se desfaz" (137). Para ser franco, pede-se aos pesquisadores que adotem a cultura da comunidade de consultores, correndo o risco de transformar os objetivos da pesquisa científica em partidarismo puro e simples (Hammersley 2000), sendo privados da possibilidade de criticar os pontos de vista dos consultores, ou em algo próximo ao trabalho social (Gross e Plattner 2002).

Essa longa digressão sobre a etnografia dialógica e colaborativa documenta como é difícil decidir até que ponto dar voz aos participantes. A adesão total a essa meta, expressa pela abordagem colaborativa, modifica radicalmente o objetivo da pesquisa científica que, embora respeite totalmente os direitos éticos dos participantes, pode ser autorizada a criticar os valores, as crenças e as práticas observadas. Além disso, a abordagem colaborativa alivia os autores de uma responsabilidade que - a meu ver - devemos assumir, por mais pesada que seja, "o ônus da autoria" (Geertz 1988, tradução portuguesa 2018: capítulo 6; veja também Tyler 1987: 66). Meu argumento básico é que é o autor que tem que orquestrar as vozes, tirando delas - os participantes - todas as contribuições possíveis, mas ainda reproduzindo suas vozes no texto de uma forma que não prejudique eticamente suas imagens. Quando for possível, podemos pedir aos participantes que revisem nossas citações (tecnicamente "reproduções", consulte a Seção 5.1) de seus discursos. Podemos pedir comentários sobre a versão preliminar de nossos trabalhos e incluí-los na versão final¹⁹⁷. Mas,

¹⁹⁷Usei esses dois dispositivos de escrita em minha atividade de pesquisa. O livro no qual destilei os principais resultados de minha tese de doutorado termina com um comentário de três páginas escrito pelo líder de uma das comunidades estudadas. O comentário, intitulado "Who are the Elves?" (Quem são os elfos?), contém uma descrição apologética da comunidade The Elves of the Great Ravine reproduzida literalmente (Cardano 1997: 289-291). Usei algo parecido com a revisão de citações em um pequeno livro que escrevi com um de meus alunos de mestrado sobre um pequeno grupo de autoajuda de Portadores da Voz (sobre o movimento dos Portadores da Voz, consulte Kantorski et al. 2017, 2018; Cardano 2018b). Esses grupos de autoajuda são compostos por pessoas que a psiquiatria convencional define como esquizofrênicas, mas que se definem de forma não estigmatizante como "ouvintes de voz". Em nosso livro, realizamos oito entrevistas aprofundadas com membros do grupo (que contava com dez pessoas). Transcrevemos as entrevistas na íntegra e depois reescrevemos as histórias contadas em narrativas em primeira pessoa ("Nasci em Turim, depois de uma gravidez de dez meses, como os burros. Minha família vem de um pequeno vilarejo perto de Nápoles"). Pedimos aos oito participantes que verificassem nosso texto e introduzissem todas as alterações que desejassem para a publicação final (Cardano e Lepori 2012: 44-75).

de qualquer forma, acredito que o pesquisador deve aceitar a responsabilidade pela autoria principal. De acordo com Barbara Czarniawska, o objetivo ético e político de dar-lhes voz deve "conviver lado a lado com a consciência de que estamos realizando um ato de ventriloquismo" (Czarniawska 2004: 122). Para concluir, o ato de dar-lhes voz é uma tarefa que a pesquisa qualitativa pode realizar, no que pode ser definido como ventriloquismo eticamente responsável, em que os pesquisadores mantêm seu ônus de autoria. A solução proposta apresenta algum atrito com a postura metodológica e política da cartografia, uma abordagem bastante popular no Brasil (ver Passos, Kastrup, de Escóssia 2009). Manter o ônus da autoria entra em conflito com o compromisso de sempre envolver os participantes, uma posição que Passos, Kastrup e de Escóssia expressaram claramente no que se segue. "A política de não fazer dos participantes meros objetos da pesquisa e da construção coletiva do conhecimento revela-se aí com toda a sua força" (Ibidem. 72). Essa sugestão faz sentido na perspectiva mantida pelos estudiosos da cartografia, onde pesquisa significa principalmente ação, onde a transformação da realidade é a condição necessária para sua compreensão: "transformamos a realidade para conhecê-la, e não o inverso a realidade para conhecê-la, e não o inverso" (Ibidem: 110). Sem negar a relevância da pesquisa-ação, que conta com uma tradição muito robusta tanto na Europa, com Kurt Lewin, quanto no Brasil, com Paulo Freire, penso que, na vasta área das ciências sociais, uma abordagem principalmente epistêmica deve ter espaço, além da pesquisa-ação. Voltando à questão da autoria, o que não me parece convincente na abordagem cartográfica é o objetivo da "dissolução do ponto de vista do observador" (Ibidem: 109). Esse objetivo fusional me deixa bastante desconfortável. Nesse ponto, prefiro a perspectiva mais realista - a meu ver - de reconhecer a posição do observador, reconhecendo que o modo de estar no mundo do observador contribui para definir seu olhar sobre os fenômenos estudados.

Por meio da quarta e última função da multivocalidade, as palavras dos participantes podem oferecer uma contribuição especial para a elaboração de relatos reflexivos (Altheide e Johnson, 1994), constituindo um ingrediente necessário do argumento com o qual a solidez dos resultados da pesquisa é defendida. Como de-

envolverei mais detalhadamente na próxima seção, o relato reflexivo é a ferramenta que permite honrar a obrigação de prestar contas dos procedimentos metodológicos e práticos adotados para analisar os dados, por meio da função de "autoapresentação" do nosso argumento (Edmondson 1984: 16), como eu disse acima, uma meta mais realista em comparação com a "dissolução do ponto de vista do observador" (Passos, Kastrup, de Escóssia 2009: 109). Os discursos deles sobre nossas práticas de pesquisa podem ser considerados uma fonte de uma versão ampliada da reflexividade (Enzo Colombo: comunicação pessoal). A forma como a obrigação de prestar contas é geralmente honrada baseia-se apenas no olhar e na voz do pesquisador comprometido em produzir um relato reflexivo de sua experiência no campo. As vozes dos participantes podem expandir a área de reflexividade quando o autor decide tirar proveito de sua descrição - espontânea ou solicitada - do relacionamento que manteve com eles.

Todas as formas de orquestração entre a voz do autor e a voz dos participantes podem ser enquadradas na noção de "descrição dupla" de Gregory Bateson (Bateson 1979, tradução portuguesa 1986: 81). O ponto principal de Bateson é simples: "duas descrições são melhores do que uma" (Ibidem: 145). À primeira vista, essa proposição parece nada mais do que uma banalidade. Em termos de informação, mais é melhor do que menos. No entanto, as coisas mudam se considerarmos essa simples declaração por meio de lentes epistemológicas. Na visão recebida - positivista -, uma descrição pode ser verdadeira ou falsa de acordo com sua correspondência com a realidade¹⁹⁸. Admitir que duas descrições são melhores do que uma é equivalente a afirmar que nenhuma delas pode se vangloriar do monopólio da verdade¹⁹⁹. O que pode fazer a diferença entre duas descrições diz respeito exclusivamente à sua fecundidade heurística, à sua capacidade de chamar a atenção para alguns aspectos relevantes do fenômeno em estudo. Aliás, isso acontece com o uso do tipo ideal weberiano²⁰⁰. Bateson

¹⁹⁸No texto, faço alusão à concepção de "verdade como correspondência" comumente atribuída a Alfred Tarski.

¹⁹⁹Na concepção semântica da verdade, baseada na ideia de isomorfismo entre o mundo e a linguagem, bem ilustrada pelo *Tractatus de Wittgenstein* (1921), se duas descrições são diferentes, uma e somente uma pode corresponder aos fatos que retrata por meio da linguagem.

²⁰⁰A posição antirrealista de Bateson surge claramente algumas páginas antes da citação. No capítulo anterior, lemos: "A ciência às vezes abre hipóteses e, às vezes, as refuta. Entretanto, a prova seria outro assunto e talvez nunca ocorra, exceto no domínio da tautologia totalmente abstrata.". Algumas páginas depois desse ponto, encontrei uma expressão mais gráfica: "A ciência investiga; ela não prova". (Bateson 1979: tradução portuguesa 33, 36).

expressa a razão que sustenta sua afirmação - duas descrições são melhores do que uma - apresentando uma sequência de argumentos a partir de exemplos, dentre os quais três se adequam melhor aos meus propósitos. A primeira ilustração vem da matemática e mostra como a simples combinação de duas "linguagens sinônimas" (Ibidem: 82) pode enriquecer nosso conhecimento. O exemplo se refere ao teorema matemático do quadrado de um binômio: $(a + b)^2 = a^2 + 2ab + b^2$. Bateson observa que essa expressão algébrica "em si é suficientemente demonstrada pelo algoritmo da multiplicação algébrica" (Ibidem: 82). Não tenho tanta certeza; quando eu era estudante, aprendi de cor para sobreviver a um professor de matemática não tão brilhante. Finalmente compreendi completamente a fórmula quando li a representação geométrica do teorema no livro de Bateson. Consideremos a linha reta e imaginemos que ela seja composta de dois segmentos, a e b. O quadrado construído sobre a linha $\alpha\beta$ pode ser representado, como mostrado na Figura 6.1.

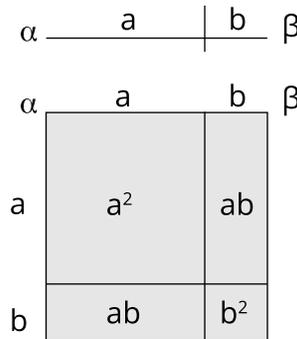


Figura 6.1 Descrição dupla por meio da representação geométrica do quadrado binomial²⁰¹

A representação geométrica deixa muito claro o que para mim era uma fórmula esotérica. Na figura, podemos ver dois quadrados de dimensões diferentes (sendo $a \neq b$), a^2 e b^2 e dois retângulos de dimensões idênticas, que podem ser adicionados. Portanto, com todo o meu coração, posso agora pronunciar com orgulho: $(a + b)^2 = a^2 + 2ab + b^2$!

²⁰¹A posição antirrealista de Bateson surge claramente algumas páginas antes da citação. No capítulo anterior, lemos: "A ciência às vezes *abre* hipóteses e, às vezes, as *refuta*. Entretanto, a prova seria outro assunto e talvez nunca ocorra, exceto no domínio da tautologia totalmente abstrata.". Algumas páginas depois desse ponto, encontrei uma expressão mais gráfica: "A ciência *investiga*; ela não prova". (Bateson 1979: tradução portuguesa 33, 36).

A segunda ilustração da magia, se me permitem, da dupla descrição vem do campo da neurofisiologia e está relacionada ao fenômeno da soma sináptica e foi apresentada por Bateson da seguinte forma:

Adição de sinapse é o termo técnico empregado em neurofisiologia para aqueles momentos em que um neurônio C é disparado somente por uma combinação dos neurônios A e B. A sozinho é insuficiente para acionar C, assim como também o é B sozinho; entretanto, se os neurônios A e B disparam juntos dentro de um período limitado de microsegundos, C é atingido (ver Figura). Observem que o tempo convencional para esse fenômeno, adição, sugeriria um adicionamento de informação de uma fonte à informação de outra. O que acontece realmente não é uma soma, mas uma formação de um produto lógico, um processo mais próximo da multiplicação (Bateson 1979, tradução portuguesa 1986: 80).

Nessa última situação, a combinação dos dois elementos aproximados produz uma informação adicional que é ainda mais clara no exemplo que estou prestes a apresentar: a visão binocular. Nossa espécie - a humana, não apenas os pesquisadores qualitativos - e também muitos outros animais, que veem o mundo por meio de dois olhos normalmente idênticos olhando para o mesmo objeto de observação; mas isso, de acordo com Bateson, pode ser considerado "um emprego desnecessário dos órgãos sensoriais" (Ibidem: 77). Mas o que faz a diferença em observar o mundo com dois olhos em vez de um (como Polifemo aprendeu às suas próprias custas) é a informação sobre a profundidade de campo. Por meio da visão binocular, "quem vê é capaz de melhorar a solução nas bordas e nos contrastes; e é mais capaz de ler quando as letras são pequenas ou a iluminação é deficiente. O que é mais importante é que é criada informação sobre profundidade. Em uma linguagem mais formal, a *diferença* entre a informação fornecida por uma retina e aquela fornecida por outra é ela própria uma informação de tipo *lógico diferente*. Parlindo essa nova espécie de informação, a pessoa que vê adiciona uma *dimensão* adicional ao ato de ver." (Ibidem 77-78). Esses e mais alguns exemplos de dupla descrição permitem que Bateson conclua:

Deve ser esperada, em princípio, profundidade adicional num sentido metafórico, sempre que a informação das duas descrições for diferentemente coletada ou diferentemente codificada. (...) O agregado é maior do que a soma das suas partes porque a combinação das partes não é uma simples adição, mas é da natureza da multiplicação ou do fracionamento, ou da criação de um produto lógico: um momentâneo vislumbre de esclarecimento (Ibidem 78, 95).

O tema da dupla descrição surge, embora não de forma tão sistemática como em *Mente e Natureza*: a unidade necessária (*Mind and Nature*, no original), em uma das primeiras publicações de Bateson, *Naven*, um livro que reúne os resultados da pesquisa antropológica realizada em um ritual praticado pelos Iatmul, uma tribo caçadora de cabeças da Nova Guiné (Bateson, 1936). No primeiro capítulo desse pesado livro, intitulado Métodos de apresentação, Bateson sustenta que há dois métodos principais para apresentar "a totalidade de uma cultura" (Ibidem: 69 e seguintes), o impressionista e o analítico. O método impressionista é aquele usado pelos romancistas, entre os quais ele cita Charles Montagu Douby, Jane Austen e John Galsworthy. Todos esses "escritores sensíveis" (Ibidem: 69) oferecem uma imagem da sociedade que observam, acrescentando à simples descrição dos eventos narrados um tom emocional especial. Considerando o livro continuamente reimpresso de Douby, *Viagens pela Arabia Deserta* (*Travels in Arabia Deserta*, publicado pela primeira vez em 1888), Bateson escreve:

Ao lermos *Arabia Deserta*, ficamos admirados com o modo extraordinário pelo qual cada acontecimento é caracterizado com o tom emocional da vida árabe. Mais do que isso, muitos acontecimentos seriam impossíveis com um fundo emocional diferente. É evidente, portanto, que o fundo emocional atua de modo causal no seio de uma cultura, e nenhum estudo funcional pode ser razoavelmente completo a menos que vincule a estrutura e a operação pragmática da cultura ao seu tom emocional ou ethos." (Ibidem: 70).

O outro método de apresentação desenvolvido em "termos analíticos, cognitivos" (Ibidem: 70) encontra seus represen-

tantes mais renomados em seus mestres, Alfred Radcliffe-Brown e Bronisław Malinowski. Essa é uma maneira sóbria de descrever uma cultura que presta muita atenção a todos ou à maioria dos pequenos detalhes e às premissas culturais que dão forma à cultura que está sendo estudada. A justaposição desses dois métodos de apresentação e a ausência de uma expressão clara de preferência por um ou outro autoriza a leitura deste capítulo como um convite para combinar os estilos de escrita analítico e impressionista, em uma descrição dupla *ante-litteram*²⁰².

Esse último comentário orienta nosso retorno à escrita na pesquisa qualitativa. A combinação de nossa voz com as vozes dos participantes (incluindo imagens produzidas pelos participantes), o amálgama de nossa representação analítica e carregada de teoria com o tom emocional e evocativo produzido pela citação do campo é o que dá aos textos qualitativos sua "profundidade" extra, que não pode ser encontrada na escrita quantitativa homóloga. Essa profundidade extra surge em todas as quatro funções da redação multivocal. No próximo parágrafo, focado na reflexividade, será dada atenção especial à contribuição das vozes do campo para o estabelecimento de uma versão ampliada da reflexividade.

6.2 A conta reflexiva

A definição do título desta seção (incidentalmente a última do livro) foi obscurecida por uma atmosfera de hesitação e perplexidade. De acordo com Karen Lumsden, a reflexividade se tornou uma palavra da moda com muitos significados divergentes (Lumsden 2019). Em nossa comunidade, diferentes versões de reflexividade coabitam com propósitos opostos atribuídos à sua complexa parafernália. Michel Lynch observa como "alguns programas de pesquisa tratam a reflexividade como uma base meto-

²⁰²Entre a publicação de *Naven e Mind and Nature*, Bateson escreveu *Balinese Character. A Photographic Analysis*, com sua primeira esposa, Margaret Mead, (Bateson, Mead, 1942). O livro foi apresentado como uma "inovação experimental" (xi) destinada a superar, por meio do uso extensivo de fotografias, as dificuldades de traduzir o ethos da cultura balinesa para o "inglês comum" (xi). Na Introdução, os autores relembaram a oposição entre os estilos de apresentação artístico e analítico definidos em *Naven* e propuseram explicitamente "um novo método de declarar as relações intangíveis entre diferentes tipos de comportamento culturalmente padronizado, colocando lado a lado fotografias mutuamente relevantes" (xii). No *Balinese Character*, a ideia de descrição dupla tornou-se uma combinação de fotografias - pouco menos de 800 - e escrita analítica. Essa é uma solução de textualização interessante, por meio da qual - sem dúvida - é acrescentada maior profundidade, embora sem orquestrar as vozes dos autores com as dos participantes. Gostaria de agradecer a Luigi Gariglio por chamar minha atenção para esse aspecto da produção intelectual de Bateson.

dológica para aumentar a objetividade, enquanto outros a tratam como uma arma crítica para minar o objetivismo" (Lynch 2000: 26). Por fim, decidi manter a palavra-chave em meu título como sendo relacionada a um relato de como a pesquisa foi realizada. Ao fazer isso, optei deliberadamente por dar ao meu discurso um perfil discreto, concentrando-me principalmente nos aspectos de textualização, sem qualquer pretensão de ser minucioso. A discussão será elaborada no âmbito geral da construção de um argumento persuasivo sobre a solidez dos resultados da pesquisa propostos à comunidade científica.

No primeiro capítulo deste volume (Seção 1.2), esbocei uma comparação entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa, enfocando tanto as diferenças quanto os pontos em comum. Entre os pontos em comum, identifiquei a obrigação compartilhada de levar em conta o caminho metodológico seguido para coletar as informações nas quais os resultados da pesquisa se baseiam²⁰³. Sobre a necessidade de honrar essa obrigação, as palavras do antropólogo Bronisław Malinowski mantêm seu frescor.

Ninguém sonharia em fazer uma contribuição às ciências físicas ou químicas sem apresentar um relato detalhado de todos os arranjos experimentais, uma descrição exata dos aparelhos utilizados, a maneira pela qual se conduziram as observações, o número de observações, o tempo a elas devotado e, finalmente, o grau de aproximação com que se realizou cada uma das medidas. (...) Nas ciências históricas, como já foi dito, ninguém pode ser visto com seriedade se fizer mistério de suas fontes e falar do passado como se o conhecesse por adivinhação (Malinowski 1922, tradução portuguesa 2018: 22).

O argumento de Malinowski é claro: para persuadir a comunidade científica da solidez dos resultados de nossa pesquisa, devemos descrever as condições do "experimento de experiência" (Piasere 2002: 27) realizado. De acordo com David Altheide e John Johnson, descrever as condições que nos deram uma visão dos fenômenos sociais estudados é uma responsabilidade ética (Altheide e Johnson 1994: 489). O conteúdo dessa responsabilidade ética

²⁰³Como dito no Capítulo 1, a pesquisa quantitativa honra essa obrigação em dois momentos diferentes: antes dos procedimentos de coleta de dados, por meio da exibição de definições operacionais pré-arranjadas - e no final do itinerário metodológico, por meio da ilustração dos modelos estatísticos utilizados, equipados com a definição de sua significância e adequação.

surge de forma convincente na definição de reflexividade apresentada por Mats Alvesson e Kaj Sköldb²⁰⁴:

Reflexividade significa pensar sobre as condições para o que se está fazendo, investigando a maneira pela qual o contexto teórico, cultural e político do envolvimento individual e intelectual afeta a interação com o que está sendo pesquisado, muitas vezes de maneiras difíceis de serem percebidas (Alvesson e Sköldb²⁰⁰⁰: 245).

Essa ideia de reflexividade contrasta com a metáfora de fazer pesquisa qualitativa como uma atividade de "colheita de cogumelos" (281). Os dados que adquirimos estão sempre embutidos nas relações com os participantes, nas quais tanto a personalidade do pesquisador quanto a dos participantes desempenham um papel decisivo. Produzir um relato reflexivo de nossa pesquisa significa descrever essa relação observacional e humana com relação a todos os aspectos que consideramos relevantes para a qualificação da solidez (ou fraqueza) de nossas evidências.

Uma descrição detalhada da relação de observação permite uma estratificação preliminar das informações adquiridas do ponto de vista da "faixa de autenticidade" (Topolski 1973)²⁰⁵. Consideremos meu estudo da comunidade esotérica de Damanhur (Cardano 1997). Por não ser um iniciado na doutrina mágica, não me foi permitido entrar no templo subterrâneo onde os rituais mágicos eram realizados. No entanto, como hóspede de um pequeno grupo de devotos em uma casa de fazenda, tive a oportunidade de compartilhar refeições e conversas informais com eles. No final de minha estada em Damanhur, voltei para casa com informações sobre rituais e relacionamentos informais entre os membros da comunidade. As primeiras foram principalmente indiretas (alguém decidiu me dar uma vaga ideia do que geralmente acontecia nos espaços secretos da comunidade) ou roubadas por meio de algumas atividades discretas de escuta. A maioria das informações sobre os relacionamentos informais era de primeira mão e se baseava na participação repetida na vida cotidiana da comunidade. É evidente que as informações indire-

²⁰⁴No texto citado, Alvesson e Sköldb²⁰⁰⁰ abrem a declaração com a palavra "reflexão" em vez de "reflexividade", mas na nota que segue a declaração eles escrevem: "Nesta seção, não faremos distinção entre reflexão e reflexividade, mas as veremos como sinônimos" (Alvesson e Sköldb²⁰⁰⁰: 290).

²⁰⁵Sobre a noção de intervalo de autenticidade, consulte as Seções 4.2 e 5.1.

tas ou roubadas sofreram um intervalo de autenticidade menor do que as de primeira mão. Um dos expedientes narrativos que pode ser usado para descrever a relação entre o pesquisador e os participantes com os quais o estudo foi realizado é o da história natural da pesquisa. A noção de história natural da pesquisa como ferramenta, por assim dizer, para defender a robustez de uma pesquisa qualitativa foi proposta por Howard Becker em seu trabalho pioneiro, *Problems of Inference and Proof in Participant Observation*, publicado em 1958.

Em uma estrutura metodológica e com um conjunto de maneiras linguísticas antiquadas (construção de modelos, teste e rejeição de hipóteses, análise de dados quase estatísticos) que esse monumento da pesquisa qualitativa recentemente falecido perderá em sua reflexão mais madura, Becker introduz a ideia de uma descrição detalhada dos movimentos realizados no campo. A obra de 1958 foi traduzida para o português em uma antologia da qual retirei a seguinte citação²⁰⁶.

Ao trabalhar no material sobre o estudo da Escola de Medicina, uma possível solução para este problema, com a qual estamos fazendo uma experiência, é uma descrição da história natural de nossas conclusões, apresentando as evidências tais como chegaram à atenção do observador durante os sucessivos estágios de sua conceitualização do problema. O termo "história natural" não implica a apresentação de cada um dos dados, mas somente das formas características que os dados assumiram em cada estágio da pesquisa. Isso envolve, levando em consideração as leis discutidas acima, a forma que tomaram os dados e qualquer exceção significativa na apresentação das várias afirmações de descobertas, assim como das inferências e conclusões esboçadas a partir delas. Desse modo, a evidência é avaliada à medida que a análise substantiva é apresentada. Se este método for empregado, o leitor será capaz de acompanhar os detalhes da análise e ver como e em que bases se chegou a qualquer das conclusões. Isto daria ao leitor, como dão os métodos estatísticos de apresentação atuais, a oportunidade de fazer seu próprio julgamento quanto à adequação da prova e ao grau de confiança a ser atribuído à conclusão" (Becker, versão original em inglês 1958: 660; tradução em português 1994: 64).

O gênero história natural atraiu a atenção de nossa comunidade científica com a publicação por William Foote Whyte, em

Street Corner Society, de um vasto apêndice sobre sua pesquisa²⁰⁷. A partir da década de 1960, esse estilo de apresentação ganhou popularidade, às vezes assumindo a forma de um confessionário reflexivo. Devido ao seu papel pioneiro, parece apropriado dedicar algum espaço à descrição da história natural de William Foote Whyte, organizada em 16 seções, totalizando pouco menos de 100 páginas.

O Apêndice começa com o histórico do pesquisador, respondendo assim à pergunta crucial de "autoapresentação": De onde vem o autor?²⁰⁸

Venho de um contexto muito sólido de classe média alta. Um avô era médico; o outro, inspetor ecológico. Meu pai era professor universitário. Minha criação, portanto, foi muito diferente e distante da vida que descrevi em *Cornerville* (Whyte 1954, tradução portuguesa 2005: 284)²⁰⁹.

Whyte confessa abertamente sua estranheza também em relação ao contexto social estudado (*Cornerville*, o nome inventado que ele deu à área de Boston estudada) do ponto de vista teórico, admitindo que, antes de seu estudo, ele "nada sabia sobre as áreas pobres e degradadas" (*Ibidem*: 285). A pesquisa - lemos - começa graças a uma bolsa de estudos de três anos que ofereceu a Whyte a possibilidade de estudar as favelas. Ele descreve suas leituras preliminares e alguns encontros intelectuais importantes, entre os quais Conrad Arensbergh, de quem o estudioso recebeu uma primeira amostra dos métodos de campo. Seguem-se as descrições de suas primeiras tentativas desastrosas de entrar em campo, terminando com um encontro providencial com Ernest Pecci, "Doc" no livro, seu principal informante e colaborador de pesquisa. Whyte conheceu Doc nas casas de assentamento locais, marcando esse encontro como o verdadeiro início de sua pesquisa: "Em certo sentido, meu estudo começou na noite de 4 de fevereiro, quando a assistente social me chamou para conhecer Doc" (*Ibidem*: 293). Whyte se comprometeu em uma longa explicação de seus propósitos, e a

²⁰⁷O apêndice metodológico foi incluído somente na segunda edição do livro, em 1954.

²⁰⁸A necessidade de se apresentar é claramente expressa na etnografia de Teresa Caldeira, que apresenta seu trabalho como uma "antropologia com sotaque" (2020: 17 e seguintes).

²⁰⁹Partindo dessa premissa, da qual parece que nenhuma mulher contribuiu para o histórico do autor, não é de surpreender que quase todos os personagens principais do livro sejam homens.

reação de Doc é instrutiva, um exemplo interessante do que já defini como reflexividade ampliada.

Quando terminei, ele [Doc] perguntou: "Você quer ver a alta roda ou o povão?"

"Quero ver tudo o que puder. Quero conseguir o quadro mais completo possível da comunidade"

"Bom, qualquer noite que quiser, saio com você por aí. Posso leva-lo aos pontos - pontos de jogos - e andar com você pelas esquinas. Lembre-se apenas de que você é meu amigo. Isso é tudo que precisam saber. Conheço esses lugares, e se eu disser que é meu amigo ninguém vai incomodá-lo. Basta me dizer o que quer ver, e nós providenciamos" (Ibidem 294).

Whyte então se entrega à descrição de sua família anfitriã, os italianos Martinis, introduzindo um embrião de "narrativas de adoção" (Lassiter 2005: 106). Nas páginas seguintes, a história natural de Whyte nos diz algo sobre os métodos e seus passos em falso na tentativa de se tornar nativo.

Quanto aos métodos de entrevista, havia sido orientado para não discutir com as pessoas, nem fazer julgamentos morais sobre elas. Isso estava bem de acordo com minhas próprias inclinações. Apreciava aceitar as pessoas e ser aceito por elas. No entanto, essa atitude não aparecia tanto nas entrevistas, pois tive poucas conversas formais. Buscava mostrar essa aceitação interessada pelas pessoas e pela comunidade em ninha participação cotidiana em suas vidas. (...)

No início, concentrei-me na tarefa de me ajustar a Cornerville, embora um pouco mais tarde tivesse de enfrentar a questão de até que ponto ia me envolver na vida do distrito. Dei de cara com o problema numa noite, quando descia a rua com os Nortons. Tentando entrar no espírito do papo furado, soltei um monte de obscenidades e vulgaridades. Todos pararam por um momento e olharam para mim, surpreendidos. Doc balançou a cabeça e disse: "Bill, a gente não espera que você fale desse jeito. Não combina com você" (Ibidem: 302, 304).

E é na linha lateral desse discurso que aparece sua expres-

são franca de uma narrativa de adoção: "A primeira primavera que passei em Cornerville serviu-me para estabelecer uma posição sólida na vida do distrito. Estava lá somente há umas semanas quando Doc me disse: 'Você é uma coisa tão parte desta esquina como aquele poste ali'" (Ibidem. 306). Whyte nos conta sobre sua aventura na política como secretário não remunerado de um político local e como um "repetidor", votando quatro vezes em um candidato, com alguns problemas óbvios de consciência.

A experiência trouxe problemas que transcendiam a questão de ter me saído bem. Eu fui criado como um respeitável cidadão de classe média, seguidor da lei. Quando descobri que era um repetidor, minha consciência começou a criar sérios problemas. Não era essa a autoimagem que vinha tentando criar. (...)

Tive de aprender que, para ser aceito pelas pessoas no distrito, você não deve fazer tudo exatamente como elas fazem. Na verdade, num distrito onde existem diferentes grupos com diferentes padrões de comportamento, ajustar-se aos padrões de um grupo particular pode ter consequências muito sérias" (Ibidem 314-315).

Em sua longa confissão, Whyte descreve a reformulação de seu projeto de pesquisa, incluindo a resultante da chegada de sua esposa ao campo, mudando a pesquisa de uma organização solo para uma organização em tandem: "Agora que somos dois, seria possível nos engajarmos em novos tipos de atividades sociais, e Kathleen poderia conhecer algumas das mulheres tal como eu conheço os homens" (Ibidem: 318). A história natural se encerra com uma reflexão sobre o impacto da Sociedade da Esquina (*Street Corner Society*) sobre as pessoas estudadas e com algumas informações interessantes sobre o destino de "alguns dos principais personagens do livro" (339)²¹⁰.

É bastante evidente que escrever uma história natural requer espaço, que nem sempre está disponível, principalmente quando a publicação é um ensaio conciso para uma revista internacional em vez de uma monografia. Acredito que o formulário de história natural pode ajudar na busca de uma contribuição reflexiva. Pelo que vale, usei essa ferramenta duas vezes (Cardano 1997:

²¹⁰Em uma edição sucessiva do Apêndice, duas outras seções foram adicionadas, intituladas "Getting Street Corner Society accepted as a doctoral thesis" e "Revisiting Street Corner Society after fifty years".

32-63; Cardano e Pannofino 2015: 321-326), encontrando nessa forma narrativa um expediente metodológico útil.

A descrição do relacionamento entre o pesquisador e os participantes - qualquer que seja a forma, analítica ou narrativa - pode ser escrita combinando nossas vozes e as deles, explorando assim a quarta função da multivocalidade (consulte a Seção 6.1). Esse tipo de reflexividade ampliada pode ser buscado por meio de duas formas diferentes de envolvimento dos participantes. A primeira forma, mais convencional e mais fácil de aplicar, consiste em os pesquisadores inserirem em seu corpus textual as citações dos participantes que podem esclarecer a relação de observação, como foi o caso de Whyte na descrição de seu primeiro encontro com Doc (veja anteriormente). Ao fazer isso, temos que estar cientes de que estamos realizando uma espécie de "ventriloquismo" (Czarniawska 2004: 122) que, no entanto, pode contribuir para a transparência da construção da representação do fenômeno estudado. A segunda forma, mais exigente, requer a contribuição autônoma dos participantes. A maneira mais fácil de fazer isso é dar aos participantes um pouco de espaço em nosso trabalho para que comentem livremente nosso caminho metodológico e os principais resultados. Para isso, os participantes devem ser informados sobre os métodos e os resultados de nosso estudo. Eles podem ler um rascunho do nosso trabalho, ler uma síntese ou participar de uma reunião em que os métodos e os resultados sejam discutidos. O envolvimento mais próximo dos participantes nessa versão ampliada da reflexividade pode ser tentado com a mudança para uma abordagem de pesquisa colaborativa, se estivermos dispostos a pagar todos os custos incorridos pela coautoria total (consulte a Seção 6.1).

O conteúdo específico do relato reflexivo depende do tipo de experiência de pesquisa realizada, mas algumas observações gerais podem ser feitas. Devido à relevância da personalidade do pesquisador, é essencial se posicionar em relação ao contexto estudado. De um certo ponto de vista, os leitores podem detectar a posição dos autores a partir das referências bibliográficas, do estilo de redação e da atitude em relação aos participantes. Mas, às vezes, pode ser apropriado apoiar a interpretação do leitor dessas pistas com declarações explícitas, como a confissão de Whyte so-

bre sua "origem de classe média alta" (Whyte 1954, tradução portuguesa 2005: 284). Senti uma necessidade semelhante de declarar minha atitude em relação à natureza e à espiritualidade ao estudar as duas comunidades de Damanhur e Elfos da Grande Ravina (*Elfi del Gran Burrone*). Em minha história natural da pesquisa, escrevi:

Sou humana e intelectualmente atraído pela experiência religiosa e, de modo mais geral, pela experiência sagrada, mas de uma perspectiva irredutivelmente leiga. Nesse sentido, minha experiência com as duas formas de devoção expressas pelos elfos e damanhurianos não mudou minha atitude inicial. O caso da minha atitude em relação à natureza é diferente. Quando comecei a pesquisa, ela era marcada pelo desencanto, mal temperado por uma modesta sensibilidade ética em relação aos "direitos da ecosfera". Meu encontro com Damanhur e, acima de tudo, com a comunidade de Great Ravine mudou radicalmente minha atitude. Isso se deu principalmente em nível ético, forçando-me a reconhecer a estreiteza de visão do antropocentrismo e, também, embora em menor grau, em nível emocional, às vezes me proporcionando a experiência transitória do encantamento da natureza (Cardano 1997: 41-42).

A citação me permite dizer que a descrição de um autor se torna mais eloquente se considerar sua evolução em relação à experiência da cultura dos participantes. Da mesma forma, é fundamental descrever como a pesquisa obteve acesso aos participantes, tanto do ponto de vista metodológico (seleção de casos) quanto do ponto de vista mais prático. Isso significa descrever o "contrato", muitas vezes implícito, por meio do qual obtemos a cooperação deles. Refletir sobre o grau e a fonte da cooperação deles é outro aspecto importante da relação de observação que precisa ser ilustrado. Por fim, é obrigatória uma descrição clara de como os dados são coletados, subjacente às possíveis perturbações e vieses que caracterizaram nosso "experimento de experiência" (Piasere 2002: 27). Nossa observação não é apenas "carregada de teoria" (Hanson 1958) e "carregada de confiança" (consulte a Seção 1.1), mas também "carregada de prática", e temos de tentar observar nossas práticas de forma crítica.

Para concluir, parece essencial voltar ao comentário crítico de Michel Lynch sobre o propósito da reflexividade (veja anterior-

mente). O propósito do relato reflexivo não pode ser avaliado pela medida da objetividade (embora essa tenha sido uma das minhas preocupações anteriores). Um relato reflexivo não aumenta nem diminui a objetividade de nossas afirmações. De forma menos pretensiosa, ele enriquece a dimensão dialética de nosso argumento persuasivo, facilitando a definição da plausibilidade dos resultados de nossa pesquisa.

Não posso concluir com nada mais cativante do que convidá-lo a retornar à sua pesquisa de campo, combinando rigor - de uma forma que não produza *rigor mortis* - e criatividade abduativa.

Referências

Abbott, A. 2004 *Methods of Discovery: Heuristics for the Social Sciences*, New York, Norton.

Abend, G. 2011 *Thick Concepts and the Moral Brain*, in «European Journal of Sociology», vol. 52, n. 1, pp. 143-172.

— 2012 *What the Science of Morality Doesn't Say about Morality*, in «Philosophy of the Social Sciences», vol. 43, n. 2, pp. 157-200.

— 2017 *What Are Neural Correlates Neural Correlates of?*, in «BioSocieties», vol. 12, n. 3, pp. 415-438.

Adams, T.E., Holmes Jones, S. and Ellis, C. 2015 *Autoethnography*, Oxford, Oxford University Press.

Altheide, D. L. and Johnson, J. M. 1994 *Criteria for Assessing Interpretive Validity in Qualitative Research*, in Denzin and Lincoln [1994, 485-499].

Alvesson, M. and Sköldbberg, K. 2000 *Reflexive Methodology: New Vistas for Qualitative Research*, London, Sage.

Aristotle. 2017 *Retórica*, Citade, Edipro (translated by Edson Bini).

Bakhtin, M.M. 1981 *The Dialogic Imagination: Four Essays*, Austin, University of Texas Press.

Barbour, R. 2007 *Introducing Qualitative Research: A Student Guide to the Craft of Doing Qualitative Research*, London, Sage.

Bateson, G. 1936 *Naven: A Survey of the Problems Suggested by a Composite Picture of the Culture of a New Guinea Tribe Drawn from Three Points of View*, Cambridge, Cambridge University Press; Tradução portuguesa: *Naven. Um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito*, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

— 1953 *An Analysis of the Nazi «Film Hitlerjunge Quex»*, in M. Mead and R. Metraux (eds.), *The Study of Culture at a Distance*, Oxford, Berghahn, pp. 331-350.

—1979 *Mind and Nature: A Necessary Unity*, New York, Dutton; Tradução portuguesa: *Mente e Natureza*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1986.

Bateson, G. and Mead, M. [1942], *Balinese Character: A Photographic Analysis*, New York, Academy of Science.

Becker, H. S. 1958 *Problems of Inference and Proof in Participant Observation*, in *"American Sociological Review"*, Vol. 23, No. 6, pp. 652-660

— 1993 *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo, Hucitec.

—1998 *Tricks of the Trade: How to Think about Your Research While You're Doing It*, Chicago, Ill., The University of Chicago Press; Tradução portuguesa: *Segredo e Truques da Pesquisa*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2014.

Behar, R. 1996 *The Vulnerable Observer: Anthropology That Breaks Your Heart*, Boston, Mass., Beacon.

Benson, O. 2013 *Whose Pattern?*, in «Free Inquiry», vol. 33, n. 6, p. 11.

Berger, J. and Mohr, J. 1982 *Another Way of Telling*, New York, Phantéon.

Berreman, G. 1975 *Por trás de muitas máscaras*. In: Alba Zaluar (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

Bhaskar, R. 1975 *A Realist Theory of Science*, London, Books.

Black, M. 1962 *Models and Metaphors: Studies in Language and Philosophy*, Ithaca, N.Y., Cornell University.

Blumer, H. 1969 *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*, Berkeley, University of California Press.

Bobbio, L., Resta, G. and Venturini, L. 2001 *La spiona, il parassita, l'ortodosso. Tre racconti di osservazione partecipante*, in «Rassegna Italiana di Sociologia», vol. 42, n. 2, pp. 309-322.

Boniolo, G. and Vidali, P. 2011 *Strumenti per ragionare. Logica e teoria dell'argomentazione*, Milano, Bruno Mondadori.

Boudon, R. and Bourricaud, F. 1982 *Dictionnaire critique de la sociologie*, Paris, PUF; Tradução portuguesa: *Dicionário crítico de sociologia*, São Paulo, Editoras Atica, 2006.

Brandão C.R. 2011 *O que É Método Paulo Freire*, São Paulo, Editora e livraria brasileira.

Bregar, B., Skela-Savic, B. and Kores Plesničar, B. 2018 *Cross-Sectional Study on Nurses' Attitudes Regarding Coercive Measures: The Importance of Socio-Demographic Characteristics, Job Satisfaction, and Strategies for Coping with Stress*, in «BMC Psychiatry», vol. 18, n. 171, pp. 1-10.

Bryman, A. 1988 *Quantity and Quality in Social Research*, London, Unwin Hyman.

Bury, M. 1982 *Chronic Illness as Biographical Disruption*, in «Sociology of Health & Illness», vol. 4, n. 2, pp. 167-182.

— 2001 *Illness Narratives: Fact or Fiction*, in «Sociology of Health & Illness», vol. 23, n. 3, pp. 263-285.

Caldeira T.P.R. 2000 *Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*, São Paulo, Edusp.

Calvey, D. 2017 *Covert Research: The Art, Politics and Ethics of Undercover Fieldwork*, Los Angeles, Calif., Sage.

Cameron, W. B. 1966 *Informal Sociology: A Casual Introduction to Sociological Thinking*, New York, Random House.

Cantù P. and Testa I. 2006 *Teorie dell'argomentazione. Un'introduzione alle logiche del dialogo*, Milano, Bruno Mondadori.

Cardano, M. 1995 *Natura sacra. Uno studio etnografico*, in "Rassegna Italiana di Sociologia", Vol. 36, No. 4, pp. 587-624.

— 1997 *Lo specchio, la rosa e il loto. Uno studio sulla sacralizzazione della natura*, Roma, SEAM.

— 2007 «E poi cominciai a sentire le voci...». *Narrazioni del male mentale*, in «Rassegna Italiana di Sociologia», vol. 48, n. 1, pp. 956.

— 2010 *Mental Distress: Strategies of Sense-Making*, in «Health: An Interdisciplinary Journal for the Social Study of Health, Illness and Medicine», vol. 14, n. 3, pp. 253-271.

— 2014 *Ethnography and Reflexivity*, in «European Quarterly of Political Attitudes and Mentalities», vol. 3, n. 1, pp. 1-11.

— 2017 *Manual de pesquisa qualitativa: A contribuição da teoria da argumentação*, Petrópolis, Editora Vozes.

—2018a *O problema da invisibilidade e a eloquência das pequenas*

coisas: reflexões sobre os pontos fortes da pesquisa qualitativa, in «Revista Gaúcha de Enfermagem», vol. 39.

— 2018b *O movimento internacional de ouvidores de vozes: as origens de uma tenaz prática de resistência*, in "Journal of Nursing and Health", vol. 8.

Cardano, M. and Lepori, G. 2012 *Udire la voce degli dei. L'esperienza del Gruppo Voci*, Milano, FrancoAngeli.

Cardano, M. and Pannofino, N. 2015 *Piccole apostasie. Il congedo dai nuovi movimenti religiosi*, Bologna, Il Mulino.

— 2018 *Taking Leave of Damanhur: Deconversion from a Magico-Esoteric Community*, in "Social Compass", Vol. 65, No. 3, pp. 433–450.

Cardano M., Scarinzi C., Costa G., d'Errico A. 2018 *Internal migration and mental health of the second generation. The case of Turin in the age of the Italian economic miracle*, in "Social Science & Medicine", issue 208, pp. 142-149.

Cardano, M., Gariglio, L. and Ferrero Camoletto, R. 2020 *Le pratiche coercitive in psichiatria. Primi risultati di un'etnografia sugli SPDC piemontesi*, in M. Cardano, A. Algostino, M. Caredda, L. Gariglio and C. Pardini (eds.), *La contenzione del paziente psichiatrico. Un'indagine sociologica e giuridica*, Bologna, Il Mulino, pp.11-32.

Cardano M., Numerato D., Gariglio L., Marhánková J.H., Scavarda A., Bracke P., Hilário A.P., Polak P. (2023) *A team ethnography on vaccine hesitancy in Europe. A case study of a local truth construction*, in "Rassegna Italiana di Sociologia", num. 4, pp. 763-790.

Celli, G. 1991 *Bugie, fossili e farfalle*, Bologna, il Mulino.

Chalfen R. 2011 *Differentiating Practices of Participatory Visual Media Production*, in E. Margolis and L. Pauwels (eds.), *The Sage Handbook of Visual Research Methods*, London, Sage Publications, pp. 186–200.

Chaplin, E. 2011 *The Photo Diary as an Autoethnographic Method*, in Margolis and Pauwels [2011, 241-262].

Charmaz K. 2006 *Constructing Grounded Theory*, London, Sage Publications; Tradução portuguesa: *A Construção da Teoria Fundamentada: Guia Prático para Análise Qualitativa*, Porto Alegre, Artmed Editora, 2009.

Clifford, J. and Marcus, G. (eds.) 1986 *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, University of California Press; Tradução portuguesa: *A escrita da cultura. Poética e política da etnografia*, Rio de Janeiro, eduerj, 2016.

Coleman, J.S. 1968 *Reviewed Work(s): Studies in Ethnomethodology: By Harold Garfinkel*, in «American Journal of Sociology», vol. 73, n. 5, pp. 642-643.

— 1993 *The Rational Reconstruction of Society*, in «American Sociological Review», vol. 58, n. 1, pp. 1-15.

Collett, P. and Marsh, P. 1974 *Pattern of Public Behaviour: Collision Avoidance on a Pedestrian Crossing*, in «Semiotica», vol. 12, n. 4, pp. 281-299.

Collins, R. 2008 *Violence: A Micro-Sociological Theory*, Princeton, N.J., Princeton University Press.

Conrad, P. 2001 *Genetic Optimism: Framing Genes and Mental Illness in the News*, in «Culture, Medicine, and Psychiatry», vol. 25, n. 2, pp. 225-247.

Coser, L.A. 1974 *Greedy Institutions: Patterns of Undivided Commitment*, New York, The Free Press.

Crapanzano, V. 1980 *Tuhami: Portrait of a Moroccan*, Chicago, Ill., The University of Chicago Press.

Creswell, J.W. 2013 *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing*

among Five Approaches, III ed., Thousand Oaks, Calif., Sage; Tradução portuguesa: *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*, Porto Alegre, Penso Editora Ltda, 2014.

— 2014 *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*, IV ed., Thousand Oaks, Calif., Sage.

Czarniawska, B. 2004 *Narrative in Social Science Research*, London, Sage.

— 2007 *Shadowing and Other Techniques for Doing Fieldwork in Modern Societies*, Copenhagen, Copenhagen Business School Press.

Dahan, S., Levi, G., Behrbalk, P., Bronstein, I., Hirschmann, S. and Lev-Ran, S. 2018 *The Impact of «Being There»: Psychiatric Staff Attitudes on the Use of Restraint*, in «Psychiatric Quarterly», vol. 89, n. 1, pp. 191-199.

Dawson, L.L. 1998 *Comprehending Cults: The Sociology of New Religious Movements*, Oxford, Oxford University Press.

Del Pinal, G. and Nathan, M.J. 2013 *There and Up Again: On the Uses and Misuses of Neuroimaging in Psychology*, in «Cognitive Neuropsychology», vol. 30, n. 4, pp. 233-252.

Demazière, D. and Dubar, C. 1997 *Analyser les entretiens biographiques. L'exemple de récits d'insertion*, Paris, Nathan.

Denzin, N.K. and Lincoln, Y.S. 1994a eds. *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, Calif., Sage; partially translated in Portuguese in: *O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagem*, Porto Alegre, Artmed, 2006.

—1994b *Introduction: Entering the Field of Qualitative Research*, in Idd. [1994a, 1-17], Tradução portuguesa: *O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagem*, Porto Alegre, Artmed, 2006, pp.: 15-41.

— 2005a (eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Research*, III ed., Thousand Oaks, Calif., Sage.

— 2005b, *The Discipline and Practice of Qualitative Research*, in Idd. [2005a, 1-32].

Deutscher, I. 1973 *What We Say/What We Do: Sentiments & Acts*, Glenview, Ill., Foresman.

Dewey, J. 1938 *Logic: The Theory of Inquiry*, London, Allen & Unwin.

Doucet, A. 1996 *Encouraging Voices: Towards More Creative Methods for Collecting Data on Gender and Household Labour*, in L. Morris and S. Lyon (eds.), *Gender Relations in the Public and the Private*, Houndmills, Macmillan, pp. 165-175.

— 2000 «*There's a Huge Gulf between Me as a Male Carer and Women*»: *Gender, Domestic Responsibility and the Community as an Institutional Arena*, in «*Community, Work & Family*», vol. 3, n. 2, pp. 163-184.

Douglas, J.D. 1976 *Investigative Social Research: Individual and Team Field Research*, London, Sage.

Durkheim, E. 1897 *Le suicide. Étude sociologique*, Paris, Alcan; Tradução portuguesa in *O Suicídio. Estudo de sociologia*, São Paulo, WMF Martinsfontes, 2013.

Dwyer, K. 1982 *Moroccan Dialogues: Anthropology in Question*, Baltimore, Md., The Johns Hopkins University Press.

Eastis, C.M. 1998 *Organizational Diversity and the Production of Social Capital: One of These Groups Is Not Like the Other*, in «*American Behavioral Scientist*», vol. 42, n. 1, pp. 66-77.

Eco, U. 1983 *Horns, Hooves, Insteps: Some Hypotheses on Three Types of Abduction*; in U. Eco and T.S. Sebeck (eds.) *The Sign of Three: Dupin, Holmes, Peirce*, Bloomington, Indiana University Press; Tradução portuguesa: *O signo de três*, Alameda Santos, Perspectiva Editora, 2008.

— 1962 *Opera aperta*, II ed., Milano, Bompiani. Tradução portuguesa: *Obra aberta*, Almeda Santos, Editora Perspectiva, 2016.

Eco, U. and Sebeock, T.S. (eds.) 1983 *The Sign of Three: Dupin, Holmes, Peirce*, Bloomington, Indiana University Press; Tradução portuguesa: *O signo de três*, Almeda Santos, Perspectiva Editora, 2008.

Edmondson, R. 1984 *Rhetoric in Sociology*, Basingstoke, Macmillan.

Ellis, C. 1995 *Final Negotiations: A Story of Love, Loss, and Chronic Illness*, Philadelphia, Pa., Temple University Press.

Ellis, C., Bochner, A.P., Denzin, N.K., Goodall, H.L., Pelias, R. and Richardson, L. 2008 *Let's Get Personal: First-Generation Autoethnographers Reflect on Writing Personal Narratives*, in N.K. Denzin and M.D. Giardina (eds.), *Qualitative Inquiry and the Politics of Evidence*, Walnut Creek, Calif., Left Coast, pp. 309-333.

Elster, J. (ed.) 1985 *The Multiple Self*, Cambridge, Cambridge University Press.

Emmel, N. 2013 *Sampling and Choosing Cases in Qualitative Research: A Realist Approach*, Thousand Oaks, Calif., Sage.

Erikson, K. and Stull, D. 1998 *Doing Team Ethnography: Warnings and Advice*, Thousand Oaks, Calif., Sage.

Ferigato, S.H. and Carvalho, S.R. 2011 *Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões*, in «Interface-Comunicação Saúde Educação», vol. 15, n. 38, pp. 663-675.

Ferreira, L. A. 2010 *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*, São Paulo, Contexto.

Fletcher, J.K. 1999 *Disappearing Acts: Gender, Power, and Relational Practice at Work*, Boston, Mass., The MIT Press.

Flick, U., von Kardoff, E. and Steinke, I. (eds.) 2000 *Qualitative Fors-*

chung. *Ein Handbuch*, Reinbek, Rowohlt; Tradução portuguesa: *Uma introdução à pesquisa qualitativa*, Porto Alegre, Bookman, 2004.

Freshwater, D. 2007 *Reading Mixed Methods Research: Contexts for Criticism*, in «Journal of Mixed Methods Research», vol. 1, n. 2, pp. 134-146.

Frolich, K.L., Potvin, L., Chabot, P. and Corin, E. 2002 *A Theoretical and Empirical Analysis of Context: Neighbourhoods, Smoking and Youth*, in «Social Science & Medicine», vol. 54, n. 9, pp. 1401-1417.

Gadamer, H.G. 1960 *Wahrheit und Methode. Grundzuge einer philosophischen Hermeneutik*, Tübingen, J.C.B. Mohr; Tradução portuguesa: *Verdade e método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, Petropolis, Editora Vozes, 1999.

Gallie, W.B. 1952 *Peirce and Pragmatism*, Edinburgh, Penguin.

Garfinkel, H. 1967 *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall; Tradução portuguesa in *Estudos de etnometodologia*, Petropolis, Editora Vozes, 2018.

Geertz, C. 1973 *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*, New York, Basic; Tradução portuguesa: *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, LTC, 1989 .

— 1983 *Local Knowledge: Further Essays in Interpretative Anthropology*, New York, Basic; Tradução portuguesa: *Saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petropolis, Vozes Editora, 2014.

—1988 *Works and Lives: The Anthro pologist as Author*, Cambridge, Polity; Tradução portuguesa: *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*, Cidade UFRJ, 2018.

Gergen, K.J. 1994 *Realities and Relationships: Soundings in Social Construction*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.

Giannetti E. 1997 *Auto-Engano*, Cidade, Comphania de Bolso.

Gil A.C. 2017 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6a edição, São Paulo, Editora Atlas.

Ginzburg, C. 1978 *Miti emblemici e spie. Morfologia e storia*, Torino, Einaudi; Tradução portuguesa: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

Glaser, B.G. and Strauss, A. [1967], *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, New York, Aldine.

Godden, D.M. and Walton, D. 2007 *Advances in the Theory of Argumentation Schemes and Critical Questions*, in «Informal Logic», vol. 27, n. 3, pp. 267-292.

Goffman, E. 1959 *The Presentation of Self in Everyday Life*, Garden City, N.Y., Doubleday; Tradução portuguesa: *A representação do eu una vita cotidiana*, Petropolis, Vozes, 1985.

— 1961 *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*, Garden City, N.Y., Double- day; Tradução portuguesa: *Manicômios, prisões e conventos*, Alameda Santos Editora. Perspectiva, 1974.

— 1979 *Gender Advertisement*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.

Goldthorpe, J.H. 2000 *On Sociology: Numbers, Narratives, and the Integration of Research and Theory*, Oxford, Oxford University Press.

Goldthorpe, J.H., Lockwood, D., Bechhofer, F. and Platt, J. 1968 *The Affluent Worker: Industrial Attitudes and Behaviour*, Cambridge, Cambridge University Press.

Gomm, R., Hammersley, M. and Foster, P. (eds.) 2000 *Case Study Method*, London, Sage.

Greimas, A.J. 1970 *Du sens. Essais sémiotiques*, Paris, Seuil; Tradução

portuguesa: *Sobre o sentido 2. Ensaios semióticos*, São Paulo, edusp.

Gross, D. and Plattner, S. 2002 *Anthropology as Social Work: Collaborative Models of Anthropological Research*, in «Anthropology News», vol. 43, n. 8, p. 4.

Guba, E.G. 1981 *Criteria for Assessing the Trustworthiness of Naturalistic Inquiries*, in «Educational Communication and Technology Journal», vol. 29, n. 2, pp. 75-91.

— 1982 *Epistemological and Methodological Bases of Naturalistic Inquiry*, in "Educational Communication & Technology Journal", Vol. 30, No. 4, pp. 233-252.

Guerreiro I.C.Z., Schmidt M.L.S., Zicker F.(orgs.) 2008 *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*, São Paulo, Aderaldo & Rothschild.

Guillermo Del Pinal G., Nathan M. J. 2013 *There and Up Again: On the Uses and Misuses of Neuroimaging in Psychology*, in "Cognitive Neuropsychology", Vol. 30, No. 4, pp. 233-252.

Hammersley, M. 1992 *What's Wrong with Ethnography? Methodological Exploration*, London, Routledge.

—1999 *Not Bricolage But Boatbuilding: Exploring Two Metaphors for Thinking about Ethnography*, in "Journal of Contemporary Ethnography", Vol. 28, No. 5, pp. 574-585.

— 2000 *Taking Sides in Social Research: Essays on Partisanship and Bias*, London, Routledge.

Hammersley, M., Gomm, R. and Foster, P. 2000 *Case Study and Theory*, in Gomm, Hammersley and Foster [2000, 234-258].

Hammersley, M. and Traianou, A. 2012 *Ethics in Qualitative Research*, London, Sage.

Hanson, N.R. 1958 *Patterns of Discovery: An Inquiry into the Conceptual Foundations of Science*, Cambridge, Cambridge University Press.

Harper, D. 1996 *Good Company. A Trump life*, Chicago, Ill., The University of Chicago Press.

Hastings, A.C. 1963 *A Reformulation of the Modes of Reasoning in Argumentation*, tese de doutorado, Evanston, Ill., Northwestern University.

Heaton, J. 2004 *Reworking Qualitative Data*, Thousand Oaks, Calif., Sage.

Heider, K.G. 1988 *The Rashomon Effects: When Anthropologists Disagree*, in «American Anthropologist», vol. 90, n. 1, pp. 73-81.

Hesse, M. 1963 *Models and Analogies in Science*, London, Sheed & Ward.

Hofstadter, D. and Sander, E. 2013 *Surfaces and Essences: Analogy as the Fuel and Fire of Thinking*, New York, Basic.

Humphreys, L. 1975 *Tearoom Trade: Impersonal Sex in Public Places*, revised edition, New York, de Gruyter.

Hydén, L.C. 1997 *Illness and Narrative*, in «Sociology of Health & Illness», vol. 19, n. 1, pp. 48-69.

Jankowski, M.S. 1991 *Islands in the Street: Gangs and American Urban Society*, Berkeley, University of California Press.

Jones, S.R.G. 1992 *Was There a Hawthorne Effect?*, in «American Journal of Sociology», vol. 98, n. 3, pp. 451-468.

Josephson, J.R. and Josephson, S.G. (eds.) [1994 *Abductive Inference: Computation, Philosophy, Technology*, Cambridge, Cambridge University Press.

Kantorski LP, Cardano M, Couto MLO, Silva LSSJ, Santos CG. 2018 *Situações de vida relacionadas ao aparecimento das vozes: com a palavra os ouvidores de vozes*. J. nurs. health. 8 (n.esp.):e188416

Kantorski P.L., Hohmann Antonacci M., Müller de Andrade A.P., Cardano M., Minelli M. 2017 *Grupos de ouvidores de vozes: estratégias e enfrentamentos*, in "Saúde Debate", Rio de Janeiro, V. 41, N. 115, pp. 1143-1155.

Kantorski P.L., Cardano M., Hohmann Antonacci M., da Cruz Guedes A. 2021 *Política de saúde mental brasileira: uma análise a partir do pensamento de Franco Basaglia / Brazilian mental health policy: an analysis based on Franco Basaglia thought*, in "Journal of Nursing and Health", vol. 11, n. 2.

Knorr-Cetina K. (1981) *The Manufacture of Knowledge. An Essay on the Constructivist and Contextual Nature of Science*, Oxford, New York, Toronto, Sydney, Paris, Frankfurt, Pergamon Press.

Kaufmann, J.C. 2007 *L'entretien compréhensif*, Paris, Nathan, Tradução portuguesa: *Entrevista compreensiva: Uma guia para pesquisa de campo*, Petropolis, Editora Vozes, 2013.

Kincheloe, J.L. and McLaren, P.L. 1994 *Rethinking Critical Theory and Qualitative Research*, in Denzin and Lincoln Denzin (eds.) *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, Calif., Sage, pp. 138-157.

King, G., Keohane, R.O. and Verba, S. 1994 *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*, Princeton, N.J., Princeton University Press.

King, N. 2012 *Doing Template Analysis*, in G. Symon and C. Cassell (eds.), *Qualitative Organizational Research*, London, Sage, pp. 426-450.

Kirk, J. and Miller, M.L. 1986 *Reliability and Validity in Qualitative Research*, Thousand Oaks, Calif., Sage.

Kleinmann, A. 1988 *The Illness Narratives: Suffering, Healing and the Human Condition*, New York, Basic.

Kosko, B. 1993 *Fuzzy Thinking: The New Science of Fuzzy Logic*, New York, Hyperion.

Krueger, R.A. 1994 *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*, Thousand Oaks, Calif., Sage.

Kuhn, A. 2018 *Explaining Ethnic Mobilization against Resource Extraction: How Collective Action Frames, Motives, and Opportunities Interact*, in «Studies in Conflict & Terrorism», vol. 41, n. 5, pp. 388-407.

Lapenta F. 2011 *Some Theoretical and Methodological Views on Photo-Elicitation*, in E. Margolis and L. Pauwels (eds.), *The Sage Handbook of Visual Research Methods*, London, Sage Publications, pp. 201–213.

Lassiter, L.E. 2005 *The Chicago Guide to Collaborative Ethnography*, Chicago, Ill., The University of Chicago Press.

Lassiter, L.E., Goodall, H., Campbell, E. and Johnson, M.N. (eds.) 2004 *The Other Side of Middletown: Exploring Muncie's African American Community*, Walnut Creek, Calif., AltaMira.

Latour, B. 1993 *Ethnography of a «High-Tech» Case: About Aramis*, in P. Lemonnier (ed), *Technological Choices: Transformation in Material Cultures since the Neolithic*, London, Routledge, pp. 372-398.

Laub, J. and Sampson, R. 1998 *Integrating Quantitative and Qualitative Data*, in J.Z. Giele and G.H. Elder Jr (eds.), *Methods of Life Course Research: Qualitative and Quantitative Approaches*, Thousand Oaks (Calif.)-London, Sage, pp. 213-230.

Laudan, L. 1977 *Progress and Its Problems: Toward a Theory of Scientific Growth*, Berkeley, University of California Press; Tradução portuguesa: *O progresso e seus problemas: Rumo a uma teoria do crescimento científico*, São Paulo, UNESP, 2011.

Lévi-Strauss, C. 1958 *Anthropologie structurale*, Paris, Plon; Tradução portuguesa: *Antropologia estrutural*, Citade, Ubu Editora, 2017.

Lewin, K. 1946 *Action Research and Minority Problems*, in «Journal of Social Issues», vol. 2, n. 4, pp. 34-46.

Lewis, O. 1961 *The Children of Sánchez, Autobiography of a Mexican Family*, New York, Random House.

Lincoln, Y.S. and Guba, E.G. 1985 *Naturalistic Inquiry*, Beverly Hills, Calif., Sage. 2013 *The Constructivist Credo*, Walnut Creek, Calif., Left Coast.

Lumsden, K. 2019 *Reflexivity: Theory, Method, and Practice*, New York, Routledge.

Lynch, M. 2000 *Against Reflexivity as an Academic Virtue and Source of Privileged Knowledge*, in «Theory, Culture & Society», vol. 17, n. 3, pp. 26-54.

Lynd, R.S. and Lynd, H.M. 1929 *Middle town: A Study in American Culture*, New York, Harcourt, Brace.

— 1937 *Middletown in Transition: A Study in Cultural Conflicts*, New York, Harcourt, Brace.

Macagno, F. 2017 *The Logical and Pragmatical Structure of Argument from Analogy*, in «Logique & Analyse», n. 240, pp. 465-490.

Madison, G.B. 1988 *The Hermeneutics of Postmodernity: Figures and Themes*, Bloomington, Indiana University Press.

Malinowski, B. 1922 *Argonauts of the Western Pacific*, London, Routledge; Tradução portuguesa: *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Citade, Ubu Editora, 2018.

Maluf S. 1993 *Encontros Noturnos. Bruxas e Bruxarias na Lagoa da Conceição*, Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos Ltda.

Margolis, E. and Pauwels, L. (eds.) 2011 *The Sage Handbook of Visual Research Methods*, London, Sage.

Marshall, C. and Rossman, G.B. 1999 *Designing Qualitative Research*, III ed., London, Sage.

Mason, J. 2002 *Qualitative Researching*, II ed., London, Sage.

Maxwell, J.A. 2012 *A Realist Approach for Qualitative Research*, London, Sage.

McDonald S., Simpson B. (eds.) (2014), *Shadowing Research in Organizations: The Methodological Debates*, in McDonald, Simpson, *Shadowing Research in Organizations, special issue of "Qualitative Research in Organizations and Management"*, 9, 1, pp. 3-20.

Merton, R.K. 1949 *Social Theory and Social Structure*, New York, The Free Press; Tradução portuguesa: *Sociologia Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1968 .

Miles, M.B. and Huberman, A.M. 1984 *Qualitative Data Analysis: A Sourcebook of New Methods*, Thousand Oaks, Calif., Sage.

Miles, M.B., Huberman, A.M. and Saldaña, J. 2014 *Qualitative Data Analysis: A Methods Sourcebook*, III ed., London, Sage.

Mills, C.W. 1959 *The Sociological Imagination*, New York, Oxford University Press; Tradução portuguesa: *A Imaginação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

Minayo M.C. S. 2014 *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*, São Paulo, Hucitec Editora.

Morgan, M.S. 2014 Case Studies, in N. Cartwright and E. Montuschi (eds.), *Philosophy of Social Sciences: A New Introduction*, Oxford, Oxford University Press, pp. 283-307.

Morin, E. 1969 *La rumeur d'Orléans*, Paris, Seuil.

Morse, G., Salyers, M.P., Rollins, A.L., Monroe-DeVita, M. and Pfahler, C. 2012 *Burnout in Mental Health Services: A Review of the Problem and Its Remediation*, in «Administration and Policy in Mental Health and Mental Health Services Research», vol. 39, n. 5, pp. 341-352.

Morse J.M. 2007 *Sampling in Grounded Theory*, in Bryant and Charmaz [2007, 229-244].

— 2009, Tussles, Tensions, and Resolutions, in J.M. Morse, P.N. Stern, J. Corbin, B. Bowers, K. Charmaz, E. Adele and A.E. Clarke (eds.), *Developing Grounded Theory: The Second Generation*, Walnut Creek, Calif., Left Coast, pp. 13-19.

Moscovici, S. 1961 *La psychanalyse, son image et son public*, Paris, PUF; Tradução portuguesa: *A representação Social de Psicanálise*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

Nash, J. 1975 *Bus Riding: Community on Wheels*, in «Urban Life», vol. 4, n. 1, pp. 99-124.

Oms S. and Zardin E. (eds) 2019 *An Introduction to Sorites Paradox*, Cambridge, Canbridge University Press.

Pannofino N., Cardano M. 2017 Exes Speak Out, *Narratives of Apostasy: Jehovah's Witnesses, Scientology and Soka Gakkai*, in "International Journal for the Study of New Religions", Vol. 8, No. 1, pp. 1-26.

Passos E., Kastrup V. da Escóssia L. (orgs.) 2009 *Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, Porto Alegre, Editora Sulina.

Patton, M.Q. 2015 *Qualitative Research & Evaluation Methods: Integrating Theory and Practice*, IV ed., Thousand Oaks, Calif., Sage.

Pawson, R. and Tilley, N. 1997 *Realistic Evaluation*, London, Sage.

Peirce, C.S. 1935-66 *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, eds. C. Hartshorne, P. Weiss and A.W. Burks, 8 voll., Cambridge, Mass., The Belknap Press of Harvard University Press.

Perelman, C. and Olbrechts-Tyteca, L. 1958 *La nouvelle rhétorique. Traité de l'argumentation*, Paris, PUF; Tradução portuguesa: *Tratado da Argumentação. A nova retórica*, São Paulo, WFM Martins Fonte, 2014.

Pernecky, T. 2016 *Epistemology and Metaphysics for Qualitative Research*, Thousand Oaks, Calif., Sage.

Piasere, L. 2002 *L'etnografo imperfetto. Esperienza e cognizione in antropologia*, Roma-Bari, Laterza.

Pirie, M. 2006 *How to Win Every Argument: The Use and Abuse of Logic*, London, Continuum; Tradução portuguesa: *Como vencer todas as argumentações, usando e abusando da lógica*, São Paulo, Edições Layola, 2008.

Platt, J. 1988 *What Can Case Studies Do?*, in R.G. Burgess (eds.), *Studies in Qualitative Methodology: Conducting Qualitative Research*, Greenwich, JAI, pp. 1-23.

Plimpton, G. 1966 *The Story behind a Nonfiction Novel*, in «The New York Times», 16 gennaio.

Polanyi, M. 1958 *Personal Knowledge: Towards a Post-critical Philosophy*, Chicago, Ill., The University of Chicago Press; Tradução portuguesa: *Cohecimento pessoal: Por Uma Filosofia Pos-Crítica*, Cidade, Inovatec, 2013.

Popper, K.R. 1934 *Logik der Forschung. Zur Erkenntnistheorie der modernen Naturwissenschaft*, Wien, Springer; Tradução portuguesa: *A Lógica da Pesquisa Científica*, São Paulo, Editora Cultrix, 2013.

Potter, J. 2002 *Two Kinds of Natural*, in «Discourse Studies», vol. 4, n. 4, pp. 539-542.

Powell, W.W. 1985 *Getting into Print: The Decision-Making Process in Scholarly Publishing*, Chicago, Ill., The University of Chicago Press.

Prévost, J.-G. and Beaud, J.-P. 2012 *Statistics, Public Debate and the State, 1800-1945: A Social, Political and Intellectual History of Numbers*, London, Pickering & Chatto.

Przeworski A., Teune H. 1982 *The Logic of Comparative Social Inquiry*, Malabar and Florida, Krieger Publishing Company (original edition 1970).

Putnam R.D., Leonardi, R. and Nanetti, R.Y. 1993 *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton, N.J., Princeton University Press.

Ramsay, G. 2012 *Online Arguments against Al-Qaeda: An Exploratory Analysis*, in «Perspectives on Terrorism», vol. 6, n. 1, pp. 54-69.

Rapley, T. 2004 Interviews, in C. Seale, G. Gobo, J.F. Gubrium and D. Silverman (eds.), *Qualitative Research Practice*, London, Sage, pp. 15-33.

Rathje, W. and Murphy, C. 2001 *Rubbish! The Archaeology of Garbage*, Tucson, The University of Arizona Press.

Reason, P. 1994 *Three Approaches to Participative Inquiry*, in Denzin and Lincoln [1994a, 324-339].

Reichertz J. 2007 *Abduction: The Logic of Discovery of Grounded Theory*, in Bryant and Charmaz [2007, 214-228].

Ricoeur, P. 1986 *Du texte à l'action: Essais d'herméneutique II*, Paris, Seuil; Tradução portuguesa: *Do Texto à l'ação: Ensaios de Hermenêutica II*, Porto, Rés Editora, 1989.

Reboul O. 2004 *Introdução à retórica*, São Paulo, Martinas Fontes.

- Rogers, R. 2013 *Digital Methods*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- Rosaldo, R. 1989 *Culture & Truth: The Remaking of Social Analysis*, Boston, Mass., Beacon.
- Rosenhan, D.L. 1973 *On Being Sane in Insane Places*, in «Science», vol. 179, n. 4070, pp. 250-258.
- Roth, J.A. 1963 *Timetables: Structuring the Passage of Time in Hospital Treatment and Other Careers*, Indianapolis, Bobbs-Merrill.
- Runciman, W.G. 1966 *Relative Deprivation and Social Justice: A Study of Attitudes to Social Inequality in Twentieth-century England*, Berkeley, University of California Press.
- Sacks, H. 1992 *Lectures on Conversation*, Oxford, Blackwell, vol. I.
- Saldaña J. 2003 *Longitudinal Qualitative Research: Analyzing Change through Time*, Walnut Creek, Calif., AltaMira.
- Sassatelli R. 2007 When Coleman Read Garfinkel...!, in «Sociologica», vol. 1,
- Satel, S. and Lilienfeld, S.O. 2013 *Brainwashed: The Seductive Appeal of Mindless Neuroscience*, New York, Basic.
- Scheper-Hughes, N. 1979 *Saints, Scholars, and Schizophrenics: Mental Illness in Rural Ireland*, Berkeley, University of California Press.
- Schütz, A. 1964 *Collected Papers*, vol. II, *Studies in Social Theory*, Den Haag, Nijhoff.
- Schwandt T.A. 1994 *Constructivist, Interpretivist Approaches to Human Inquiry*, in N.K. Denzin and Y.S. Lincoln (eds.), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks and London, Sage Publications, pp 118-137.

Schwartz, H. and Jacobs, J. 1979 *Qualitative Sociology: A Method to the Madness*, New York, The Free Press.

Schwartz-Shea, P. and Yanow, D. 2012 *Interpretive Research Design: Concepts and Processes*, London, Routledge.

Scull A. 2023 *Rosenhan revisited: successful scientific fraud*, in "History of Psychiatry", Vol. 34(2) 180-195.

Seale, C. 1999 *The Quality of Qualitative Research*, London, Sage.

Sen, A. 1982 *Choice, Welfare, and Measurement*, Oxford, Blackwell.

Silverman, D. and Marvasti, A. 2008 *Doing Qualitative Research: A Comprehensive Guide*, London, Sage.

Simmel, G. 1908 *Das Geheimnis und die geheime Gesellschaft*, in Id., *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*, Leipzig, Duncker & Humblot, pp. 256-304.

Sivertsson, F. and Carlsson, C. 2015 *Continuity, Change, and Contradictions: Risk and Agency in Criminal Careers to Age 59*, in «Criminal Justice and Behavior», vol. 42, n. 4, pp. 382-411.

Sjöström S., Gariglio L., Cardano M. 2022 *Controlling madness. An introduction*, in "Rassegna Italiana di Sociologia", a. LXIII, n. 4, ottobre-dicembre 2022, pp. 771-796.

Šorm, E. 2010 *The Good, the Bad and the Persuasive: Normative Quality and Actual Persuasiveness of Arguments from Authority, Arguments from Cause to Effect and Arguments from Example*, Utrecht, LOT.

Sormano, A. 2008 *Punti di svolta nell'intervista*, in Bonica and Cardano (orgs.), *Punti di svolta. Analisi del mutamento biografico*, Bologna, il Mulino, pp. 327-352.

Sorokin, P. 1928 *Contemporary Sociological Theories*, New York, Harper.

- Sperber, D. 1982 *Le savoir des anthropologues*, Paris, Hermann.
- Star, S.L. 2007 *Living Grounded Theory: Cognitive and Emotional Forms of Pragmatism*, in Bryant and Charmaz [2007, 75-93].
- Stevens, S.S. 1946 *On the Theory of Scales of Measurement*, in «Science», vol. 103, n. 2684, pp. 677-680.
- Stouffer, S. 1931 *An Experimental Comparison of Statistical and its Implications to Tropical and Emerging Diseases*. Cadernos de Saúde Pública, vol. 17(supl. I), pp. 7 -36.
- Strauss A., Corbin J. 1990 *Basics of Qualitative Research*, London, Sage Publications, Tradução portuguesa: *Pesquisa Qualitativa. Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada 2º edição*, Porto Alegre, Artmed, 2008.
- Strauss, A. and Corbin, J. 1994 *Grounded Theory Methodology: An Overview*, in Denzin and Lincoln [1994a, 273-285].
- Stryker, S. and Whittle, S. (eds.) 2006 *The Transgender Studies Reader*, London, Routledge.
- Taquette S.R., Borges L. 2020 *Pesquisa qualitativa para todos*, Petropolis, Vozes.
- Tavory, I. and Timmermans, S. 2014 *Ab ductive Analysis: Theorizing Qualitative Research*, Chicago, Ill., The University of Chicago Press.
- Tedlock, B. 1992 *The Beautiful and the Dangerous: Encounters with the Zuni Indians*, Albuquerque, University of New Mexico Press.
- Tedlock, D. 1979 *The Analogical Tradition and the Emergence of a Dialogical Anthropology*, in «Journal of Anthropological Research», vol. 35, n. 4, pp. 387-400.
- 1987 *Questions Concerning Dialogical Anthropology*, in «Journal of Anthropological Research», vol. 43, n. 4, pp. 325-337.

Thomas, F. 2006 *Stigma, Fatigue and Social Breakdown: Exploring the Impacts of HIV/AIDS on Patient and Carer Well-Being in the Caprivi Region*, Namibia, in «Social Science & Medicine», vol. 63, n. 12, pp. 3174-3187.

Thomas, W.I. and Znaniecki, F. 1918-20 *The Polish Peasant in Europe and America*, 5 voll., Chicago, Ill., The University of Chicago Press.

Tilley, C. 2001 *Ethnography and Material Culture*, in P. Atkinson, A. Coffey, S. Delamont, J. Lofland and L. Lofland (eds.), *Handbook of Ethnography*, London, Sage, pp. 258-272.

Tipton, S.M. 1982 *Getting Saved from the Sixties: Moral Meaning in Conversion and Cultural Change*, Berkeley, University of California Press.

Topolski, J. 1973 *Metodologia historii. Wydanie drugie poprawione i uzupełnione*, Warszawa, Państwowe Wydawnictwo Naukowe.

Toulmin, S.E. 1958 *The Uses of Argument*, Cambridge, Cambridge University Press; Tradução portuguesa: *Os Usos de Argumento*, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2022.

Turato E.R. 2013 *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*, Petropolis, Editora Vozes.

Tyler, S.A. 1987 *The Unspeakable: Discourse, Dialogue, and Rhetoric in the Postmodern World*, Madison, The University of Wisconsin Press.

Underhill, P. 1999 *Why We Buy: The Science of Shopping*, New York, Simon & Schuster.

Uttal, W.R. 2001 *The New Phrenology: The Limits of Localizing Cognitive Processes*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

Uzzi B. 1997 *Social Structure and Competition in Interfirm Networks:*

The Paradox of Embeddedness, in "Administrative Science Quarterly", Vol. 42, No. 1, pp. 35–67.

van der Valk, I. 2003 *Right-Wing Parliamentary Discourse on Immigration in France*, in «Discourse & Society», vol. 14, n. 3, pp. 309-348.

van Eemeren, F.H. and Grootendorst, R. 2004 *A Systematic Theory of Argumentation: The Pragma-dialectical Approach*, New York, Cambridge University Press.

van Eemeren, F.H., Grootendorst, R. and Snoeck Henkemans, F. (eds.) 2009 *Fundamentals of Argumentation Theory: A Handbook of Historical Backgrounds and Contemporary Developments*, London, Routledge.

Vaughan, D. 2014 *Analogy, Cases, and Comparative Social Organization*, in R. Swedberg (eds.), *Theorizing in Social Science: The Context of Discovery*, Stanford, Conn., Stanford University Press, pp. 61-84.

Verheij, B. 2003 *Dialectical Argumentation with Argumentation Schemes: Toward a Methodology for the Investigation of Argumentation Schemes*, in F.H. van Eemeren, A. Blair, C. Willard and F. Snoeck Henkemans (eds.), *Proceedings of the Fifth Conference of the International Society for the Study of Argumentation (ISSA 2002)*, Amsterdam, Sic Sat, pp. 1033-1037.

Virkki, T. 2008 *The Art of Pacifying an Aggressive Client: «Feminine» Skills and Preventing Violence in Caring Work*, in «Gender, Work & Organization», vol. 15, n. 1, pp. 72-87.

Walton, D. 1989 *Informal Logic: A Pragmatic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press; Tradução portuguesa: *Lógica Informal: Manual de argumentação crítica*, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2012.

— 1990 *What Is Reasoning? What Is an Argument?*, in «Journal of Philosophy», vol. 87, n. 8, pp. 399-419

— 1996 *Argumentation Schemes for Presumptive Reasoning*, Mahwah, N.J., Erlbaum.

— 2004 *Abductive Reasoning*, Tuscaloosa, The University of Alabama Press.

— 2009 *Anticipating Objections in Argumentation*, in H.J. Ribeiro (ed), *Rhetoric and Argumentation in the Beginning of the XXIst Century*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 87-109.

Walton, D. and Krabbe, E.C.W. 1995 *Commitment in Dialogue: Basic Concepts of Interpersonal Reasoning*, Albany, State University of New York Press.

Walton D., Macagno F. 2015 *Classifying the Patterns of Natural Arguments*, in "Philosophy and Rhetoric", Vol. 48, No. 1, pp. 26–53.

Walton, D., Reed, C. and Macagno, F. 2008 *Argumentation Schemes*, Cambridge, Cambridge University Press.

Watson, J.B. 1913 *Psychology as the Behaviorist Views It*, in «Psychological Review», vol. 20, n. 2, pp. 158-177.

Weaver, A. 1994 *Deconstructing Dirt and Disease: The Case of TB*, in M. Bloor and P. Taraborrelli (eds.), *Qualitative Studies in Health and Medicine*, Aldershot, Avebury, pp. 76-95.

Weber, M. 1922a *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, Tübingen, Mohr; Tradução portuguesa: *Metodologia das Ciências Sociais Parte 1*, Citadde, Cortez, 2022.

— 1922b, *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen, Mohr; Tradução portuguesa: *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*, 2 volumes, Brasília, Editora Universidade de Brasil, 2012.

Weinstock, C.B., Goodenough, J.B. and Klein, A.Z. 2013 *Measuring Assurance Case Confidence Using Baconian Probabilities*, paper presented at the «1st International Workshop on Assurance Cases for Sof-

ware-Intensive Systems (ASSURE)», San Francisco, Calif., May, 19.

Wentzel, A. 2018 *A Guide to Argumentative Research Writing and Thinking: Overcoming Challenges*, London, Routledge.

Whyte, W.F. 1955 *Street Corner Society. The Social Structure of an Italian Slum*, Chicago, Ill., The University of Chicago Press; Tradução portuguesa: *Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*, Rio de Janeiro, Jorg e Zahar editores, 2005.

Williams B.A.O. 1985 *Ethics and the Limits of Philosophy*, Cambridge, MA, Harvard University Press.

Wikan, U. 1992 *Beyond the Words: The Power of Resonance*, in «American Ethnologist», vol. 19, n. 3, pp. 460-482.

Willer, S., Ruchatz, J. and Pethes, N. 2007 *Zur Systematik des Beispiels*, in J. Ruchatz, S. Willer and N. Pethes (eds.), *Das Beispiel: Epistemologie des Exemplarischen*, Berlin, Kadmos, pp. 7-59.

Wittgenstein, L. 1921 *Tractatus Logico-Philosophicus*, London, Routledge & Kegan Paul, e Notebooks 1914-1916, Oxford, Basil Blackwell; Tradução portuguesa: *Tratado Lógico-Filosófico*, Citade, edusp, 2001.

— [1953], *Philosophische Untersuchungen*, Frankfurt a.M., Suhrkamp; Tradução portuguesa: *Investigações Filosóficas*, Petrópolis, Editora Vozes, 1994.

— 1969 *On Certainty*, Oxford, Basil Blackwell; Tradução portuguesa: *Da Certeza*, Lisboa, edições 70, 1992 .

Wright, S.A. 1991 *Reconceptualizing Cult Coercion and Withdrawal: A Comparative Analysis of Divorce and Apostasy*, in «Social Forces», vol. 70, n. 1, pp. 125-145.

Zadeh, L.A. 1965 *Fuzzy Sets*, in «Information and Control», vol. 8, n. 3, pp. 338-353.

Posfácio

Um salto acadêmico necessário para a metodologia das ditas ciências qualitativas

O professor Mário Cardano constitui uma amizade recente em meu círculo acadêmico. Essa aproximação deveu-se às circunstâncias de que nós temos uma vocação (modéstia à parte), não apenas para a prática da pesquisa qualitativa, mas, principalmente, para teorizar/aprofundar esse modelo de investigação acadêmica. Essa aproximação rápida foi também facilitada pelo fato de eu ser um brasileiro que tive/tenho "tentáculos" em universidades italianas, enquanto o professor Cardano é um italiano que tem "tentáculos" em universidades brasileiras. Para fechar a compreensão desse mútuo mecanismo de identificação, eu diria que ambos temos olhares filosóficos semelhantes sobre o cotidiano, incluindo certas visões bem humoradas da vida.

Quando o caro docente convidou-me para escrever o prefácio do presente livro, fiquei, obviamente, honrado. E tive uma atitude de naturalidade. Naturalidade porque o título da obra que se apresenta em Defesa da Pesquisa Qualitativa foi uma "isca" irrecusável para eu ser prefaciador. Meu

afeto pela pesquisa qualitativa é grande. E eu, com fluidez, vejo-me digitando no computador textos reflexivos sobre suas questões metodológicas, ainda que, naquele momento, eu não tivesse clareza de onde eu poderia publicá-los. Quando então chegou o chamado do caro Mario, fui em meus arquivos e pincei um antigo texto em que escrevi, de modo coloquial, sobre coisas que eu gostaria que me tivessem dito, há mais de duas décadas, quando enveredei pela estrada da pesquisa qualitativa. Senti que meu texto (há algum tempo guardado) encaixar-se-ia como uma luva na brilhante obra que ora os privilegiados leitores brasileiros têm mãos.

Bem, comecemos por considerar que a pesquisa qualitativa não é uma entidade monolítica. A investigação qualitativa é uma expressão genérica que deve nos remeter ao grande campo das Ciências Humanas ou simbólicas. Abrange uma grande variedade de investigações sob diferentes denominações consagradas e diversas origens acadêmicas. A expressão tem sido prescrita no singular, mas seu significado é, na verdade, plural. O uso da expressão singular faz com que iniciantes pensem que outros tantos também utilizam seu conjunto de elementos metodológicos: o mesmo método específico, as mesmas técnicas de coleta e análise de dados e os mesmos referenciais teóricos para discussão. Essa é uma atitude negacionista. Saber que existem outros tipos de estudos qualitativos é um exercício intelectual necessário, pois, um movimento mental imperativo deveria buscar a existência da maior diversidade possível de métodos qualitativos, por exemplo, além de pensar porque você não adotou outro método no seu dia a dia. Para um usuário, seu "adorável método" é instigante. Uma cutucada ao pesquisador qualitativo: "Como foi que um deles tocou seu coração?" - Visto que a investigação qualitativa tem múltiplas e antigas raízes acadêmicas, gostaríamos de ter sido alertados, quando entramos nesse mundo, que a paternidade das Ciências Humanas (e da chamada Investigação Qualitativa) contém uma diversidade. E estão fundamentadas, filosoficamente, para a compreensão científica, autônoma e complexa do nosso foco: o fenômeno humano vivenciado e seus significados gerados na consciência fenomenológica.

Por conseguinte, atenção iniciantes (e veteranos!): fazer pesquisa qualitativa é pisar em terreno pantanoso. As relações de micro-poder afetam, profundamente, os investigadores qualitati-

vos. No campo da pesquisa qualitativa, frequentemente, observamos certo poder foucaultiano, ou seja, uma relação assimétrica de comando entre pares de membros de comitês de ética em pesquisa, de editores de periódicos, de coordenadores de agências de fomento e de membros de banca examinadora de tese/dissertação. As pessoas, às vezes, apresentam ideias fantasiosas, ou não científicas, diante de um projeto qualitativo: um comitê que emite comentários que não fazem sentido à luz do bom senso acadêmico; um árbitro que faz solicitações técnicas que desconsideram concepções universais da ciência que vão, até mesmo, contra o próprio método qualitativo; um questionador que durante a defesa da tese impõe concepções do seu paradigma, não pertencentes ao modelo investigativo do apresentador da tese.

Temos, então, um conviver com uma tensão paradigmática contínua, estabelecendo-se um conflito entre modelos. Árbitros, por exemplo, com visão biomédica que se arrogam, indevidamente, analisar o *modus operandi* tradicional das Ciências Humanas. Inversamente, árbitros das Ciências Humanas que se arrogam, também, indevidamente, exigir que os seus princípios (ortodoxos) sejam transferidos para a lógica institucional das ciências biomédicas. Assim, há avaliadores de periódicos que, por exemplo, solicitam características não pertinentes à construção de amostras, ou impõem autores de outras escolas paradigmáticas para discutir os resultados e examinadores das ciências sociais que ignoram concepções básicas de estratégias das ciências psicológicas e vice-versa. Bem, fazer pesquisa qualitativa, seja ela qual for, não é romântico; publicar estudos qualitativos, menos ainda...

Outrossim, subsistem problemas na própria organização sociológica das instituições acadêmicas, haja vista que quem trabalha sob um determinado paradigma, ou seja, num modelo de pensar problemas e soluções da sua comunidade acadêmica, quer impô-lo a outros pensadores/pesquisadores. A flexibilidade mental/intelectual é rara. Diz-se que política e religião não se discutem. De fato; nem futebol e, mais precisamente, nem “escolas acadêmicas” devem ser discutidas, tendo em vista que pesquisadores e intelectuais apegam-se como malucos a determinada escola teórica e à sua forma de ver a ciência. Esse fenômeno generalizado de imposição paradigmática é, sociologicamente, sobredeterminado

na academia, constituindo o lado teimoso (coletivo) das pessoas nos grupos universitários. Azar daqueles autores que "ousaram" elaborar projetos de pesquisa, ou publicar resultados científicos, segundo um paradigma que não é o "certo" do revisor *ad hoc* de uma agência financiadora ou de uma revista científica.

Ao apresentar um texto ou curso sobre pesquisa qualitativa, seja honesto e diga que sua apresentação abordará determinado tipo específico de método qualitativo, pois existem numerosos métodos qualitativos disponíveis nas prateleiras da literatura acadêmica. Entretanto, infelizmente, muitas vezes, até mesmo docentes que falam sobre investigação qualitativa tratam esse tema de uma forma, excessivamente, genérica. Falam como se fosse uma entidade separada, solta no ar, sem rever a história ligada à construção do conhecimento científico geral, e sem contar a enorme gama de áreas do conhecimento que os estudos qualitativos abrangem, tanto com as especificidades de cada tema de investigação quanto com seus respectivos métodos. É difícil admitir, mas você – professor ou aluno – deve ter consciência da concepção filosófica nietzschiana de perspectivismo. Esse aforismo diz que são as nossas necessidades que interpretam o mundo. Cada um (inclusive o pesquisador qualitativo) tem a sua perspectiva, que gostaria de impor, de forma, não necessariamente, consciente, às pessoas para que a aceitassem como 'a norma'. Devido a tais razões epistemológicas, a 'fome acadêmica' que um estudioso tem em obter conhecimento de outro paradigma é muito menor do que a 'fome de conhecimento' de trabalhar sob o seu próprio paradigma. Para respeitar, eticamente, a diversidade de caminhos para a construção do conhecimento científico, seria necessário aprender a lidar com a ideia de que preciso abrir mão, momentaneamente, da visão do "meu" método qualitativo, bem como compreender que os resultados obtidos pelo meu interlocutor são consequência da utilização de outro caminho/método. Se você não está satisfeito com o fato de um colega pesquisador não utilizar seu referencial teórico (que pertence ao seu "clube/igreja" paradigmática), então você não está preparado para julgar o projeto de pesquisa ou o artigo científico dele.

Existem três possibilidades de modelos teóricos quando se apresenta um trabalho qualitativo. Resumindo: o pesquisador en-

tende que sua escola autoral o deixa feliz e, dificilmente, consegue pensar o mundo fora desse referencial teórico ou “quadrado teórico”; não se surpreenda. Por outro lado, há estudos apresentados como qualitativos, inclusive já publicados, que (infelizmente) não possuem referencial teórico ou mesmo a designação de qual método qualitativo foi utilizado; um “olhar de retalhos” de, não poucas, pesquisas qualitativas tem sido ruim, muito ruim, porque os elementos metodológicos se somam às pesquisas já em andamento, sem consciência de rigor, constituindo uma pesquisa frankensteiniana, disforme. Cada método foi criado para atender a um tipo de pesquisa científica definido, para estudar um objeto de pesquisa em foco. Esse tema eleito faz sentido dentro de um referencial teórico consolidado da literatura, ou seja, à linha de pesquisa à qual está filiado. Um método não é uma receita de bolo intuitiva e única, como se todos os apreciadores de bolo comessem a mesma receita. É preciso pensar, ou seja, dialetizar. Conselho: debata a sua necessidade como um pesquisador qualitativo que entende, de fato, o seu paradigma.

A pesquisa qualitativa deve ter um passo-a-passo, metodologicamente, pré-definido. Portanto, deve vir já descrito em um projeto, que deve manter uma lógica interna em todas as suas seções. Tal como vemos em qualquer outro tipo de investigação científica séria, e com o emprego de qualquer outro método científico utilizado com rigor: seja experimental de caso-controle, estudos de coorte, ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas etc. Em um método, devem fazer sentido os elementos constituintes da etapa anterior e da etapa seguinte. Ao definir a delimitação do objeto e o olhar teórico de apoio, um grupo focal, uma entrevista semidirigida, ou uma técnica de história de vida, por exemplo, não são eleitos, aleatoriamente, para a coleta de dados. Essas ferramentas ÷ o referencial teórico escolhido e a linha de pesquisa do grupo onde o executor do plano está inserido ÷ como observado na questão anteriormente levantada, são essenciais, ou seja, a pesquisa qualitativa não deve ser uma colcha de retalhos.

Você deve estar curioso para saber em que situações a expressão “pesquisa qualitativa” é de fato utilizada. O investigador qualitativista é um migrante inveterado. Existem duas situações de identidades e movimentos. Primeira: o pesquisador tem uma iden-

tidade primária de Ciências Humanas, e migra para praticá-las em outras áreas acadêmicas: Saúde/Biomédica, Educação, Matemática, Ciências Básicas e Áreas Tecnológicas. Em movimento inverso, o pesquisador possui uma identidade originária de diferentes áreas acadêmicas e, permanecendo em seu ambiente natural, como unidades clínicas ou de gestão de saúde, migra para um método buscado nas Ciências Humanas. Em ambos os caminhos surgem confrontos/tensões paradigmáticos. Esses investigadores enfrentam obstáculos porque são, invariavelmente, migrantes. O caminho da pesquisa, nessa condição migratória, é o que chamamos, genericamente, de “método qualitativo”, porque ele ‘sobrevive’ no campo onde predominam os quantitativos. Não há o conforto de uma identidade consolidada. Além disso, dado que o debate epistemológico dentre os investigadores qualitativos é fraco – ou mesmo ausente – esses acadêmicos podem não ter noção dessa sociologia institucional e, conseqüentemente, são incapazes de diagnosticar a sua própria identidade e os seus movimentos.

Curiosidades destes movimentos paradigmáticos idiossincráticos. Podemos dizer que as 'antropologias' e as 'psicanálises' (ramos emblemáticos do conhecimento das Ciências Humanas), por trabalharem, cientificamente, com o elemento simbólico, todos os seus praticantes fazem, portanto, pesquisas qualitativas, invariavelmente. Porém, antropólogos e psicanalistas, quando estão em seus espaços acadêmicos de origem, não se sentem, nem se apresentam, como pesquisadores qualitativistas. Afinal, não faz sentido que se designem como “qualitativistas”, se naquele local todos os pares trabalham da mesma forma. Um antropólogo só fica sabendo (!!) que faz pesquisa qualitativa quando, num determinado momento, estando em uma unidade médica, um pesquisador médico o chama de “qualitativista”. Curioso, não é? Da mesma forma, um psicanalista “puro-sangue” só se reconhece como pesquisador qualitativista quando investiga, por exemplo, temas psicodinâmicos em um local onde há solicitação de colegas médicos ou educadores (não-psicanalistas). Então, você pode não imaginar, mas existem dois conjuntos de métodos qualitativos em trânsito na academia. Um conjunto é marcado pela migração do pesquisador, enquanto o outro é marcado pela migração do método. No primeiro caso, o pesquisador de humanidades vai para as áreas da

saúde, da educação, das ciências básicas ou tecnológicas etc. No segundo caso, o método criado nas Ciências Humanas é apropriado por pesquisadores não-phis ou por não-cientistas-sociais. Por isso, a pesquisa qualitativa carrega os dois riscos: ser terra de todos e de ninguém. Quando todas essas pessoas se encontram em um evento, a Torre de Babel é estabelecida. Babel, aqui, sem conotação depreciativa, mas a fim de apontá-la para necessidades intelectuais: tornar-se, fenomenologicamente, consciente desse emaranhado de modelos; fazer um diagnóstico institucional corajoso ao estilo kuhniano; compreender “de lá para cá” o paradigma que sustenta o discurso do outro; e, assim, em uma atitude de respeito, conter os seus impulsos na imposição do seu modelo. Cabe aqui uma feliz analogia com a dita “Psicossomática” ÷ enquanto movimento acadêmico internacional reconhecido ao longo de muitas décadas, ao portar tantas escolas teóricas, autores pensantes, congressos, revistas, teses universitárias e assim por diante ÷ que, também, consiste em estudiosos e debatedores na situação de Babel.

Uma versão sobre a Torre de Babel da academia. Então, a grande comunidade acadêmica decidiu construir a Torre de Babel, com o objetivo de alcançar o conhecimento definitivo. A ambição foi considerada por Atena uma afronta à missão humana da academia porque queriam se igualar à deusa da sabedoria. Atena interrompeu os planos orgulhosos daqueles homens e fez com que os pensadores da grande torre se expressassem sob paradigmas com concretizações de diferentes soluções. Ela castigou a arrogância daquela comunidade ao fazê-la falar línguas diferentes, instalando confusão entre as suas teorias filosóficas e científicas e dispersando-as em escolas sectárias do pensamento humano. Desde então, os acadêmicos não se entendem mais com seus modelos explicativos e de compreensão, respectivamente, sobre a natureza e a humanidade. Agora, cada grupo de praticantes de um determinado paradigma quer impor o seu modelo aos demais.

O cenário é complicado, mas a investigação qualitativa não deve ser uma terra sem lei. Prepare-se: o navio da pesquisa qualitativa é uma miscelânea desafiadora. Lendo artigos qualitativos, vemos que esse grande navio de estudos transporta pessoas sem rigor metodológico claro, que embarcaram no navio com critérios negligentes. Assim, a pesquisa qualitativa não deve perder o respei-

to em relação à ciência como um todo, ou seja, sua comunidade de profissionais não deveria permitir que investigadores quantitativos decidissem pela utilização do chamado método (controverso) misto, que, na verdade, apenas faz um pobre "puxadinho qualitativo" a partir de um desenho, estruturalmente, quantitativo. Métodos mistos podem ser enganosos, pois têm a bizarra intenção de misturar o legado da física e o da antropologia na mesma obra. Tem gente entrando no palco para ganhar os holofotes, abusando da imagem simpática da pesquisa qualitativa, porque está na moda e pode atrair incautos. Apesar da enorme diversidade interna, a pesquisa qualitativa possui conceitos que devem ser respeitados. Os pesquisadores qualitativistas que aceitam adotar o famoso método quanti-quali estão dando um tiro no próprio pé. Aliás, é fundamental conhecer as definições rigorosas dos métodos qualitativos e quantitativos, as diferenças entre os seus elementos constitutivos (paradigma, amostragem, instrumentos de recolha, análises), bem como os seus temas próprios de investigação.

Ciência ou Religião: o forte apego a diferentes métodos qualitativos. Enfatizei que o mundo da pesquisa qualitativa é marcado, internamente, por uma grande diversidade de modelos ditos exploratórios/descritivos e abrangentes/interpretativos. Assim, seus praticantes precisariam aprender a respeitar colegas e grupos, que trabalham em modelos diferentes, ou seja, que seguem métodos diferentes e teorias autorais diferentes. Infelizmente – e talvez, também, irremediavelmente – dentro da grande comunidade de investigadores qualitativistas, cada um quer impor o seu olhar investigativo, sem perceber que o seu colega é simpatizante/amante de outro olhar metodológico. Não é exagero, do ponto de vista fenomenológico, dizer que a adesão a um determinado método de investigação qualitativa se assemelha à adesão a uma determinada denominação religiosa. Evidentemente, a prática das ciências e das religiões devem ser coisas diferentes. Contudo, a relação da consciência humana com cada uma dessas práticas parece seguir o mesmo processo fenomenológico.

A investigação qualitativa deve cuidar da sua crise de identidade. Tenha cuidado com quem se apropria, indevidamente, do termo "pesquisa qualitativa". Existem pessoas, aparentemente, inocentes nas universidades que assim decidem. Não seja incon-

sequente: estudos qualitativos não são simplesmente aqueles que não são estatísticos. A pesquisa qualitativa é uma investigação em Ciências Humanas que busca relações de sentido, ou seja, desvenda as ligações entre os fenômenos (da natureza) e o seu significado simbólico imaginado por nós (na consciência). Em contrapartida, as Ciências Naturais (galileu-newtonianas de há quatro séculos) procuram estabelecer correlações causa-efeito entre os fenômenos passíveis de serem observados, ouvidos, cheirados, degustados, tocados e pesados. Os fenômenos naturais têm tamanho e forma, portanto, são quantificáveis. As Ciências Humanas (pesquisa qualitativa) são novidades na academia: têm apenas um século. As Ciências Naturais, mais antigas, inauguraram a ciência moderna no ambiente renascentista, com a astrofísica.

A pesquisa qualitativa não é um estudo, meramente, exploratório, identificatório, descritivo, enumerativo e classificatório como algo 'científico'. A pesquisa qualitativa foi trazida para áreas não, originalmente, humanas, como a saúde e muitas outras, para estabelecer relações entre fenômenos (sentido, percebido, visto, vivido) e suas representações simbólicas mentais ou culturais (não captadas pelos órgãos sensoriais). Os símbolos são imaginados, fenomenologicamente, na consciência. Não possuem propriedades físico-químicas, ou seja, não podem ser apreendidos e medidos pelo sensorio humano. Então, não possuem variáveis (numéricas), ou seja, não são matematizáveis. O estabelecimento das relações de significado na pesquisa qualitativa confere-lhe um status de cientificidade equivalente ao estabelecimento das relações causais na pesquisa quantitativa. Em ambos os tipos de investigação, o objetivo final deve ser a construção de uma teoria interpretativa. Os estudos qualitativos, quando vistos apenas como estudos exploratórios, identificatórios, descritivos, enumerativos e/ou classificatórios, privam a pesquisa qualitativa do status de ciência plena. Nesse caso, permanece a lamentável suspeita de que os seus autores não dominam o conceito do que é ciência, deixando a impressão de que não sabiam que os resultados devem ser interpretados para construir uma teoria compreensiva.

Os métodos qualitativos aplicados à área da saúde não são ferramentas para estabelecer "causas" psicológicas ou sociológicas de doenças. Não misture os conceitos como fazem muitos

avaliadores incautos. A pesquisa qualitativa estuda significados atribuídos na subjetividade (essa é a ciência do simbólico!). Não estabelece fatores associados (isso é Epidemiologia!). Tente pensar por que a expressão “pesquisa qualitativa” se tornou tão usada. Essa expressão não é tão boa porque não explicita a identidade em um paradigma acadêmico claro. Essa expressão não especifica sob qual ‘guarda-chuva’ estão os seus praticantes. Ciências Naturalísticas? Ciências Humanas? Sob ambos? Nenhum? São possíveis estudos na Ciência que não sejam da Natureza ou da Humanidade? Epistemologicamente, apenas a Matemática Pura o faz. De certa forma, essa falta de identidade deixa o seu praticante numa (falsa) ‘zona de conforto’. Assim, a chamada ‘pesquisa qualitativa’ vira carta coringa em qualquer jogo: você encaixa, à vontade, sua pesquisa, em um suposto *locus* acadêmico que lhe convém, sem nem mesmo afirmar qual é. Nenhum compromisso com uma definição textual, nenhum compromisso tanto com a História quanto com a Filosofia da Ciência. Seus praticantes deixam (voluntariamente?) suas pesquisas no limbo.

Da pesquisa qualitativa à pseudociência pode ser um salto. Infelizmente, uma certa falta de clareza paradigmática no campo da investigação qualitativa abre uma brecha a não poucos dos membros dessa comunidade de profissionais que confundem ciência e pseudociência. A pseudociência trata de crenças que tentam passar por um discurso explicativo, mas não seguiram o rigor de um método científico. A pesquisa qualitativa pseudocientífica é aquela marcada por afirmações ingênuas, não observância do princípio contraditório, ausência de formulação de hipóteses refutáveis e uma adesão com ares de misticismo. Além disso, a pesquisa qualitativa não deve ser um refúgio para quem não gostava de matemática, ou tinha dificuldades em aprender a lógica da física ou da química no ensino médio.

Vejamos os riscos para a comunidade de investigação qualitativa, em ficar no limbo com um flerte com a pseudociência. Os praticantes das inúmeras modalidades da chamada ‘pesquisa qualitativa’ precisam exercer vigilância em nossa área de produção de conhecimento científico para que ela não se transforme em um espaço social que acolha pretensos pesquisadores ÷ os falsos cientistas. Os professores universitários – especialmente os orientadores

de projetos qualitativos – precisam estudar mais História Geral da Ciência, bem como conhecer as teorias dos principais epistemólogos do século XX. Só assim os instrutores de estudos qualitativos evitarão ser, mesmo que, involuntariamente, cúmplices em permitir a invasão de pessoas que misturam ciência com discursos místicos, corriqueiros e de autoajuda.

Faça pesquisa romântica mas sem romantizações! O livro do professor Cardano contém a necessária ortodoxia de uma autoridade acadêmica legítima que serve de bússola para os praticantes deste campo.

Egberto Ribeiro Turato, metodologista e psiquiatra

Professor Titular Concursado em Prática de Ciências pela

Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP

Autor do Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa (mais de 3 mil citações pelos pares segundo o Google Scholar em 2024)

